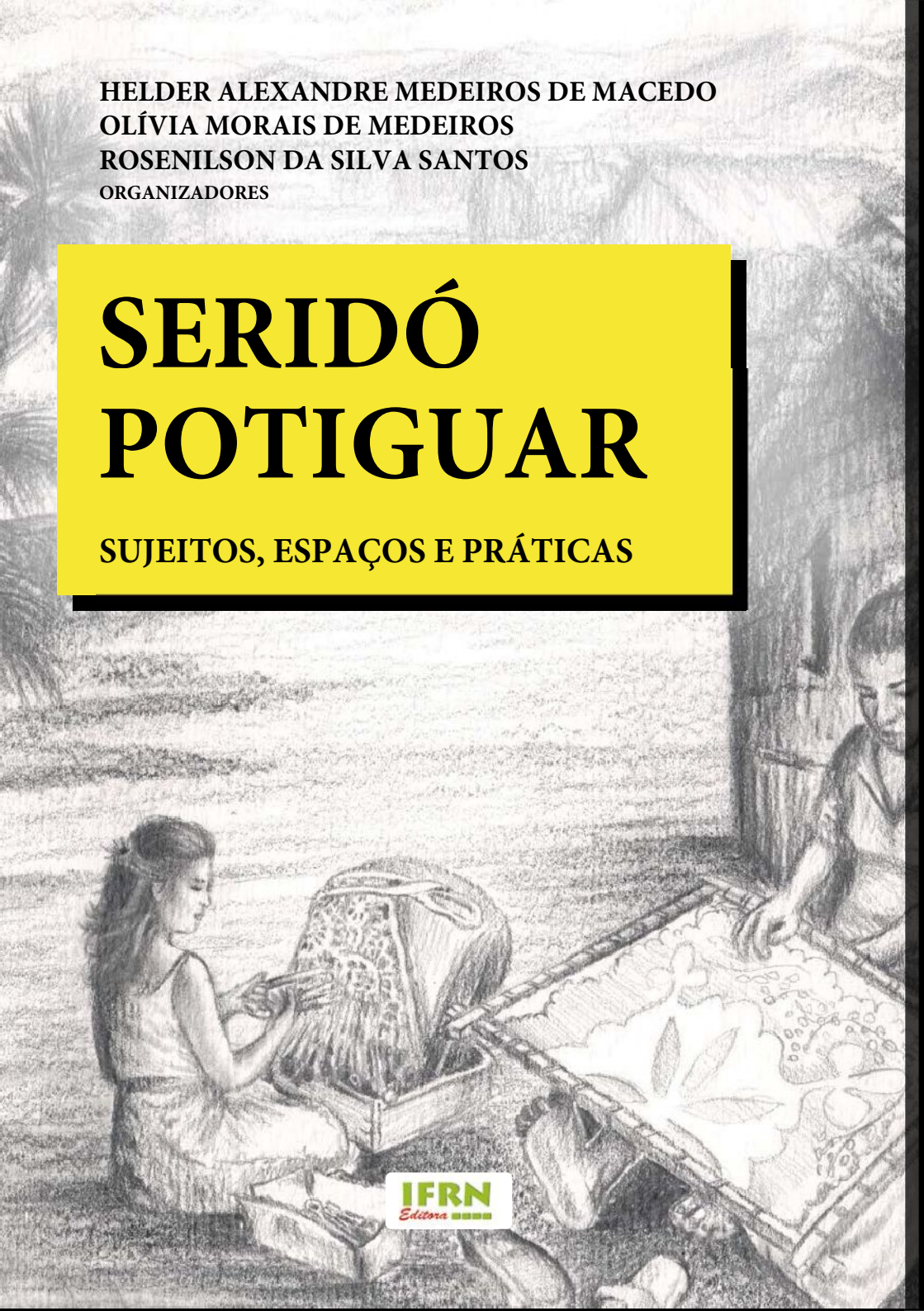


HELDER ALEXANDRE MEDEIROS DE MACEDO
OLÍVIA MORAIS DE MEDEIROS
ROSENILSON DA SILVA SANTOS
ORGANIZADORES

SERIDÓ POTIGUAR

SUJEITOS, ESPAÇOS E PRÁTICAS



IFRN
Editora

SERIDÓ POTIGUAR:

sujeitos, espaços e práticas

Helder Alexandre Medeiros de Macedo
Olívia Moraes de Medeiros Neta
Rosenilson da Silva Santos
organizadores

SERIDÓ POTIGUAR:
sujeitos, espaços e práticas

Caicó ■ Natal
2016

Presidenta da República
Ministro da Educação
Secretário de Educação Profissional e
Tecnológica

Dilma Rousseff
Aloízio Mercadante
Marcelo Machado Freire

Reitor
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
Coordenador da Editora do IFRN
Conselho Editorial

**Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte**
Belchior de Oliveira Rocha
José Yvan Pereira Leite
Paulo Pereira da Silva
André Luiz Calado de Araújo
Dante Henrique Moura
Jerônimo Pereira dos Santos
José Yvan Pereira Leite
Maria da Conceição de Almeida
Samir Cristino de Souza
Valdenildo Pereira da Silva

Todos os direitos reservados
Divisão de Serviços Técnicos. Catalogação da publicação na fonte.
Biblioteca Sebastião Fernandes (BSF) – IFRN

S485 Seridó Potiguar: sujeitos, espaços e práticas./ Helder Alexandre Medeiros de
Macedo, Olívia Morais de Medeiros Neta, Rosenilson da Silva Santos
(organizadores) – Natal: IFRN; Caicó: Biblioteca Seridoense, 2016.
376 p. II; color.

Vários autores
ISBN 978-85-8333-193-3

1. Cultura – Seridó, RN. 2. História – Seridó, RN. 3. Geografia – Seridó, RN.
4. Antropologia cultural – Rio Grande do Norte. I. Macedo, Helder Alexandre
Medeiros de. II. Medeiros Neta, Olívia Morais de. III. Santos, Rosenilson da Silva.

CDU 316.7(813.2)

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Helder Alexandre Medeiros de Macedo e Rosenilson da Silva Santos

ARTE DA CAPA

Diógenes Dantas

REVISÃO

Helder Alexandre Medeiros de Macedo e Olívia Morais de Medeiros Neta

BIBLIOTECA SERIDOENSE

Coord. Muirakytan Kennedy de Macêdo e Helder Alexandre Medeiros de Macedo

CONTATOS

Editora do IFRN

Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol. CEP: 59015-300

Natal-RN. Fone: (84) 4005-0763

Email: editora@ifrn.edu.br

SUMÁRIO

Apresentação	07
Os Pereira da Cruz, da fazenda Saco: uma família “mestiça” no sertão do Seridó (séculos XVIII-XIX) <i>Helder Alexandre Medeiros de Macedo</i>	09
Em busca de liberdade: ação escrava na Comarca do Príncipe <i>Ariane de Medeiros Pereira</i>	29
Os mecanismos de preconceito racial numa <i>cidade de sangue</i> no sertão <i>Pedro Fernandes de Queiroz</i>	47
“ <i>Nego veio é um sofrer</i> ”: representação, agência e subalternidade numa irmandade negra do Seridó <i>Bruno Goulart Machado Silva</i>	65
O Seridó potiguar e o (ser)idoense: debatendo o espaço vivido e alguns aspectos da cultura e da identidade <i>Francisco Fransualdo de Azevêdo</i>	83
Para além dos nomes, interesses: uma história cultural do político através do exame da toponímia do Seridó potiguar (Primeira República) <i>Anderson Dantas da Silva Brito</i>	105
Jardim do Seridó: “uma cidade para inglês ver”? <i>Diego Marinho de Gois</i>	133
Espaços livres, práticas reguladas: um breve ensaio sobre o espaço público, território e a política normativa das praças caicoenses <i>Jeyson Ferreira Silva de Lima</i>	149

Por uma pedagogia da cidade ou sociabilidades e educabilidades no Príncipe, Rio Grande do Norte (século XIX) <i>Olívia Morais de Medeiros Neta</i>	165
Leituras em Caicó oitocentista <i>Franselma Fernandes de Figueirêdo</i>	195
<i>Paisagens do medo</i> na Cidade do Príncipe (século XIX) <i>Rosenilson da Silva Santos</i>	213
Medidas higiênicas no Seridó, século XIX <i>Alcineia Rodrigues dos Santos</i>	243
Conhecendo as rezadeiras de Cruzeta (RN): breve etnografia sobre os saberes de cura, processo de aprendizagem e trajetórias de vida <i>Francimário Vito dos Santos</i>	263
Causas de mortes e “mortalidade infantil” na Freguesia da Gloriosa Sant’anna numa perspectiva da demografia histórica <i>Gracineide Pereira dos Santos</i>	281
A apropriação do território seridoense pela indústria de cerâmica vermelha <i>Judicleide de Azevedo Nascimento</i>	295
Dinâmica ambiental do município de Caicó, região do Seridó Potiguar, no período de 1974 a 2004 <i>Agassiel de Medeiros Alves</i>	311
Notas	339
Referências	359
Sobre os Autores	381

APRESENTAÇÃO

Em 2011, foi publicado o volume 1 do livro *Seridó Potiguar* com o subtítulo *tempos, espaços, movimentos*. Naquela obra, foram reunidos 16 artigos decorrentes da produção de jovens pesquisadores seridoenses, muitos deles oriundos dos cursos de Licenciatura e Bacharelado do Centro de Ensino Superior do Seridó, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus de Caicó.

O volume 1 do *Seridó Potiguar* divulgou parte da produção do conhecimento sobre essa região, mas, muitos outros objetos, temas e problemas de estudo ainda inquietavam (e inquietam) pesquisadores que tem no Seridó uma (de)marcação investigativa. Com essa assertiva é que resolvemos organizar o volume 2 do *Seridó Potiguar: sujeitos, espaços e práticas*.

Esse volume reúne 16 artigos que (re)pensam o Seridó Potiguar a partir de temáticas como negros e mestiços, espaços e territórios, cidades e sociabilidades, cartografias e práticas. Essas temáticas expressam a pluralidade das questões pesquisadas e o mapeamento do que vem sendo produzido, nos últimos anos, sobre a região do Seridó em Programas de Pós-graduação, especialmente nos de Ciências Humanas e Sociais, em diferentes instituições do Brasil.

Assim, a iniciativa de publicar essa coletânea que objetiva mapear e divulgar o que está sendo produzido sobre o Seridó Potiguar nos últimos

anos, está associada ao intento de compreendermos a produção historiográfica sobre o Seridó e seus desafios e perspectivas.

Por fim, acreditamos que para além de divulgar o que está sendo produzido sobre o Seridó Potiguar, essa coletânea expressa: a) as sociabilidades intelectuais configuradas em decorrência dos estudos sobre o Seridó; b) a pujança da produção historiográfica sobre a região; c) a contribuição desses estudos nos âmbitos social e acadêmico e d) a importância da formação de jovens pesquisadores nas Universidades públicas brasileiras. Aqui, ressaltamos a importância do CERES/UFRN para a (con)figuração da maioria desses estudos – mesmo que, *a posteriori*, tenham se desenvolvido em programas de pós-graduação de outras instituições brasileiras.

*Helder Alexandre Medeiros de Macedo
Olívia Morais de Medeiros Neta
Rosenilson da Silva Santos
organizadores*

OS PEREIRA DA CRUZ, DA FAZENDA SACO: UMA FAMÍLIA “MESTIÇA” NO SERTÃO DO SERIDÓ (SÉCULOS XVIII-XIX)¹

Helder Alexandre Medeiros de Macedo

O objeto deste texto é uma reconstrução da família Pereira da Cruz, que radicou-se na fazenda Saco (dos Pereira), situada na ribeira do rio São José, tributário do rio Seridó, em terras que, a partir da primeira metade do século XIX, passaram a fazer parte do município de Acari. Trata-se de uma família constituída a partir de dinâmicas de mestiçagens (PAIVA, 2015), da qual um dos membros mais antigos a marcar presença na ribeira do Seridó, segundo a literatura regional, foi Manuel Esteves de Andrade.¹ Não há consenso acerca de onde teria vindo, se de Pernambuco (SOARES, 1988, p. 4), da Paraíba (SANTA ROSA, 1974, p. 38; MEDEIROS, 1985, p. 20) ou da Bahia (LIMA, 1990, p. 11; CASCUDO, 1998, p. 3), admitindo-se que se transferiu para a ribeira do Seridó na qualidade de cobrador de dízimos e, também, de interessado na criação de gado. As primeiras notícias que a documentação histórica nos fornece referem-se a uma sesmaria que Manuel Esteves de Andrade obteve do governo da Capitania do Rio Grande, em 1723: três léguas de comprimento por uma de largo nas testadas do Olho

¹ O capítulo é oriundo da tese de doutorado *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*, defendida em 2013, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação da Prof^a Dr.^a Tanya Maria Pires Brandão e com apoio financeiro da CAPES.

d'Água do Quinquê Pequenino, pelo dito riacho, entre as datas do Acari e de Gervásio Pereira.² O riacho do Quinquê Pequenino ou Quinquezinho tinha a sua nascente na Serra da Dorna, indo desaguar no riacho do Quinquê. Este, por sua vez, era afluente – já com o nome de Salgado – do riacho São José, de propriedade de seu parente, Nicolau Mendes da Cruz.

Presumimos que tenha acontecido algum litígio entre os dois parentes – Manuel Esteves e Nicolau Mendes – envolvendo a posse da terra (ou de partes dela) do Quinquê Pequenino, considerando a proximidade geográfica entre este riacho e o de São José. Talvez algum problema envolvendo os limites das duas sesmarias ou, quiçá, apropriação indevida das áreas destinadas, em ambas as datas, à criação de gado, embora, sejam apenas conjecturas. O caso é que, em 1724, correu uma ação na Provedoria da Fazenda Real da Capitania do Rio Grande, na Cidade do Natal, envolvendo as terras do “Quinque pequenino na Ribra da Cauã Siridó”.³

O documento encontra-se muito desgastado e com a escrita extremamente esmaecida, o que nos impede de fazer melhores considerações sobre os fatos que ele descreve. Do pouco que conseguimos ler nas páginas do processo, ficou claro que se tratava de uma ação movida por Manuel Esteves de Andrade, pedindo vistas e embargando uma sentença que Nicolau Mendes havia conseguido, a seu favor, na Provedoria da Fazenda Real, envolvendo as terras do Quinquê Pequenino. Do que se tratava essa ação é algo que não sabemos, contudo, desconfiamos que tivesse algo haver com a sesmaria de 1723, concedida pelo Capitão-mor do Rio Grande a Manuel Esteves. Essa hipótese está fundamentada, além da

proximidade geográfica das sesmarias de ambas as partes, no fato de que Nicolau Mendes da Cruz, já em 1723, passara procuração para pessoas residentes na Cidade do Natal representá-lo em questões judiciais.

A ação movida por Manuel Esteves de Andrade prosseguiu até o ano de 1726, embora não saibamos o teor da sentença final, devido às condições de conservação, já citadas, do documento, que está armazenado no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. É possível, dessa maneira, que a sesmaria de Nicolau Mendes da Cruz no riacho São José abarcasse terras que, posteriormente, viriam a formar a fazenda do Saco e que foram vendidas em 1725 a Manuel Esteves, conforme aponta Jayme da Nóbrega Santa Rosa (1974, p 31).

Acerca da pessoa de Manuel Esteves de Andrade, diversos trabalhos que enfocam a história do município de Acari o relacionam à *fundação* desse lugar. As narrativas apresentadas por esses estudos mostram que, ao se instalar como criador de gado na fazenda do Saco, frequentemente trazia sua mãe – baiana, para alguns – para fazer estadia no sertão, a qual, por ser católica fervorosa, constantemente reclamava da falta de um templo religioso nas proximidades, onde pudesse assistir missa e outros rituais cristãos.

Para satisfazer o desejo de sua mãe, Manuel Esteves de Andrade doou patrimônio em terras, no Poço e Cacimba do Saco, em 1737, para se erigir um templo dedicado a Nossa Senhora da Guia no sítio do Acari – ato que contribuiu, também, com a expansão da cristandade pelo sertão, já que

se demorava cerca de oito dias de viagem desde a ribeira do Acauã até a sede da freguesia, na Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó. Logo após a doação do patrimônio, Manuel Esteves encaminhou petição ao bispo de Olinda, requerendo licença para construir o templo, que foi concedida. A capela, depois de construída, foi benta no ano de 1738, acontecimento que marca a *fundação* do Povoado de Acari.

Estão condensados, no parágrafo anterior, partes das obras que Nestor Lima (1990), Luís da Câmara Cascudo (1968), Jayme da Nóbrega Santa Rosa (1974) e Bianor Medeiros (1985) escreveram acerca do município de Acari, onde se ressalta a sua *fundação*. Tais estudos, ainda hoje, são considerados basilares para compreender o processo de formação sócio histórica de Acari no contexto mais amplo da expansão da pecuária pelo sertão da Capitania do Rio Grande. Desses livros, o de Jayme Santa Rosa é o que apresenta maior riqueza de detalhes, tanto pela pesquisa documental que foi feita, quanto pela utilização de entrevistas que foram realizadas com pessoas que moravam, na década de 1970, no Saco dos Pereira – denominação com que ficou conhecida, até nossos dias, a antiga fazenda do Saco, de Manuel Esteves de Andrade.

Mesmo assim, as informações que Jayme Santa Rosa nos apresenta dão conta de que não se sabe, precisamente, o que aconteceu com Manuel Esteves após a bênção da Capela de Nossa Senhora da Guia, em 1738: se voltou para a Paraíba, se foi para algum ponto do sertão ou do litoral “(...) ou ainda se permaneceu tão isolado no Saco que somente as pessoas a ele

mais chegadas lhe conheciam a vida particular.” (SANTA ROSA, 1974, p. 41) Encontramos algumas referências a sua pessoa nas sesmarias da Capitania do Rio Grande do Norte, a exemplo da que foi concedida, em 1743, ao português Alexandre Rodrigues da Cruz. Este, com a justificativa de necessidade de terras para acomodar seus gados, requereu uma sesmaria sita nas “(...) Ilhargas da Cahua, ilhargas do Quinquê, testadas do Trapuá, testadas de Manoel Esteves de Andrade, sítio Acary, terras de Simão de Góis de Vasconcellos e de Manoel Pereira (...)”.⁴

Outra data de terra foi requerida pelo próprio Manuel Esteves de Andrade – que, desde o ano de 1737, detinha a patente de sargento-mor – e pelo capitão Faustino de Abreu em 1748. Tal data se localizava entre os providos do Acari e Picos, São José, Salgado, Quinquê Grande e Quinquê Pequeno e Olho d’Água de São Pedro, onde se achava o Riacho do Saco, cujo desaguadouro ficava no rio Quinquê e no qual “(...) se achão terras devolutas com agoas em anos favoráveis por varios riachos e ipoeyras (...)”.⁵ Foram concedidas, no Riacho do Saco, três léguas de comprimento e uma de largo, correndo para os lados dos Serrotes Encampinados ou para onde melhores contas lhe fizessem, com a finalidade de acomodarem, nos “Certõens”, seus gados e criações.

Rastreando os documentos de demarcações de terra na ribeira do Seridó, na segunda metade do século XVIII, encontramos a referência a Manuel Esteves de Andrade como heréu de propriedades confinantes com os sítios do Acari e do Poço e Cacimba do Saco. Esses sítios foram

demarcados no ano de 1769 e, na ocasião, Manuel Esteves era morador no Olho d'Água de São Pedro, marginando o rio Acauã.⁶ A partir dos anos de 1770 não encontramos indícios de sua presença na ribeira do Seridó, podendo ter falecido ou mesmo ido embora da região. É comum acordo entre os historiadores que trataram da história de Acari, todavia, que o mesmo era solteiro, não tendo deixado descendentes, a não ser colaterais, como os sobrinhos Francisco Pereira da Cruz (segundo a tradição, conhecido como Chico Pereira ou Chicão), apontado por Jayme da Nóbrega Santa Rosa (1974, p. 43-4),⁷ e Antonio José Pereira, que também moraram na fazenda do Saco.⁸

Nas obras a que nos referimos anteriormente, bem como num texto escrito por José de Azevêdo Dantas em 1924 e no documento anônimo *Município do Acay – Obras publicas*, contudo, um aspecto acerca de Manuel Esteves de Andrade não ficou evidenciado: a sua qualidade. Pelo que pudemos apurar, Manuel Esteves de Andrade e seus sobrinhos eram homens de cor. No próprio livro de Jayme da Nóbrega Santa Rosa, comentado em diversas partes deste capítulo, consta a informação de que Manuel Esteves adquiriu a data do Saco comprando-a do seu parente Nicolau Mendes da Cruz – o mesmo crioulo forro sobre quem também estamos escrevendo.

Se Manuel Esteves era parente de Nicolau Mendes isso quer dizer que, ao menos, fosse pelo lado paterno ou materno, deveria ter alguma ligação com famílias de não brancos. Essa nossa suposição começou a ficar

mais evidente quando passamos a rastrear os descendentes de seu sobrinho, Francisco Pereira da Cruz, nos registros paroquiais da Freguesia do Seridó. No casamento de Cosma Rodrigues, filha deste último, com o tio Antonio José Pereira, em 1803, ambos foram averbados textualmente pelo padre Francisco de Brito Guerra, como pardos.⁹

Também encontramos o designativo de pardo para dois filhos de Francisco Pereira, Marcelino Pereira e Antonio Mariano, em uma justificação de dívida aposta ao seu inventário.¹⁰ No caso específico de Manuel Esteves, não sabemos se era, também, um crioulo forro ou se já considerado, em sua época, pardo. O que é importante assinalar, com a constatação de que seus sobrinhos eram pardos, é que, em outro ponto da ribeira do São José, além daquele ocupado por Nicolau Mendes da Cruz e sua esposa Maria da Silva, houve a constituição de núcleos familiares mestiços. Referimo-nos às famílias cujos principais troncos foram os irmãos Francisco Pereira da Cruz e Antonio José Pereira, que se situaram na fazenda do Saco, cujo riacho homônimo desaguava no riacho do Quinquê e, este, no rio São José.

No ano de 1802, os dois irmãos de quem estamos tratando – Francisco e Antonio Pereira – fizeram nova doação de terras para o patrimônio de Nossa Senhora da Guia, acrescentando um quinhão de terras àquele já doado por seu tio, Manuel Esteves de Andrade, nos anos de 1730. A escritura, lavrada na Vila Nova do Príncipe em 16 de março de 1802, elucida que a terra onde os dois irmãos moravam, a fazenda do Saco, fora

comprada ao tio, Manuel Esteves de Andrade. A doação que ambos fizeram, por “(...) devoção e de suas livres vontades (...)”, constava de uma légua de terra, pouco mais ou menos, denominada Ping’Água, fazendo extremas no Marco que se acha na Pedra do Machado, buscando a parte do norte até a Serra da Cabeceira do Pingão, com todas as águas que correrem da dita serra para o Riacho do Pingoá e da largura até o dos Marcos que se acham da parte do Acari.¹¹

Francisco Pereira da Cruz casou com Cosma Rodrigues da Conceição, de quem não conseguimos descobrir a filiação, tendo o casal habitado, como já afirmado anteriormente, na fazenda do Saco. Cosma Rodrigues faleceu em 19 de julho de 1777, como declarou o viúvo Francisco Pereira, em 1778, durante a realização do respectivo inventário.¹² O arrolamento dos bens deixados por Cosma Rodrigues nos mostra a primeira descrição conhecida, da fazenda, orçada, na época, em 200\$000: um sítio de terras de criar gados, chamado Saco, na ribeira do Seridó, com uma légua e um quarto de comprido, pouco mais ou menos, e meia de largo, pouco mais ou menos, falto de águas, que houve por Data do Governo da Capitania do Rio Grande.¹³

É possível ver a situação difícil pela qual passava a família de Chico Pereira no Saco, em função da seca que grassava nos sertões no ano de 1778: além da alusão ao lugar onde moravam ser “falta de águas”,¹⁴ o próprio inventário da fazenda foi bastante modesto. O bem mais precioso era a propriedade, seguido de três escravos que totalizavam 106\$000 (dois

homens, doentes, e uma crioula, “de parva estatura”) e oito cabeças de gado cavalariço, avaliadas, no total, em 20\$400. O restante do arrolamento era composto de armas de fogo, tachos, foices e selas. O espólio dos bens da fazenda orçou pouco mais de 350\$000, dos quais, presumimos, para a partilha, foi subtraído o valor de 16\$560 referente às dívidas da defunta e do seu funeral. Com esse valor era possível, na época, comprar mais de 80 bestas novas.¹⁵

Dez anos após a realização do inventário de Cosma Rodrigues da Conceição aconteceu a medição e demarcação da Data do Saco, requerida pelos irmãos Francisco Pereira da Cruz e Antonio José Pereira, que ocupavam a região banhada pelo riacho homônimo, tributário do rio Quinquê.¹⁶ Tal demarcação referia-se às terras ocupadas pelos diversos heréus das sesmarias requeridas por Manuel Esteves de Andrade em 1723 e 1748, excluindo-se a porção que fora doada, na década de 1730, para o patrimônio de Nossa Senhora da Guia.

Essa área a que nos referimos, conhecida como Poço e Cacimba do Saco, fora demarcada anteriormente, no ano de 1769, por requerimento do capitão Antonio Garcia de Sá Barroso, procurador dos bens e patrimônio de Nossa Senhora da Guia. Para o exame de vistoria, isto é, para atestar que a terra ora demarcada era a mesma que Manuel Esteves de Andrade declarara na sesmaria e na escritura de doação – documentos integrantes do processo –, o Provedor da Fazenda Real, Dr. Antonio Carneiro de Albuquerque Gondim, nomeou duas pessoas de importância na ribeira para

testemunharem. Uma delas foi o tenente-coronel Caetano Dantas Corrêa, morador na fazenda Picos de Cima. A outra foi Feliciano da Rocha de Vasconcelos, homem de cor, morador na fazenda Barrentas, cuja família manteve relações genealógicas com a de Chico Pereira.

Francisco Pereira da Cruz faleceu no mês de dezembro do ano de 1810, conforme atestou, em juízo, o filho Marcelino Pereira da Cruz, que também foi o inventariante dos bens deixados pelos pais. Este último, em 1811, dirigiu petição ao Juiz de Órfãos da Vila Nova do Príncipe, requerendo que se procedesse ao inventário dos bens deixados pelos pais, pois, além de ambos já terem falecido, alguns dos herdeiros haviam se apossado de parte dos legados, enquanto outra parte havia perecido. Apesar do despacho do juiz de órfãos datar de 1811, a feitura do arrolamento só começou, propriamente, no ano de 1814.¹⁷ Os bens da fazenda foram orçados em 465\$880, valor do qual foram descontados 12\$700, restando, para ser partilhado entre os herdeiros, 453\$180 – o equivalente, para a época, ao valor, aproximado, de 45 cavalos novos.¹⁸

A fazenda do Saco, com cinco quartos de légua de comprimento por meia de largo, de criar gados, foi avaliada em 250\$000. Segundo o inventário havia duas moradias de propriedade de Chico Pereira e Cosma Rodrigues na fazenda Saco: uma casa de vivenda, de taipa, coberta de telhas, com sete portas, avaliada em 60\$000 e uma “casinha”, coberta de telhas, valendo 4\$000, que estava sendo utilizada, na época, pela herdeira Nazária Angélica dos Santos. Foi feita referência, também, a 250 telhas da

Casa do Acari, que tinham sido apossadas pelo herdeiro – e irmão de Chico Pereira – Antonio José Pereira. Qual a razão das telhas e não da casa terem sido arroladas no inventário é uma questão para a qual não temos resposta.

Os campos da fazenda, por ocasião do arrolamento dos bens deixados por Chico Pereira e Cosma Rodrigues, eram habitados por uma cabeça de gado vacum – que foi considerada sem efeito no processo pelo escrivão, pois se constatou que estava morta –, oito de cavalari e quarenta de cabras, entre grandes e miúdas. É possível que esse fosse o resultado da morrinha de gados ocasionada pela seca que abateu os sertões no ano do inventário,¹⁹ em razão do que os bens semoventes herdados podem ter, também, perecido – como afirmou o filho Marcelino Pereira, na declaração que deu início ao processo de arrolamento e partilha da fazenda.

Além da criação de gado, é possível que Chico Pereira – ou algum de seus filhos – executasse trabalhos como pedreiro, já que uma das obrigações que consta nas dívidas ativas dizia respeito à construção de uma casa na fazenda do Trapuá, sendo devedor ao monte o falecido coronel André de Albuquerque Maranhão, no valor de 10\$000. As outras duas dívidas ativas eram relativas à compra de um boiote por Luiz José, morador na Serra do Cuité, no valor de 2\$000 e à compra de dois cavalos por Manuel Nunes, morador no lugar do Jundiaí, avaliada em 24\$000. Percebemos, pela listagem das dívidas ativas, que a família de Chico Pereira mantinha relações de trabalho e comerciais com pessoas desde o sertão até o litoral, inclusive, com pessoas da Casa de Cunhaú que, das vastas sesmarias que

obtiveram na segunda metade do século XVII, ainda mantinham alguns domínios territoriais na ribeira do Acauã.

Deduzimos, também, pela leitura do inventário, que Matias Dantas Corrêa, genro de Chico Pereira, exercia o ofício mecânico de ferreiro.²⁰ Nas dívidas passivas do processo consta a obrigação de 6\$300 a ser paga a Matias Dantas, por obras de ferro que seu sogro mandara fazer. Tal dívida foi comprovada por competente justificação que o genro de Chico Pereira ajuizou na Vila Nova do Príncipe, onde testemunharam a seu favor os pardos Feliciano da Rocha Júnior, Marcelino Pereira da Cruz e Antonio Mariano Pereira da Cruz – o primeiro, concunhado, enquanto que os dois últimos eram cunhados de Matias Dantas Corrêa. Ambos afirmaram, em seus depoimentos, que presenciaram a este último trabalhando na produção de obras de ferro, a pedido de Francisco Pereira da Cruz. No caso de Feliciano da Rocha e Antonio Mariano, ambos afirmaram ter visto um rol das obras executadas por Matias Dantas.

Embora tal documento não tenha figurado na justificação de dívida apensa ao inventário, é provável que as tais “obras de ferro” correspondessem aos bens listados (ou a parte deles) no *Título de ferro* do inventário: uma serra grande braçal (4\$000), uma serra de mão com suas armas (\$480), uma junteira com seu ferro (\$640), uma jitana (?) com seu ferro (\$640), duas enxós, uma direita, (\$480) e outra goiva (\$240), um escopro grande (1\$000), um escopro pequeno (\$200), um formão pequeno (\$160), uma verruma grande (\$320), duas verrumas pequenas de encaixar e

encaibrar (\$200), um compasso pequeno (\$160), um guilherme com seu ferro (\$160), quatro ferrinhos pequenos de fazer coronha (\$240), um peso de libra de ferro (\$160) e dois cachos de argolas do uso de ensinar cavalos (\$640).

Com exceção do peso de libra de ferro e dos cachos de argolas para ensinar cavalos, todos os outros artefatos de ferro eram empregados pelos oficiais de carapina. A presença dessas ferramentas no arrolamento dos bens da fazenda Saco nos permite inferir que, na família de Chico Pereira, deveria existir um carapina. Este e o ferreiro eram ofícios mecânicos comuns no Seridó antigo, tendo sido referenciados em inventários *post-mortem* da região no período de 1754 a 1875, estudados por Olavo de Medeiros Filho (1983, p. 47-9).²¹

O inventário de Francisco Pereira traz uma informação importante, no título das dívidas ativas: a de que o sobrinho de Manuel Esteves de Andrade era membro da Irmandade de São Gonçalo Garcia, da Capela do Acari, a quem morreu devendo a quantia de 6\$400. Consta, nos anexos do processo, um recibo do tesoureiro da irmandade, o pardo Marcelino Pereira da Silva (casado com uma neta de Chico Pereira, chamada Hilária das Virgens), recebendo de Matias Dantas Corrêa (genro de Chico Pereira) o valor referente à “esmola” do irmão já falecido.

São Gonçalo Garcia era um dos oragos, na América portuguesa, que reunia, em torno de si, homens pardos agremiados em irmandades (BEZERRA, 2010; DIAS, 2010). A presença dessa associação religiosa na

Capela do Acari, em época tão remota, pode significar que os homens pardos das ribeiras que circundavam essa povoação se congregassem em torno do santo. Devemos considerar, também, que na atual Igreja do Rosário de Acari – antiga Capela de Nossa Senhora da Guia – existe uma imagem de São Gonçalo Garcia, provavelmente do século XVIII,²² o que reforça, ainda mais, nossa hipótese. No único compromisso da irmandade, datado de 1837 – certamente, não o primeiro –, não há referências a serem apenas pardos os irmãos aceitos para a associação. O capítulo 1º anunciava que poderiam servir na irmandade pessoas de um e outro sexo, “(...) e de melhor nota, assim em religiozidade, como em procedimento, desta, ou de outra qualquer Freguezia (...)”,²³ que, após alistamento voluntário, pagariam a anuidade de \$320. Essa associação religiosa ainda estava em funcionamento em Acari na década de 1920, como constatou Nestor Lima (1990, p. 18).

Fizemos um rastreamento da descendência deixada por Francisco Pereira da Cruz e Cosma Rodrigues da Conceição, a partir do cruzamento dos inventários de ambos com a documentação da Freguesia do Seridó e de parte da Freguesia de Nossa Senhora da Guia do Acari. Constatamos a existência de 10 filhos do casal, dos quais apenas uma, Maria, provavelmente morreu solteira, já que apareceu como a herdeira mais nova no inventário da mãe (1778) e, na folha de rosto do inventário paterno, não mais foi citada (1814). Encontramos, compulsando a documentação citada, a presença de 32 netos e 18 bisnetos do casal até,

aproximadamente, os anos de 1830.²⁴ A maioria dos filhos, netos e bisnetos de Chico Pereira e Cosma Rodrigues foram qualificados, nos documentos paroquiais e judiciais, como pardos. Essa constatação reitera a ideia que estamos desenvolvendo: a de que os núcleos familiares que habitaram na fazenda do Saco eram fruto de dinâmicas de mestiçagem.

Não conseguimos desvendar, contudo, as conexões de todos os genros e noras de Chico Pereira e Cosma Rodrigues. De João Ribeiro Pessoa e Vito Antonio, maridos, respectivamente, de Matildes Rodrigues do Espírito Santo e de Rosa, por exemplo, não sabemos a filiação e procedência. O mesmo se pode dizer para Josefa Martins, Angélica Maria, Martinha de Souza e Dionízia de Souza – embora acreditemos que as duas últimas possam ter algum parentesco –, esposas, respectivamente, de Gonçalo do Amarante Garcia, Antonio Mariano Pereira da Cruz, Marcelino Pereira da Cruz e Martinho Pereira da Cruz.

A filha Nazária Angélica dos Santos casou, em 1796, com Matias Dantas Corrêa, filho legítimo de Constantino de Oliveira e de Joana Dantas Corrêa.²⁵ Não sabemos se esta última pertence, por laços consanguíneos, aos mesmos Dantas Corrêa situados na fazenda Picos de Cima, na ribeira do Acauã, onde morou Caetano Dantas, sobre quem discorreremos no capítulo 2. Os estudos genealógicos que se debruçaram sobre essa família listam com parcimônia de detalhes a descendência de Antonio Dantas Corrêa – filho de Caetano Dantas Corrêa e Josefa de Araújo Pereira –, o qual casou com Joana Dantas, filha de Rosa e neta, pelo lado materno, de Gregório José Dantas

Corrêa e Joana de Araújo Pereira (estes, irmãos de Caetano Dantas e Josefa de Araújo, respectivamente). Olavo de Medeiros Filho admite, ainda, que Antonio Dantas Corrêa e Joana moraram no Mendonça, em Mogeiro, na Paraíba (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 221).

Se essa mesma Joana Dantas, após ter enviuvado de Antonio Dantas, contraiu matrimônio com Constantino de Oliveira, isso não sabemos. Há uma possibilidade, também, dessa Joana Dantas Corrêa ter sido escrava e, após ter conseguido a alforria, adotado o sobrenome de seus senhores, tal como aconteceu com o crioulo Maurício José Dantas Corrêa, já mencionado anteriormente.

Cosma Rodrigues da Conceição, que reproduzia o nome da mãe, casou com o tio legítimo Antonio José Pereira, irmão de Francisco Pereira da Cruz, no ano de 1803. Antes disso, todavia, Cosma Rodrigues já tinha dado à luz a dois filhos naturais: Tomé Pereira da Cruz, que casou com a prima legítima Florência Pereira de Souza – filha de Marcelino Pereira da Cruz e Martinha de Souza –, e Paula Pereira da Cruz, que casou com Joaquim José de Melo. Se Tomé Pereira e Paula Pereira eram filhos do tio Antonio José Pereira ou de alguma outra relação furtiva de Cosma Rodrigues, até o momento, não temos condições de responder.

A última filha de Chico Pereira e Cosma Rodrigues chamavase Joana Maria da Conceição. Esta foi casada com Feliciano da Rocha Júnior – que, em alguns documentos, aparece como Feliciano Pereira da Rocha –, filho do preto forro Feliciano da Rocha de Vasconcelos e de Paula Pereira

de Jesus. Feliciano da Rocha e Joana Maria moraram na fazenda Barrentas, banhada pelo riacho de mesmo nome, tributário do rio Quinquê. Posteriormente comentaremos a relação entre as famílias de Francisco Pereira da Cruz e Feliciano da Rocha de Vasconcelos.

Um detalhe a ser considerado, observando-se o estabelecimento de novas famílias por parte dos filhos de Chico Pereira e Cosma Rodrigues, é que parte dessa prole morou nas terras da fazenda Saco.²⁶ Dessa forma, pelos registros documentais, temos a notícia de que os casais Matias Dantas e Nazária Angélica, Antonio José e Cosma Rodrigues, Marcelino Pereira e Martinha de Souza, Martinho Pereira e Dionízia de Souza e Antonio Mariano e Angélica Maria moraram no Saco, onde constituíram família. Os inventários de Cosma Rodrigues da Cruz (1778) e Francisco Pereira da Cruz (1814)²⁷, conquanto tenham que ser observados no contexto dos anos de seca em que foram produzidos nos mostram um patrimônio modesto.

Para a realidade da ribeira do Seridó, onde, segundo Muirakytan Kennedy de Macêdo, os principais sustentáculos da fortuna dos fazendeiros no século XVIII eram a terra, o gado e os escravos (MACÊDO, 2007, p. 84),²⁸ a fazenda inventariada na época da morte de Cosma Rodrigues e de Chico Pereira encontrava-se bastante aquém. Ao compararmos os bens da fazenda Saco com os dados analisados por Muirakytan Macêdo para o período de 1737 a 1813, percebemos que esta última se enquadra entre os quase 38% de inventários, o maior índice dentre eles, cujos ativos familiares

não ultrapassaram 500\$000. No caso específico do Saco, o bem mais valioso, do ponto de vista econômico, em ambos os inventários – o de Cosma Rodrigues e o de Chico Pereira – foi a terra, que recebeu avaliações de 200\$000 e 250\$000 em 1778 e em 1814, respectivamente. Talvez a razão pela qual cinco dos dez filhos do casal tenham se mantido enquanto moradores do território da fazenda do Saco tenha sido a necessidade de efetivar a posse e a manutenção da terra, seu bem mais precioso.

A presença de parte dos herdeiros de Chico Pereira e Cosma Rodrigues residindo nas terras da fazenda Saco, de certa forma, contribuiu para reforçar os laços de parentesco existentes entre aqueles que, por laços consanguíneos provinham do casal acima citado, e aqueles que se juntaram à família na qualidade de genros ou noras. É possível percebermos o fortalecimento de tais laços, também, analisando os registros de batismos dos netos e bisnetos de Chico Pereira e Cosma Rodrigues – temática que, em função dos limites deste texto, não será, aqui, discutida.

Discutimos o processo de apropriação territorial de áreas para criação de gado agenciado por Manuel Esteves de Andrade e seus sobrinhos Francisco Pereira da Cruz e Antonio José Pereira. Essa apropriação culminou com a instalação da fazenda Saco, situada numa área banhada pelo riacho homônimo, tributário do rio Quinquê e, por conseguinte, do rio São José, onde cresceu a prole de Francisco Pereira da Cruz e Cosma Rodrigues da Conceição, que, além dos casamentos endogâmicos, estabeleceu laços de parentesco ritual e consanguíneo com outras famílias

da região, a exemplo dos Pereira da Rocha, descendentes de Feliciano da Rocha de Vasconcelos. Os descendentes de Chico Pereira e Cosma Rodrigues encontram-se espalhados, pela região de Acari, até os dias de hoje.

EM BUSCA DE LIBERDADE: AÇÃO ESCRAVA NA COMARCA DO PRÍNCIPE²

Ariane de Medeiros Pereira

A complexidade do sistema escravista variava de região para região e, por consequência, as formas de relações entre senhores e escravos (REDE, 1998). A escravaria da Vila e depois Cidade do Príncipe²⁹ possuía cativos de 15 a 3 escravos, sendo que era raro os senhores que possuíam mais de 3 escravos (MATTOS, 1985, p. 116). Neste caso, os cativos dessa espacialidade trabalhavam em todas as tarefas existentes, desde o trato com o gado, a feitura de curral, aos trabalhos domésticos, passando pela agricultura.

Dada a organização de matriz econômica que se configurou na Cidade do Príncipe, no qual havia pequenas escravarias e essas estavam destinadas a todos os tipos de trabalho, não é impensável que existisse afinidades no espaço trabalho entre os escravos, livres, forros ou até mesmo com os próprios senhores.

Esse tipo de sistema escravista parece-nos familiar das regiões semiáridas que possuíam poucos escravos e tinham suas produções destinadas ao mercado interno. Essa era uma realidade de espacialidades

² O capítulo é proveniente da dissertação de mestrado *Escravos em ação na Comarca do Príncipe Província do Rio Grande do Norte (1870-1888)*, defendida em 2014 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof. Dr. Muirakytan Kennedy de Macêdo e co-orientação da Prof.^a Dr.^a Juliana Teixeira Souza.

como, Campina Grande (PB) (LIMA, 2009), alto sertão da Bahia (NEVES, 2012), o sertão de Sergipe (AMARAL, 2012) e a região do Crato (CE) (PEDROZA, 2013).

A partir dos dados que levantamos em nossa pesquisa³⁰ essa suposição se verifica. Os homens e mulheres livres figuravam pelos diversos tipos de serviços, tanto especializados, como sem especialização. Além do mais, trabalhavam tanto no campo como em labores tipicamente citadinos, como por exemplo, os profissionais industriais e comerciais. Esse cenário ocupacional representava as novas formas de atividades econômicas que vinham se instalando na Cidade do Príncipe. Os trabalhadores “sem profissão” são os números mais elevados. Esses seriam aqueles que não detinham uma especificidade ocupacional e que poderiam ser arregimentados para qualquer tipo de atividade econômica, dentre as quais, o algodão que demandava um maior número de trabalhadores para o plantio, colheita e apanha – ou os meeiros, agregados e moradores dos proprietários³¹.

Por seu turno, as atividades ocupacionais dos cativos na Cidade do Príncipe eram essencialmente ligadas à lida campesina, ou seja, ligadas ao trato com a pecuária e à cultura agrícola. As escravas domésticas estariam mais próximas aos senhores e, portanto, teriam possibilidades de conquistar sua liberdade por meio de uma afeição que o senhor dispendesse a mesma, por alguma forma de pecúlio junto ou até mesmo por meio de acordos feitos entre as partes. Os escravos lavradores, criados

e os que lidavam diretamente com o trato com o gado poderiam adquirir e acumular pecúlio com o aval de seus senhores.

Os escravos do Príncipe estando atrelados à lida com a pecuária poderiam ter suas atividades estendidas ao criatório de pequenos animais como, por exemplo, cabras, carneiros, galinhas e bodes (FERREIRA, 2005, p. 36-37), o que fazia com que os escravos tivessem mais oportunidade de comprar sua liberdade por meio do pecúlio junto. Utilizando da experiência³² escrava gestada no cativo os cativos souberam forjar meios dos senhores permitirem que estes tivessem uma economia destinada para seu próprio benefício escravo.

A ATUAÇÃO DA BRECHA CAMPONESA NA COMARCA DO PRÍNCIPE

O sistema escravista, em um primeiro momento, poderia ser visto apenas como um meio dos senhores sequestrar a liberdade de seu semelhante, ou seja, subjugar os cativos a ponto que estes não tivessem direito a ações autonômicas. A historiografia, a partir dos anos de 1980, tem demonstrado que essa premissa era errônea. Os cativos, em meio à experiência adquirida ao longo do cativo, souberam forjar formas para pressionar os senhores a melhorar o seu cotidiano, com base nas negociações que foram gestadas no convívio entre senhores e escravos. A estes últimos foram dados o direito de plantar e criar. Esses tipos de concessões ficaram conhecidos como brecha camponesa³³ (GUIMARÃES, 2009, p. 29).

Na Cidade do Príncipe essa “flexibilidade” no cativo significava a possibilidade dos cativos deterem a maior riqueza da região, ou seja, os escravos podiam, com o consentimento de seu senhor, criar o gado para si e, passados alguns anos, aqueles poderiam vendê-los e conquistar a liberdade por meio do pecúlio juntado.

A brecha camponesa, por um lado, pode ser vista como uma forma encontrada pelo senhor para prender os cativos à terra e evitar uma possibilidade de fuga, assim, como uma forma de baratear os custos com a sobrevivência dos escravos. Por outro lado, temos que evidenciar o outro viés que era o da luta que os cativos travaram contra os senhores para conseguir ter certa “liberdade” dentro do sistema escravista.

A princípio, a brecha camponesa foi um acordo feito entre os senhores e os escravos de modo costumeiro³⁴. Em meados do século XIX, alguns desses direitos conquistados pelos escravos se tornaram lei escrita, dentre os quais, o direito à compra da alforria pelo pecúlio escravo poupado. Na Cidade do Príncipe, foi possível encontrar nos inventários *post-mortem* senhores devendo a seus escravos, este fato provinha da brecha camponesa a qual aos cativos era permitido o pecúlio escravo, cujo aquele seria revertido na compra das alforrias, pois as ações cíveis da Comarca do Príncipe nos informam que os cativos que recorriam à justiça para a compra de sua alforria dado ao pecúlio proveniente da “brecha camponesa”.

No dia 16 de janeiro de 1885, na Cidade do Jardim, Comarca do Príncipe, esteve o senhor José Herculano Beserra Lima por meio de uma ação de liberdade e na qualidade de curador da escrava Andresa, solicitou ao Juiz de Órfãos da Cidade do Jardim que notificasse o senhor Manoel Alves de Farias, proprietário da referida escrava, para que este estipulasse o preço da dita para que se passasse a compra da alforria³⁵. A dita solicitação atestava que Andresa era uma cativa de 45 anos de idade, que adquiriu por meio do pecúlio escravo junto uma quantia suficiente para a compra de sua liberdade. Para o intento, era necessário que o Juiz de Órfãos reconhecesse o pedido do curador e passasse a colocar a cativa sob a tutela da Justiça – em depósito judicial – para marcar o dia e o lugar que Andresa seria avaliada.

O Juiz do Termo da Cidade do Jardim, Comarca do Príncipe, não fez nenhuma objeção ao requerimento proposto pelo senhor José Herculano Beserra Lima. Considerou-o como curador da citada escrava e passou a seguir os trâmites da lei para avaliá-la.

Mesmo sendo notificado o senhor de Andresa para, no dia marcado, estar presente em juízo para a avaliação da referida escrava, aquele não compareceu. O Juiz da Comarca do Príncipe informou que o senhor da escrava fosse intimado a comparecer e que ocorresse o "arbitramento da libertanda". No mesmo dia e lugar foi dada a avaliação da cativa. O Juiz recomendou que fossem consideradas as condições da cativa que possuía "sã e boa consciência do estado atual da escravidão", ao que os

avaliadores responderam que pela escrava possuir mais de 45 anos, estes entendiam que seu preço deveria ser baixo, haja vista que a cativa não deveria ter uma quantia elevada.

É notória a diminuição do poder senhorial nesta questão, pois, mesmo o senhor não estando presente, a cativa foi avaliada por terceiros que julgaram o valor da escrava, mesmo sem o comparecimento senhorial. Os encarregados da avaliação foram categóricos ao enfatizar que levariam em consideração a idade da escrava e seu pecúlio junto. Os avaliadores tiveram a intenção de libertar Andresa. Intento este que conseguiram, como podemos verificar na decisão a seguir:

Por tanto julgando, como julgo a mesma Escrava livre, mando [*ilegível*] respectiva passe carta de liberdade, e lhe seja entregue para o seu titulo a garanti, e levantou o Deposito da quantia deposta nesse juizo o Escrevão faça della natureza ao senhorio, M^{el} Alves de Farias, e [*ilegível*] delle recebido p manda, q seja junto a estes autos Cid^o do Jardim 19 de Janeiro de 1885³⁶.

A partir do caso da escrava, agora liberta, Andresa, podemos perceber que os cativos da Comarca do Príncipe tinham o direito ao pecúlio reconhecido e que este servia para ser revertido na compra de sua alforria, mesmo contra a vontade senhorial.

O pecúlio escravo tornava-se também uma questão complexa. No momento em que um cativo possuía um determinado bem e, ao ser vendido, tivesse que levá-lo consigo, o novo senhor poderia não permitir

que o pecúlio junto fosse conduzido ao novo cativo. A economia escrava poupada ficaria sob a guarda do antigo senhor, que seria responsável por entregar ao cativo quando este a solicitasse (NEVES, 2012, p. 166). A relação senhor/escravo, não raro, era permeada por acordos particulares e por diversas complexidades gestadas na experiência do cativo. Através das fontes documentais que pesquisamos, foi possível verificar tensões existentes, no tocante ao pecúlio escravo, quando o cativo morria em cativo.

No dia 22 de abril de 1879, a antiga escrava do senhor Thomas Pereira Cazumbá, a liberta Joaquina Theresa de Jesus, moradora na Cidade de Areia, Termo da Paraíba, por meio de uma petição de herança, solicitou ao Juiz da Cidade do Jardim, Comarca do Príncipe, o direito de herança aos bens de sua filha Apollonia que havia falecido em cativo³⁷.

O pecúlio de Apollonia provinha de alguns bens e outras "agências" que sua "senhora moça" havia-lhes beneficiado, antes que esta fosse para o novo senhorio do senhor José Casado. Sua "senhora moça" deixou os bens da cativa com José Pereira Mattos, que seria responsável por fazê-los produzir e prosperar para que, no futuro, Apollonia viesse a comprar sua liberdade. O que não aconteceu, pois, quando a cativa foi embarcar no vapor, para ir para seu novo senhorio, a cativa não resistiu e morreu "thysica" no ato de embarcar. Assim, Joaquina, sua mãe, alegava que era a legítima sucessora dos bens de sua filha.

Joaquina provando, por meio da matrícula de Apollonia e pelas testemunhas arroladas, ao Juiz Suplente do Termo do Príncipe, o senhor Manoel Vieira de Medeiros, que realmente era mãe de Apollonia, o representante da lei expediu a seguinte sentença:

Julgo provado o dedusido não só em presença do depoimento das testemunhas de f^{as} a f^{as}, como por sua notoridade, pelo que provado assim a maternidade da justificante é ella legitima sucessora de Apolonia sua filha conforme o direito civil, mandando observar pelo art. 59 dos reg. de 23 de Abr. de 1871 e 13 de Abr de 1872, e assim mando que juntando-se destes autos o termo de deposito pendente do respectivo cartorio se [*ilegível*] mandado de levantamento e entrega da quantia depositada, dando a justificante ou assignando termo de recebimento, o que tudo se junte aos presentes autos, pagas as custas pela justificante Cidade do Jardim 24 de Abr de 1879³⁸.

A partir da petição anterior, podemos refletir sobre alguns aspectos do sistema escravista da Comarca do Príncipe. Primeiro, o pecúlio escravo era reconhecido como sendo do cativo, mesmo após sua morte e ficou claro pela decisão do Juiz do Termo do Príncipe que era estendido ao direito de herança, considerando que Joaquina Theresa de Jesus (mãe de Apollonia) teve direito à posse dos bens deixados pela filha. Outra questão para ser analisada é: “[...] como um escravo, que era em tese uma “coisa” (propriedade de outrem) poderia possuir bens? Como se não bastasse, conseguia transmitir seus bens à herdeira direta? [...]. Neste caso, o escravo

é entendido como pessoa que estava apta a adquirir e exercer direitos, mas como, se não possuía liberdade?” (PEREIRA, 2014, p. 74).

A questão se encaminha para a análise que Keila Grinberg (2001) nos afirma, de que havia uma multiplicidade de formas assumidas pelo sistema escravista e que considerar apenas o escravo enquanto coisa já não dava mais conta. Também não era possível instituir o Código Civil, pois este não poderia definir a situação jurídica do escravo, o que viria a deixar a situação mais confusa (GRINBERG, 2001, p, 53). A saída encontrada era que os magistrados decidissem os impasses jurídicos conforme o entendimento que faziam.

Dado ao ano (1879) da petição, não era de se estranhar que o Juiz estivesse a favor da mãe da cativa, no caso Joaquina, pois a lei de 1871 em seu artigo 4º previa que com a morte do escravo, no caso de bens deixados, estes seriam designados para o cônjuge (se tivesse), a outra parte aos herdeiros e, se não tivesse, ao Fundo de Emancipação³⁹. Nesse caso, a transmissão dos bens estava oficializada na lei escrita e o magistrado a fez ser cumprida integralmente. Logo, era legítimo que Joaquina Theresa de Jesus recebesse os bens deixados por sua filha, Apollonia.

AS REDES DE LIBERDADE ACIONADAS NA COMARCA DO PRÍNCIPE

A segunda metade do século XIX apresentava uma nova perspectiva para a conquista da liberdade por meio da lei. Nesse cenário o governo imperial, mesmo com a divergência⁴⁰ de pensamento entre liberais

e conservadores, chegou a um denominador comum em relação à escravidão. Era necessário que medidas fossem gestadas para que a liberdade viesse modo lento e gradual. Primeiro, porque entendiam que os cativos não teriam condições econômicas e psíquicas para “viver sobre si” e ter responsabilidade de seus atos. A outra face era que a liberdade de imediato levaria o Império ao colapso econômico, dado a falta de mão de obra.

A primeira medida intervencionista do Estado na relação senhor/escravo, na busca para a liberdade de modo gradual e lenta, ocorreu por meio da Lei de 1871 ou “Lei do Ventre Livre”. Fato era que essa lei era marco para o processo de libertação escrava por meio da lei escrita (AZEVEDO, 2010, p. 112). Entretanto, temos que deixar claro que esta lei não provinha apenas de uma ação sumária do direito. Esta estava atrelada às discussões liberais que se efetivaram nesse período (CARVALHO, 1988, p. 50-83), como também, pela ação escrava que pressionava o sistema escravista cada vez mais.

A Lei de 1871 pode ser tomada como uma arena de conflitos e não de consenso, tornando-a possível de diferentes formas de apropriações (GRINBERG, 2008, p. 58; THOMPSON, 1987). Essa questão fica explícita ao analisamos o artigo quarto da dita lei, no qual ocorria a possibilidade de negociação entre o senhor e seus cativos. Isso era possível no momento em que o escravo detinha parte de seu valor avaliado, mas precisava prestar

serviço ao senhor por algum tempo, até que completasse o valor estabelecido pelo Juiz.

A ambiguidade da lei⁴¹ ocorria do fato de que a lei escrita exigia que se processassem os trâmites legais para a avaliação do cativo, mas permitia que a lei costumeira existente entre o senhor e os cativos se sobressaísse, no instante que abria a “brecha” para que os dois sujeitos sociais negociassem a alforria por meio de acordos firmados entre as partes.

No dia 20 de fevereiro de 1880, na Cidade do Jardim, termo da Comarca do Príncipe, na Câmara Municipal em audiência pública, com o Juiz Municipal e de Órfãos (Suplente), o senhor Manoel Vieira de Medeiros e demais membros da dita Câmara, esteve o senhor Olympio Horacio de Oliveira Azevêdo, curador da libertanda Edurvirges, solicitar que os peritos arbitrassem quanto podia ganhar a referida escrava diária e mensalmente. O Juiz da Comarca do Príncipe não fez nenhuma objeção à solicitação do curador da libertanda e prosseguiu com os trâmites determinados na lei⁴².

A liberdade de Edurvirges não era uma questão simples, considerando que a cativa era um bem de herança, pois seu senhor havia falecido. O seu curador solicitou que constasse na ação de liberdade⁴³ qual havia sido o valor da cativa dado no inventário de seu antigo senhor, para que Edurgirves pudesse indenizar os herdeiros. Constatou, pelo inventário, que a mesma valia 600\$000. Nesse caso, sem mais nenhuma recomendação

o Juiz determinou que o senhor Clarindo Villar da Silva Santos se mantivesse na condição de depositário da libertanda.

O que se verifica claramente, pelo caso de Edurgirves, é que até a decisão judicial ser pronunciada, a escrava passaria por uma rede de pessoas que tinham o intuito de libertá-la e protegê-la. Era a figura de seu curador e de seu depositário. Os cativos, recorrendo a sua experiência no cativoiro utilizavam as mais plausíveis explicações e fundamentações para a conquista de sua liberdade, além de agenciar uma rede de indivíduos que contribuiriam para os pleitos na justiça (SILVA, 2007, p. 318-319).

Depois de citadas e notificadas as partes envolvidas na liberdade da escrava Edurvirges, o Juiz da Comarca do Príncipe solicitou que os senhores Clarindo Villar da Silva Santos e Alferes João Severiano da Silva arbitrassem o valor da cativa para que a ação fosse julgada. A cativa foi avaliada da seguinte forma:

Passarão de dar o seu laudo ou arbitramento dizendo que dadas as circunstancias do tempo a esterilidade do ser sertão [sic] e a fraqueza do sexo, entendido em suas consciencias que no curso do anno desia ganhar ella libertanda, vinte cinco mil reis, o que sendo ouvido pelo dito juiz e interessado se conformarão. E por nada mais haver que resolver – mandou o juiz haver o presente termo o qual depois de assignado por elle com os mesmos louvados, e preparados os custos se lhe fizesse concluzos; de que fizeste termo. Eu Florentino de Azevedo Cunha, o escrevi⁴⁴.

A questão que se sobressai é que Edurvirges havia sido avaliada, no testamento, em 600\$000. Sendo que a cativa produziria 25\$000 e como já havia sido pago aos herdeiros uma soma de 245\$000, ficaria restando 355\$000 que deveria ser pagos por sua responsabilidade. Assim, o Juiz deliberou:

Portanto P. que determinando a lei, que esse debito seja satisfeito em prestação de serviços pela libertanda dentro de um prazo nunca maior de sette annos, succeda, que dessa contradição entre o valor dado a libertanda constante da certidão a f. arbitramento feito pelos Peritos, o que parece dever posto o ispirito do meretissimo julgador em [ilegível]⁴⁵.

No caso da cativa e, agora liberta, Edurvirges, é inegável que mesmo a liberdade vindo por meio da Justiça e de sua processualística, o acordo para a conquista da liberdade viria de um acordo feito entre os herdeiros e a cativa. Assim, a questão se resolveria através do costume, no qual cabia aos senhores concederem a alforria ou negá-la (CUNHA, 1983, p. 3-4). Edurgirves obteve sucesso e conquistou sua liberdade, mesmo que condicionada à prestação de serviços.

As discussões em torno do pecúlio escravo reconhecido de maneira escrita eram uma constante já nas primeiras décadas do século XIX. Os senhores já se revestiam da ideia de que era bom tomar providências para que os cativos adquirissem pecúlio para a compra de suas manumissões (MALHEIROS, 1866, p. s/n). Esse fato não pode ser tomado como

naturalizado, se até então, os senhores preferiam manter o controle da alforria restritamente proveniente de suas mãos e não, raras vezes, condicionadas a sua vontade (SOUZA, 2013). Algo fazia com que os senhores se posicionassem de maneira diferente já no início do século XIX. Um dos motivos que podemos conjecturar era a ação escrava que vinha pressionando os senhores a desencadear em melhorias para o cativo. O outro ponto a ser pensado era a questão da ação abolicionista na liberdade escrava.

Os anos de 1870 foram cruciais para a ação escrava na conquista da liberdade por meio da lei (GRINBERG, 2008). Esta não seria vista apenas nas escravarias do sul, mas, em regiões do sertão, como era o caso da Cidade do Príncipe, que presenciava os cativos recorrendo à Justiça para a conquista da liberdade.

No dia 14 de julho de 1883, esteve o senhor Adenico Bellarmino Alvares da Nobrega Pinajé, na qualidade de curador designado pela Justiça do Príncipe, da escrava Margarida. Este recorreu ao Juiz de Órfãos da Cidade do Jardim, Termo do Príncipe, o Doutor Francisco Aprigio de Vascancellos Brandão, por meio de uma ação de liberdade na qual pleiteava a compra da liberdade da dita escrava⁴⁶.

A ação de liberdade intentada justificava-se, pelo curador da cativa, perante a Justiça do Príncipe, alegando que Margarida havia sido um bem deixado de herança a Antonio Manuel do Nascimento e Pedro Paulo de Asevêdo, sendo que este primeiro já havia concedido à liberdade

à cativa na parte que o pertencia. Este fato provinha, segundo a alegação do senhor Antonio Manuel do Nascimento, dos bons serviços, amizade e fidelidade com que a escrava Margarida o havia prestado, mesmo nos anos em que a libertação de escravos era uma constante.

É inegável que a escrava Margarida tinha condições de comprar a sua liberdade, considerando que já dispôs de 200\$000 para a compra de sua meia liberdade. Não era impensado que o escravo, já possuindo de liberdade imperfeita, fosse à Justiça na busca pela plena liberdade. O curador Adenico Pinajé não mediu esforço para conseguir a liberdade de Margarida e suplicou ao Juiz do Termo do Príncipe para que este notificasse o senhor Pedro Paulo de Azevedo, para que fosse avaliada a parte que o cabia na escrava Margarida e para que esta pudesse comprar sua liberdade. No mesmo dia, hora e lugar o Juiz de Órfãos, o doutor Francisco de Aprigio de Vasconcellos Brandão em conjunto com os árbitros nomeados, informaram o valor da cativa, considerando as qualidades físicas, morais, idade e aptidão da libertanda. Aqueles deliberaram o seguinte:

declarou o arbitro por parte da curadoria o cidadão João Rodrigues da Costa Mamêde, que arbitrara o valor de cem mil reis, e o arbitro nomeado por parte de Pedro Paulo de Asevêdo disse que arbitrara no valor de duzentos mil reis, á vista do que havendo intimo desacôrdo entre os dois arbitramento, mandou o juis que preparados os autos subissem a sua conclusão para nomeação de terceiro arbitro afim do desempate, marcando o dia da manhã com intimação do mesmo Pedro Paulo de Asevêdo e do curador da libertanda, aparando as duas horas do dia

d'amanhã; de que mandou o juiz faser este termo, que com os árbitros assignou. Eu Florentino de Asevêdo Cunha. Escrevão o escrevi⁴⁷.

Em razão do desacordo na avaliação por parte dos peritos no valor da cativa, era comum que o Juiz procedesse solicitando a presença de mais um árbitro para resolver o impasse. Neste caso, a cativa ficaria em depósito até o novo cálculo e a decisão judicial com vista, a ficar protegida em sua integridade física e mental⁴⁸. A partir daí, o Juiz deliberou que fosse expressa a quantia que Margarida ganharia por mês e mensalmente, com vista a saber se tinha como pagar a seu co-senhor Pedro Paulo de Azevedo. Segundo, a avaliação dos senhores Joaquim Araripe Dantas e José Thomas de Aquino Pereira, a escrava ganhava por mês a quantia de 4076\$000 e fazia em média anual o valor de 55000\$000. Neste caso, o Juiz proferiu a seguinte sentença:

Julgo por setença o arbitramento para que produza os devidos e legaes effeitos; e assim, processada, nos termos da ley, a prestação de serviços, ante a qual requerês se a alforria, na por liberta a libertanda – Margarida e mando se lhe cê o competente, titulo, expedindo se mandado de levantamento de deposito, em poder do depositado, custos pelo senhor da libertanda [ilegível] cauza. [ilegível] esta por publica em mão do Escrevão. Cidade do Jardim 23 de Junho de 1883. ⁴⁹

Pela quantia do valor que a escrava Margarida ganhava anualmente, é perceptível que aquela não poderia pagar ao senhor Pedro

Paulo de Azevedo a sua alforria de modo imediato. No entanto, o Juiz da Comarca do Príncipe entendeu que a escrava poderia pagar por sua liberdade prestando serviço ao seu co-senhor, assim, considerou-a liberta.

Os anos de 1870 marcam claramente o processo de desmoronamento⁵⁰ do sistema escravista. Como ponto de reflexão, podemos tomar a Lei de 1871, e suas consequências. Não que antes os escravos não pudessem recorrer à Justiça e aqui concordamos plenamente com Keila Grinberg (2008), que afirma que, antes de 1870, os cativos já recorriam à Justiça em busca da liberdade. Fato é que, a partir de 1870, os cativos foram à Justiça de forma mais objetiva alegar os meios pelos quais solicitavam a liberdade. A Lei de 1871 tinha, em seus parágrafos, uma série de medidas para solapar o poder senhorial por meio da Lei.

OS MECANISMOS DE PRECONCEITO RACIAL NUMA CIDADE DE SANGUE NO SERTÃO³

Pedro Fernandes de Queiroz

Somos todos irmãos um do outro. Somos todos filhos de Adão e Eva. Tem uns mais claros outros mais morenos, mas todos são filhos de Adão e Eva. Só tem a separação do sangue. (Uma mulher branca, cidadina, de Currais Novos)³.

Esse pessoal mais velho escutava muita coisa dos cativeiros. Vendiam eles. Carregavam de rebanho para vender. Vendiam que nem vende gado. Vendiam nos brejos a senhores de engenho que compravam aquela turma de cativeiro para trabalhar para eles. Lavavam os pés deles [dos senhores] para dormir. Eles não faziam nada. Os Galvões pegaram muita gente para o cativeiro. Luiz Adriano pegava aquelas meninas que pediam esmolas, criava elas, e fazia o que queria com elas. Era tudo curral de rico. Por isso, botaram o nome da cidade Currais Novos. (Uma senhora preta, cidadina, de noventa e dois anos, da família Luciano).

O conteúdo das duas falas acima se cruza e traça o foco que a pesquisa buscou perseguir. Ou seja, de investigar a sustentação de uma teia de preconceito racial a partir da combinação de uma memória ligada a um passado de escravidão e a representação do sangue como transmissor de qualidades sociocultural, envolvendo moradores citadinos e de comunidades rurais negras presente no município de Currais Novos, no sertão do Seridó, no Estado do Rio Grande do Norte. Em relação à pesquisa,

³ O capítulo é oriundo da dissertação de mestrado *O sertão: negros e brancos. Uma amostra do preconceito racial em município de Currais Novos*, defendida em 2002 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Ayala, com apoio financeiro da CAPES.

aprecio, talvez, que a sua validade continua, apesar de ter atravessado uma década da sua elaboração. Por ter planejado captar e tornar visível — combinando e confrontando simultaneamente pesquisa de campo e fontes históricas locais —, os mecanismos pelos quais o preceito racial se manifesta num espaço social sertanejo.

O que é mais dramático para quem se coloca a disposição de estudar o preconceito racial está, seguramente, em perceber como os indivíduos praticam tais ações, como eles elaboram justificativas para legitimar os mecanismos de relações preconceituosas. É dramático porque, torna-se evidente, que tais construções sociais afastam indivíduos e grupos inteiros do convívio da sociedade abrangente, determinando a precariedade de seus projetos de mobilidade social.

Pela ótica do senso comum, a presença de escravos negros na formação social da microrregião do Seridó, aonde está situada Currais Novos, não está vinculado às relações de produção presente na pecuária. Mas do algodão e das fugas de escravos das províncias da Paraíba e do Pernambuco para as fazendas seridoenses. É neste contexto de camadas de negação da existência da escravidão, do número considerável de negros no interior da população majoritariamente branca, que se justificou a escolha pelo ambiente da cidade seridoense, de Currais Novos por ter sua formação social ligada ao gado. O intuito de escolhê-la se deve ao desejo de transformá-la numa amostra representativa do estudo do preconceito racial do mundo social do Seridó, por conseguinte, de forma mais ampla,

do próprio sertão norte-rio-grandense. Mundo social este, que Luís da Câmara Cascudo (1975)⁵² outrora utilizou-se dele para negar a existência de escravidão em todo o sertão potiguar, por ter sua formação social vinculada ao criatório.

AS FACES DOS MECANISMOS DO PRECONCEITO RACIAL

O que torna marcante como um dos resultados desta pesquisa, é a fundamentação da família como grupo de referência para o indivíduo, seja ela branca ou não. Por isso, o fio condutor que se buscou seguir, senta-se em torno da noção de família. Seja, ela tida como estabelecida⁵³, do Riacho ou das Queimadas.

Parecer com alguém em Currais Novos significa pertencer a uma das famílias da cidade, seja ela estabelecida ou não, com suas respectivas características físicas e socioculturais. Porque em Currais Novos os indivíduos que são de família compartilham entre eles, propriedade da família. Afirmação esta melhor expressa por um morador do perímetro urbano, que reporta:

A questão de família é uma coisa séria. Têm traços, fala, gestos e aparência que você conhece, que é da sua família, em qualquer canto, mesmo sem conhecer a pessoa. Eu mesmo passei por uma experiência dessa. Quando ia para o Goiás, um senhor disse que eu era parente dele, sem nunca ter-nos vistos. Justamente no momento que eu estava esperando o pau de arara em Santa Rosa, Paraíba. Ele, mim conheceu por causa da minha fala e do meu jeito.

Para as famílias antigas, ou seja, as estabelecidas, esta compreensão é expressa na declaração de que “são como raposas, uma parecida com a outra”. É suficiente ser primo para a fisionomia guardar traços de semelhança e se reconhecerem, quando: “vão passando, a gente vai conhecendo”. A complementar os traços físicos, o sobrenome entra como um importante aporte para determinar e identificar se é “da gama”. “Quando se fala em Gomes aqui em Currais Novos, sempre é parente”.

No entanto, pode haver indivíduos ou famílias com sobrenomes idênticos e não serem incluídos como pertencentes aos mesmos grupos de famílias, nem sequer ser parente. Caso típico é a afirmação de que numa cidade próxima a Currais Novos há família que assina com o sobrenome Gomes. Todavia o membro da família Gomes ressalta: “Mas não é da nossa família Gomes. É apelido, ou outro sobrenome que inventaram”.

Desta forma, ter segurança para qualificar alguém como parente é necessário, além da fisionomia, do sobrenome, estar inserido no círculo de relações sociais destas famílias para não parecer equívocos. A preservar o grau de certeza do parentesco, mais amplo possível, os membros destas famílias estabelecidas recorrem a informações sobre a origem dos pais dos indivíduos que encontram com o mesmo sobrenome. A estratégia de perguntar pelos pais é um dos meios de classificar os indivíduos como sendo *do tronco velho ou da rama*, uma vez que, com o passar do tempo, a

família tornou-se numerosa, passando a existir casamentos com não parentes.

As principais razões para a abertura a figuras estrangeiras estiveram condicionadas ao crescimento demográfico dos membros das famílias estabelecidas e, por conseguinte, ao esfacelamento da propriedade da terra – sua base de sustentação socioeconômico e cultural – entre eles. Com isso, estas famílias foram sendo obrigadas a sair das suas redomas rurais, para morar no perímetro urbano de Currais Novos, principalmente. Os descendentes que não tiveram condições de preservar os bens materiais se esforçaram pelo menos, a conservar como saída “continua[rem] ligados pela tradição de família, pela consciência e pelo orgulho de uma ancestralidade comum” (NOGUEIRA, 1998: p. 125 grifo nosso)⁵⁴. Podemos, portanto, considerar que a memória das famílias primeiras, ou seja, as famílias estabelecidas, estar ancorado em sua “propriedade ancestral” (THOMPSON, 1993)⁵⁵, que lhe confere um sentido comum de identidade de parentesco, revelada em parte por sua genealogia e em parte pela sua cor ou características físicas.

A composição dessa *propriedade ancestral* demonstra ser tão forte, que diante do processo de decadência econômica de grande parcela das famílias estabelecidas, muitos dos seus membros passassem a “viver só do nome”. Segundo Thales de Azevedo (1996) “Viver só do nome”, significa que “essas famílias perderam quase toda a sua antiga fortuna e os seus títulos mas conservaram o nome, isto é, a sua classificação no sistema de

prestígio e representam-se” (Idem, 1996: p.172)⁵⁶, a partir das suas profissões, das suas posições no mercado de trabalho ou da riqueza que lhes resta ainda, que o faz a manter-se como fazendeiro ou comerciante, até mesmo, como político.

Em contraposição as famílias antigas, parte dos que chegaram de fora, sobretudo, por instalar-se no setor de serviços, ascende economicamente, passa a viver das rendas e a lutarem por status sociais. Ao se misturarem com os estabelecidos, introduzem a mistura de sangue e terminam, por lançarem dúvidas se os indivíduos portadores de sobrenomes e características físicas das famílias antigas, são legítimos, uma vez que casal não descende no mesmo tronco familiar.

A substância que se mistura e torna os indivíduos impuros em relação à sua origem, quebra a identidade de família e muda seus caracteres físicos, é o *sangue*. O sangue misturado não é mais o mesmo, por ser diferentes entre si e por produzir uma terceira substância, indeterminada, acaba por repercutir para indeterminar a pertença do sangue do indivíduo, para qual família ele *puxa*. Assim, acaba por lhe roubar a certeza de identidade social, a qual família ele pertence homogeneamente. Passa assim a ser comparado à *mistura de café com leite*, onde não se pode mais distinguir as partes ou separá-las. Por ser parte do casal pura, no sentido de que remete à linhagem dos antepassados das famílias primeiras, mas a outra parte se desvincula dessa originalidade por trazer e ter apenas o

sobrenome familiar. O diálogo que presenciamos próximos ao mercado público de um casal, sintetiza a *mistura de café com leite*.

Esposa: - como eu casei, e não tenho nenhuma parte da família dele. Meus filhos são Gomes, mas não são Gomes Legítimos. É uma parte, já outra não é.
Esposo: - Mas como estamos casados, o nome dela [esposa] já tá com o sobrenome Gomes. Mas o sangue não é o mesmo. Já tem dois sangues; aí está a diferença. Tá que a gente não sabe qual sai com sangue de um só. Depois vai misturando com outras famílias, aí vai saindo um povo mais diferente. Mas os mais velhos mesmo casaram todos na família, primo com primo. Mas hoje estão saindo se espalhando.

Dessa forma, o sangue pressupõe a família. Aquele passa a ser o reverso desta. Em síntese, nele está contida a raça, ou seja, raça de família, isto é, “um todo de descendentes e ascendentes com características diferenciadas perpetuadas pela hereditariedade” (REESINK,1999: p.196)⁵⁷, que determina as características fenotípicas, culturais e sociais dos membros destas famílias. Por determinar tais aspectos, é possível conhecer se uma determinada pessoa tem sangue de uma das famílias-raças estabelecidas, como um verdadeiro exercício de catalogação.

Tem-se a ideia, por exemplo, que se reconhece um membro da família Galvão, pela sua “cor”, “as marcas em seu corpo, como a da testa longa com entradas sem cabelos”, “vontade de poder e coragem”, “virtudes” e “fraquezas”. Já os membros da família Gomes são reconhecidos pelos seus cabelos grisalhos ainda em idade incipiente. O dom

ou a capacidade singular de reconhecer essas famílias pertence em maior grau às pessoas do lugar.

Possivelmente do que observamos em campo, a invenção mais sofisticada a regular a classificação dos indivíduos para qual família eles pertence, no intuito de certificar uma linhagem para si, ao mesmo tempo, para a própria família, se localiza na confecção de árvores genealógicas orientada pela memória ou pelos registros escritos relacionados à genealogia. A produção de árvores genealógicas tem o efeito de servir de arquivo de uma memória social entrelaçada com a ideia de que o sangue determina traços físicos e socioculturais.

Deste modo, a genealogia passa a ser “um dos principais meios para guardar a memória de Currais Novos, já que é importante para as pessoas saberem suas origens e raízes”. Em suma, “a genealogia é um meio de guardar a memória, pelos menos em relação de saber quem você é, de onde você veio e das suas origens”. Para quem está inserido, estar fora da árvore significa não “saber de onde veio, não saber quem é, nem quem são seus antepassados”.

Por outro lado, a técnica de construir a árvore genealógica possibilitará, também, que ela seja manipulada para reconhecer e identificar famílias de ex-escravos⁵⁸. Esse dispositivo da árvore genealógica parece ser tão eficiente, como filtro de pertença, que é capaz de detectar qualquer indivíduo que tente compor o grupo privilegiado de forma indevida. No entanto, ele não funciona apenas para distinguir as famílias

estabelecidas daquelas que descendem de ex-escravos. Ele também tem a função de identificar brancos e ex-escravos que se uniram em laços matrimoniais e formaram família ao longo das gerações⁵⁹.

No caso de um ex-escravo ter se misturado com outras famílias não negras e “apurado o sangue⁶⁰” e, por consequência, a cor, o sobrenome ajudará a revelar, através das árvores genealógicas, a sua origem escrava⁶¹. A genealogia manejada de maneira engenhosa serve, portanto, para revelar os indivíduos que têm alguma ligação com o passado escravo, seja por ter sido escravo, seja por ter se casado com um ex-escravo ou descendente de escravo. Se a genealogia é um dos carimbos sociais para distinguir dentro da cidade brancos e negros, descendentes de ex-senhores e ex-escravos, ela se faz pouco usual para os cidadãos identificarem, classificarem e separarem as comunidades rurais negras, dos Negros do Riacho e das Queimadas presente no município, por usarem outros mecanismos de reconhecimento para percebê-las quando oriundas de escravos.

Os currais-novenses reconhecem e identificam os negros do Riacho andando pelas ruas por meio de suas características físicas e cor. Ao lado disso, tomam como critério de referência suas atividades de trabalho, ligadas à confecção de peças de argila e seu ato de pedir esmolas. Complementando esses traços, ainda há sua maneira própria de falar, bem como seu comportamento. “Os negros do Riacho são diferentes dos da cidade. Os negros do Riacho são altos e magros. Mas há baixos também. São diferentes pelo comportamento, pelo jeito, pelo modo de falar”. Os

membros da comunidade sentem que são percebidos de forma não respeitosa. Em meio a suas angústias por serem vistos assim, acabam por comentar.

Quando a gente vai para a rua [cidade de Currais Novos], em todo canto aonde a gente tá, lá vem o pessoal: aí negro do Riacho, ei negrão o Riacho; ai eu vou levanto o dedo sorrindo, eu não posso dar jeito no pessoal, não posso matar todos, eles já conhecem a gente como negro do Riacho, negrinhos do Riacho, onde a gente anda encontra um conhecido, todo canto nos conhece, os negros do Riacho. Fazer o que? (Membro do Riacho).

Os negros do Riacho são percebidos por meio desses traços diacríticos, porque não se pode desprezar o papel que os dados observáveis realizam no jogo de reconhecimento social. Desta forma, cor, características físicas, comportamento e modo de fala são “referenciais para situar socialmente, para designar a uma certa classe, para identificar, em suma” (PENNA,1992: p.75)⁶². Pelos índices acima mencionados, os negros do Riacho serão percebidos pelas famílias estabelecidas e pela maioria dos cidadãos como pertencentes a um determinado tipo de raça. Uma raça de ex-escravos que não evoluiu nem socialmente, nem culturalmente, nem sequer é civilizada.

O reconhecimento de que os negros do Riacho são remanescentes de ex-escravos, está codificado numa cadeia de traços diacríticos de faltas, que se somam a servir de base a formar as ações preconceituosas contra a

comunidade quilombola. São eles: a) só casam entre si, para manter a família; b) não sabe ler; c) não sabe de datas, nem sequer de nascimento; d) só vivem brigando; e) não possuem documentos, f) moram em casas de taipas. Ainda que parcela dessas características tenha se transformando, como a presença de casas de alvenarias construída pela igreja católica local, os currais-novenses tendem a dizer que os únicos negros descendentes de escravos “aqui por perto” e “em forma de quilombo” (Cf. SOUZA, 1983) são os do Riacho⁶³.

A raça de família que forma o grupo dos negros do Riacho, com esse conjunto de aspectos, para os currais-novenses, procede da África. A partir da representação dos negros do Riacho na condição de negros da África e incivilizados, os cidadãos passam a avaliar os demais negros não somente pela ótica da cor, mas dos comportamentos e hábitos que se assemelham aos dos negros do Riacho. Assim sendo, todos os negros da zona urbana, que podem ser classificados como negros, passam a ser vistos como morenos quando comparados aos do Riacho, em vista de terem adotado a educação das boas maneiras e da moral dos cidadãos, em boa medida concepções da cultura das famílias estabelecidas.

Para os morenos, tal atitude significa momentaneamente estar inserido no grupo estabelecido branco, já que “adesão ao código comum funciona para seus membros, como uma insígnia social” (ELIAS & SCOTSON, 2000: p.171)⁶⁴. No entanto, a identidade social desses morenos é situacionalmente instável, quanto menores seus vínculos pessoais e o seu

poder econômico. A partir do momento em que eles quebram algum código de expectativa dos brancos citadinos, são comparados aos negros do Riacho, são chamados de negros do Riacho. “Às vezes, quando vou para a escola e os meninos brancos estão brincando no meio da minha rua, eles começam a chamar-me de negra do Riacho. Eu vou chorando de tristeza para a escola por causa disso” (Jovem de cor, cidadina de 10 anos de idade).

O simples fato de um indivíduo tido como moreno cortejar uma menina branca, dependendo da posição social, é o bastante para ele ser reclassificado. Ou simplesmente o fato de brincar uma criança branca com uma criança negra.

Quando eu era criança, a brincar com os amigos brancos, a irmã ou tia deles, falavam: entre para dentro de casa menino, deixe de brincar com negro do Riacho. Hoje não se diz assim, mas fala disfarçado. Mas a gente entende o significado. Várias vezes já fui confundido como negro do Riacho. Veja. Quando um moreninho está na praça Desembargador Tomás Salustino, fala para um amigo comunicar a uma menina branca que o rapaz está a fim dela. Ela responde que não quer namorar com negro do Riacho (jovem de cor, citadino, 20 anos de idade).

Mas este mesmo jovem tem o interesse de se diferenciar dos negros do Riacho tem o desejo de “amorena-se”, ao mostrar que apesar de possuir a pele escura, não é igual aos do Riacho, quando justifica, se comparando aos moradores do Riacho *“os negros do Riacho têm a palma da mão grande e amarelada enquanto dizia isto, mostrava a palma das mãos. Têm os cabelos ruins*

e amarelos enquanto dizia isto, passava as mãos sobre os cabelos lisos. Os negros do Riacho só têm branco os dentes". Portanto, aos olhos dos currais-novenses, a identidade social dos morenos tende a ser definida em relação de oposição aos moradores da comunidade dos negros do Riacho; a identidade da comunidade das Queimadas também o é, e, em contraste com a do Riacho.

A imagem de preguiçosos dos negros do Riacho, em contraposição à comunidade das Queimadas, empresta a estes últimos a identidade de negros trabalhadores. Os queimadenses são vistos como agricultores, logo, como trabalhadores, que aparecem na cidade, esporadicamente, para fazer compras ou receber sua aposentadoria. Enquanto isso, os negros do Riacho são considerados como não-trabalhadores, por serem vistos constantemente na cidade subindo e descendo as ruas a mendigar⁶⁵.

Além disso, os negros da comunidade das Queimadas, na ótica dos currais-novenses, fogem da identificação em torno das características físicas e de cor, por terem se miscigenado e não reproduzirem os hábitos dos negros do Riacho, como expressa um professor citadino, da rede municipal:

Devido ao cruzamento das raças, lá os nossos negros das Queimadas não têm uma cor original. É bem diferente. Os negros das Queimadas têm uma estatura menor, a voz muito parecida com as dos negros do Riacho, mas os hábitos são diferentes. Porque lá eles trabalham mesmo na área de

agricultura, extração de carvão, nas fazendas são mais sociáveis. .

Há, portanto, além da cor, a indicar os prováveis descendentes de ex-senhores de escravos e de ex-escravos, um conjunto de índices de natureza diversa, que tanto pode ser natureza biológica, a aparência física; quanto social, andar em grupo, pedir esmolas, genealogia; como também cultural, modo de vida ou sangue como transmissor de comportamentos socioculturais. Todos são usados como mecanismos estratégicos a justificar as diferenças sociais e a embasar o preceito racial.

Uma oportunidade privilegiada dos cidadãos renovarem seus mecanismos de preconceitos se encontra nas visitas que os colégios públicos e privados fazem com seus alunos à comunidade do Riacho, conforme o depoimento de professora da rede de ensino privado:

A gente tem um ex-aluno daqui do colégio, que já foi lá. Ele vai nos guiar. Já temos uma estratégia para quando chegar lá. Porque dizem que eles são um povo arredio. Por isso que vamos, levar uns presentinhos, para dar a eles. Porque já é uma coisa cultural. Vou levar uma turma da quarta série. O objetivo da viagem é mostrar o folclore, a cerâmica e a dança deles.

Por causa dessa e, de outras interações contínuas, os cidadãos mantêm atualizada suas classificações e hierarquia de quem é branco, moreno ou negro, a partir do eixo comparativo cidade versus comunidades rurais negras, ainda que elas sejam distintas. Este eixo existente em Currais

Novos, onde os indivíduos negros citadinos são tidos como morenos e os negros da comunidade rurais são reconhecidos como negros, assemelha-se à cidade de Santa Luzia, no sertão paraibano, onde situa-se a comunidade rural negra do Talhado, pesquisada por Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (1975)⁶⁶.

Para Cavalcanti, a utilização do termo “*moreno*” para os negros situados no perímetro urbano da cidade paraibana, em contraposição ao termo “negro” para aqueles que residem no Talhado, visa embranquecer os negros santaluzenses e em oposição enegrecer os negros do Talhado. Deste modo, para antropóloga, “o preconceito em relação ao negro de Santa Luzia é camuflado, enquanto é acentuada a situação estigma que envolve o negro do Talhado” (Idem, 1975: p.21).

Uma outra característica de campo que se assemelha a pesquisa de Cavalcanti (1975) é o fato de os morenos currais-novenses, como os de Santa Luzia, residirem na periferia das suas cidades, além de ambos se sentirem diferentes e temerem ser identificados e classificados como negros das comunidades destas cidades. Para evitar o risco de serem identificados como negros do Talhado, os morenos santaluzenses não convidam os talhadinos para participar da Festa do Rosário, que aqueles todos os anos organizam.

Os negros do Talhado são considerados diferentes pelos não brancos citadinos de Santa Luzia, pois “não possuem tradições de origem

africana e não participam das festas de Nossa Senhora do Rosário organizadas pelos negros da sede do município” (Idem, 1975: p. 17). Desta forma, Cavalcanti (1975) percebe que a relação de oposição, ou seja, de preconceito racial existente entre morenos e brancos em Santa Luzia, é idêntica à que se dá entre negros do Talhado e morenos de Santa Luzia.

A relação de oposição acima se repete em Currais Novos, de um lado, para brancos e morenos na zona urbana, e, de outro, morenos citadinos para os negros do Riacho, em suma, independentemente da cor dos citadinos, há uma ação de preconceito racial para a comunidade dos Negros do Riacho. Porém, se os morenos santaluzenses consideram os negros da comunidade diferentes por não possuírem uma tradição africana, os morenos currais-novenses vão justamente considerar os negros do Riacho diferentes, entre outras coisas, não por ter uma tradição africana, mas por ser da África.

No geral, todos os mecanismos de preconceitos apresentados, que terminam por estruturar o preconceito racial presente nas relações sociais em Currais Novos envolvendo brancos, negros e morenos, tem um forte fator de afirmação social, bem como racial, em maior grau, com o objetivo de ajuizar pertencimento a um determinado grupo. De preferência, ao grupo com lugar de maior prestígio social e de poder. Onde estão situadas historicamente as famílias estabelecidas, ou seja, as primeiras, fundadora de Currais Novos.

No entanto, não podemos de modo nenhum, afirmar sociologicamente que houve por parte das famílias estabelecidas, interesse ou intenção de influenciar quaisquer ondas de mecanismos de preconceito racial para as comunidades ou famílias consideradas de negros. Apesar de Costa Pinto (1998)⁶⁷ afirmar que as pessoas de alto prestígio social, como as que estão no interior das famílias estabelecidas, ao apresentarem atitudes tidas como racistas, as mesmas são fontes latentes de propagação de maneiras preconceituosas, por serem modelos a serem imitados devido ao seu prestígio. Desta forma, todos esses mecanismos de preconceitos raciais, estruturam-se ao redor da lembrança do passado escravocrata e da ideia do sangue como veículo transmissor de caracteres sociocultural e de raça, a indivíduos e grupos de família, acabando por servir de vínculo de apoio a hierarquia social e de raça presente em Currais Novos, entre famílias, indivíduos e comunidades.

“NEGO VEIO É UM SOFRER⁶⁸”: REPRESENTAÇÃO, AGÊNCIA E SUBALTERNIDADE NUMA IRMANDADE NEGRA DO SERIDÓ⁴

Bruno Goulart Machado Silva

A partir da experiência com minha dissertação de mestrado em Antropologia Social, intitulada *Nego veio é um sofrer: uma etnografia da subalternidade e do subalterno numa irmandade do rosário* (defendida em 2012), pretendo neste pequeno artigo apontar algumas questões centrais abordadas ali. O que se segue é uma discussão e problematização da relação entre as elites locais e os membros de uma irmandade católica negra localizada em Jardim do Seridó, cidade do interior do Rio Grande do Norte.

A irmandade aqui em questão é uma instituição católica, vinculada à Igreja, devota à Nossa Senhora do Rosário e a São Sebastião. Seus membros se auto intitulam os *negros do Rosário*. A principal atividade da irmandade é a realização de uma festa anual em devoção aos santos entre 30 de dezembro a 1^o de janeiro. Apesar da irmandade ter sido criada oficialmente apenas três anos antes da abolição da escravidão, em 1885, o primeiro registro da festa data de 1863. Além do caráter religioso, hoje os *negros do Rosário* se tornaram um importante grupo folclórico e artístico,

⁴ O capítulo é fruto da dissertação de mestrado "*Nego veio é um sofrer*": uma etnografia da subalternidade e do subalterno numa irmandade do Rosário, defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação da Prof^a. Dr.^a Julie Antoinette Cavignac, com apoio financeiro da CAPES.

apresentando suas danças e músicas em várias ocasiões – danças e músicas que há algumas décadas eram reservadas apenas aos contextos religiosos. A mais conhecida performance do grupo é a dança do espontão, uma dança bastante difundida entre as irmandades negras na região do Seridó potiguar. Ela é acompanhada de uma banda de pífaro, além de um reinado – composto por vários cargos reais como reis e rainhas, escritã(o)s, juíze(a)s, presidente(a)s etc.

Minha intenção é apresentar as inquietações e desafios que apareceram na construção dessa etnografia. Assim, o artigo se dividirá em dois momentos. Num primeiro momento, gostaria de discutir e problematizar o discurso da *valorização* e a questão da visibilidade social dos *negros do Rosário*, assim como suas implicações. Irei sugerir que o acesso à representação da irmandade é monopolizado pela elite local, e o acesso dos *negros do Rosário* à sua auto representação é reiteradas vezes negado. Na segunda parte, me proponho a discutir como podemos pensar a agência dos *negros do Rosário* frente a esse contexto marcado por sua posição de subalternidade.

VISIBILIDADE E VALORIZAÇÃO: PROBLEMATIZANDO A REPRESENTAÇÃO NA RELAÇÃO ELITES LOCAIS E NEGROS DO ROSÁRIO

Uma das questões que me chamaram a atenção na irmandade foi sua visibilidade tanto na cidade de Jardim do Seridó, como em todo estado

do RN, no geral. Para mim, isso foi um tanto paradoxal, uma vez que a historiografia do Seridó tendia a invisibilizar a presença negra.

O discurso da invisibilização parece ter sido para onde se voltou grande parte das críticas contemporâneas à presença negra na região do Seridó potiguar (CAVIGNAC, 2007; PEREIRA, 2011). Isso porque a presença negra no processo de colonização do Seridó foi reiteradas vezes subestimada e obscurecida (CASCUDO, 1955, p. 52; MELO, 1977, p. 9-10⁶⁹).

A situação é paradoxal porque ao contrário da invisibilização do negro no Seridó promovida pela historiografia de meados do século XX, que subestimava a presença negra na região, a irmandade de Jardim foi um dos locais onde essa população aparece e adquire visibilidade. Se do ponto de vista econômico e social a trajetória dos negros está ausente na historiografia clássica da região, no campo do folclore eles aparecem como portadores de uma importante manifestação cultural do Seridó e do estado potiguar. Assim, muito se escreveu sobre essas irmandades em comparação com os dados quase ausentes sobre as trajetórias sócio econômicas da população negra do Seridó.

Contudo, não se trata de celebrar esse espaço de visibilidade com um otimismo ingênuo. Apesar dos *negros do Rosário* terem visibilidade enquanto grupo folclórico, ainda são eles os habitantes dos bairros periféricos de Jardim do Seridó e, muitas vezes, os empregados no setor informal. Assim, uma das preocupações centrais do trabalho de dissertação foi a relação estabelecida, a partir do discurso da valorização, entre as

elites, de modo geral, e os *negros do Rosário*. Acredito que essa relação era a base para se entender o discurso da “valorização” e da “visibilidade” que circundavam a irmandade e o lugar dos *negros do Rosário* nesse contexto.

Eu me perguntava, inicialmente, onde e como aparecem os *negros do Rosário* nos discursos dos intelectuais, das autoridades religiosas e políticas da cidade. Que irmandade é essa que eles produzem? Que espaço ocupam os *negros do Rosário*, e quais interesses e discursos são mobilizados nessas representações da irmandade?

Durante o trabalho de campo, o que pude perceber era que se os *negros do Rosário* apareciam de maneiras distintas nos discursos de intelectuais locais e autoridades públicas e religiosas, havia, não obstante, algo em comum a esses discursos, a saber, a ausência da voz dos *negros do Rosário*. Em outras palavras, a produção sobre a irmandade não mobilizava o conhecimento do grupo, apesar de estar focada nele. Exemplificarei, de forma breve, esse processo através de exemplos que vivenciei durante a pesquisa.

Quando cheguei à cidade de Jardim de Seridó, os primeiros sujeitos com que tive contato foram os intelectuais e autoridades públicas da cidade. Eram eles que me diziam quem eram os *negros do Rosário* e onde encontrá-los. Um fato ainda mais curioso é que os próprios *negros do Rosário* respondiam à minha insistência em temas como a história da irmandade indicando-me conversar com o *historiador da irmandade* (Sebastião Arnóbio, secretário da paróquia, historiador e folclorista), porque era ele quem saberia de toda a história da irmandade. Desse modo, esses intelectuais

detinham, em certa medida⁷⁰, o monopólio da representação sobre os *negros do Rosário*. Nesse sentido, gostaria de destacar um acontecimento ilustrativo da falta de acesso à auto representação dos *negros do Rosário*, o qual se deu durante uma apresentação do grupo na casa de cultura de Jardim, em começos de agosto de 2011. Na ocasião, o grupo iria se apresentar para uma escola de ensino médio e fundamental da capital do estado, Natal. No dia da apresentação, o *historiador da irmandade* compareceu para falar sobre a irmandade, enquanto aos *negros do Rosário* cabia apenas performatizar suas danças e músicas.

Em outro momento exemplar, eu mesmo ocupei esse lugar de *intelectual porta-voz*, quando, em um evento realizado para os alunos das escolas públicas de Jardim do Seridó, em março de 2012, fui convidado a falar sobre a irmandade. O interessante foi que, dentre todas as pessoas que poderiam transmitir conhecimentos aos alunos, o selecionado para falar sobre a irmandade foi eu, um antropólogo, então mestrando da UFRN, que conhecia a irmandade há somente dois anos na época. Assim, tive a tarefa de, na frente dos *negros do Rosário*, falar por eles.

Esse monopólio da representação implicava ainda a produção de narrativas específicas sobre a irmandade. Uma das principais características das narrativas dos intelectuais sobre a irmandade que pude observar e ler durante a pesquisa é a tendência de adotar uma perspectiva que chamo de *conciliatória*. Quero dizer com isso que a festa e a irmandade são explicadas como uma instituição construída de forma amigável, e que

existe até hoje por causa da atitude razoável dos senhores para com os escravos⁷¹. Nessa perspectiva, os senhores são sempre os agentes da história, e nunca o contrário. Essas relações harmônicas e cordiais trazem consigo, então, a ideia dos negros como passivos na construção histórica de sua própria manifestação cultural.

Os intelectuais, então, são quem tem a legitimidade de transformar sua representação em pedagogia. Aqui o *pedagógico* deve ser entendido como o lugar no qual “uma narrativa da realidade [...] [é] estabelecida[...] como normativa[...]” (SPIVAK, 2010, p. 48). Essa narrativa que se torna uma pedagogia, algo passível e legítimo de ser ensinado, não é a narrativa dos *negros do Rosário*, e sim a dos intelectuais (categoria na qual se insere o autor do texto). Somos nós os agentes autorizados e com legitimidade para *dizer e fazer ver* a irmandade.

Desse modo, a agência dos *negros do Rosário* é duplamente negada: tanto enquanto formuladores de representação, como na própria representação dos intelectuais, onde estes aparecem como personagens. Então, a posição dos *negros do Rosário* frente à irmandade é subalterna. Para Spivak (2010), a posição de subalternidade é uma posição relacional que pode ser, também, transitória, marcada pela ausência de voz. Voz, para a autora, é uma metáfora para dizer que o subalterno é aquele que tem sua agência negada duas vezes, pois são representados por terceiros em dois sentidos: “a representação como ‘falar por’, como ocorre na política, e

representação como ‘re-presentar’, como aparece na arte ou na filosofia” (SPIVAK, 2010, p. 31).

O contexto da minha pesquisa chamava atenção para a lógica perversa da “valorização cultural” empreendida pelas elites locais. Em nome da valorização, os intelectuais se colocam como porta vozes da irmandade (a representação no sentido de *falar por*), negando o acesso a um espaço de fala para os *negros do Rosário*. E ao se colocarem como porta vozes, se tornavam legitimados a falar, também, *sobre* a irmandade, ou seja, para *narrá-la* (o segundo sentido de representação). Ao tomar a instância da representação para si, essas elites locais (que devem ser vistas, assim como o subalterno, como uma categoria relacional e transitória⁷²) negam o espaço de representação aos *negros do Rosário*. Assim, apesar de a irmandade ser um espaço de visibilidade, esta é construída e monopolizada pelas elites locais. Essas elites são quem instituem um espaço performático-discursivo no qual os *negros do Rosário* adquirem sua existência social: é somente através dessa representação que eles podem ser vistos, lidos e entendidos.

UM DESAFIO ETNOGRÁFICO: PENSANDO AGÊNCIA ENTRE OS NEGROS DO ROSÁRIO

Além de problematizar essa relação entre elites locais e membros da irmandade, outra questão se colocava na pesquisa: como encontrar a agência dos *negros do Rosário* em um contexto em que o acesso a suas vozes é reiteradas vezes negado⁷³?

Contudo, o problema aqui não se resume à absurda proposta de dar voz aos *negros do Rosário* através do texto do intelectual, mas apenas problematizar e pensar como e quando essa voz pode aparecer. Escrevo aqui contra um posicionamento pós-representacionista e pós-ideológico de Foucault. Em uma conversa com Deleuze, Foucault afirma que “o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber” (2006, p.71). Apesar de concordar que a voz do subalterno é barrada e invalidada, a afirmação parece sugerir que o subalterno é o portador de uma representação que seria transcendente e pura, reservada da ideologia presente nas narrativas dos intelectuais. Este é um dos riscos levantados por Spivak (1999, p. 287) quando se trata de pensar a “voz do subalterno”.

Um outro problema é que, ao se abster da representação, os intelectuais não podem ser críticos com relação ao seu papel de intelectual. Isso porque se seguirmos o projeto de Foucault, de deixar o oprimido falar por si mesmo – ao invés de representar o oprimido –, podemos acabar por retificar uma política bastante utópica.

Desse modo, concordo com a crítica de Spivak (2010) ao que se refere a esse projeto pós-representação de Foucault, e acredito que fazer uma crítica à representação não precisa levar necessariamente à sua abstenção e à proposição de uma política utópica de deixar o subalterno

falar pelo texto do intelectual. Aproximo-me de Spivak (1990, p. 57) na medida em que seu posicionamento é o de analisar e representar o “texto” do subalterno, reinscrevê-lo e escrevê-lo para ser lido e não se propor, demagogicamente, a dar uma voz a ele. Assim, meu esforço ao pensar a questão da agência foi de assumir meu papel enquanto *mediador interessado* desses discursos.

Assim sendo, gostaria de exemplificar a questão da agência na pesquisa com a análise de alguns trechos das falas dos *negros do Rosário*. Vou me limitar aqui àquelas que se voltam para o tempo da escravidão, esse tempo que os intelectuais chamam de História, para que possamos observar como o grupo a recontextualiza e a manipula ideologicamente ao seu favor⁷⁴.

Como mencionado anteriormente, a referência à escravidão e à sua relação com a criação da irmandade se dá, por parte dos intelectuais, nos termos de um romantismo que tende a minimizar a desigualdade do sistema escravocrata no Seridó, interpretando a escravidão como mais branda na região, geralmente por causa de uma elite local mais democrática e tolerante.

Os *negros do Rosário* não participam da construção pública dessa história, fazendo de suas vozes quase que um longo silêncio. Porém, desses silêncios surgem fragmentos de uma história “de baixo” que apesar de falar

o mesmo que os intelectuais – possuem elementos narrativos bastante similares – falam diferente. Assim, mesmo que estilhaçadas, fragmentadas, as narrativas dos *negros do Rosário* existem e elaboram uma interpretação da história na qual irmandade e escravidão se cruzam de maneira específica, como podemos ver na fala abaixo:

[...] o pai de Antônio Caçote, que tinha a caixa⁷⁵ que hoje tá lá em Dr. Paulo⁷⁶, o pai dele era da escravidão. E havia uma aldeia dos escravos lá no São Roque⁷⁷, descendente de escravos. Nós aqui somos descendentes de escravos. Meu bisavô era escravo, meu avô era escravo. 1888 quando aboliu a escravidão aí ele foi liberto, mas também com poucos tempos morreu. Ele passou dois anos, morreu muito novo, meu avô João Dantas. [Durante a festa] Eles podiam ficar três dias de férias, de folga, tá entendendo?! Os patrões deles, os senhores, davam um boi, matavam um boi e davam três dias pra brincar. E depois trabalhar direto, era escravo, né?! Tinha essa festa, é de muitos e muitos anos. (Antônio Dantas, cidade de Jardim do Seridó, 2011).

Na narrativa de Antônio Dantas, vemos surgir uma referência à escravidão. Na sua versão da história, a festa surge paralelamente ao regime da escravidão, sendo a festa um momento de “suspensão” do regime escravocrata por três dias. Aqui a questão da bondade dos senhores é colocada em perspectiva, pois, se na festa recebiam uma folga, depois dos “três dias pra brincar” tinham que “trabalhar direto”. A rainha perpétua Nenca, pertencente à família Caçote, também faz referência ao regime, quando perguntada sobre “de onde veio” a festa:

É uma tradição de família e também uma festa que veio dos escravos, daquele tempo da escravidão, desde este tempo que se formou essa festa do Rosário. *É uma festa que lembra o tempo da escravidão.* (Nenca, cidade de Jardim do Seridó, 2011).

Ao contrário da versão anterior, na qual a irmandade é interpretada como um momento de “suspensão” da escravidão, aqui ela funciona como uma forte lembrança desse tempo de opressão. Segundo a fala de Nenca, a irmandade funciona como um repositório para a memória da escravidão. Leio essa fala como um contra ponto: se para os intelectuais sua criação é uma prova da superação do regime escravocrata e a prova de relações mais igualitárias entre senhores e escravos, no trecho acima ela aparece como a marca da existência histórica desse próprio regime. Ainda a respeito da relação entre escravidão e irmandade, Motor, pai de Nenca, explica:

[...] agora porque esses negócio dos nego começou foi no tempo da escravidão, naqueles tempo que tinha um senhor muito, sempre me contava os mais vei, que tinha um senhor muito bom que sempre gostava daquelas festinhas. *Os nego fazia aquela festinha, o povo gostava e dava a liberdade pra eles fazerem.* Aí ficou a cultura. [...] (Motor, cidade de Jardim, 2010).

Na versão de Motor, a festa transcende o regime escravocrata, instituindo um momento de cooperação entre senhores e escravos, de modo muito próximo às narrativas dos intelectuais. Porém, apesar da

irmandade ser vista aqui como uma forma de cooperação entre vários setores da sociedade escravocrata, deve-se apontar uma diferença entre essa narrativa e a dos intelectuais. Enquanto as “narrativas oficiais” tendem a tirar o poder de *agência* dos negros, colocando a conquista do espaço da festa como consequência de uma maior tolerância por parte dos senhores, aqui são os negros quem fazem e protagonizam a festa, mesmo antes do apoio dos senhores, a ponto destes concederem aos escravos sua liberdade temporária por terem sido “conquistados” pela beleza da festa. A partir da fala de Motor, a visão paternalista (bastante presente nas narrativas dos intelectuais), segundo a qual os senhores cederam aos negros o espaço da festa, é levemente abalada e invertida, pois aqui são os negros os agentes que conquistam o direito à irmandade frente aos senhores.

Talvez a mais interessante apropriação da história seja a de Possidônio, chefe dos *negros do Rosário* de Caicó, cidade vizinha à Jardim do Seridó⁷⁸:

Ela surgiu [a festa] no sítio, quando os fazendeiros se deram conta que seus escravos estavam fugindo, deixando as fazendas, fugindo e se escondendo no mato. E os fazendeiros deram conta que estavam perdendo a mão de obra negra, [então] reuniu vários proprietários da região e decidiram por alforriar – isso antes da abolição. Decidiram alforriar os negros... negros e negras. A fazenda Samanaú, a fazenda Riacho de fora, a fazenda Curral Queimado e a fazenda Sabugi. Eram propriedades que a mão-de-obra executada lá nessas fazendas eram tudo

[escrava], então os fazendeiro decidiram alforriar seus escravo. Aqui em Caicó, (Caicó bem pequenininho) tem uma praça ali chamada a praça da liberdade, na época era no mato, e no lugar da praça da liberdade tinha uma casa de taipa, onde os fazendeiro faziam os trabalhos deles de compra e venda de negros. Tinha essa casa de taipa que servia de apoio pra eles plantarem e venderem negro, de um fazendeiro pra outro. Então, se decidiram trazer um juiz, uma vez por semana, no sábado, pra casa de taipa, que hoje é a praça do Rosário, pra fazer o registro de alforriamento desses negros. E depois levava de volta pra trabalhar na fazenda, mas já era ganhando, já não era mais escravo. [...] Então um dos fazendeiros da fazenda Samanaú era católico, e decidiu, junto aos negros, combinando já com os negros, [...] da sua fazenda, de fazer uma festa, uma grandiosa festa, em homenagem a sua liberdade [(a dos negros)]. Então, um dos negros da fazenda saiu à cavalo, à procura dos outros negros das outras fazendas que estavam sendo alforriados. Marcaram um dia e foram se encontrar tudinho na fazenda de Samanaú, que é aqui no município de Caicó. Nesse dia, os negros alforriados tomaram chegada, os fazendeiros mataram bois, compraram barris de cachaça (era cachaça mesmo), e entregaram para os negros: “Tá aí, pra você comemoraram a data da liberdade de vocês nesse dia”, que era exatamente 20 de junho de 1771. Quando os negro chegaram nessa fazenda, fazenda muito grande, muita gente, aí os negro começaram a se dividir, não tinha ainda esse material que era recente, esse material da dança do espontão, tinha tocador de fole e gaita. Começaram a tocar por ali, começaram a dançar. O fazendeiro chamou o negro mais velho do bando e falou “Antes de você passar a comer e a beber eu quero pedir o favor de vocês para que rezem a oração do Rosário aqui no taipo da fazenda, faça a oração (que ele era devoto de N.S. do Rosário), rezem o terço de N. S. do

Rosário”. Então o negro combinou. Não chamavam nem os negros do Rosário, chamavam os negros. Então combinou né, combinaram... antes de começar a festa, seis horas da tarde, chamaram aqueles negros mais velhos, e as negras mais velhas, subiram pro alpendre da fazenda, [...] [e] tiraram o terço de N. S. do Rosário. Quando terminou o terço o negro que tirou o terço foi e gritou “Viva os negros do Rosário”, [os outros negros] gritaram viva, “Viva a nossa liberdade”, os negros gritaram viva. Aí uma negra, que foi exatamente a primeira rainha da irmandade do Rosário, falou no meio do povo “Viva Nossa Senhora do Rosário”, aí todos gritaram “Viva Nossa Senhora do Rosário”. O negro que tirou o terço, que tava celebrando o terço, foi e disse, “olhe, a partir... nós até hoje só tinha o nome negro, por essa palavra e pelo terço, a partir de hoje chamamos, vão nos chamar, de *negros do Rosário*”. Daí por diante os negros foram formando a base de como seria, e continuaram rezando todo ano, durante dois anos, rezando o terço na dita fazenda. Formaram aquela base e fabricaram duas coroas para o rei e uma coroa para uma rainha (que é exatamente essa que gritou nossa senhora do Rosário), e foram no mato cortaram uma verga de pau e fabricaram uns tambores com lata, e inventaram a dança do espontão. Gaita eles já tinham, que os negros mesmos quando eram escravos tocavam. Daí foi que após dois anos que foi criado o grupo de negros do Rosário, e as celebrações eram nos sítios, nas propriedades, foi que a Igreja católica criou a irmandade do Rosário e trouxe a festa a ser celebrada em Caicó, em 1773. [...] Daí por diante a irmandade vem fazendo a festa de do Rosário e os negros vêm seguindo, da mesma maneira que foi iniciado, da mesma maneira hoje. Só que a gente está sentindo, após 277 anos, os negros vêm seguindo, tanto da parte da sociedade, como alguém de dentro da própria irmandade, vem tendo, ao longo do tempo que nós vem tendo isso, isso tanto faz se Jardim do

Seridó, Parelhas, Jardim de Piranhas, que tem irmandade, entendeu?! Os negros vem sentido isso, que esse povo da sociedade – que é um povo que a gente quer muito bem e eles querem muito bem a gente, que ninguém tá falando mal de ninguém, to falando dos acontecimentos – a gente vem sentido essa *diferença*. [...]”. (Possidônio, cidade de Caicó, 2011).

A fala é a mais ilustrativa dessa apropriação das narrativas dos intelectuais empreendida pelos *negros do Rosário*. Possidônio empreende uma análise da ideologia ao apontar que a liberdade só foi concedida aos negros devido a um interesse econômico. Mostra ainda como os negros se apropriaram do culto católico – nessa narrativa, uma imposição dos senhores – e reivindicaram um nome para o grupo a partir dele. E para completar, ele ainda reconhece que apesar de todos esses anos a *diferença* persiste. Assim, a festa é vista por Possidônio de maneira bastante crítica, como um momento de imposição dos senhores, mas que foi apropriada pelos *negros do Rosário*. Seu teor crítico reside, ainda, na última afirmação, a qual coloca que, mesmo sendo a intenção inicial dos senhores promover uma suposta liberdade e igualdade dos negros através de sua entrada no mercado de trabalho assalariado, a *diferença* ainda é sentida pelo grupo.

Com esses breves exemplos quis ressaltar que não é possível encarar a voz do subalterno como transcendente, pois eles também são interpelados pelos discursos de autoridade dos intelectuais. Contudo, eles se apropriam desse discurso, deslocando a história da irmandade para um espaço de empoderamento do negro no Seridó. Assim, se esses textos não devem ser

lidos como transcendentais, eles são o ponto de partida para a formulação de uma *contranarrativa* da irmandade.

AGÊNCIA, PERFORMANCE E OS NEGROS DO ROSÁRIO: DA MÍMICA À REESCRITA DA HISTÓRIA

Ao performatizar o discurso dos intelectuais, os *negros do Rosário* podem subvertê-lo. Observamos, inclusive, que o efeito da mímica é profundo e perturbador, “de tal modo que a mímica passa a ser simultaneamente semelhança e ameaça” (BHABHA, 2007, p. 130131). Nesse sentido, a discussão de Saba Mahmood (2005) sobre o conceito de performance em Judith Butler pode ser esclarecedora desse contexto.

No seu livro *El Género en disputa* (2007), Butler define a performance do gênero como uma construção contingente e dramática do significado (2007, p. 271). Essas performances, para a autora, podem ser lidas como paródias do gênero. Todavia, a paródia por si mesma não é subversiva, nos colocando o trabalho de encontrar uma forma de compreender o que é que faz com que alguns tipos de paródia sejam subversivas, transtornadoras, enquanto outras são domesticadas, circulando como instrumentos de hegemonia cultural (BUTLER, 2007, p. 270-271).

Saba Mahmood (2005, p. 153) critica essa ideia dicotômica (subversão/conformismo) e o projeto político prescritivo feminista que valoriza e enfatiza aquelas operações de poder que resignificam e subvertem os discursos hegemônicos de gênero e sexualidade. Ao analisar

o *renascimento islâmico* no Egito e o lugar das mulheres nesse movimento, a autora argumenta que, se para Butler a performance das *drag queens* deve ser lida como subversiva por desafiar a estabilidade das normas de gênero, no caso das participantes devotas da mesquita, sua performance (do que ela chama de “políticas da piedade”) não coloca em risco a estrutura que governa a normatividade, pelo contrário, lida pelos olhos de Butler, essa performance a consolida (MAHMOOD, 2005, p. 164). Para não cair nessa armadilha dicotômica, Saba Mahmood (2005, p. 167)) sugere pensar as modalidades de agência as quais escapam a esse reducionismo e a essa lógica da subversão e da resistência. A análise que a autora empreende é interessante, pois mostra como as práticas religiosas das participantes das mesquitas – que correm o risco de serem lidas como fundamentalistas – podem ser apropriadas pelas mulheres para contestar a própria estrutura familiar. Assim como no contexto da irmandade, agência e performance não podem ser desdobradas numa oposição simplista entre conformidade ou resistência, mudança ou continuidade⁷⁹.

É esse paradoxo da performance que procurei assinalar com os exemplos acima, ou seja, como a repetição de uma história normativa pode se tornar subversiva quando performatizada e deslocada. A resistência aqui não está na *ruptura com o significantemestre*, na busca de uma outra epistemologia transcendente para os *negros do Rosário*. A resistência está na mímica de um discurso autorizado, mas uma mímica, como propõe Bhabha (2007), profundamente perturbadora: semelhança e ameaça. É nessa

ambiguidade que talvez resida um lugar possível de emergência de uma reescrita da região do Seridó.

O SERIDÓ POTIGUAR E O (SER)IDOENSE: DEBATENDO O ESPAÇO VIVIDO E ALGUNS ASPECTOS DA CULTURA E DA IDENTIDADE⁵

Francisco Fransualdo de Azevêdo

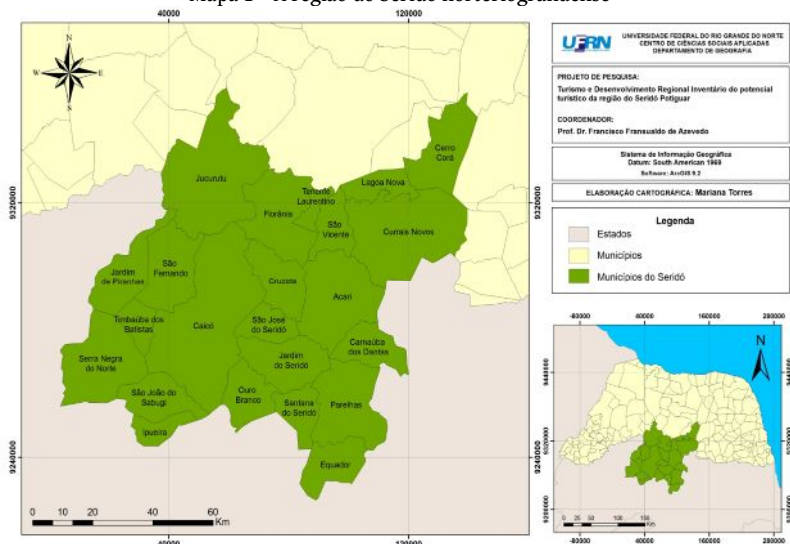
INTRODUÇÃO

Às vezes, parece que assim como os viventes, de origem animal e vegetal, apresentam forte poder de resistência aos rigores climáticos do espaço sertanejo, assim também o seridoense (caatingueiro) resiste, até certo ponto, aos rigores edafoclimáticos do meio, adaptando-se às condições naturais que aí, às vezes, parecem hostis, mas efetivamente denotam um espaço cheio de vida e intrepidez. Proporcionalmente falando, a região é considerada como uma das áreas mais populosas do mundo quando relacionada a espaços de condições naturais e climáticas semelhantes.

Nesse espaço regional composto por 23 municípios (mapa 1) vivem aproximadamente trezentas mil pessoas que configuram um território a partir de um contexto de relações marcado por determinados valores e práticas culturais que o diferenciam culturalmente e identitariamente.

⁵ O capítulo é oriundo da tese de doutorado *Entre a cultura e a política: uma geografia dos “currais” no sertão do Seridó Potiguar*, defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Salazar Pessôa, com apoio financeiro da CAPES.

Mapa 1 – A região do Seridó norteriogrاندense



Elaboração cartográfica: Mariana Torres

DISCUTINDO ALGUNS ASPECTOS DO ESPAÇO VIVIDO DO (SER)IDOENSE E SUA CULTURA E IDENTIDADE

Apesar da diferenciação existente do ponto de vista cultural e identitário quando se pensa o Seridó Potiguar, nota-se que há algumas distinções espaciais no imaginário das pessoas que habitam essa região, ao menos na perspectiva do espaço vivido, pois existe o sertão e o sertanejo seridoense dos (e para os) que vivem nas áreas serranas, mas existe o sertão

dos (e para os) que habitam as áreas não-serranas. Nesse caso, estamos nos referindo ao sertão do Seridó de altimetria baixa – para além da serra. Conforme os moradores das áreas de serras, “depois daqui” – da serra – “tudo é sertão” e o homem que aí vive é o “sertanejo seridoense”.

Logo, há uma certa distinção identitária entre o sertanejo serrano ou “serrista” como este é chamado – o qual corresponde àquele dos chapadões, escarpas, ou, das “chãs das serras”, como é mais conhecida essa área na região –, e o sertanejo do “sertão”, das áreas mais baixas da depressão sertaneja. Em todo caso, via de regra, estamos nos referindo ao sertanejo seridoense caatingueiro, que apesar da identidade que lhe é inerente, apresenta singularidades e particularidades espaciais.

Em termos edafoclimáticos, as áreas de chapadões de serra apresentam condições bastante diferenciadas, com uma maior proporção de solos férteis, normalmente arenosos, e temperaturas mais amenas, principalmente à noite, o que favorece, dentre outras coisas, o desenvolvimento de culturas e práticas agrícolas diferenciadas em relação à depressão sertaneja.

Nessa área, é comum a produção de uma rica variedade de frutas tropicais como pinha, manga, caju, jaca, graviola, goiaba, dentre outras, além de outros tipos de cultivos, como de mandioca⁸⁰, macaxeira, inhame, sisal e forrageiras, a exemplo da palma e do capim elefante, variedade essa que serve como suporte alimentar humano e animal. Vale lembrar que a maior parte da mandioca consumida na região é produzida na Serra de

Santana, bem como a goma de fazer tapioca também se origina nesse espaço.

Assim, a maior parte da produção de frutas, mandioca e goma gerada nessas áreas serranas é comercializada principalmente na região, e, também, em outras áreas do Estado e do Nordeste, a exemplo do caju que é comercializado junto a grandes complexos agroindustriais como a Palmeiron e a Maguary.

A altitude média dos municípios serranos seridoenses, a exemplo de Tenente Laurentino Cruz, atinge aproximadamente 700 m acima do nível do mar, constituindo-se numa das áreas mais elevadas do estado. Quando se trata das serras da região do Seridó, verifica-se uma estrutura de relevo antigo, com rochas do período pré-cambriano, onde abundam granito e outros tipos de rochas ricas em ferro e sheelita, por exemplo, além de outros minerais, pedras preciosas, etc.

Os solos predominantes sobre as áreas da “chã da serra” são tipicamente arenosos, constituídos de areia quartzosa, latossolos com coloração vermelho-amarela e regossolos, apresentando, em sua espessura e profundidade, uma boa capacidade de absorção d’água. Tais condições, associadas ao microclima que lhes é peculiar, favorecem a prática agrícola anteriormente citada.

Diante das características ambientais e naturais que a região apresenta é possível perceber o nível de influência dessas no cotidiano das pessoas, ou melhor, sobre o espaço vivido dos seridoenses, a exemplo do

que ocorre com as características e os aspectos do relevo, que influenciam inclusive na concepção do (ser)idoense, seja ele serrista ou não.

No Seridó, o espaço geográfico da Serra de Santana apresenta forte representatividade regional, tanto em termos de área territorial, quanto em relação ao contingente populacional residente nessas plagas. São cinco os municípios seridoenses que têm seus limites contornados e/ou situados, total ou parcialmente nessa serra: Florânia, Tenente Laurentino Cruz, São Vicente, Lagoa Nova e Cerro Corá, podendo-se acrescentar Bodó e Santana do Matos, a depender do tipo de regionalização delimitada. Do contingente populacional abrangido por esses municípios, estima-se que a maior parte vive na área serrana propriamente dita, especialmente a população dos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova e Cerro Corá, cujas sedes municipais, e boa parte dos seus territórios, estão assentados sobre essa Serra. Significa dizer que, aproximadamente, trinta mil seridoenses vivem no altiplano da Serra de Santana. Devido à área apresentar características naturais bastante específicas e distintas da maior parte da região, em 1988 o IBGE resolveu criar a Microrregião de Serra de Santana, desintegrando do Seridó os municípios acima. Entretanto, é importante afirmar que não somente na história, mas também na memória e na cultura do povo que habita essa área permanecem os valores, símbolos e traços essenciais da cultura, portanto, da sociedade regional seridoense.

O domínio de vegetação predominante nesse espaço, embora fortemente associado ao bioma caatinga, constitui-se também em floresta

de serras, apresentando certas particularidades. Trata-se de uma vegetação composta por espécies de grande porte, embora atualmente a prática agrícola tenha deixado apenas resquícios e algumas árvores-testemunho do que foi um dia esse domínio de vegetação na região. Das espécies mais comuns nessa área sobressaem: o angico (*Anadenanthera colubrina*), a jurema preta (*Mimosa tenuiflora*), a jurema branca (*Mimosa sp.*), o pau-d'arco roxo (ipê roxo) (*Tabebuia empetiginosa*), o jatobá (jataí ou jutaí) (*Hymenaea courbaril*), o pitiá (*Aspidosperma*), o pau doía (*Copaifera sp.*) entre outras espécies.

Nas demais áreas da caatinga sertaneja seridoense, várias dessas espécies também aparecem em maior ou menor número. Exemplo disso é o angico, a jurema e o pau-d'arco. Dentre outras centenas de espécies vegetais possíveis de serem encontradas na vegetação caatingueira regional – no sertão e/ou na serra –, merecem destaque algumas que são mais recorrentes na paisagem e, geralmente, diversamente úteis no cotidiano sertanejo seridoense, seja no fornecimento da madeira para a construção civil, fabricação de móveis, objetos e utensílios domésticos, imagens de santos, artesanatos e outros fins, seja no que se constitui a farmacologia popular da região, onde muitas dessas espécies são consideradas medicinais e, popularmente, costumam apresentar alto poder curativo de várias moléstias e doenças (Quadro 1).

Quadro 1 – Seridó Potiguar: Espécies vegetais encontradas na caatinga e respectivas empregabilidades cotidiano do sertanejo caatingueiro seridoense

Espécie	Nome Científico	Utilidade vegetal
Algarobeira	<i>Prosopis juliflora</i>	Madeira utilizada na geração de estacas e mourões para as cercas, currais e cercados das propriedades <i>sertanejas</i> , além de servir como combustível através da lenha utilizada nas indústrias cerâmicas, panificadoras, torrefadores e beneficiadores de café, etc. A vagem (algaroba) constitui-se numa rica fonte alimentar animal, por ser adocicada e rica em vitaminas.
Angico	<i>Anadenanthera sp.</i>	Utilizada em tabuados, vigamentos (não recomendado para obras externas), serve também para fabricar tacos, vários trabalhos de marcenaria e confecção de móveis finos. Proporciona belos efeitos nesse tipo de móvel devido às raias escuras e vermelhas de seu cerne. A espessura da casca apresenta 32% de tanino fortemente usado nos curtumes.
Aroeira	<i>Myracrodouon urundeuva</i> <i>Allemao</i>	Madeira utilizada na construção civil através da geração de esteios, dormentes, vigamentos, postes, etc. A casca e a folha podem ser utilizadas com poder curativo de várias doenças, entre elas dos aparelhos respiratório e urinário. A folhagem madura pode servir como alimento animal.
Braúna ou Baraúna	<i>Schinopsis brasiliensis</i>	Embora em processo de extinção na região se constitui numa leguminosa de grande porte, cuja madeira tem boa aplicação na construção civil.

Espécie	Nome Científico	Utilidade vegetal
Caatingueira	<i>Caesalpinia pyramidalis</i>	Madeira utilizada como lenha nas cerâmicas e para fazer carvão e estacas. Nos primeiros sinais de umidade, seu caule solta gemas (resinas que muitas vezes são sorvidas pelos sertanejos como se fossem bala comestível por apresentar sabor adocicado). Para o sertanejo a aparição da resina é sinal de que vai chover. Suas folhas, casca e flores podem ser utilizadas em chás podendo servir no tratamento de infecções catarrais, diarreias e disenterias. Trata-se de uma planta caracteristicamente nativa do bioma caatinga.
Cajaraneira	<i>Spondias spp</i>	Fruto (cajarana) semelhante ao umbu (imbu), suave diferença na cor, no sabor e no tamanho, também comestível ao natural e em sucos ou refrescos.
Capim santo ou (capim – cidrão, cidreira,, cheiroso, etc.)	<i>Cymbopogon citratus</i>	Embora usado para vários fins no Brasil, no Sertão Potiguar é usado basicamente para chá ou infusão. Popularmente serve como: sedativo do sistema nervoso ou calmante, sudorífero, carminativo (liberar gases), analgésico, febrífugo, diurético, antipirético, emenagogo e anti-reumático. Registramos também seu uso no sentido de normalizar o funcionamento das vias respiratórias e do aparelho digestivo
Cirigüela	<i>Spondias purpurea</i>	Fruto (de mesmo nome) comestível e bastante apreciável em sucos e refrescos.
Craibeira (caraibeira ou caraúba)	<i>Tabebuia caraiba Bur.</i>	Madeira utilizada para gerar vigamentos de casas, cabos de ferramentas, cangalhas, mesas, etc.

Espécie	Nome Científico	Utilidade vegetal
Cumarú	<i>Coumarouna odorata</i>	Madeira bastante utilizada na confecção de portais e portas, bem como móveis domésticos por apresentar elasticidade, facilidade de ser trabalhada, além de ser refratária ao ataque de insetos como o cupim. A casca apresenta poder curativo sob diversas doenças, principalmente do aparelho digestivo e de algumas infecções. Tem poder curativo antispasmódicas e emenagogas. Já a infusão das cascas seguida de banho pode sanar dores reumáticas. Serve ainda como unguento e vermífugo. Uso externo (compressa e banho) e interno (chás). Utiliza-se desde o caule (ramos), as folhas, cascas e raízes, ou seja, do cumarú aproveita-se tudo.
Faveleira ⁸¹	<i>Cnidocolus phyllacanthus</i>	Fruto (favela), cujas sementes são comestíveis. O látex encontrado em toda a planta pode ser utilizado como remédio através do bálsamo. A folhagem seca ou madura pode ser aproveitada para a alimentação animal.
Feijão brabo	<i>Capparis flexuosa L.</i>	De folhagem sempre verde, inclusive nos períodos longos de estiagem, é uma excelente ração animal, especialmente para caprinos e ovinos. O chá serve no tratamento de verrugas.
Imburana ou umburana	<i>Bursera leptophloeos</i> ou Burserácea	Em alguns casos constatou-se o consumo do fruto e do bálsamo verde-alourado oriundo do tronco (resina/terebintina). A madeira serve para fazer cortiças empregadas em tampas de garrafas de manteiga do sertão, mel de abelha, etc., como também é útil no processo de confecção de redes de pescar na sustentação das bordas da mesma.

Espécie	Nome Científico	Utilidade vegetal
Imbuzeiro ou umbuzeiro ⁸²	<i>Spondias tuberosa</i>	Fruto (imbu ou umbu) comestível ao natural e em forma de sucos ou refrescos. A folhagem é bastante apreciada por pequenos animais. No período chuvoso essa planta apresenta uma estrutura frondosa proporcionando uma rica sombra ao sertanejo.
Juazeiro ⁸³	<i>Zizyphus joazeiro</i>	Fruto (juá) bastante apreciável por animais (caprinos, ovinos) e pessoas. Utilização da casca do caule para o combate à caspa, antigamente também se utilizava na higienização dos dentes. Sua folhagem se constitui num rico alimento animal durante o período da seca.
Jucá ou Pau ferro	<i>Caesalpinia ferrea</i>	Espécie cuja madeira sobressai como uma das mais resistentes do sertão. Com essa madeira os índios outrora faziam tacapes, arma ou clava com que se defendiam os nativos dos seus inimigos. É uma madeira predileta para confecção de cacetes ou porretes (cacetetes) utilizados por vigilantes e como arma de proteção de alguns sertanejos. A entrecasca pode servir na cura de contusões e feridas, bem como no tratamento de tosse crônica (ou tosse braba) e asma. A folhagem é muito útil na alimentação do rebanho.
Jurema (branca e preta)	<i>Mimosa acutistipula</i> Benth	Juntamente com a catingueira se constitui numa das principais (típica) espécies vegetais da caatinga. É bastante utilizada por carvoeiros artesanais, sendo a espécie preferida pela qualidade do carvão que apresenta, como também, é a lenha preferida da mulher sertaneja que utiliza o fogão à lenha, ainda bastante comum na região. Através do gargarejo da água da

Espécie	Nome Científico	Utilidade vegetal
		entrecasca pode-se curar problemas de garganta e feridas.
Mororó	<i>Bauhinia forficata</i> Linn	Madeira utilizada na geração de estacas e lenha. O chá das folhas é usado como diurético e expectorante. A casca é utilizada no tratamento de diabetes .
Mufumbo branco	<i>Combretum leprosum</i>	Suas folhas e entrecasca podem servir para fazer chás, atuando como hemostáticas, sudoríficas e calmantes.
Mulungu	<i>Erythrina</i> Mulungu	O chá feito da casca pode servir como calmante. Sua madeira (bastante leve e porosa) quase não apresenta utilidade, salvo a utilização das partes de maior espessura para confecção de cavaletes, com os quais os sertanejos atravessam açudes e rios por ocasião das enchentes. Seus caroços podem servir na produção artesanal de colares, pulseiras e outros itens por apresentarem alta resistência e coloração vermelho-cintilante.
Oiticica	<i>Licania rigida</i> Benth	Madeira utilizada como lenha. Suas folhas, por serem bastante rígidas e coriáceas, servem para polir artefatos de chifre. Antes, até os idos dos anos 1980, o seu valor maior estava nas sementes ricas em óleo (60%), propício na produção de tintas e vernizes. Do óleo gerado do fruto, antigamente também fazia-se sabão artesanal.

Espécie	Nome Científico	Utilidade vegetal
Pereiro	<i>Aspidosperma pyrifolium</i>	É outra espécie típica da vegetação de caatinga. Sua madeira ainda é bastante utilizada nos trabalhos de marcenaria e carpintaria, principalmente para a confecção de cadeiras ou tamboretas.
Pinhãobravo ⁸⁴	<i>Jatropha pohliana</i>	Espécie, cujo caule solta um leite viscoso que na tradição camponesa do sertão potiguar tem poder cicatrizante sobre cortes e feridas.
Quixabeira	<i>Bumelia sartorum</i>	Fruto adocicado (quixaba) apresenta leve semelhança com a jabuticaba (formato, coloração e sabor), às vezes, comestível por homens e animais. A madeira serve para a construção civil e marcenaria. Muito útil na confecção de cabos de ferramentas como enxadas, machados, foices, etc. Durante a estiagem a folhagem e os frutos servem como alimento para o gado. O chá feito das cascas pode servir como adstringente, tônico e antidiabético.
Tamarineira ou Tamarindeiro	<i>Tamarindus indica L</i>	A polpa do fruto (tamarina ou tamarindo) encerra aproximadamente 11% de ácidos (tartárico, cítrico, málico) e mais ou menos 21% de açúcares. É consumida crua, em sorvetes, refrescos e doces, bastante estimada pelas propriedades refrigerantes e laxativas, sendo aconselhada na prisão de ventre e hemorróidas. A madeira serve para fabricação de móveis e gera carvão de boa qualidade.
Trapiazeiro	<i>Crataeva tapia</i>	O fruto (trapiá) apresenta-se bastante cremoso sendo apreciável por pessoas e animais. Sua folhagem é utilizada como alimento animal

Espécie	Nome Científico	Utilidade vegetal
Umarizeiro ou marizeiro	<i>Geoffroea striata</i> ou <i>spinosa</i>	Fruto (umari ou mari), formado de uma amêndoa revestido por uma polpa macia amarelada quando maduro. Quando cozido se constitui num saboroso alimento do sertanejo. Sua folhagem serve de ração animal. Tanto os frutos cozidos quanto o chá dos brotos servem como antidiarréico.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005-2006 e coleta de informações no site da Universidade Federal Rural do Semi-Árido <http://www.ufersa.edu.br/zoobotanico/vegetais/ind_vegetais.htm>. Org. AZEVEDO, F. F. de (2006).

Vale frisar que, em alguns casos, determinadas espécies de plantas podem ser encontradas com facilidade na região, pois são muito recorrentes na paisagem, porém não dizem respeito propriamente à vegetação de caatinga nativa, mas a espécies vegetais de outros domínios paisagísticos, como é o caso da algarobeira, além de outras espécies que foram introduzidas na caatinga, as quais trouxeram benefícios, mas, também, prejuízos e malefícios ao equilíbrio desse ecossistema. O caso da algarobeira é bastante complexo e polêmico. A mesma foi trazida possivelmente do Peru e introduzida no Nordeste brasileiro há aproximadamente meio século e tem forte capacidade de consumo d'água não obstante a escassez desse bem.

As informações do quadro natural evidenciam a relação homem-natureza ao considerar a caatinga em seus potenciais farmacológico, energético e alimentar, como também, econômico.

São várias as formas de empregabilidade e utilidade dos recursos vegetais da caatinga no cotidiano sertanejo. São saberes e valores que,

embora afetados por um novo modo de consumo, ainda persistem e resistem, até certo ponto, às mudanças trazidas pelos “novos tempos”.

Das espécies vegetais citadas, praticamente todas as que têm capacidade de geração de lenha apresentam-se ameaçadas de extinção pela ação predatória de alguns “novos” agentes econômicos alocados na região, a exemplo das indústrias de artefatos de cerâmicas vermelhas – telhas, tijolos e lajotas. Além das espécies caatingueiras, a algaroba também é usada como combustível nas indústrias de cerâmica, mas apresenta forte capacidade de reprodução.

Nos idos dos anos 1970/80 o plantio de algaroba foi fortemente incentivado em áreas de caatinga, o que levou ao extermínio maciço de algumas espécies nativas. Isso ainda ocorre, porque se trata de uma espécie vegetal que apresenta forte capacidade de proliferação e reprodução, bem como elevada capacidade de retenção e captação de água, por apresentar raízes bastante alongadas e superficiais. No trabalho de campo pudemos perceber situações em que as raízes dessa planta foram capazes de destruir estruturas de construções rurais em alvenaria, quando da busca por água contida em reservatórios como cisternas e tanques. Trata-se de uma espécie vegetal intrusa e extremamente invasiva, às vezes, hostil ao espaço sertanejo caatingueiro. Geralmente, ela se adapta muito bem em áreas mais úmidas, portanto, de solos mais férteis, desenvolvendo-se rapidamente.

Mas, essa espécie vegetal intrusa à caatinga não traz somente prejuízos e malefícios ao sertão e ao sertanejo, pois se trata de uma

leguminosa que pode proporcionar, dentre outras coisas, os seguintes benefícios: utilização da madeira para a confecção de estacas e mourões, produção de carvão, fornecimento de lenha que serve como combustível para as indústrias cerâmicas, panificadoras etc., além de ser capaz de proporcionar alimentação animal através da vagem produzida em abundância.

Durante a realização do trabalho de campo constatamos a não adaptabilidade da população sertaneja aos produtos originários da algaroba⁸⁵, embora esta seja muito utilizada na alimentação animal, constituindo-se numa fonte alimentar rica em nutrientes para o rebanho caprino, ovino e bovino.

Ao se referir à utilidade das espécies de árvores e plantas da caatinga no cotidiano sertanejo, Medeiros Filho (1984) reconhece uma ampla diversidade de usos, principalmente da madeira para: fabricação do mobiliário doméstico e do emadeiramento de habitações, confecção de porteiros de curral e jiquis⁸⁶, montagem de esquadrias, confecção de peças de madeira para casas de farinha, entre outras utilidades.

Das espécies de árvores mais utilizadas no passado, e, em alguns casos ainda no presente, destacam-se: a craibeira, a aroeira, o angico, a imburana, o pau d'arco, a timbaúba, a quixabeira, entre outras. Várias dessas espécies ainda são bastante úteis no cotidiano sertanejo a partir do que ainda se tem e se gera das mesmas, embora muitas delas estejam em processo de extinção. Dos móveis, objetos e utensílios domésticos feitos

com madeira de árvores da caatinga eram ou são comuns: os cabos de enxadas, de foice, de machado e de outras ferramentas; além disso, fazem-se mesas, cadeiras, cantareiras, bancos de sentar, malas, caixões, que na antiguidade tinham diversas funções, dentre elas, lugar onde se guardava alimentos, prateleiras, além de uma infinidade de itens de uso doméstico, como colher de pau, pilão e conchas.

Isso reforça a afirmação de Macedo (2004), o qual entende que a diversidade florestal do Sertão seridoense se fazia presente nos espaços domésticos das fazendas da região através de uma rica variedade de madeiras de alto valor. Concordamos com o autor quando este defende que “a maioria dos ambientes domésticos das antigas fazendas e sítios do Seridó era simples, sem muita ostentação e requinte, excetuadas as habitações dos grandes latifundiários, coronéis e fazendeiros”. (MACEDO, 2004, p. 13).

Até porque, há muito pouco tempo (aproximadamente final do século XX) os autênticos e verdadeiros símbolos de poder da sociedade sertaneja correspondiam à terra e ao gado, sem que houvesse grandes preocupações com o conforto e com o requinte dos espaços domésticos das fazendas, tampouco com os veículos e automóveis luxuosos de hoje. Até certo ponto tal realidade ainda se faz notar na região.

Além das espécies vegetais até aqui analisadas, a pesquisa empírica desenvolvida na região do Seridó revelou um uso acentuado de uma diversidade de outras plantas e ervas medicinais, que são utilizadas com poder curativo através de chás, compressas, infusões e lambedores⁸⁷. Dos

agentes da pesquisa (famílias e produtores), a maioria declarou o uso desses procedimentos no seu dia-a-dia ao ocorrer problemas de saúde na família, ou seja, mesmo as famílias, as quais normalmente vivem nas cidades, preservam essa prática cultural comum na região.

Assim, sobre a diversidade de outras espécies vegetais que servem como fármacos à medicina popular da região aparecem as seguintes variedades: alecrim, hortelã, macela, erva cidreira, manjericão, manjerona, arruda, flor de sabugo ou sabugueiro, quebra pedra, menstruz (mastruz ou mastruço), abacateiro (folha), canela, erva doce, louro, milho (cabelo), boldo, camomila, laranjeira (flor e folha), maracujá (folhas), goiabeira (broto), alho, limão, (folhas, fruto com casca), dentre outras variadas espécies⁸⁸.

Ao se referir à representatividade e funcionalidade da medicina popular no sertão paraibano, Dantas (2006) no trabalho “Plantas Medicinais comercializadas no município de Campina Grande – PB” constatou mais de 170 espécies vegetais fitoterápicas recomendadas por raizeiros locais. Depois de identificá-las quanto à origem, denominações popular e científica, e após investigar suas eficácias, o autor reconhece “que os elementos de correlação entre o conhecimento popular e o conhecimento científico são muito mais consistentes e que estes conhecimentos não são dicotômicos, mas, sim, representam olhares diversos sobre um mesmo objeto”. (DANTAS, 2006, p. 3).

Com base nos compostos bioativos identificados e analisados, o autor afirma que aproximadamente 90% das plantas pesquisadas confirmam a indicação terapêutica dos raizeiros. O referido autor destaca que o potencial fitoterápico das plantas medicinais do Semi-Árido nordestino brasileiro é bastante elevado, porém, pouco conhecido, carecendo de pesquisas e incentivos nesse campo. Nesse sentido, “em relação à utilização de plantas medicinais pode-se afirmar que tanto o conhecimento popular como o conhecimento científico, podem levar a conhecimentos válidos”. (DANTAS, 2006, p. 13).

Isso mostra que o saber tradicional também tem representatividade social no mundo contemporâneo e que, de certa forma, ambos os conhecimentos – o científico e o popular – não são, ou ao menos não deveriam ser, dicotômicos e/ou auto excludentes, mas, quando valorizados e associados, podem trazer vários benefícios à população, especialmente a mais carente de assistência, à saúde, à educação e aos recursos sociais e materiais em geral.

Isso mostra também a capacidade de reprodução dos saberes e crenças acumulados pela população brasileira; parte dessa, herança dos nossos colonizadores, mas, boa parte, deixada principalmente pelos nossos antepassados indígenas, que tinham em seus espaços vividos, práticas, hábitos, valores, enfim, experiências, saberes e crenças com forte vinculação à natureza em seus múltiplos fenômenos.

Ao discutir o conhecimento popular em suas múltiplas faces, Michel de Certeau (2005) o chama de “um saber não sabido”, de “um conhecimento que não se conhece”. Ou seja, saberes sobre os quais seus

sujeitos não refletem. Dele dão testemunho sem poderem apropriar-se dele. São afinal os locatários e não os proprietários do seu próprio saber-fazer. A respeito deles não se pergunta se há saber (supõe-se que deva haver), mas este é sabido apenas por outros e não por seus portadores. Tal como o dos poetas ou pintores, o saber-fazer das práticas cotidianas não seria conhecido senão pelo intérprete que o esclarece no seu espelho discursivo, mas que não o possui tampouco. Portanto, não pertence a ninguém. Fica circulando entre a inconsciência dos praticantes e a reflexão dos não-praticantes, sem pertencer a nenhum. Trata-se de um saber anônimo e referencial, uma condição de possibilidade das práticas técnicas ou eruditas. (CERTEAU, 2005, p. 143).

Muitos sertanejos desconhecem o seu próprio potencial criativo e inventivo, o qual pode se constituir num instrumento básico de emancipação social humana. Isso pode ser percebido através do elevado número de objetos, produtos e itens, símbolos da cultura regional gerados artesanalmente, os quais fazem parte do cotidiano das pessoas, mas que apresentam baixo valor comercial e pouco conhecimento e reconhecimento, seja no nível da culinária e da alimentação, seja no nível do artesanato para decoração e/ou utilidades domésticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto é possível perceber que o homem sertanejo seja ele, do “sertão” ou da serra, embora apresentando semelhanças e, algumas vezes particularidades em seus modos de vida e de ver o outro – o vizinho, da ou além-da-serra – traz em si uma cultura que se mescla e se funde com a natureza representada na caatinga, e com o saber-fazer tradicional, apesar de imbuída de novos elementos e valores da modernidade contemporânea.

Trata-se de uma cultura e uma identidade territorial constituída secularmente e quiçá milenarmente que mesmo sujeita às verticalidades e ditames da sociedade dita moderna e global enreda um conjunto de relações e valores que vão se reproduzindo e sendo passados de geração em geração. No Seridó, a cultura material e imaterial está diretamente ligada ao meio físico que aqui se encontra, além de explicar em boa medida os indicadores de desenvolvimento humano diferenciados em relação ao estado e ao Nordeste brasileiro. São valores sociais, tradições, saberes, crenças, objetos, materiais, artefatos, criatividade, vínculos sociais, familiares e relações de solidariedade que, associados ao espaço natural, formam a cultura e a identidade seridoenses.

As representações simbólicas regionais, portanto, a cultura e a identidade seridoense são imanentes à formação socioterritorial da região, portanto daquilo que se configurou(ra) no sertão nordestino. A produção desse espaço se deu através da mescla de relações econômicas, políticas,

culturais, ambientais, portanto, sociais entre o fazer, dizer, mandar e obedecer do homem branco colonizador, mas especialmente com forte herança e representação, também, da cultura e das tradições indígenas e africanas que tecem o amálgama das relações da sociedade que aí se identifica, independentemente de habitar ou não nesse espaço, mas que aí se originou e se enraizou.

PARA ALÉM DOS NOMES, INTERESSES: UMA HISTÓRIA CULTURAL DO POLÍTICO ATRAVÉS DO EXAME DA TOPONÍMIA DO SERIDÓ POTIGUAR (PRIMEIRA REPÚBLICA)⁶

Anderson Dantas da Silva Brito

Esse texto tem como temática *imaginários toponímicos e espacialidades seridoenses*, a partir da qual objetivamos analisar os imaginários e interesses investidos que caracterizaram o processo nomeativo e legitimador do *Seridó* potiguar na Primeira República (1889-1930). Para a construção de nosso objeto perscrutamos leis e decretos estaduais, e municipais; mensagens anuais de governadores; artigos dos jornais *O Povo*, *O Seridóense*, *A Notícia*, e *Jornal das Moças*; a cartografia, e a historiografia local que trata da toponímia. A utilização dessas fontes, aliada à empiria, foi conduzida por um aporte teórico-metodológico baseado na história do imaginário político através de Cornelius Castoriadis, René Rémond e Maria Dick. O olhar que direcionamos para as práticas nomeativas ajudou a compreender como o processo de transição política do Litoral para o Sertão, afirmando o poder da elite política e econômica

⁶ O capítulo é proveniente de algumas das discussões desenvolvidas na dissertação de mestrado *Em nome(s) dos interesses: imaginários toponímicos do Rio Grande do Norte na Primeira República*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2012, sob orientação do Prof. Dr. Renato Amado Peixoto, com apoio financeiro da CAPES.

seridoense à frente do governo do estado nas duas últimas décadas da Primeira República, se utilizou de um recurso até então inédito no Rio Grande do Norte - valorizar recorrentemente o(s) nome(s) da região.

EM NOME(S) DAS ESPACIALIDADES NO SERIDÓ: INSTITUIÇÕES, LOGRADOUROS E INICIATIVAS QUE AFIRMAM A IMPORTÂNCIA DA REGIÃO E DE ALGUNS SERIDOENSES

O *Seridó*, pensado como uma espacialidade construída sob a égide de tradições e fortalecida pelo seu principal símbolo, o *algodão*, também pode ser abordado como uma elaboração fundamentada na edificação de instituições que carregam em suas denominações, os nomes de figuras ilustres de sua história na política do Rio Grande do Norte, tendo em vista que estas instituições estão envolvidas pelas instâncias/imaginários que dão sustentação ao regionalismo inerente ao homem sertanejo daquela região, podendo influenciar a sua formação cultural.

Assim, só no ano de 1909, contemplando a política de expansão educacional no Rio Grande do Norte, adotada durante o segundo governo de Alberto Maranhão, verificamos a criação de três grupos escolares: *Senador Brito Guerra*, em Caicó; *Thomaz de Araújo*, em Acari e *Coronel Mariz*, na Vila de Serra Negra; enaltecendo os nomes de três importantes homens que se destacaram politicamente entre os âmbitos nacional, estadual e local.

Essa tradição de denominar espacialidades educacionais no Seridó fazendo referência às personalidades da política local ainda antes das

administrações estaduais lideradas pelos seridoenses José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, na última década da Primeira República, também ecoou e se perpetuou através da criação de outras instituições de mesmo cunho. Os grupos escolares *Antônio de Azevedo*, criado na cidade de Jardim (do Seridó) no ano de 1910, e o *Capitão Mor Galvão*, na Vila de Currais Novos no ano de 1911, dão continuidade aos amarrados políticos praticados recorrentemente pelos Albuquerque Maranhão, que teriam encontrado especificamente no Seridó um espaço propício para exercer o hábito de enaltecer os nomes de figuras que lhes eram importantes, quando buscavam agradar para manter apoios. Assim, naquele momento, as ocorrências de homenagens a personalidades seridoenses tornaram-se constantes, já que encontraram fácil aceitação popular, por ser uma prática identificada com essa tradição local de reverenciar *personas* influentes, e ao mesmo tempo serviram fartamente como uma forma de agradar aos apoios políticos da região.

Porém, talvez tenhamos encontrado na criação do Grupo Escolar *Senador José Bernardo* na Vila de São João do Sabugi, um dos mais claros exemplos de valorização da memória de um ente familiar influente na política estadual no Seridó durante o período que problematizamos. A fundação da citada instituição ocorreu no ano de 1925⁸⁹, por iniciativa do governador José Augusto Bezerra de Medeiros, genro e afilhado político do líder seridoense mais respeitado e com atuação mais ativa, desde os anos que antecederam o momento de clivagem entre o Império e a República,

até o ano de 1907, quando faleceu. A escolha do homenageado (José Bernardo) para denominação do grupo escolar localizado em São João do Sabugi evidenciava a preocupação que ocorreu em outras localidades do Seridó e do Rio Grande do Norte, em se fazer lembrar o nome de uma figura ligada ao comando político do local, transformando o momento também numa oportunidade para fortalecer os interesses que giravam em torno dos laços familiares.

A criação de um grupo escolar denominado *Silvino Bezerra*, na Vila de Flores, pelo Decreto Estadual nº 341, de 23 de agosto de 1927, só vem reforçar a afirmação da mesma iniciativa relativa à instituição que carrega o nome do senador José Bernardo, verificando no exemplo de Flores a atuação política do Coronel Silvino Bezerra em vasta área em torno do município de Acari, que era o local de residência desse Coronel e o território político do qual se emancipou Flores em 1890.

Outro exemplo da prática observada no processo de toponimização dessas instituições de ensino que tomamos como objeto de análise recaiu sobre a edificação da instituição em São João do Sabugi e plausivelmente sobre a escolha do seu patrono, pela qual não verificamos apenas a celebração da memória do importante líder e defensor político dos interesses do Seridó e da elite algodoeiro-pecuarista da qual esteve à frente. Tal ação em torno do nome de José Bernardo identifica-se claramente com o mesmo hábito, constantemente praticado pela organização familiar *Albuquerque Maranhão*, de fazer lembrar, através dos

nomes de espacialidades, a memória de seus entes mais ilustres. E assim, visibilizando o interesse que envolveu o local da edificação, a escolha do patrono e o criador da instituição inaugurada em São João do Sabugi, percebemos que se repetiu no Seridó o hábito de valorização de entes próximos na memória dos espaços.

Do mesmo modo, homenagear *Brito Guerra, Thomaz de Araújo, Coronel Mariz, Antônio de Azevedo, Capitão Mor Galvão, Coronel Silvino Bezerra e José Bernardo* era enaltecer, por via dos espaços da educação, uma tradição política que ecoou, por toda uma região e para além dos seus limites geográficos, através dos nomes desses homens que se destacaram no cenário político do Seridó, do Rio Grande do Norte e da Nação. E em torno de suas atuações, oriundas daquela região, buscaram-se as justificativas para torná-los os patronos e ao mesmo tempo dar consistência a uma construção histórica, nascida ainda na época do Império, da representação política de destaque atribuída ao Seridó.

Assim, as práticas de toponimização utilizadas pelos Albuquerque Maranhão também prevaleceram na toponímia seridoense relativa aos nomes das instituições de ensino, levando a entender que a repetição dessa prática pelos seridoenses pode ter sido influenciada pela atitude tomada por Alberto Maranhão quando criou os primeiros grupos escolares na região.

Dessa maneira, celebrar certos nomes na memória de espacialidades educacionais, também representou o interesse de enaltecer

peças ilustres que ajudaram a afirmar o nome do Seridó, demarcando e fortalecendo naquele campo da sociedade o real interesse de não apenas nomear, mas de inculcar nas espacialidades uma forma de representar a tradição da região na educação e na política estadual. Assim, os topônimos das instituições educacionais citadas revelam também a importância do traço ou *instância distintiva* que é a educação na *feição regionalista* do Seridó, influenciando e sendo influenciada pela instância religiosa e, sobretudo, pela instância política, num processo de mútua associação. Afinal, “entre outros fatores políticos que concorrem para moldar uma sociedade e influenciar o curso dos acontecimentos, estão as instituições” (RÉMOND, 1996, p. 448).

A temática da formação cultural do homem sertanejo – que logicamente perpassa a instância educacional – e a referência ao indivíduo natural da região, o *seridoense*, também foram objeto de discussão e lembrança de alguns folhetins⁹⁰ que circularam no período da Primeira República. Entre eles, cabe destaque para o jornal *O Povo*, que publicou quatro artigos nos quais Manuel Dantas discorreu sobre o problema do atraso regional existente em decorrência do modo como se processava a vida do homem sertanejo.

As ideias de Manuel Dantas⁹¹ expõem o seu lugar de fala enquanto portador de conhecimentos que estava adquirindo à época na Faculdade de Direito do Recife e revelam-no defensor da educação formal como a alternativa viável para que o homem sertanejo saísse do atraso que pairava

sobre sua vida, sua cultura, seus costumes. As observações de Dantas apontam que o poder adquirido pela instrução é que seria capaz de guiar o indivíduo rumo ao progresso material e espiritual que superaria a cultura estacionária dos sertões. Tais observações estão intimamente associadas aos espaços educacionais que influenciaram diretamente na formação de muitos seridoenses, fossem eles localizados no próprio Seridó, no caso da Escola de Latim do Padre Brito Guerra, ainda na primeira metade do século XIX; ou fora, em Natal, no ensino secundarista do Colégio Atheneu; ou mais especificamente, no caso da formação superior daquela geração de intelectuais, formados bacharéis pela Faculdade de Direito do Recife.

Já sobre o ser autóctone do Seridó, encontramos expressiva referência na denominação do folhetim *O Seridóense*. A edição de 29 de março de 1918 nos dava notícia da data festiva de 02 de abril daquele mesmo ano, na qual foi comemorado o quarto aniversário do nascimento daquele folhetim. A matéria citada, de autoria do proprietário (Pedro Militão), trazia como título – *4 Anos*, referendando o ano de início de sua circulação:

Como todos os caicoenses sabem, o “O Seridóense” circulou pela primeira vez no dia 2 de abril de 1914, trazendo em seu cabeçalho o nome festejado do Dr. Janúncio Nóbrega como seu redactor-chefe, tendo este, neste papel, até poucos, prestado os mais relevantes serviços com o valor e circumspecção de sua pessoa. (*O Seridóense*, 29 mar. 1918, p. 1).

Coincidentemente, 1914, ano de fundação do *O Seridóense*, foi o ano em que a transição política do eixo litoral para o sertão do Rio Grande do Norte começou a se concretizar mais efetivamente com a saída dos Albuquerque Maranhão do domínio sobre o governo do estado. Com o início da administração de Ferreira Chaves, eleito com o apoio do grupo político do Seridó, também se abriu uma fenda para o gradual fortalecimento político da elite seridoense que já detinha a liderança no cenário econômico, decorrente das cifras geradas pelo algodão.

Ainda na edição comemorativa, nos deparamos com uma matéria bastante expressiva acerca da história da imprensa escrita no Seridó. A matéria intitulada “O Povo”, era uma saudação de José Renaud (proprietário do jornal homônimo da matéria), dirigido a redação de *O Seridóense* em decorrência da homenagem aos vinte e nove anos de criação do primeiro jornal a circular no Seridó:

Quanta alegria e satisfação experimentei ao ler o seu editorial intitulado o “O Povo”, artigo bem lançado e de acolhida a ideia do “Juvenil” para festejar o 9 de março, vigésimo nono aniversário da fundação do primeiro jornal do Seridó com a publicação do “Povo” de que era eu proprietário e um dos seus mais humildes operários. (*O Seridóense*, 29 mar. 1918, p. 1).

Assim, naquela edição de *O Seridóense* também verificamos a existência de uma passagem histórica sobre a imprensa seridoense substanciada no encontro das histórias de ambos os folhetins. A matéria

intitulada “O Povo” deu visibilidade à lembrança de alguns militantes da imprensa, do desenvolvimento da região e da causa republicana no Seridó:

Jornal independente, tinha “O Povo” abertas suas columnas a quantos necessitassem de remédio a seus males ou quizessem colaborar na obra do bem da collectividade. Assim é que, dentre os que lhe davam vida com o seu saber, destacamos, de um lado Olegário Valle, o seu principal fundador, que se batia até o sacrifício por tudo que dissesse respeito ao engrandecimento de sua terra; de outro lado Diógenes Nóbrega, arrebatador nos ensinamentos da moral e da verdade e confiante no porvir do Rio Grande do Norte; por sua vez Manuel Dantas, conciso e meditabundo nas suas lições de política e de economia e de desenvolvimento da zona sertaneja; finalmente Janúncio Nóbrega Filho, com seu verbo scintilante e austero, o Moysés do ideal republicano dessa nobre e futura região sertaneja (O Seridóense, 29 mar. 1918, p. 1).

Contudo, o imaginário que fora sedimentado durante a Primeira República no Seridó, com base na afirmação de tradições locais, não se deteve a apenas homenagear através das denominações dos grupos escolares e do folhetim *O Seridoense*, as homenagens também estiveram presentes nos nomes de outras instituições e logradouros diversos. Ainda sobre os grupos escolares, é válido acrescentar que construí-los, bem como promover a educação formal através da edificação de mais instituições de ensino, fazia parte de uma política nacional que naquele momento abrangia vários estados da federação.

Essa política de crescimento – tanto em abrangência geográfica, quanto em nível organizacional – advinha do ideal de progresso positivista, necessário para uma nação que tinha o interesse de ser grande e desenvolvida. Entendia-se que a proliferação de instituições de ensino, vistas como parte da estruturação educacional promovida em cada estado, ressoaria como um feito concreto e diretamente revelador dos novos rumos que o Brasil passava a buscar desde a Proclamação da República.

Marco histórico de grande relevância para o imaginário político nacional, a Proclamação da República se enlaça ao imaginário local, num momento de clivagem, ao denominar uma importante artéria urbana de Caicó. No trigésimo aniversário do acontecimento (1919), uma *Carta de Aforamento* correspondente ao mesmo ano – assinada pelo então Intendente do município, Celso Affonso Dantas, conferindo propriedade de parte de terra do patrimônio municipal em área urbana a Onório Onofre de Medeiros na Rua 15' *Novembro* – revela que havia na cidade uma rua cujo nome recordava a data, registrando num logradouro daquele espaço urbano a importância da mudança política ocorrida na nação. Nesse registro, observamos que nem o acontecimento em si, nem o nome de alguma personalidade ilustre da cena nacional foram os escolhidos para representar o importante momento na vida dos seridoenses que compreendiam o significado de república, a homenagem àquele marco histórico fez-se através da própria data celebrativa.

Com a existência da Rua *15 de Novembro* em Caicó, mais uma vez verificamos um encontro entre a história nacional e o espaço local, assim como também se deu em algumas importantes ruas de Natal no início do século XX, com a presença de denominações em homenagem aos presidentes da República.

Após nos depararmos com a presença física de uma referência à República, nos resta traçar os caminhos em torno das influências políticas que contribuiriam para a conquista do poder maior estadual. Os percursos físicos que apontavam os rumos da história e da economia para aquele que seria o futuro centro político do estado inclusive já estavam se estruturando com a *Estrada de Automóveis do Seridó*.

Quanto aos caminhos políticos, foram gradualmente sendo tramados e afinados pelos herdeiros políticos de José Bernardo. Tanto José Augusto como Juvenal Lamartine trataram de expandir nacionalmente uma vasta rede de influências através das articulações que se tornaram possíveis em decorrência do exercício dos cargos de deputado federal e senador.

Com a eleição de José Augusto Bezerra de Medeiros para o cargo de governador do Rio Grande do Norte se completava a conquista dos interesses do grupo político do Seridó. Agora podendo transitar livremente entre a liderança econômica e a política, faltava consolidar e afirmar ainda mais a importância e o nome da região para que uma continuidade fosse

celebrada quando chegasse o momento de eleger o sucessor de José Augusto.

Nessa perspectiva, valorizar o algodão com incentivos para o desenvolvimento de estudos técnicos que almejavam a garantia da qualidade do produto tornara-se uma das principais bandeiras da administração de José Augusto. E assim, não obstante a criação do *Departamento de Agricultura*, o então governador reconhecendo seu dever profícuo de administrador, procurou criar condições que permitiriam o florescimento da cotonicultura:

Como Deputado ao Congresso Nacional, consegui fazer vencedor o projeto de minha autoria, criando a Estação Experimental de Algodão do Seridó, instituto indispensável à fixação do melhor e mais valioso tipo de algodão brasileiro, projeto cuja execução, do ponto de vista da administração federal, devemos ao esforço pertinaz e incessante do Sr. Senador Juvenal Lamartine (MEDEIROS, José Augusto B. de, 1984, p.216).

A *Estação Experimental de Algodão do Seridó*, com sede em Acari, foi criada logo no início da administração de José Augusto no ano de 1924. Essa considerável iniciativa voltada para a produção algodoeira do Rio Grande do Norte fazia parte de um plano maior (o Serviço Estadual do Algodão) que fora concretizado através do Decreto Estadual nº 228, de março de 1924.

[...] Assim, visando à melhoria da qualidade deste produto, José Augusto criou o Serviço Estadual do

Algodão (Decreto nº 228, de 1924) mediante acordo de cooperação assinado com o Governo Federal. Em decorrência desse convênio, o algodão potiguar passou a ser classificado oficialmente pelo Estado. Além disso, foram implantadas fazendas de sementes, em Jundiáí, e a Estação Experimental do Seridó, sob a direção do agrônomo Dr. Otávio Lamartine. Vale salientar que, naquela época, mais de 50% da renda do Estado provinha do imposto cobrado sobre a exportação do algodão (SOUZA, 1989, 341).

Enquanto projeto de referência para o desenvolvimento de outras futuras instalações com o mesmo objetivo, os trabalhos na *Estação Experimental do Seridó* estavam sob os cuidados de Otávio Lamartine. O conceituado agrônomo, inclusive com experiência no exterior, era filho de Juvenal Lamartine, fato que talvez tenha pesado na escolha de seu nome para a coordenação daquele empreendimento.

Já no condizente à escolha de um município do Seridó (Acari) para a implantação de uma das duas estações experimentais do estado, justificava-se por vários fatores que iam além da origem do governador. Afinal, só o fato de ser daquela região a maior e mais qualitativa produção de algodão do Rio Grande do Norte já justificava o interesse pela seleção de sementes de qualidade, de técnicas de plantio mais produtivas e de combate à praga da lagarta rosada que surgia como um problema para o cultivo em várias localidades.

Diante dessas observações, verificamos o amplo empenho de ambos os governadores seridoenses em empregar a maior parte dos

recursos governamentais nos campos da educação e da economia agrária voltada para o algodão. Sobre a administração de José Augusto, Itamar de Souza tratou de evidenciar alguns pontos determinantes de sua atuação direcionados para o campo da educação, como a criação de mais de cinquenta escolas rudimentares, de grupos escolares no interior do estado e a subvenção de quase todas as escolas particulares existentes; a restauração de vários prédios relacionados à educação estadual; a criação do Conselho de Educação etc.

Ainda na área da educação, José Augusto, atentando para a valorização e reconhecimento dos profissionais, em 14 de outubro de 1927, decretou que o dia 15 daquele mesmo mês seria dali em diante considerado feriado estadual como forma de reconhecimento ao centenário do dia 15 de outubro de 1827, data em que foi oficialmente instituído o ensino primário no Brasil. O decreto nº 348 também fazia daquele dia um momento solene, quando no Artigo 2º determinava a instituição de um prêmio consistente em medalha de ouro para os docentes primários mais antigos do estado que estivessem em exercício (um de cada sexo) e definia que nos anos posteriores, a premiação deveria ser concedida, em solenidade dedicada à consagração da figura do professor, àqueles que, segundo constatação do Conselho de Educação, tivessem prestado os maiores serviços a educação popular.

A educação estadual, assim como ocorreu no governo de José Augusto, também foi objeto de atenção do seu sucessor. Durante os quase

três anos de governo de Juvenal Lamartine, apresentaram-se números que indicavam um considerável crescimento no quantitativo geral de matriculados. De 17.560 alunos no ano de 1927, o último da administração de José Augusto, passou a 31.987 matriculados, com frequência média de 82% no ano de 1930, o último do interrompido governo de Juvenal Lamartine⁹². Fato este creditado diretamente ao empenho de ambos na criação de escolas rudimentares em quase todos os municípios do estado.

Além dos investimentos no setor educativo, Lamartine também se mostrou preocupado com as questões que envolviam as finanças do estado através de iniciativas em prol da agricultura, do comércio e da infraestrutura. No setor agrário, buscou diversificar a produção estadual através de projetos pilotos na fazenda Jundiáí, envolvendo o cultivo de amoreiras para a cultura do bicho da seda; mudas de fumo; laranjeiras da Bahia e tamareiras. Para o algodão, os incentivos se mantiveram no âmbito fiscal, concedidos pelo decreto nº 456 de 10/01/1930, que reduziu de 8% para 6% e para 1%, consecutivamente, o imposto de exportação consignado na lei orçamentária vigente, sobre o óleo, a torta e farelo de caroço de algodão.

Neste sentido, criou linhas de crédito a partir do Banco do Rio Grande do Norte – cujo nome anterior era Banco de Natal – agências de caixas e bancos rurais; importou arados de tração animal para serem vendidos a preço de custo aos agricultores; classificou 80% da safra de algodão mocó e por fim, nas vésperas de ser deposto, organizou o 1º

Congresso Econômico do RN, cuja pauta principal era a cotonicultura (MACÊDO, 2005, p. 198).

Consciente de que o problema da carência de estradas constituía um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento do estado, certa vez que inviabilizava o escoamento da economia, Lamartine, com colaboração da Inspeção de Obras Contra as Secas (IFOCS), investiu na abertura de 416 km de estradas que recortavam e interligavam as várias regiões do Rio Grande do Norte. Seguindo a tendência nacional de desenvolvimento da aviação comercial, contribuiu com relevantes incentivos nesta área, paramentando a estrutura do estado com cerca de vinte e oito campos de pouso, vários deles no Seridó. Na capital, criou o *Aeroclube de Natal*, na avenida Hermes da Fonseca, dotando-o com um prédio que dispunha de uma escola de aviação para a formação de pilotos e de um campo de decolagem e de pouso para os interesses da entidade.

Contudo, ao longo das administrações de José Augusto e Juvenal Lamartine, não ficaram restritos à educação nem aos setores produtivos da economia os investimentos governamentais, tampouco se restringiu a esses campos o enfoque das denominações que erguiam politicamente o nome do Seridó. No campo da saúde, ao mesmo tempo em que outros investimentos eram realizados na capital e no interior do estado, através da criação da Comissão de Saneamento de Natal – por força do decreto nº 231, de 26 de abril de 1924 – e do Serviço de Saneamento Rural – por via do aumento do número de postos para o tratamento de sífilis, lepra e outras

doenças bastante significativas na época –, o nome do Seridó também foi afirmado nas fachadas das instituições.

Encontramos referência à investidura do nome daquela espacialidade no setor da saúde numa edição do *Jornal das Moças* – folhetim dirigido por mulheres da sociedade caicoense –, datada de 15 de agosto de 1926, que dedicou toda a sua primeira página a uma matéria intitulada “Dr. Washington Luis”. Na matéria, verificamos que, entre o título e o texto, foi feito um destaque das principais informações ali tratadas, como a honrosa visita do Dr. Washington Luis a Caicó, acompanhado pelo governador José Augusto e sua comitiva; os discursos proferidos no momento da chegada; a inauguração do *Hospital do Seridó*; o regresso de Sua Excelência, o presidente da República; e algumas notas.

Antes mesmo da posse de Washington Luis como presidente da República, no dia 15 de novembro de 1926, ocorreu essa honrosa visita ao reduto político do governador José Augusto. Trazer o presidente da República, eleito em 1º de março, à cidade de Caicó, no início de agosto daquele mesmo ano, demonstrava o prestígio adquirido pelo governador, em âmbito nacional, através de sua trajetória política. O relato jornalístico sobre os dias da visita – 06 e 07 de agosto – foi tomado por um forte teor emotivo em decorrência da importância do evento. A cidade mostrava-se exultante em contentamento pela honra insigne de receber Washington Luis. Estavam ali para recebê-lo: o representante maior do executivo estadual, o Dr. José Augusto; o principal representante eclesiástico, D. José

Pereira Alves – Bispo de Natal; a mais distinta referência de poder na justiça do estado, Dr. Hemetério Fernandes – Presidente do Tribunal de Justiça; deputados; outros representantes do governo do estado e da Intendência municipal; e alguns cidadãos locais.

A programação da visita continuou na manhã do dia seguinte com uma importante inauguração. Durante sua curta passagem pela cidade, o eminente hóspede, juntamente ao governador e sua comitiva, ouviu as palavras iniciais proferidas pelo ilustrado clínico Dr. Adherbal de Figueiredo, a quem sucedeu no discurso. A instituição contemplada em sua inauguração com a ilustre presença daquele que seria a maior autoridade nacional, tornar-se-ia uma referência para a saúde pública daquela região, ao ponto de ter sua denominação contemplada com o nome de *Hospital do Seridó*.

O topônimo escolhido para a instituição que teria uma atuação ampla no âmbito daquela espacialidade, não se limitando apenas à cidade de Caicó, traduziu-se em mais um importante reforço ao nome da região. Assim, o *Hospital do Seridó* tornou-se também símbolo celebrativo da constante recorrência advinda do imaginário que tratou de reforçar o nome da região como elemento expressivo e de identificação. Nisso verificamos o nome de uma instituição de saúde alinhando-se a outras denominações de espacialidades próprias de esferas diversas da sociedade que já haviam tratado de rememorar o Seridó.

Mas as referências ao nome do Seridó na citada edição, de 15 de agosto de 1926, do *Jornal das Moças* não findaram na menção à considerável edificação e inauguração do *Hospital do Seridó*. Na terceira página do folheto, verificamos um indício indireto da presença do nome da região na referência ao logradouro em que se localizava um específico estabelecimento comercial da cidade. E foi quando nos deparamos com o anúncio comercial da *Loja Avenida*, de propriedade de E. Gurgel de Araújo, que encontramos no centro espacial e comercial da Caicó dos anos de 1920 a presença da *Avenida Seridó*. O logradouro urbano é o endereço que referencia e fecha o anúncio daquele estabelecimento destinado à venda de fazendas finas e demais paramentos.

Nesse aspecto, falar do nome de um logradouro urbano, seja como um ponto de referência, seja enquanto marca direta de um interesse denominativo, é também pensar as formas de como o nome atribuído ao espaço pode ser visualizado. Nas referências de identificação das ruas, por exemplo, demarcações nominativas são utilizadas em placas que fixam o nome da região no espaço da cidade. O nome da região, inclusive, fora reafirmado em Caicó, quando durante alguns meses do ano de 1890 denominou a cidade, que posteriormente teve de volta seu nome original.

Figura 1: Placa na Avenida Seridó – Caicó-RN



Fonte: Acervo do autor

O significado que envolve a utilização das placas vai além da localização do logradouro no espaço urbano. Os caminhanes e praticantes do espaço, se deparam também com a importante ratificação do nome que foi interessadamente enaltecido, completando o sentido atribuído a um feito administrativo que instituiu a denominação espacial, seja ela na capital ou no interior do estado, através das denominações de presidentes, governadores e demais figuras de expressão, como vimos abordando até o momento.

Sob esta perspectiva de homenagem aos ilustres que estariam ocupando o poder, encontramos referência na lembrança celebrativa do nome de Juvenal Lamartine antes e durante o período de domínio político dos seridoenses, por via da denominação de uma escola e de um estádio de futebol. Na coluna *Notícias do Interior*, do jornal *A Notícia*, em edição de 22 de outubro de 1921, nos deparamos com a referência a uma instituição de ensino, em São João do Sabugi, denominada Escola rudimentar *Juvenal Lamartine*⁹³. A matéria se reportava às comemorações de 7 de setembro – apesar de terem acontecido mais de um mês antes daquela publicação –,

relatando o hasteamento da bandeira e a execução do hino nacional; desfile cívico, no qual foram executadas manobras calistênicas baseadas no modelo sueco de educação física; passeata; discursos e peças teatrais.

Juvenal Lamartine, assim como José Augusto, não fora sensível apenas às causas do algodão e da educação. Aliás, é válido que se registre outra afinidade constatada entre as atuações desses dois políticos: a certos momentos, imbuídos dessa sensibilidade a algumas causas, tomaram atitudes ousadas – às vezes vanguardistas –, como no momento em que José Augusto, à frente do governo, a pedido de Juvenal Lamartine, confere às potiguares o pleno exercício dos direitos eleitorais.

Apesar de não ser feminista, ele [José Augusto] ingressou na história desse movimento. Assim, quando estava, juntamente com a Assembléia Legislativa, elaborando a Lei nº 600, de 25 de outubro de 1927, que regula o Serviço Eleitoral do Estado, atendeu aos apelos do então Senador Juvenal Lamartine introduzindo no Art. Nº 77 das Disposições Gerais o direito da mulher potiguar votar e ser votada. Foi uma atitude pioneira, pois antecipou-se à própria Constituição Federal [...] (SOUZA, 1989, p.339).

Foi também durante a sua atuação como governador que a *Liga de Desportos Terrestres*, na época presidida pelo destacado professor Luiz Soares, decidiu promover a edificação do seu *stadium* de futebol no local onde já havia um campo para aquela prática. O campo que ficava no bairro do *Tirol*, especificamente na Avenida *Hermes da Fonseca*, a partir de fins de

1926, deu lugar a uma construção moderna, dirigida pelo Sr. Clodoaldo Caldas. Tal construção, orçada em 40 contos de réis – capital dividido num montante de ações, com valor em torno de cem mil réis, cada uma – contou com a ajuda da considerável sensibilidade do governador Juvenal Lamartine:

Sensível àquela iniciativa, Lamartine contribuiu com vinte contos de réis, além de outras ajudas. Em agradecimento ao apoio dado pelo governo do Estado, o Sr. Enéas Reis, presidente do ABC Futebol Clube, propôs, em sessão da Liga de Desportos, que o novo campo de futebol fosse denominado *stadium* Juvenal Lamartine. A referida proposta foi aprovada por unanimidade. No dia de inauguração, 12 de outubro de 1928, Lamartine deu o ponta-pé inicial (SOUZA, 1989, p. 238-239).

A proposição da homenagem certamente veio em decorrência da maior doação feita para que a construção do empreendimento transcorresse normalmente. Nada menos que vinte contos de réis, ou seja, metade do valor da obra, rendeu a Juvenal Lamartine a unânime lembrança de seu nome para aquele que fora considerado o principal palco de práticas desportivas em Natal no decorrer de várias décadas.

Chegando ao ano de 1930, não foi possível nem a Juvenal Lamartine nem a outros governadores do Brasil a continuidade de suas administrações. Em decorrência da *Revolução de 1930*, liderada por Getúlio Vargas, Juvenal Lamartine viu-se obrigado a fugir da capital, indo exilar-se até o ano de 1933 na cidade de Paris. Terminava assim o ciclo da Primeira

República aqui discutido pelas atuações das elites que conduziram os rumos do Rio Grande do Norte e, no caso da elite política seridoense, que ostensivamente buscou fixar o Seridó algodoeiro na história potiguar, nacional e local, pela via dos discursos e das iniciativas administrativas.

Apesar da originalidade que se fez prevalecer no imaginário relativo à valorização e ao reconhecimento do nome da região *Seridó*, as duas últimas administrações estaduais no período da Primeira República, que tiveram a frente os herdeiros políticos de José Bernardo – José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria –, também recorreram a práticas típicas das administrações estaduais da organização familiar Albuquerque Maranhão:

Podemos perceber igualmente uma continuidade no modo de conceber e praticar a administração pública: de fato, o nepotismo dos governos de Pedro Velho, Ferreira Chaves, Alberto Maranhão e Tavares de Lyra, numa desabrida prática de nomear parentes para cargos públicos, em Natal como nos municípios vizinhos do litoral, não foi exclusivamente do governo dos Albuquerque Maranhão. A prática prosseguiu no governo de Juvenal Lamartine (ele nomeou Cristovam Dantas, seu sobrinho, e os filhos Olavo e Octavio como auxiliares de sua administração) e foi alvo das críticas da oposição, de tal modo que, já no exílio, ele foi levado a justificar o fato invocando razões técnicas: a necessidade de recorrer aos mais qualificados para realizar uma administração fundada em métodos modernos (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008, p. 71).

Diante dos atos originais – seja valorizando o nome da organização familiar Albuquerque Maranhão ou o nome da região Seridó –, e das semelhanças existentes entre os grupos políticos que conduziram o governo do estado na Primeira República – valorização do regime republicano e monopólio de benefícios –, além do contexto político do final desse período, ainda atentamos para a existência de um último acontecimento no processo que envolve a nomeação dos espaços no Seridó. Assim, verificamos que entre os anos de 1931 e 1932 pleiteou-se uma significativa mudança toponímica no contexto daquela espacialidade. De iniciativa do *Centro Norte-Rio-Grandense*⁹⁴, sediado no Rio de Janeiro, então capital da República, surgiu um movimento com o interesse de alterar o topônimo do município de *Caicó* para *Amaro Cavalcanti*.

Após verificadas as qualificações que envolviam o nome pleiteado, esclarecemos que foi a partir de um telegrama⁹⁵ em resposta a tal iniciativa que ficamos cientes do intento defendido para a mudança toponímica, naufrago diante da reação de diversas personalidades influentes na sociedade local caicoense, que logo trataram de expressar e assinar sua resposta unânime contra o interesse ali envolvido.

A resposta veio curta e direta reconhecendo a admiração ao filho ilustre Amaro Cavalcanti, porém em tom de protesto a qualquer que fosse a alteração da denominação primitiva. Naquele momento do Seridó, e mais especificamente de Caicó, já lhes eram oriundas inúmeras pessoas também dignas de nomear a cidade, mas não era interessante a uma coletividade

envolvida pela tradição do nome original e secular suprimir tal denominação para dar lugar a uma homenagem individual, tendo em vista que o imaginário prevalente agora era outro, que atribuía maior importância à valorização e a afirmação do nome da região.

Nesse sentido, entendemos que *Caicó*, proveniente de *Queiquó*, primeira referência nominal daquela espacialidade fazia-se sinônimo da afirmação da tradição de valorizar a região através da toponímia. Portanto, manter o nome *Caicó*, não significava tão somente a manutenção do primeiro topônimo da cidade. A denominação *Caicó* representava interesses coletivos de reconhecimento e referência ao nome da circunferência maior que é a região. Assim, a preferência pelo nome de *Caicó* reafirma a tradição toponímica em referência ao nome do primeiro núcleo urbano do Seridó, cujo enraizamento proporcionou o surgimento dos demais.

Esse episódio talvez tenha sido um dos últimos rastros da prática, presente na Primeira República, de requerer o enaltecimento de uma figura política do período pela supressão de um topônimo construído anteriormente, recorrentemente utilizada pela organização familiar Albuquerque Maranhão – o que nesse caso encerrou-se como tentativa e acabou por fortalecer o valor do nome, reafirmado naquele período.

CONCLUSÕES

Depois de constatada a existência de tantos nomes de atores sociais ilustres na disposição das denominações dos variados espaços que apresentamos foi o nome do *Seridó* que se sobressaiu, no momento que politicamente lhe era mais relevante – as duas últimas décadas da Primeira República –, ao servir como referência e representação de um conjunto de tradições e costumes que foram construídos e fortalecidos ao longo do tempo. Rio, região, cidade, avenida, escolas, estação experimental e hospital foram/são algumas das espacialidades que carregam ou carregaram em seus nomes as diversas representações histórico-geográficas do Seridó.

Imaginariamente, falar do criatório e do algodão, de Ouro Branco, Currais Novos, Acari, Caicó e outros municípios, da freguesia de Santana, do Hospital do Seridó, de estabelecimentos educacionais nascidos no período, de Janúncio da Nóbrega, Manoel Dantas, José Bernardo, José Augusto, Juvenal Lamartine, entre outros homens e espacialidades, é especificamente também falar de sinônimos de Seridó tendo em vista o contexto atribuído a uma construção regionalista firmada no espaço, no tempo e nas representações que foram sendo edificadas pelos naturais que lhe empreenderam estes significados.

Diante de tantos nomes, homenagens e espaços diferentes em uma mesma região, verificamos que a relação entre a história e a linguagem, efetiva-se plenamente no Seridó pela disposição da diversidade de

topônimos existentes, tornados cingíveis pelas instâncias que dão corpo ao seu regionalismo. Fé, poder, economias, saberes e outros elementos se sustentaram nos imaginários, no espaço e no tempo, compondo o *magma toponímico* do Seridó, que não se esgotou no período da Primeira República, mas se fez argamassa para continuar resistindo às investidas da contemporaneidade contra as instâncias que compõem o seu regionalismo. Na esteira de tal resistência, a propósito da língua, a toponímia do Seridó continua a se reinventar a partir do que já é dado, conforme atesta Castoriadis:

[...] Uma língua só é língua na medida em que oferece aos locutores a possibilidade de *se localizar* em e por aquilo que dizem *para aí moverem-se*, de se apoiar no mesmo para criar o outro, de utilizar o código das designações para fazer aparecer outras significações ou outros aspectos das significações aparentemente já dados [...] (CASTORIADIS, 1982, 398).

Com o passar dos anos, esse mesmo *magma* foi ganhando mais camadas através dos novos recortes espaciais e da ascensão de outros nomes que também contribuíram para o fechamento em torno de uma cultura regional. Motivo pelo qual ressaltamos que a lógica dos interesses – sejam de ordem nacional, local, familiar ou regionalista – não se esgotou ao longo do tempo, ao contrário, continua se perpetuando através dos topônimos, a depender da espacialidade e do imaginário que paire sobre

eles, o que requer novos capítulos para a história do Seridó e do Rio Grande do Norte.

JARDIM DO SERIDÓ: “UMA CIDADE PARA INGLÊS VER”?⁷

Diego Marinho de Gois

Às 9 cortamos Jardim do Seridó, uma cidadinha de Tarsila, toda colorida, limpa e reta. Catita por demais, lembrando Araraquara por isso. *Cidade pra inglês ver*. Mas não tem dúvida que é um dos momentos de cor mais lindos que já tive neste aprendizado de turista. (Mário de Andrade)⁹⁶.

A crônica supracitada constitui uma leitura de um visitante dos espaços públicos de Jardim do Seridó, em 1929, quando a cidade era administrada pelo farmacêutico Heráclio Pires Fernandes. O autor, Mário de Andrade, um dos participantes da Semana de Arte Moderna e do Movimento Modernista Paulista, buscava integrar o elemento regional a uma estratégia nacional, daí a necessidade de empreender uma viagem ao sertão, ao interior. Mário de Andrade iniciou em 1927 uma viagem de estudo aos estados do Norte e Nordeste, tentando conhecer estes espaços a partir da superação das diferenças regionais⁹⁷ entre as cidades localizadas no litoral e as no interior, como sinônimos de civilizadas e atrasadas, respectivamente, conforme algumas tendências historiográficas. Como cronista do Diário Nacional, este ensaísta modernista enviava, diariamente,

⁷ Capítulo proveniente da dissertação de mestrado *Jardim do Seridó: A construção dos espaços públicos na “Veneza Seridoense” nas primeiras décadas do século XX*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2012, sob orientação do Prof. Dr. Raimundo Pereira de Alencar Arrais.

narrativas acerca dos espaços por ele visitados para a coluna “O Turista Aprendiz”, posteriormente transformada em livro. Trata-se de anotações etnográficas das viagens que realizou pelas regiões do interior do Brasil. Jardim do Seridó aparece nas crônicas de Mário de Andrade como uma cidade colorida, limpa e reta. Este era o desejo dos que estavam à frente da administração: construir uma cidade bela, higiênica e moderna, capaz de ser reconhecida pelos seus habitantes e pelos visitantes como a “Veneza do Seridó”.

Mário de Andrade destaca, em sua crônica, os aspectos de embelezamento urbano executados pela administração pública, através de Códigos de Posturas que determinavam a limpeza e pintura anual das fachadas das residências localizadas no perímetro urbano, lembrando o colorido dos quadros de Tarsila do Amaral. No entanto, o visitante, mesmo extasiado com os “momentos de cor mais lindos que já tive neste aprendizado de turista”, percebe a cidade de Jardim do Seridó como “uma cidade pra inglês ver”, numa alusão a um velho provérbio popular, “lei para inglês ver”, de circulação no Brasil Império, portador de um sentido que atribui desconfiança àquilo a que se refere. José Murilo de Carvalho, aponta que essa expressão, surgiu da lei de 1831 contra o tráfico de escravos, “significando uma lei, ou promessa, que se faz apenas por formalidade, sem intenção de a pôr em prática”⁹⁸. Estaria Mário de Andrade comparando a cidade de Jardim do Seridó a um espaço imaginário, sonhado, uma promessa, sem práticas? Uma cidade para visitantes e não para seus

próprios habitantes? Problematicar essa cidade que seduziu Mário de Andrade consiste no objetivo deste capítulo.

A cidade de Jardim do Seridó, sertão do Seridó, no Rio Grande do Norte, estava passando por um processo de transformação em sua estrutura urbana, nas primeiras décadas do século XX. Estradas, ponte, coreto, açougue, remodelação do mercado, construção do grupo escolar, nomeação, numeração, arborização e calçamentos de ruas, iluminação elétrica, telégrafo, clube social e limpeza das residências e prédios públicos, são exemplos das modificações realizadas nos espaços jardinenses. O jornal quinzenal *O Município – órgão independente e noticioso*, ressaltava, em 21 de setembro de 1918, as mudanças e transformações dos espaços da cidade:

Sabem todos os Jardinenses que o nosso Município caminha a passos largos pela estrada do progresso e que só os indivíduos incontentáveis e pessimistas, que, aliás, são nullidades inoffensivas que não podem apagar a nossa evolução. [...]. Além desta cidade, o Município conta mais quatro localidades importantes e em todas ellas faz-se sentir o influxo da acção de seus filhos no afan de tornalas civilizadas e prosperas⁹⁹.

Diante do contexto de transformação apontado pelo jornal, algumas problemáticas começaram a povoar as nossas reflexões: Em que consiste este ideal de “progresso” e “civilização”? Como estes discursos conseguiram circular por esta cidade? Quais as transformações nos espaços resultaram deste processo?

Pelas páginas do jornal *O Município*¹⁰⁰ vamos acompanhar a construção de algumas obras públicas executadas pela Intendência Municipal¹⁰¹, órgão executivo, legislativo e até judiciário, criado após a proclamação da República no Brasil, em substituição às Câmaras de Vereadores, tendo como recorte espacial a cidade de Jardim do Seridó nas primeiras décadas do século XX, pretendendo perceber a construção de diversos espaços públicos no período da administração do farmacêutico Heráclio Pires Fernandes, que governou a cidade de 1917 a 1930, quando foi deposto pela “Revolução”.

A noção de espaço público aqui problematizado aproxima-se da discussão de Raimundo Arrais, para o qual constitui, “enquanto objeto da intervenção humana, nas suas formas, nos seus materiais, ou seja, o arruamento, as edificações, o chão, as águas; o espaço na concepção sociológica, relativo ao domínio da rua, das praças e das instituições que promovem as diversas formas de troca que urdem a sociedade humana”¹⁰².

Utilizamos desse sentido de espaço público para pensar a intervenção urbana realizada na cidade de Jardim do Seridó, por meio da construção de diversas obras públicas. Essas transformações no espaço eram divulgadas pela imprensa local, sendo o jornal *O Município*, o meio de divulgação das ações da administração e de onde os letrados propagavam os seus desejos e ideais. As transformações urbanas eram veiculadas pela imprensa através das ideias de “progresso”, “desenvolvimento” e “civilização”. Estas representações são encontradas ainda nas

documentações da Intendência Municipal de Jardim do Seridó, como as *Atas das Sessões, os Livros de Leis e Decretos e o Livro de Multas*. Essas fontes oficiais compõem cenários de uma cidade atualizada com as transformações modernizadoras.

Em Jardim do Seridó, no recorte temporal de 1917 a 1930, a administração pública local foi confiada a Heráclio Pires Fernandes, formado pela Escola de Farmácia do Recife, nos primeiros anos do século XX. Como estudante em Recife, o jovem Heráclio Pires entrou em contato com as ideias e influências artísticas, políticas e arquitetônicas que circulavam-se na capital pernambucana. As transformações nos espaços da cidade do Recife propagaram desde a segunda metade do século XIX¹⁰³, assumindo uma nova roupagem no início do século XX, reconstruindo as imagens da cidade, não apenas nas produções literárias, mas, também, dando sentido e visibilidade às intervenções político-estratégicas nos espaços físicos¹⁰⁴.

Esse contexto de transformação dos espaços urbanos em Recife continuou acontecendo na época em que Heráclio Pires frequentava os bancos da Escola de Farmácia daquela cidade, marcando a experiência da modernidade vivenciada por aquele jardinense. Desse modo, Heráclio Pires recebeu influência, tanto pelas vivências quanto pelo conhecimento científico de sua formação acadêmica como “Membro da Academia Physica – Chimica Italiana e de diversas associações científicas”, conforme os anúncios publicitários da “Drogaria e Pharmacia Pires” no Jornal O

Município. Segundo Raimundo Arrais, médicos e farmacêuticos fundaram a Sociedade de Medicina de Pernambuco, cujo objetivo “era coadjuvar a administração da província, em todos os assuntos concernentes à saúde pública”¹⁰⁵. Neste sentido, tornava-se cada vez mais comum no país que médicos e outros cientistas assumissem um papel importante nas decisões da administração pública. Assim sendo, a gestão de Heráclio Pires estava calcada principalmente na preocupação com a saúde pública, como reflexo de sua formação acadêmica.

Durante o longo espaço de tempo em que governou essa cidade, foi posto em prática um inédito processo de urbanização em voga nas principais cidades brasileiras, porém resignificado de acordo com a especificidade do contexto local. A cidade vai ganhando novos contornos, pinceladas modernas e, com isso, transforma-se em palco de novas sensibilidades/sociabilidades. Modificações que foram chegando e transformando os ares da cidade. Uma nova paisagem, conforme observa Marshall Berman¹⁰⁶, era construída nos espaços urbanos; sendo a cidade um “lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenção, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é, ao mesmo tempo, a maquinaria e o herói da modernidade¹⁰⁷”.

Buscando construir uma cidade que seduzia, a administração local, investiu na construção de diversos novos espaços públicos. O objetivo era inserir a cidade de Jardim do Seridó na estrada do progresso. Para tanto, a administração tratou de edificar prédios públicos com novas estruturas

físicas, em substituição a antigas edificações. Um exemplo dessas inovações foi a construção do Açougue Público, destinado à comercialização de carnes nos dias de feiras livres. Em Jardim do Seridó, existia um antigo prédio que servia de açougue, porém, de acordo com o jornal *O Município*,

O edifício onde funciona, actualmente, o nosso açougue público, servindo para a venda da carne nos dias de feira, constitue um verdadeiro terror para quantos teem necessidade de frequental-o, muito principalmente para os que são obrigados a permanecer alli por algumas horas, pois, além das suas péssimas condições de asseio e falta de hygiene, a temperatura eleva-se extraordinariamente no seu interior, devido a aglomeração de feirantes, ao accumulo de mercadorias e a falta de ventilação. Torna-se, pois, urgente, a aquisição de um prédio que satisfaça melhor as necessidades do público ante o progressivo desenvolvimento do nosso commercio e este é o desejo do *actual chefe do executivo municipal, conhecedor, mais que todos, dos inconvenientes* do pequeno cubículo da travessa 7 de setembro, que serve de açougue público¹⁰⁸.

O chefe do Executivo Municipal é apresentado como conhecedor dos problemas descritos na crônica, em virtude de sua formação acadêmica em farmácia. Conforme os estudos de Sidney Chalhoub¹⁰⁹, o discurso da higienização dos espaços era propagado no Brasil através dos chamados “médicos-higienistas”. Em Jardim do Seridó, as ideias higienistas circulavam através da atuação do próprio chefe da municipalidade. Heráclio Pires atuou no sentido de dotar os espaços jardinenses de

equipamentos urbanos, zelando pela saúde pública e moldando a cidade de acordo com os ditames da modernidade. Neste sentido, os espaços com pouca ventilação, favorecendo a proliferação de imundícies, eram substituídos por novos espaços, higiênicos e ordenados.

O redator da matéria do jornal *O Município*, além de descrever para os seus contemporâneos a crítica situação em que se encontrava o prédio que servia de Açougue Público, procurava introjetar na população leitora novos valores como higiene, progresso e desenvolvimento; bem como justificava a necessidade de se construir um novo edifício de “melhores condições de asseio e amplamente banhado pela luz e ar”, para melhorar a conservação dos alimentos e dar maior conforto aos vendedores de carnes e à população que frequentava aquele espaço.

A construção de um novo açougue em substituição ao antigo prédio da Travessa Sette de Setembro envolvia questão de salubridade do espaço, mantendo a observação a itens como: localização, dimensão, proporção, ordenamento e estética da rua. Estas condições eram debatidas nas sessões da Intendência Municipal, que analisava a escolha de um local apropriado para a construção, topograficamente plano e que fosse localizado nas proximidades do Mercado Público, onde era realizada a feira livre passando a venda de carne a ser um alongamento do comércio local.

O novo Açougue Público foi construído segundo os modernos parâmetros de edificação, sendo todo armado com colunas sólidas. Além disto, recebera em sua estrutura diversas janelas, possibilitando a livre

circulação de luz e ar, o que possibilitava melhor conservação dos alimentos comercializados.

O ideal de modernização, radiante nas capitais brasileiras, seguia também os caminhos e estradas do sertão, chegando inclusive à pequena e distante dos grandes centros, cidade de Jardim do Seridó. Nesta, um processo de urbanização foi posto em prática para atender às necessidades da sociedade, seja através da construção de outros prédios, como o Açougue Público, seja pela remodelação de edifícios já existentes, a exemplo do Mercado Municipal. A proposta da administração era atualizar os espaços públicos com novos prédios e outras funções.

Na cidade de Jardim do Seridó do início do século XX, o antigo edifício que servia de Mercado Público precisava ser ampliado e remodelado no início do século XX. O Mercado fora construído por Joaquim Araripe, em 25 de novembro de 1874, contando, porém, com uma estrutura muito pequena¹¹⁰. Destinado à comercialização de diversos gêneros alimentícios e utensílios domésticos, o Mercado aglomerava um grande número de pessoas, sobretudo nos dias de sábado, quando eram realizadas as feiras livres da localidade, atraindo não só a população urbana, mas também pessoas de outras cidades e sítios da região.

Nos dias de feira, o Mercado acolhia em sua dimensão física diversas práticas, sendo um ponto de convergência destinado a distintos interesses e desejos expressos por seus frequentadores. Por ser utilizado por diversas pessoas, a administração pública o via como um espaço

propício para a proliferação de imundícies que poderiam colocar em risco a saúde da população. A remodelação do Mercado passou a ser uma prioridade da gestão a partir de 1917, como se observa através da seguinte matéria:

Conforme o edital publicado na coluna competente, o senhor Presidente da Intendência está no propósito de levar avante a remodelação do nosso mercado público, para o que, acha-se esse serviço em concorrência. O pequeno número de artistas de que dispomos acha-se empregado em outras obras, sendo grande o número de construções, actualmente, nesta cidade, eloqüente attestado do nosso progresso.

Assim como este, outros serviços públicos de menor importância tem sido preteridos pela falta absoluta de artistas competentes entre nós. Mais que isto, apelamos para o Sr. Presidente da Intendência e confiamos em que S.S. redobrará de esforços no sentido de levar avante a reconstrução do nosso mercado público *substituindo o velho casarão de aspecto colonial* que ahi está, por um edifício de melhor aspecto, capaz de não desmentir as nossas tradições de “Veneza do Seridó”¹¹¹.

Nos termos dessa crônica, podemos observar uma tentativa de monumentalização da cidade de Jardim do Seridó, aliada ao discurso da modernidade, propagada pelo cronista do jornal noticioso e formador de opinião *O Município*. Uma cidade que estava caminhando pela estrada do “progresso”, atestada pela falta de artistas, operários e carpinteiros, devido ao “grande número de construcções”. O espaço urbano jardinense estava sendo moldado através de novas construções que passavam a fazer parte

do ambiente social, construções essas exigidas pelo refinamento dos costumes e valores, primando pela higiene e pela estética das ruas, “capaz de não desmentir as nossas tradições de ‘Veneza do Seridó’”.

A Veneza Seridoense¹¹², espaço de transformações, vai sendo elaborada pela administração pública, através das influências modernas, que tentavam apagar as marcas do velho, substituindo-o pelo novo, os novos edifícios. A administração procurava primar pelos princípios da higienização, edificando os novos espaços numa forma de integração com as transformações de seu tempo, tomando como modelo as modificações que estavam sendo implantadas em outros centros, principalmente na cidade de Recife, onde parte dos jardinenses mantinha relações comerciais.

O “remodelamento” consistiu, essencialmente, em aumentar o espaço e abrir novas portas e janelas. Como era divulgado pela imprensa, serviu para tornar o Mercado um espaço limpo, ventilado e amplo, possibilitando a circulação de muitas pessoas em um único espaço, o que se pode identificar através da austeridade geométrica de suas linhas arquitetônicas, em perfeita consonância com a funcionalidade e a higienização pretendidas.

Parafraseando Richard Sennet, as ações da administração pública estendiam-se pelas “artérias e veias”¹¹³, de diversas formas: a arborização de todas as ruas com fícus benjamim simetricamente alinhadas, a iluminação elétrica, a instalação do telégrafo para facilitar a comunicação com os outros lugares, a limpeza anual das residências, o destino do lixo¹¹⁴.

Foram ações que tornaram a vida urbana cada vez mais complexa, exigindo novas formas de comportamento/sensibilidades. Os indivíduos que não se adequavam a esses novos padrões, descritos nos códigos de postura, eram multados pela Intendência Municipal e em caso de reincidência, presos.

Aliado a este cuidadoso trabalho de embelezamento dos espaços urbanos, marcados pela arborização e pintura das fachadas das residências e prédios encravados em seu perímetro, as ruas e avenidas ganharam, iluminação elétrica. A criação desse serviço de iluminação a diesel da cidade, apesar dos altos custos de instalação da empresa, montagem dos equipamentos e manutenção, representava um benefício de grande valia, ocupando o centro das discussões do Conselho de Intendência, a partir da segunda década do século XX. Desde a sessão extraordinária de 15 de maio de 1923, passando pelas sessões ordinárias seguintes, a questão da luz elétrica ganha destaque como um dos principais “melhoramentos” a ser colocado em prática pela Intendência Municipal.

O contrato de iluminação elétrica foi firmado entre a Intendência Municipal e o senhor Antônio Sabino de Oliveira, ficando este responsável pela montagem na cidade de uma empresa de iluminação na cidade, instalando todos os equipamentos necessários para clarear os espaços públicos e colocando em funcionamento este serviço de utilidade para a vida urbana noturna.

Com base no Relatório apresentado pelo chefe do executivo, por ocasião da abertura dos trabalhos do Conselho de Intendência Municipal

de Jardim do Seridó, em 22 de janeiro de 1924, “a luz electrica desta Cidade estava funcionando, sendo paga mensalmente pelos cofres da Intendência”¹¹⁵. A cidade de Jardim do Seridó dispunha de serviço de iluminação noturna de modo satisfatório até zero hora, excetuando os dias de festas ou outras ocasiões especiais, quando a iluminação continuava em funcionamento até que o dia amanhecesse.

Um cronista do *Jornal das Moças*, da vizinha cidade norte-riograndense de Caicó, apresentou as transformações nas ruas e avenidas de Jardim do Seridó como um modelo a ser copiado pelas demais cidades da região:

Justiça seja feita, essa ancia do progresso se há evidenciado não só aqui mas em todas as cidades do Seridó, dentre as quais se destaca, pelo grande e justifico zelo, em que é tido o serviço de limpeza pública e pela excellência da sua illumination elétrica, a vizinha cidade de Jardim do Seridó.

Quem quer que passe por aquella cidade nota logo ao primeiro golpe de vista o cuidado em que é tido ali o asseio público. Rara é a casa que não tem bem limpa sua fachada, não se encontrando difficilmente calçadas desatijolladas ou assymetricas. Isso deve servirnos de exemplo¹¹⁶.

Jardim do Seridó aparece, nas palavras do cronista Renato Dantas, como uma cidade atualizada, inserida no contexto de modernização que estava sendo implantado nas principais cidades brasileiras do início do século XX, com destaque para o zelo demonstrado pela higienização dos

espaços públicos e pela excelência da iluminação elétrica. Estas benfeitorias que modificavam as ruas e avenidas são apresentadas como símbolos do “progresso” que adentrava as cidades do sertão¹¹⁷. A crônica chama a atenção para o nível de desenvolvimento material, presente no traçado urbano, nas calçadas simétricas, no asseamento das fachadas das residências e na limpeza pública. Estas características davam à cidade jardinese um lugar de destaque dentre as demais cidades da região.

Impulsionada pelos desejos de se construir espaços de sedução, a geografia urbana ganha novos atributos, monumentos, equipamentos e discursos que a legitimavam como uma cidade moderna, como a Veneza Seridoense, onde velhos cenários cediam lugar às outras construções, emprestando-lhes ares de “inovação” e de “refinamento”. Uma nova estética tomava conta das ruas e dos prédios, aquela que prezava pelo embelezamento.

Enquanto administrador, Heráclio Pires buscou projetar os espaços urbanos, materializando uma arquitetura cidadina constituída não somente de casas e de igrejas, mas também de prédios públicos amplos e grandiosos, a exemplo do Açougue, do Mercado remodelado, implantando, igualmente, um emaranhado de práticas que buscavam compor o espaço citadino de forma cada vez mais conectada com os padrões da modernidade. Esse ideal estava presente nos documentos oficiais da Intendência Municipal e no seu principal órgão de comunicação, o jornal O Município. E na prática cotidiana? A nomenclatura “cidade pra inglês ver”,

de Mário de Andrade, se emprega, notadamente, quando adentramos na esfera do cotidiano. O viver na cidade apresenta situações de não cumprimento dos padrões exigidos pela legislação municipal.

Apesar dos inúmeros apelos de observância do Código de Posturas, alertando para as multas a serem impostas àqueles que deixassem de cumprir a limpeza das residências, inclusive “aqueles que fizeram o serviço de modo incompleto, deixando de fazer a pintura das portas e janelas, como alguns costumam”¹¹⁸, diversos proprietários de prédios urbanos negligenciavam a exigência da legislação municipal. Estes procedimentos são chamados por Michel de Certeau de “multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos”¹¹⁹. São operações minúsculas para escaparem dos códigos de disciplina, empreendidas pelos praticantes ordinários da cidade, que, sem sair do espaço onde vivem, com suas leis, buscam tirar proveitos das ocasiões inusitadas. Para o redator do jornal *O Município*, estes usuários que resistiam ao Código de Posturas, deixando de efetuar a limpeza das fachadas das residências eram vistos como, “Meia dúzia de indivíduos pynhonicos e insidiosos, [que] andam a apregoar que não farao a limpeza reclamada pela Intendência”¹²⁰.

Mais do que a enunciação de ações praticadas por indivíduos “insidiosos” ou “cérebros doentios”, podemos perceber as táticas de resistências aos decretos de limpeza das fachadas das residências localizadas no perímetro urbano, por parte dos moradores da cidade. Nota-se que a aplicação de tais posturas não se concretizava sem contestações. O

Livro de Termos de Multas traz diversas situações de inobservância às disposições do Código de Posturas, por parte de indivíduos que deixaram de proceder à limpeza anual em prédios encravados no perímetro urbano da cidade e dos distritos municipais.

Neste capítulo, a análise das transformações urbanas da cidade de Jardim do Seridó, nas duas primeiras décadas do século XX, possibilitou perceber os caminhos trilhados na construção de espaços públicos que emergiram a partir de novas necessidades. A edificação do Açogue para comercialização de carnes, a remodelação do Mercado onde eram realizadas as feiras, bem como a arborização, limpeza e iluminação das ruas e das residências, são fatos alicerçados em enunciados como higiene e estética. Seus idealizadores acreditavam estarem conduzindo a cidade rumo ao “progresso” e à “civilização”, uma forma de seduzir os leitores. Percebemos nas crônicas do jornal *O Município* uma tentativa de tornar o espaço citadino objeto de sedução, onde Jardim do Seridó seria reconhecida como a “Veneza Seridoense”, enquanto que outros perceberam-na como “uma cidade pra inglês ver”.

ESPAÇOS LIVRES, PRÁTICAS REGULADAS: UM BREVE ENSAIO SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO, TERRITÓRIO E A POLÍTICA NORMATIVA DAS PRAÇAS CAICOENSES⁸

Jeyson Ferreira Silva de Lima

A cidade é uma construção social (inerentemente histórica, econômica, cultural e simbólica) que apresenta em sua configuração diferentes formas espaciais. Dentre estas, desde os tempos mais remotos, destaca-se a praça pública enquanto um espaço importante à vivência cidadina, especialmente no que se refere às práticas de sociabilidades e de lazer. Nesse sentido, as praças são efetivamente territórios públicos citadinos.

Pensar a praça pública na cidade contemporânea leva-nos, em princípio, a refletir sobre sua morfologia, suas normas e seus usos, ou seja, entender o modo como a sociedade se espacializa nesse lugar. Na nossa pesquisa de mestrado, objetivamos compreender as territorializações, as sociabilidades e as identidades que modularam pouco a pouco o espaço público das praças caicoenses, que por concepção e excelência, é destinado

⁸ O capítulo provém da dissertação de mestrado *Praças públicas caicoenses: territorialidades, sociabilidades e identidades*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2013, sob orientação do Prof. Dr. Alessandro Dozenna, com apoio financeiro da CAPES.

à prática de lazer, de sociabilidade e exercício político¹²¹ dos habitantes de uma cidade.

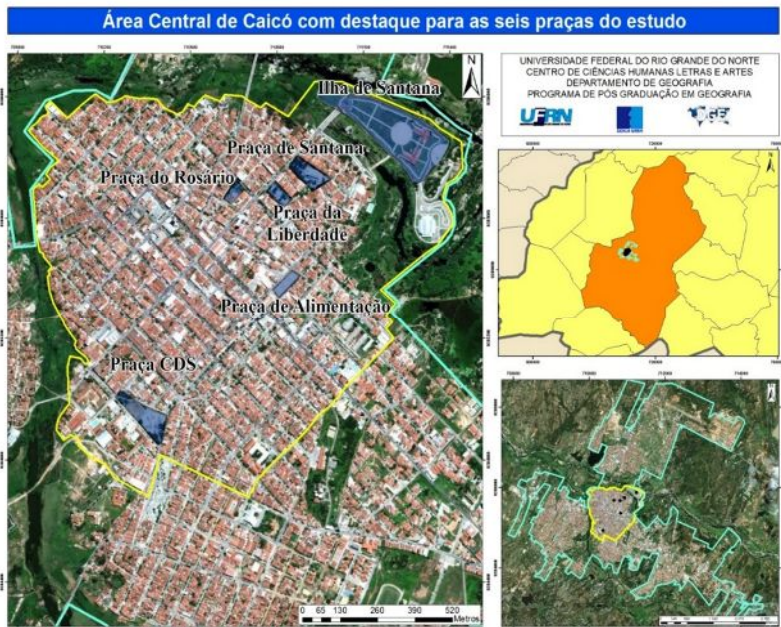
As praças de nosso interesse localizam-se na cidade de Caicó, situada na região do Seridó Potiguar¹²². No contexto do Rio Grande do Norte, a cidade possui destaque em sua história, em sua economia, em sua política e em seus aspectos culturais. Exerce papel polarizador nos demais municípios da região, destacando-se também, pelas suas notórias festividades; sendo a Festa de Sant'Ana e o Carnaval os seus principais eventos.

Apresentando essa dinâmica, os caicoenses engendram um cotidiano urbano típico das cidades de porte intermediário, em que a vida social de seus habitantes ainda possui vínculos muito fortes com as suas praças públicas, tornando-os efetivamente territórios de sociabilidades, de consumo e de lazer; lugar onde ocorrem os principais eventos, manifestações e práticas sociais cotidianas.

Deste modo, nosso objeto de estudo contemplou seis praças públicas localizadas na Área Central de Caicó (fig. 01) que possuem importância histórica para a cidade, no entorno das quais, o núcleo urbano foi se estruturando por um longo período de tempo. São elas: Praça Monsenhor Walfredo Gurgel (também conhecida como Praça da Matriz ou Praça de Sant'Anna); Praça Eduardo Gurgel (Praça do Rosário ou Largo do Rosário); Praça Senador Dinarte Mariz (Praça da Liberdade ou Praça do Coreto); Praça José Augusto (Praça dos *Trailers* ou da Alimentação); Praça

Dom José Delgado (Praça do CDS) e o Complexo Turístico Ilha de Santa Costa (popularmente conhecida como Ilha de Santana).

Figura 01 – Imagem orbital da Área Central cidade de Caicó com destaque para as suas seis praças públicas no ano de 2012



Fonte: CAVALCANTE SILVA, R. E, 2012.

Essas praças assumem diferentes posições de destaque no cenário urbano e exercem diferentes papéis de polarização no contexto citadino, elas estão enredadas de histórias e vivências que as legitimam como territórios de sociabilidades. Cada uma possui uma configuração espacial

particular, resultado das marcas que lhes foram impostas pelos habitantes da cidade ao longo do tempo.

A pesquisa situou a discussão em três principais dimensões de análise: a Dimensão Espacial/Política, a Dimensão Sócio Territorial/Econômica e a Dimensão Cultural/Simbólica, compreendendo-as como possibilidades metodológicas para a abrangência do fenômeno das territorialidades que se constituem nas praças públicas caicoenses.

Neste ensaio, especificadamente, discorreremos sobre a dimensão político normativa das praças públicas caicoenses. Será feita uma análise da dimensão jurídico-normativa dos espaços públicos em foco, com ênfase para as suas leis e decretos, destacando as normas e diretrizes que regulamentam os usos e as práticas sociais nas praças públicas do estudo, tornando-as territórios.

ESPAÇO PÚBLICO: TERRITÓRIO DE NORMAS E DE GRUPOS SOCIAIS

A importância de se conceber as praças públicas enquanto territórios urbanos está associada a sua composição morfológica, normativa, e seus usos. Interligados a estes destacamos às relações de poder que se projetam nos espaços públicos da cidade, sobretudo a partir dos acordos e dos conflitos que surgem na trama urbana, como negociação de interesses, de maneira especial entre os diversos grupos sociais que compõem o cotidiano urbano. Neste ponto, as territorialidades presentes

nas praças podem ser demonstradas a partir dos grupos e agregados sociais que interagem e sociabilizam cotidianamente no território.

Em Geografia, trabalhamos com uma concepção de território quando queremos enxergar as relações de poder que estão presentes no espaço geográfico (RAFFESTIN, 1980). O território pode assumir diversas feições. Ele pode ser ocupado por grupos humanos que materializam seus desejos e dão contornos às suas formas, tornando o território usado, conforme apontado por Santos (1994, p. 255): “o território são apenas formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Por este prisma, as praças públicas de Caicó são territórios usados.

Neste sentido, o território da praça pública se torna operacionalizado a partir da noção de espaço público. Este último, no atual contexto, apresenta-se hierarquizado, fragmentado, encoberto por uma estrutura de poderes, normas e conflitos. É uma instituição marcada pelo fator político que regula a civilidade. Assim, concordamos com Valverde (2007, p. 194), quando sublinha que:

Todo espaço público possui como origem e finalidade a construção do fato político, por mais que as suas dinâmicas não apresentem importância direta para a administração pública ou que a sua simbologia não remeta a um interesse coletivo de grande visibilidade. Tais espaços são normatizados por leis e posturas urbanas, têm equipamentos que lhe foram emprestados pelo Estado, não podem ser

oficialmente apropriados e, principalmente, têm um papel definido dentro de um plano de ação estatal.

Por tal entendimento, a análise da dimensão coletiva do espaço público (GOMES, 2006) suscitou questionamentos sobre a reprodução de acordos e de conflitos que se situam em seus domínios. Estes últimos estão inter-relacionados às negociações e aos processos de usos e apropriações das formas e dos conteúdos territoriais, pelos diferentes grupos sociais em confronto com as normas do território. É preciso, então, atentar-se para a disposição física, sua regulamentação e suas práticas sociais. Neste aspecto, Gomes (2006, p. 162) salienta a importância da Lei como forma de regulamentação destes espaços:

Fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos a possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa. Essa condição deve ser uma norma respeitada e revivida, a despeito de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos sociais que aí circulam e convivem, ou seja, as regras do convívio e do debate devem ser absolutamente respeitadas. Essa acessibilidade é física, mas também diz respeito ao fato de que não deve estar condicionada a força de quaisquer outros critérios senão daqueles impostos pela lei que regula os comportamentos em áreas comuns. Por isso o espaço é o *locus* da lei. Poderíamos dizer que o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade.

Nota-se, neste caso, que o estatuto jurídico intrínseco a regulação dos espaços públicos, em certa medida, demonstra as normas globais que padronizam os usos do território. Essas normas são fatores de suma importância à compreensão das territorialidades desenvolvidas pelos grupos e agregados sociais nas praças públicas.

Para a melhor compreensão das territorialidades desses grupos, torna-se necessário a definição de grupo social. Para o filósofo francês Jean Paul Sartre “o grupo nada mais é do que uma prática ativa e intencional de sujeitos humanos reunidos num conjunto” (SARTRE, apud BETTONI E ANDRADE, 2002, p. 69), levando-se também em consideração a necessidade coletiva de relações sociais entre homens e o estabelecimento de uma práxis espontânea ou deliberada entre os indivíduos.

Portanto, os grupos e agregados identificados nas praças públicas caicoenses foram principalmente: transeuntes, praticantes de atividades físicas, adolescentes, crianças, idosos, pais, casais de namorados, donos e trabalhadores de quiosques, vendedores ambulantes, consumidores em geral, grupo de alunos, garis, turistas, usuários de drogas e vizinhos.

Estes grupos sociais, por sua vez, encontram em pressupostos diversos - sejam privados ou públicos, individuais ou coletivos, normativos ou instintivos, intencionais ou ocasionais -, as prerrogativas que condicionam o seu comportamento no exercício cotidiano de uso territorial das praças públicas.

NOTAS SOBRE O ESTATUTO NORMATIVO DAS PRAÇAS PÚBLICAS CAICOENSES

A dimensão normativa coexiste efetivamente no funcionamento das praças públicas caicoenses. São várias as legislações que dispõem sobre a regulamentação dos espaços públicos da cidade, atuando como normas, transformando-os em territórios normatizados. São exemplos de leis: Lei de Feiras Livres (1968), Lei de Loteamentos (1968), Código de Posturas (1969), Lei Orgânica Municipal (1990) e, mais recentemente, o Plano Diretor (2006), além de outras Leis e Decretos Municipais que surgem a cada administração por iniciativa do Poder Público Municipal.

Em Caicó, as leis mais antigas que dispõem sobre a regulamentação dos espaços públicos versam tanto sobre a sua disposição física, quanto em relação ao comportamento dos sujeitos, condicionando em parte, a formação das territorialidades pelos grupos sociais nas praças públicas. A Lei de Feiras Livres, A Lei de Loteamentos e o Código de Posturas são os exemplos mais emblemáticos. No tocante especificamente, às praças públicas, temos algumas disposições mais importantes que serão abordadas a seguir.

A Lei de Loteamentos da cidade de Caicó (Lei nº 424 de 28 de novembro de 1968), sancionada pelo Prefeito Inácio Bezerra de Araújo, que governou a cidade entre os anos de 1966 a 1969, entre as suas diversas disposições, define as praças públicas como sendo especialmente áreas de recreação: “A Área de Recreação é reservada as atividades culturais, cívicas,

esportivas e contemplativas da população tais como: praças, bosques e parques” (Artigo 1º parágrafo IV).

Podemos inferir que, neste contexto, as praças já apresentavam papéis muito importantes na cidade, pois além de serem espaços de lazer que propiciavam recreação e atividades esportivas, eram também os espaços privilegiados do ponto de vista estético, por propiciarem a contemplação de sua paisagem.

Outra disposição muito interessante que regulariza os espaços públicos, diz respeito à sua localização no âmbito da cidade de Caicó. Quanto a isto, o Artigo 29 da Lei nº 424, define que: *“As áreas de recreação serão determinadas, para cada loteamento, em função da densidade demográfica admitida pela Lei de Zoneamento ou, na sua falta, pelas diretrizes dadas pela prefeitura”*.

Sendo assim, no parágrafo 1º do referido Artigo, há uma disposição sobre o tamanho destes espaços, os quais deveriam corresponder em média a 16m²/hab. Possivelmente, é por esse motivo que há uma maior concentração de praças na Área Central de Caicó, pois no contexto dos anos 1950/1960, a mancha urbana caicoense estava começando a se ampliar, incorporando os bairros hoje conhecidos como Barra Nova, Boa Passagem, Penedo (antigo), Nova Descoberta, Acampamento, João XXIII e extensão do Bairro Paraíba (MORAIS, 1999, p. 99).

No que tange a higienização e manutenção das praças públicas, a legislação correspondente é o Código de Postura Municipal (Lei nº 444, 20

de maio de 1969), sancionado pelo então prefeito, Francisco de Assis Medeiros, que governou o município entre os anos de 1969 a 1973. Conforme este código, a higienização das praças públicas é de total responsabilidade da prefeitura. Aos moradores da vizinhança, caberia apenas a limpeza dos passeios e das sarjetas fronteiriças às suas residências (Artigos 24º e 25º da Lei nº 444). Em relação ao ajardinamento e arborização das praças, isto também é de total responsabilidade do Poder Público Municipal, conforme o artigo 114º do referido Código de Posturas.

Sobre os aspectos referentes ao trânsito público, de acordo com o artigo 87º, é expressamente proibida a interrupção do passeio de pedestres e do trânsito de veículos em praças e logradouros públicos, exceto no caso de obras públicas ou exigências policiais. A permanência de animais em locais públicos também é vetada pelos artigos 95º e 96º. Caso sejam encontrados, estes podem ser recolhidos ao depósito da municipalidade e só serão retirados mediante indenizações e pagamento de multas.

O Código de Posturas municipal de Caicó, também regulariza algumas formas de comportamento perante os espaços da cidade. De acordo com o referido código, é expressamente proibida nas vias públicas, a veiculação de carros de som, anúncios ou outros ruídos que ofereçam ameaças ao sossego público, ao menos que haja a permissão ou consentimento da prefeitura. Também é interessante notar no que se refere aos divertimentos públicos – comemorações e festas realizadas nos espaços públicos ou fechados; podem ocorrer nas dependências das praças

desde que estes sejam realizados com a devida permissão da Prefeitura Municipal (Capítulo II, artigos 66 - 81).

Existem outros documentos que igualmente dizem respeito à normatização dos espaços públicos na cidade de Caicó. Mais recentemente, a Lei Orgânica Municipal (1990) e o Plano Diretor (2006) se tornaram os principais representantes deste tipo de política. Várias leis e decretos também surgiram ao longo das administrações municipais, versando inclusive sobre a organização, manutenção e configuração das praças públicas; todas ancoradas nas legislações anteriormente citadas.

A principal disposição da Lei Orgânica, no que concerne aos espaços públicos, está no respaldo dado às políticas de desenvolvimento urbanístico e de valorização cultural e patrimonial, remetendo diretamente às manifestações e aos monumentos que fazem parte dos cenários destes espaços, sobretudo nas políticas contidas no Plano Diretor. Este último corresponde a Lei nº 4.204 de 17 de outubro de 2006, aprovada por Rivaldo Costa, Prefeito de Caicó entre os anos de 2005 e 2012.

Entre os vários objetivos contemplados pelo Plano Diretor, um que merece destaque é o que declara: “Integrar, viva, eficaz e permanentemente as atividades públicas e privadas, atendendo às aspirações e necessidades da comunidade, promovendo uma maior participação da população na elaboração das ações do governo municipal com vistas à expansão urbana”. Ou seja, a principal meta do plano é a de promover uma participação coletiva por parte da sociedade civil caicoense

na elaboração e execução de políticas públicas urbanas, incluído aí as que versam sobre as praças públicas.

De acordo com o Plano Diretor do município de Caicó, as praças públicas enquadrar-se-iam em várias definições, correspondendo a: áreas de interesse cultural, áreas de interesse urbanístico, áreas verdes e áreas especiais e equipamentos comunitários, conforme o disposto no Artigo 4º parágrafos II, III, IV, V, VI e XII:

II – Áreas de Interesse Cultural – são porções do território definidas em função do interesse público e social destinadas à execução de programas sócio-culturais.

III – Áreas de Interesse Urbanístico – são as que apresentam aspectos paisagísticos, urbanísticos e histórico-culturais significativos para a cidade. IV – Áreas Especiais – são porções do Território municipal com destinação específica e normas próprias de parcelamento, uso e ocupação do solo, compreendendo: item b – As Áreas especiais de Proteção – que são porções do território do município, assim definidas em função de interesse social de preservação, manutenção e recuperação de patrimônio histórico, paisagístico, cultural e ambiental.

VI – Área Verde – é o espaço público ou particular provido de cobertura vegetal, que se presta para: item a – o paisagismo da cidade; b – o lazer da população; e c – proteção da qualidade ambiental.

XII – Equipamentos Comunitários – consideramse equipamentos comunitários as edificações implantadas em áreas públicas destinadas a lazer, educação, ação social, saúde, cultura e similares (Plano Diretor de Caicó, 2006).

Resguardadas pelo Plano Diretor Municipal, as praças públicas são territórios urbanos de grande relevância, sobretudo pelo seu valor histórico, social, ambiental, paisagístico e cultural. Elas são lugares dotados de visibilidade, produzindo imagens que são vendidas e exportadas como se fosse a própria imagem da cidade. Segundo Lynch (1990), a imagem da cidade é formada a partir de vários elementos físicos: as vias, os limites, os bairros, os cruzamentos e os elementos marcantes, sendo que estes se sobrepõem na formulação de imagens do meio ambiente urbano.

As praças públicas seriam um dos elementos marcantes que contribuem para a formulação de imagens da cidade. No caso de Caicó, estas possuem usos bem diversos e particulares que se projetam em seus territórios, sendo necessário que haja respaldo por parte do Poder Público no que se refere à manutenção e multiplicação destes espaços. A esse respeito, são várias as Leis e Decretos Municipais que dispõem sobre a regulamentação das praças públicas caicoenses. A seguir, será dado destaque a algumas destas Leis e Decretos.

Como forma de contribuir à prática de atividades de lazer por parte da população, foi sancionada no ano de 1987 a Lei nº 3.090, pelo então prefeito Vidalvo Silvino da Costa (prefeito municipal entre os anos de 1983 e 1988), que dispõe acerca da construção obrigatória de parques de diversões infantis (playgrounds) em praças públicas da cidade, contribuindo deste modo, para a prática de lazer infantil nos espaços públicos.

Outras leis que merecem destaque são as Leis nº 4.271, 4.273 e 4.274, todas do ano de 2007, formuladas no âmbito da administração municipal do prefeito Rivaldo Costa. Estas leis dispõem sobre o tombamento do Patrimônio Histórico e Cultural de diversas espécies de plantas, a saber: todos os *Ficus* localizados nas Praças Monsenhor Walfredo Gurgel, Eduardo Gurgel e adjacências, bem como, todos os Tamarineiros da Praça Monsenhor Walfredo Gurgel, sublinhando o valor ambiental que estas plantas oferecem às praças e às suas circunvizinhanças.

Em relação aos Decretos Municipais, alguns merecem destaque, em especial por disporem sobre a limpeza dos logradouros e praças públicas e sobre os eventos festivos que porventura possam ocorrer nas suas dependências. São eles:

Decreto nº 013 de 18 de março de 1994, que fixa o recolhimento de taxa de conservação e limpeza pública na utilização de praça pública, conforme o texto original, apenas eventos considerados filantrópicos ou de interesse público é que terão dispensa da referida taxa;

Decreto nº 027 de 25 de maio de 1994, que estabelece as normas para realização de eventos festejos nas praças e logradouros públicos. Parágrafo I - fica determinada a Praça Dom José Delgado, como a área adequada para a realização de Festas e Eventos Públicos, ressalvando-se os casos de análise especial por parte do Senhor prefeito Municipal. No parágrafo II, fica estabelecido que após o término do Evento, fica a limpeza do Logradouro público, sob a responsabilidade do promotor ou realizador do

mesmo, à exceção das festas Religiosas. (DECRETOS, Prefeitura Municipal de Caicó).

É interessante notar que, conforme apontado nos decretos acima, as praças públicas tornam-se efetivamente os locais do lazer e das festividades, sendo resguardadas pelo Poder Público Municipal, principalmente no que tange a sua manutenção e higienização. Porém, o uso das praças para eventos acarretam o confronto com outras normas também pertinentes aos espaços públicos, especialmente em relação ao barulho e a perturbação pública.

Para a minimização deste problema, a Prefeitura Municipal elaborou em 2010 um decreto que dispõe sobre a proibição da utilização e funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento, fixo ou móvel, que produza, reproduza ou amplifique som na Praça José Augusto. Contudo, durante o período de festas, fica condicionada a prefeitura a expedição de alvará que permita o uso sonoro neste espaço público. Para as outras praças e casos específicos, foram estabelecidas as demais legislações dispostas nos Códigos de Postura e na Lei Orgânica Municipal.

Conforme o exposto convém considerar as praças públicas de Caicó como formas do espaço urbano dotadas de conteúdo político, normativo. Estes são elementos importantes na definição, na composição e na configuração dos espaços públicos. Os processos espaciais que o compõem, estão perpassados de simbologias e significados que inteiram a estrutura complexa e dinâmica da organização espacial cidadina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço público, enquanto território da ação política é também o território de ação do Poder Público. Por sua característica de visibilidade, é o espaço onde as ações são executadas com vistas à publicidade e a promoção. É assim com as reformas constantes nas praças públicas, é assim também com as ações realizadas pelos grupos sociais no desenvolvimento de sociabilidades cotidianas.

A discussão da legislação que regulamenta os usos das praças públicas da cidade de Caicó, leva-nos ao entendimento de como funciona minimamente as normas nesses territórios. Contudo, sabemos da existência de conflitos entre os diferentes grupos que se apropriam das praças, e imprimem resistência quanto ao cumprimento dessas normas.

Neste caso, nota-se que o estatuto jurídico intrínseco à regulação dos espaços públicos, em certa medida, demonstra as normas globais que padronizam os usos do território, em confronto com as apropriações estabelecidas cotidianamente. É neste entremeio que surgem as diversas formas de apropriações que demandam usos singulares, e tornam o território da praça único. Este espaço público fundamental à estruturação da cidade moderna é o local por excelência da dualidade, da contradição e da conexão entre as esferas pública e privada, atingindo os papéis sociais, e de igual modo, agregador de múltiplas territorialidades.

POR UMA PEDAGOGIA DA CIDADE OU SOCIABILIDADES E EDUCABILIDADES NO PRÍNCIPE, RIO GRANDE DO NORTE (SÉCULO XIX)⁹

Olivia Morais de Medeiros Neta

As cidades não contam o seu passado, mas elas o contêm como linhas da mão, escrito no traçado das ruas, das casas, dos templos, das praças e das escolas, bem como nos sentimentos daqueles que vivem na e a cidade. Por isso, expressamos que a urbe é passível de leituras através de sua disposição cartográfica, dos agentes produtores do espaço e de sociabilidades, das segregações dos sujeitos, dos sentidos e de outros temas possíveis, pois múltiplos podem ser os olhares direcionados para as cidades e suas histórias escritas em seu espaço e nas práticas de homens, mulheres e crianças que as habitam.

Nessa perspectiva, a temática cidade e educabilidade, no sentido amplo, é a demarcação investigativa desse trabalho, cujo objeto de estudo acena às pedagogias da cidade do Príncipe no século XIX.

Considerando que não “[...] se deu aos usos sociais da cidade a mesma atenção classificatória que se dedicou às formas urbanas [...]”

⁹ Capítulo cujo conteúdo é originário da tese de doutorado *Cidade, sociabilidades e educabilidades (Príncipe, Rio Grande do Norte século XIX)*, defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Marta Maria de Araújo, com apoio financeiro do CNPq.

(LEPETIT, 2001, p. 140), é que constituímos como problema de pesquisa as relações entre cidade e sociabilidades quanto à constituição das educabilidades no *modus vivendi* no Príncipe,¹²³ século XIX.

O entendimento de educabilidade perpassa as análises deste trabalho, sendo construída a partir das problematizações referentes às aprendizagens decorrentes da relação entre os espaços e as sociabilidades. Para tanto, objetivamos problematizar como a relação entre cidade e sociabilidades constitui educabilidades no Príncipe no século XIX, a partir de espaços de veiculação de enunciados pedagógicos.

A educabilidade é uma constante dessa orientação pedagógica, pois o processo educativo não acontece apenas e nem principalmente nos bancos de nossas escolas. A dinâmica urbana como um todo é educativa. Nesse sentido, o pensar sobre o objeto, *pedagogias da cidade no Príncipe no século XIX*, é o de historiadora e, mais especificamente, de uma historiadora da educação, cuja trajetória acadêmica vem sendo marcada pela busca de compreensão da *escrita da história* dos saberes e dos espaços.

E, de conformidade com o objeto de estudo, este é um trabalho de uma história da cidade, ou mais precisamente, uma história cultural da cidade que relaciona as sociabilidades às educabilidades. Sendo os vetores desse estudo delineados a partir do contexto histórico específico do século XIX, quando o Príncipe estava assistido por instituições de natureza política, representada pela Câmara Municipal que teve sua instituição redefinida pela Lei de 1º de outubro de 1828;¹²⁴ de natureza militar,

representada pela Guarda Nacional, criada, em 1831, em substituição às antigas Milícias e Ordenanças, mas também por instituições de natureza religiosa, expressas pela Freguesia da Senhora Santa Ana¹²⁵ e na organização das irmandades religiosas cujos Compromissos foram aprovados pela Assembleia Provincial em 1836.

Quanto às instituições de natureza educacional, podemos citar as escolas domésticas e as públicas, estas últimas reguladas pela Resolução nº 27, de 5 de novembro de 1836, que aprovou os Estatutos para as aulas de primeiras letras da Província. A partir da qual, o Príncipe foi contemplado com uma Aula de Primeiras Letras para o sexo masculino (1836) e uma Aula de Primeiras Letras para o sexo feminino (1860). Antes, em 1803, por iniciativa do Padre Francisco de Brito Guerra foi instalada em sua residência, uma Cadeira de Gramática Latina (tornada pública por um projeto de resolução apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em 1832). (ARAÚJO; MEDEIROS, 2001).

A territorialidade da Vila do Príncipe e, posteriormente, da Cidade do Príncipe no século XIX, compreendia os limites da Freguesia da Senhora Santa Ana, que teve desmembrado de seu território a Freguesia de Nossa Senhora da Guia (Patos, Paraíba), em 1788, e a de Nossa Senhora das Mercês da Serra do Cuité, em 1801.

Da cartografia colonial com suas delimitações territoriais é que se deu a construção das cartografias regionais, como por exemplo, a assumida pelo Seridó. Essa cartografia lançou mão do complexo físico (ribeiras:

Seridó, Piranhas, Acauã e Espinharas), religioso (Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó) e político (Vila do Príncipe).

É nesse espaço geo-histórico que iremos investigar as pedagogias da cidade. Escolhemos como primeiro balizamento o ano de 1801, por ter sido nesse ano que a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana teve desmembrado parte de seu território para a formação da Freguesia da Nossa Senhora das Mercês da Serra do Cuité, referendado nos limites do *mapa 01*. Com isso, a área de abrangência da freguesia vai (com)fundir-se com a do Príncipe, num primeiro momento. Pois, à área de ação religiosa correspondia, também, a área da administração político-administrativa do Príncipe.

Como marco cronológico final, destacamos fins do século XIX, quando o Príncipe passa a chamar-se Seridó e, posteriormente denominar-se Caicó num contexto em que o Brasil deixa sua condição de Império com a Proclamação da República a 15 de novembro de 1889, sendo estabelecida a separação entre a Igreja e o Estado e o fim efetivo do sistema do padroado.

A cidade, suas sociabilidades e educabilidades podem ser visibilizadas a partir de fontes como constituições, leis, decretos e posturas que regulam os vínculos entre a urbe e a vida societária e a própria estruturação do espaço urbano que é dada na forma de texto, pois “[...] a cidade é coisa de que se fala e escreve.

Nesses termos, a cidade é detentora de uma instrução socializadora e investida de uma função pedagógica, em que se moldam

valores e modelos de conduta, pois podemos dizer que a cidade detém uma função social advinda da experiência da urbanidade, das vivências, das práticas e projetos citadinos, pois a cidade “[...] tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas.” (LEFEBVRE, 2001, p. 47).

A intenção de pensar uma pedagogia da cidade transmuta-se na reflexão de como a cidade educa. Por isso, a pedagogia da cidade se expressa no estilo de vida urbano e no aprendizado da civilidade e do *direito e cidade*, bem como nas funções pedagógicas expressas em projetos urbanos e escolares, na relação entre o corpo urbano/corpo cidadão e na hermenêutica urbana e em uma postura sensível frente ao urbano.

A cidade e suas experiências de urbanidade são detentoras de sociabilidades e investidas de função pedagógica, em que se moldam valores e modelos de conduta, daí a concepção da existência de uma pedagogia dos desejos na cidade e suas escrituras urbanas circunscritas às instâncias político-administrativas, religiosas e socioculturais.

Para tanto, a municipalidade de forma estrita e ampla através das ações dos governantes aos transeuntes e suas vidas e práticas cotidianas orientava e deliberava acerca do espaço urbano e das sociabilidades, utilizando mecanismos como leis e posturas para o habitante da urbe.

No Príncipe, século XIX, a praça se constituía como instância de veiculação dos enunciados pedagógicos do Príncipe e como espaço de destaque, um terreiro, um largo, não necessariamente dotado de mobiliário

urbano que se apresentava em uma forma circular na qual “[...] a igreja ocupa um ponto central da praça, distanciada das casas que definem os lados desse espaço aberto [...]” (TEIXEIRA, 2009).

Na praça central, espaços como a *Praça do Mercado* ganhavam destaque na urbe. Lá se localizavam os *quartos* de comércio da cidade, como os do escravo Elias, citado no processo-crime de 1874 que indiciou João Serafim de Maria. (RIO GRANDE DO NORTE, 1876). Ou ainda, estabelecimentos como a Loja do Braz que ofertava fazendas miudezas, molhados, ferragens e outros artigos, a Meira & Araújo, a Estrela do Seridó com seu sortimento de fazendas e molhados, a Casa Apolo dentre outros comércios situados à praça do mercado referenciados pelo *O Povo* em fins do século XIX.

A Casa de Câmara e Cadeia Pública, a Matriz de Santa Ana e a praça do Mercado se constituíam no Príncipe como instâncias de referências e veiculação dos enunciados pedagógicos ao longo do século XIX. No entanto, o urbano ganhava novos contornos com casas de moradas sitas à Rua da Matriz, Rua da Aurora, Rua do Rosário, Rua da Independência, Rua da União, Rua da Liberdade, dentre outras. (MEDEIROS FILHO, 1988).

Mas, quais as sociabilidades no Príncipe no século XIX? Como estas se estabeleciam? Para buscarmos respostas a tais questionamentos, ressaltamos que essa busca terá como (de)marcação as instâncias sociais, uma vez que quanto mais as relações interpessoais são numerosas e diversas, mais grupos elas põem em jogo: a família, a igreja, a comunidade,

as agremiações, a sociedade beneficente, ou ainda, tudo o que podemos imaginar. (AGULHON, 1977).

Dessa maneira, a partir de vivências e práticas na vida urbana nos questionamos sobre quais sociabilidades ocorrem em um conjunto de relações tecidas pelos indivíduos nos espaços. Nessa perspectiva, ressaltamos que as sociabilidades se dão em um conjunto de relações tecidas pelos indivíduos e as formas como estas são estabelecidas seja nas famílias, nas escolas, nas igrejas, nos mercados ou em outros espaços. E, por isso, as sociabilidades no Príncipe, século XIX, se constituem mediante um elo entre as interações sociais cotidianas e as relações sociais efêmeras — relações sociais tecidas por esses indivíduos em suas vidas cotidianas.

A municipalidade projetava e regia posturas e códigos à cidade e, por extensão, aos seus habitantes e visitantes. Com isso, instâncias públicas e privadas tinham suas sociabilidades, também, sujeitas às concessões e deliberações da edilidade que passavam a regular um estilo de vida à urbanidade e à civilidade.

As sociabilidades no Príncipe então estavam sujeitas à busca de uma urbanidade, de uma civilidade que se construía no público e no privado, pois a cidade apresentava-se como um palimpsesto que era escrito e reescrito pelos passos dos habitantes da urbe. (CERTEAU, 1994).

Nas últimas décadas do século XIX, o Príncipe contava com inúmeros estabelecimentos comerciais, muitos localizados à Praça do Mercado, como o Bazar Artístico, a Loja do Braz, a Estrela do Seridó, a Meira

& Araújo, O Barateiro, a Alfaiataria Republicana, a Tipografia de J. Renaud, dentre outros.

Outros estabelecimentos podiam ser localizados em logradouros como a Rua Marques de Herval que abrigava “[...] oficinas de Alfaiate, Seleiro e sapateiro [...]” que ofereciam “Perfeição, prontidão e barateza.” (CORDEIRO..., 1891, p. 98). Em estabelecimentos comerciais como esses, se encontravam os mais distintos gêneros, muitos desses anunciados pelo Jornal *O Povo* em propagandas como a da Loja do Braz, de 9 de março de 1889, que enunciava: “[...] completo sortimento, moderno, e de gosto, como seja de FAZENDAS, MIUDEZAS, PERFUMARIAS, MOLHADOS, FERRAGEM, E OUTROS ARTIGOS, que vende por preços BARATOS. Garantindo a boa qualidade, sinceridade e presteza no serviço do balcão.” (LOJA..., 1988, p. 88).

Produtos ou serviços anunciados por propagandas no Jornal *O Povo* nos apresenta indícios do *modus vivendi* e suas sociabilidades no Príncipe de fins de século. Podemos perceber que gêneros estavam disponíveis no mercado, a procedência desses, pois muitos dos anunciantes publicizavam suas viagens para compras de mercadorias nas praças do Recife e do Natal.

Serviços e produtos vendidos no Príncipe formam uma rede de indícios acerca do que se comercializava, quem comercializava e onde se encontravam esses estabelecimentos comerciais, possibilitando perceber que no Príncipe se congregavam sociabilidades em função do comércio.

Dentre as sociabilidades proporcionadas pelo comércio estavam as transações econômicas que envolviam o cultivo e o escoamento do algodão pela “Estrada do Seridó”, que ligava a cidade de Macaíba ao sertão. Sociabilidades que ocorriam em espaços como o mercado público, nas casas dos produtores de algodão, nas casas comerciais e em estabelecimentos bancários que começavam a surgir nas últimas décadas do século XX.

A cultura agrícola começa a sobressair, principalmente, na segunda metade do século XIX tendo destaque uma variedade típica do Seridó, o algodão arbóreo conhecido como mocó. Embora prioritariamente voltado para o mercado interno em favor das indústrias têxteis nacionais, o algodão norte-rio-grandense também encontrava colocação no mercado estrangeiro. (MACÊDO, 2002).

Outras sociabilidades se polarizavam em torno de eventos e acontecimentos sociais como as Festa de Santa Ana, Festa da Irmandade das Almas, Festa do Rosário, saraus, soirées e reuniões de associações como o Clube Recreativo Terpsícore e o *Club 20 de Janeiro*, dentre outros anunciados e divulgados pelo Jornal *O Povo*. Esses eventos e acontecimentos denunciavam a vida associativa no Príncipe e com ela formas mais gerais e específicas de relações sociais. (AGULHON, 1984).

O Clube Recreativo Terpsícore realizava mensalmente soirées que exprimiam formas específicas de convivência com pares. (AGULHON, 1984). Nesses eventos celebravam a musa da dança, Terpsícore, e em casa de

particulares dançavam, recitavam poesias, liam livros, cantavam e tocavam.

Com essas formas de expressão artística, o soirée ocorrido na noite de 23 de junho de 1890, na residência do Dr. José de Sá “[...] reuniu em casa diversas famílias desta cidade, tendo proporcionadolhe uma noite amena e de íntima familiaridade.” (SOIRÉE, 1988, p. 102).

Certamente, no sarau realizado na noite de 15 de outubro de 1890, noticiado a 19 de outubro pelo *O Povo*, na residência do professor Manuel Augusto, Terpsícore voltava a ser referenciada. O lente das aulas de latim e francês recebeu em sua residência diversas famílias “[...] que se divertiram até às 2 horas da manhã de 16 [de outubro de 1890].” (SARAU, 1988, p. 102). Existiria um motivo específico para a realização do sarau? Porque o evento seria realizado na casa do professor Manuel Augusto?

O sarau, pelas expressões artísticas, constituíam sociabilidades em que pela música, pela dança, pelas leituras e pelas conversas os frequentadores se afinavam, se congratulavam e se divertiam com aqueles que lá estavam. O sarau, do dia 15 de outubro de 1890, ocorrido na casa do professor Manuel Augusto, poderia ter representado uma comemoração específica pelo retorno do professor Manuel Augusto ao Príncipe, uma vez que esse em setembro de 1889 foi transferido para São José de Mipibu e, posteriormente, recebeu transferência para Ceará-Mirim.

E mais, o 15 de outubro ainda teria expressado o encontro do mestre com seus antigos alunos, familiares e amigos, pois foi nessa data que

o ano letivo de 1890 da cadeira de latim e francês do Príncipe, chegava ao seu término. Assim, os indícios d'O Povo apontam como motivações para a realização do sarau na casa do professor Manoel Augusto o fato desse e sua família retornarem à cidade e, esse estar novamente assumindo a cadeira de latim e francês.

Foi no ambiente de efervescência cultural de fins do século XIX, que por iniciativa de Olegário Gonçalves de Medeiros Vale, delegado Escolar, em 31 de março de 1884 foi criada a primeira biblioteca da cidade contando com “[...] um acervo inicial composto de 200 volumes, essa biblioteca recebeu a denominação de *Club 20 de Janeiro* e foi mantida pela *Sociedade Literária Santa Cecília*, extinta por volta de 1910.” (ARAÚJO; MEDEIROS, 2008, p. 188).

Conforme Araújo e Medeiros (2008), Olegário Gonçalves de Medeiros Vale, atuou na política, no jornalismo e na advocacia. Exerceu vários cargos públicos, ora no Poder Executivo à frente da administração local, ora como Comandante Geral da Polícia Militar do Rio Grande do Norte e como Comandante do Corpo da Polícia Militar do Príncipe. Como jornalista, foi o idealizador do *Boletim da Sociedade Libertadora* para propagar as ideias abolicionistas no Príncipe e no Seridó e o principal redator do jornal *O Povo*, semanário de natureza liberal, que cedia espaço à propaganda republicana.

O *Club 20 de Janeiro* era uma agremiação com fins educativos e instrutivos e, suas sociabilidades leitoras eram mediadas por formalidades

pedagógicas que favoreciam o encontro do leitor com o livro. O leitor, e participante do *Club 20 de Janeiro* estabelecia uma relação estreita com a palavra escrita, com uma leitura silenciosa em espaço público e com formalidades como empréstimos de livros, dentre outras.

Ser leitor e frequentador da biblioteca *Club 20 de Janeiro* implicava na socialização pela leitura ou por uma dada formalidade pedagógica, que poderia envolver o empréstimo e a devolução de livros pertencentes ao acervo da biblioteca. Acerca da relação de empréstimo de livros, *O Povo* noticiou:

Convida-se a todas as pessoas, que têm obras da Biblioteca, para virem no prazo de quinze dias recolhê-las, sob pena de serem consideradas – filantes – e, debaixo desse título verem seus nomes estampados na imprensa. Príncipe, 30 de março de 1889. (BIBLIOTECA..., 1988, p. 127).

O empréstimo e a devolução deveriam ser práticas recorrentes, sob pena de os nomes daqueles que tinham livros a devolver terem seus nomes estampados nas páginas d'*O Povo*. Sendo assim, as sociabilidades e a prática associativa dos indivíduos no Príncipe se expressavam em saraus, soirées, em reuniões associativas como as do *Club 20 de Janeiro*, as quais se produziam pelo convívio e pelas vivências dos habitantes da urbe, formas de aprendizagens sociais e culturais decorrentes de práticas como o canto, a música e a leitura. Enfim, das reações sociais e suas interdependências e tensões inerentes ao poder.

Nos espaços, as sociabilidades. E nas sociabilidades? Nessas localizamos e focalizamos educabilidades pelas quais “[...] as práticas sociais e os valores, a vida material e as elaborações simbólicas, as instituições e o cotidiano tendem a se pôr indissociados numa mesma instância.” (SILVEIRA, 2001, p. 985).

As educabilidades remetem aos atos do aprender e podem perpassar práticas sociais em casa e em família, na rua, nos prédios e cerimônias públicas. No Príncipe as educabilidades no século XIX inculcavam formas de comportar-se, sentir, de ver e estar em sociabilidade, pois a educação se faz nas relações sociais.

O aprender na cidade nos remete, também, para instituições como a escola de Gramática Latina instalada na Vila do Príncipe por Francisco de Brito Guerra. Essa escola expressaria, então, “[...] o ponto de partida de uma cultura que iluminaria a terra e estimularia seus filhos.” (DANTAS, 2008, p. 70). Dessa forma, Brito Guerra e a cidade, no campo educacional se destacam por um projeto educativo que atentava ao ensino do Latim, com a música das declinações e a cadência de seus versos.

Foi com Brito Guerra que a Escola iniciou suas atividades. Sua formação na língua *mater* inicia-se aos doze anos, na Povoação de Pasmado, em Pernambuco, na escola de Latim e é seguida pela formação sacerdotal no Seminário de Olinda, no qual teve seu lugar de latinista bem demarcado ao passo que nas ocasiões comemorativas era sempre referendado para saudações e recitações em latim.

A formação educativa nessa escola dava-se no campo das humanidades clássicas e, Brito Guerra “[...] destinou-a ao preparo dos filhos das elites pecuaristas. Essa Escola atraiu alunos da zona do Seridó e também das províncias vizinhas.” (ARAÚJO, 2006, p. 16). Seja como responsável pela instalação da Escola de Gramática Latina, em 1803, como professor ou como deputado geral do Império Francisco de Brito Guerra esteve intimamente associado à educação na Vila do Príncipe. Dantas (2008) considera que ao assumir o governo da Freguesia *Mater* de Santa Ana no 1º domingo do Advento de 1802, Brito Guerra abriu um capítulo novo na história religiosa, cultural e política do Seridó e, em particular, do Príncipe.

Em 1832, como deputado geral pelo Rio Grande do Norte, foi responsável pela apresentação de um projeto de lei que propunha a criação de uma cadeira de Gramática Latina na Vila do Príncipe. A aprovação da lei ocorreu a 7 de agosto de 1832, e foi sancionada pela Regência em nome do Imperador Dom Pedro II.

Com a criação da Cadeira de Gramática Latina em 7 de agosto de 1832, também ficava estabelecido o ordenado do professor que seria de 3000\$000 anuais. Joaquim Apolinar Pereira de Brito, sobrinho de Brito Guerra, foi o primeiro professor de latim empossado a 1º de agosto de 1836.

Antes de Joaquim Apolinar Pereira de Brito outros professores teriam passado pela Escola de Gramática Latina. Um desses foi o professor Joaquim Alvares da Costa Pereira, padre, que aos dez dias do mês de agosto de 1835 após alguns anos de docência na escola envia solicitação de

demissão ao Presidente e aos Vereadores da Câmara Municipal do Príncipe.

A justificativa para a demissão foi:

Os despotismos, arbitrariedades, e assassínios, que se tem praticado nesta Villa, e por conseguinte a falta de segurança individual, filha da impunidade, tem xegado à tal ponto, que ameaçada a minha vida, vejo-me na rigorosa necessidade de deixar o magistério, para não ser forçado a usar das vias de fato [...]. (COSTA, 1835, p. 125).

Com o relato do professor e padre Joaquim Alvares da Costa, nos questionamos: quais as arbitrariedades e quais as ameaças à sua vida? O referido professor era irmão de Manoel Cassiano da Costa Pereira, secretário de Brito Guerra em suas visitas pastorais e teria vindo para o Príncipe a convite do próprio Brito Guerra.

As tensões presentes no relato de Joaquim Alvares denotam que a cultura humanística, vinculada à Escola de Gramática Latina, não era uma constante na cidade, embora a escola e, posteriormente, a Cadeira de Gramática Latina tivessem lugar de destaque e expressasse por sua notoriedade e longevidade a importância da ação e atuação de Brito Guerra no campo educacional na Vila do Príncipe e sua circunscrição.

O nome Francisco de Brito Guerra se inscreveu na história educacional da Vila do Príncipe por suas iniciativas e práticas de implantação e de regulamentação do ensino de latim, responsável, por ser

“[...] núcleo irradiante da sabedoria sertaneja em toda a região do Seridó.” (REVISTA CAICÓ, 1978, p. 10).

A educabilidade expressa pelo ensino do latim no Príncipe passava pela instrução no campo das humanidades clássicas e, com isso, articulava uma formação que atentava para a educação estética, retórica, moral e cívica, envolvendo obras de pensadores clássicos como Cícero, Virgílio de Marão, Tito Lívio, Fedro Augusto, conhecimento de línguas estrangeiras e consciência histórica.

Essa associação em um sentido amplo entre a educação e uma formação pela civilidade também era uma assertiva do Governo Provincial que defendia a que “[...] a instrução pública de acordo com a sã moral, adoça os costumes, anima a prática das virtudes, forma bons cidadãos, e estabelece, dessa maneira uma fonte perene de felicidade.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1836d, p. 5).

Talvez em função dessa assertiva que, anos mais tarde, em 1847, Moraes Sarmento, presidente da Província do Rio Grande do Norte, orientou aos pais e responsáveis que mandassem às escolas públicas os meninos confiados aos seus cuidados, pois para ele era a “[...] instrução necessária ao conhecimento e à prática dos deveres [...] a primeira das obrigações [...].” (RIO GRANDE DO NORTE, 1847, p. 7).

No entanto, nesse mesmo ano que Moraes Sarmento conclama os pais e responsáveis a mandarem os filhos às escolas cita o caso do Príncipe que a dois anos os meninos estavam “[...] privado d’essa mesma pouca

instrução que alli recebiam, visto que o respectivo professor, a principio por causa da secca, e depois por doente, não tem podido exercer a cadeira.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1847, p. 8).

Os pais e responsáveis das crianças no Príncipe tiveram conhecimento de tal assertiva? Quais os números de alunos matriculados? Não localizamos os mapas com dados de matrícula na instrução pública referente aos anos subsequentes ao pronunciamento de Moraes Sarmiento, mas, em 1858, o Presidente da Província, Costa Dória, noticiou que no Príncipe havia nas aulas de Primeiras Letras, masculina, matriculados 49 alunos. No entanto, esse número expressa apenas as matrículas de alunos nas aulas de Primeiras Letras públicas, podendo o número ser elevado se fossem consideradas as aulas particulares. (RIO GRANDE DO NORTE, 1858).

Na educação doméstica e suas aulas particulares prevalecia o ensino na residência do discípulo ou na própria residência do professor. Foi com a Lei de 15 de outubro de 1827 que ficou determinado que escolas de primeiras letras para meninos e meninas seriam criadas em todas as cidades, vilas e lugares onde fossem necessárias. Com o Ato Adicional de 1834 a escolarização primária e secundária passou a ser um dever constitucional das províncias. Todavia, continuou a educação doméstica coexistindo com a pública.

De acordo com Medeiros (2004), durante o regime imperial no Brasil o Príncipe conheceu onze escolas públicas e seus professores e professoras foram Matheus Antonio Vianna, Francisco Lustosa Cabral,

Leônidas Monteiro de Araújo, Maria I. E. da Trindade, Maria Manoela de Castro, João Manoel da Silva, João Onofre Pinheiro de Andrade, Theresa Maria de Jesus, Maria Leopoldina de Brito Guerra e Maria Carlota Melchiades de Oliveira Castro.

Dentre essas escolas públicas estaria a escola noturna de ensino primário gratuito para a classe indigente de meninos e escravos. Essa escola foi instalada, solenemente, na década de 1870 por Manoel Pinheiro do Coração de Maria que também era professor da Cadeira de Gramática Latina.

Todavia, voltemos às orientações, solicitações e determinações do Governo Provincial. Essas estavam presentes não só no âmbito escolar, mas também no da força e segurança pública, da saúde, dos transportes, da caridade e do culto público, da administração e arrecadação de rendas.

Essas orientações deveriam chegar aos moradores da província, no caso em particular os do Príncipe, via instituições como as Câmaras Municipais que também tinham o papel de informar ou fazer solicitações ao Governo da Província ou à Assembleia Legislativa.

O relatório apresentado por João Carlos Wanderley à Assembleia Legislativa Provincial, em 1850, traz a indicação de uma solicitação da Câmara Municipal do Príncipe para a construção de “[...] um cães por detraz da mesma Villa para defende-la das inundações do rio Seridó, por que podem, pela sua continuação, vir a desmoronar a Matriz, e as casas de algumas ruas [...]” (RIO GRANDE DO NORTE, 1851b, p. 16). Tal solicitação

indica que a Câmara Municipal informava sobre o cenário urbano tanto no âmbito sociocultural como fizera com a instrução pública quanto no âmbito da infraestrutura urbana e seus equipamentos ou serviços.

Outras instituições também se faziam informar nos relatórios dos governos provinciais à Assembleia Legislativa, como, por exemplo, a Guarda Nacional. Por informações referentes às legiões da Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Norte localizamos Antônio Alvares Mariz como Coronel do Batalhão de Caçadores da Vila do Príncipe e do Esquadrão de Cavalaria também do Príncipe. (RIO GRANDE DO NORTE, 1839).

Antônio Alvares Mariz, nascido por volta de 1795, viveu no Príncipe na primeira metade do século XIX e por indícios na historiografia e em seu inventário podemos perceber que educabilidades concorriam a um morador do Príncipe que ocupou cargos militares e políticos de alta expressão. (MEDEIROS FILHO, 2002). Já nos anos de 1829 a 1832, Antônio Alvares Mariz achava-se ocupando o cargo de vereador na Câmara Municipal do Príncipe e, dessa forma, participando da legislação da urbe.

Anos mais tarde, em 1835, o notado morador do Príncipe era eleito como Deputado Provincial para compor a primeira legislatura da Assembleia Legislativa da Província do Rio Grande do Norte. Cargo ao qual se candidataria sucessivas vezes e o ocuparia até o ano de 1851. (MEDEIROS FILHO, 2002).

Esse homem que dividiu seu tempo e preocupações com a política, ainda se ocuparia de cargos militares junto à Guarda Nacional que foi

criada, em 18 de agosto de 1831, em substituição às antigas Milícias e Ordenanças. No ano de 1845, Antônio Alvares ostentava a patente de Comandante Superior da Guarda Nacional no Príncipe.

Para pensarmos que aprendizagens concorriam para sujeitos como Antônio Alvares que transitavam por instituições políticas e militares, bem como por cidades diversas, em função das viagens, cabe-nos lançar olhares às suas práticas socioculturais. Medeiros Filho (2002) faz referência à iniciação, no ano de 1837, de Antônio Alvares Mariz com o nome Milcíades na Oficina maçônica *Sigilo Natalense*, da cidade do Natal, juntamente com outros Deputados Provinciais ligados ao Seridó, dentre eles os padres Manoel Cassiano da Costa Pereira, Manoel José Fernandes e Joaquim Alvares da Costa Pereira.

Antônio Alvares Mariz faleceu aos 16 dias do mês de setembro de 1854 e foi sepultado grades acima na Matriz de Santa Ana do Seridó, Príncipe. No ano de 1860, os herdeiros Mônica Freire da Silva, viúva, e os filhos Manoel Monteiro Mariz e Antônio Alvares Mariz Júnior deram entrada no inventário amigável. A partilha do referido inventário apresenta indícios do *modus vivendi* desse político e militar no Príncipe na primeira metade do século XIX.

No arrolamento dos bens aparecem objetos de mobília como uma cômoda secretária, cadeiras de palhinha, sofá, banca de meio de sala, aparadores, mesa de jantar, mesinha envernizada, cadeiras cobertas de sola, canapé e cama de armação. Também foram arrolados objetos de

decoreção como relógio de parede, oratório de imagens, espelho de parede, dois pares de castiçais sendo um em prata, relógios sendo um com caixa de ouro e outro com caixa de prata. (AUTOAMENTO..., 1983).

Esses bens que foram inventariados entre os herdeiros de Antônio Alvares Mariz indicam, à época, uma distinção material no tocante à posse e aos usos no Príncipe. Essa distinção também pode ser percebida pela posse de outros itens como colheres de tamanhos distintos, garfos, facas, copos, malas de mulungu e de couro, chapéus de franja e fino, carteiras homeopáticas, óculos de alcance e livros.

O garfo, a faca e a colher indicavam formalidades de um processo civilizatório no qual o comportamento à mesa exigia certos padrões sociais. Com esses elementos Antônio Alvares e seus familiares receberiam amigos, visitantes no Príncipe? Juntamente com a mesa de jantar e os castiçais fariam almoços e jantares comemorativos nos quais a etiqueta era prezada? Pela narrativa de Dantas (1941) acerca de um almoço oferecido pelo padre Brito Guerra podemos inferir que, como pessoa pública, receber para refeições também fosse uma prática comum a Antônio Alvares e sua família.

A sociedade tem uma pressão formativa e, dessa forma seria possível concebermos que no Príncipe as educabilidades socioculturais passavam pela civilização dos *habitus* “[...] que nada mais são que concretizações de relações e comportamento, materializações da vida social e mental.” (ELIAS, 1994, p. 125). Outros indícios dessas

educabilidades socioculturais presentes na intercessão de Antônio Alvares Mariz e o Príncipe estavam vinculados aos livros que possuía.

No arrolamento de distribuição dos bens de Antônio Alvares encontrava-se um montante de livros no valor de 163,740 \$ que equivalia aproximadamente a soma do valor de um alicerce de casa na Vila do Príncipe (120 \$) e de um par de estribos de prata (48,400 \$).

Os livros que faziam parte desse montante, não se sabe, no entanto é provável que existisse livros como o *Guia Chernoviz*,¹²⁶ já citado por João Medeiros Filho e Oswaldo Lamartine de Faria (2001) como um livro de prateleira presente no Seridó do século XIX. Tal inferência se justifica pela presença dentre os bens inventariados de carteiras homeopáticas, cada uma no valor de 40 \$.

O intervalo da publicação até o ano da morte de Antônio Alvares Mariz teriam sido suficientes para a circulação desse livro até o Príncipe, interior da Província do Rio Grande do Norte? Aqui não buscamos uma exatidão para esse questionamento, no entanto acreditamos que esse livro e seus saberes circularam pelo Seridó como apontado por Medeiros Filho e Faria (2001) e Figueirêdo (2010). E mais, o próprio Antônio Alvares Mariz em suas viagens à Capital ou outras localidades poderia ter adquirido o referido livro e o transportado em suas malas até o Príncipe.

Independentemente de quais livros fizeram parte do acervo de Antônio Alvares Mariz o certo é que ele deveria cultivar o hábito da leitura, fosse a leitura em casa e em família, silenciosa ou em voz alta, fosse a leitura

nas sessões da Câmara Municipal do Príncipe como Vereador ou mesmo na Assembleia Legislativa como Deputado Provincial. Com isso, firmamos o entendimento que as educabilidades socioculturais no Príncipe davam-se pela socialização em casa e em família, e também pela apropriação e circulação de hábitos e ideias.

As educabilidades socioculturais no Príncipe davam-se pela socialização em casa e em família com a apropriação e circulação de hábitos e ideias como vimos anteriormente, e também ocorriam nos espaços mais distintos da urbe. A rua orientava e instruía, pois nela se dava o aprender da cidade, uma vez que conforme destacou Trilla (1999) essa pode ser considerada como agente informal de educação.

A rua como o cerne do aprender da cidade e espaço emblemático de relações sociais clamava olhares de instituições como a Câmara Municipal que deliberava sobre práticas em espaços públicos. Os moradores do Príncipe aprendiam da cidade os horários e funções de certos espaços e suas concessões.

A cidade com um padrão de comportamento e civilidade demarcava um estilo de vida urbano que cadenciava o tempo urbano pelas proibições ou permissões. Dessa forma, essa cadência obedecia a maior ou a menor intensidade de práticas públicas, de vozerias, de movimento acintoso nas vias da cidade.

O tempo urbano era cadenciado então pelo tempo do silêncio que deveria ser prezado e recorrente nas noites no Príncipe. Esse tempo do

silêncio era impresso por determinações como a da postura municipal de 1855 que orientava que eram “[...] proibidas as funcções com vozerias dentro desta villa, depois das nove horas da noite, de modo que perturbem o socêgo público [...].” (RIO GRANDE DO NORTE, 1855, p. 57).

O sossego público após as nove horas da noite deveria ser, então, um dos itens que os moradores aprendiam da cidade. Porém, esse tempo do sossego sofria alterações ou exceções nos tempos de festa de Santa Ana ou nas oitavas de Natal.

Os moradores aprendiam com a cidade que o tempo das ações e práticas também requeriam cadência. O movimento nos becos ou vias públicas em transportes como os cavalos necessitavam de instruções e, certamente para o bem estar e o bom fluxo citadino, deveriam ser apreendidos pelos moradores do Príncipe.

Por esse motivo as posturas da Câmara Municipal de 1871 atentavam que era expressamente proibido “[...] esquipar a cavallo, ou fazer correrias nas ruas d’esta cidade e povoações do Município das 6 horas da tarde as 6 horas da manhã, e das 5 horas da tarde em diante no tempo da Festa de Sant’Anna.” (CIDADE DO PRÍNCIPE, 1871, f. 2).

Nesse sentido, as educabilidades socioculturais direcionavam as ações e práticas dos moradores do Príncipe para um dado padrão de cadência do tempo urbano. E por isso mesmo, a Câmara Municipal ainda chamou à pauta a maneira de usar os cavalos em 1884, quando ditou que ninguém poderia “[...] à cavallo andar nos becos da cidade e partes da feira

senão em marcha moderada [...]” (CIDADE DO PRÍNCIPE, 1884a, f. 2 v). A marcha moderada pressupunha a cautela e a prevenção de acidentes ou mesmo indiciava que o fluxo de pessoas aumentava, particularmente, em dias de feira.

Se as deliberações da Câmara Municipal projetavam um dado padrão urbano quanto ao tempo na cidade, essas também prezavam pelas funções de estabelecimentos como a Casa de Mercado Público que ganhou regulamento em 1884.

No regulamento da Casa de Mercado Público ficou expresso que esse estabelecimento era reservado “[...] ao uso do comércio das 6 horas da manhã as 9 horas da noite [...] e durante esse tempo o ingresso esta[ria] franqueado a todos excepto aos ébrios e aos loucos [...]” (CIDADE DO PRÍNCIPE, 1884b, f. 1). E mais, era um espaço destinado exclusivamente à comercialização de gêneros alimentícios e, portanto os bancos e cargas de fazendas e miudezas só seriam admitidos, embora pagassem direitos, quando houvesse quadras desocupadas.

Por regulamentos como esse que orientava o funcionamento de estabelecimentos os moradores do Príncipe aprendiam da cidade que os espaços têm usos específicos, pelo menos no plano do desejado, e que nem todos têm transito livre. Com isso, os moradores aprendiam que a cidade inclui e também exclui, que ela é seletiva.

A cidade excluía ébrios e loucos de espaços como a Casa do Mercado Público, mas incluía os proprietários das bancas, os fiscais

municipais e os moradores clientes ou passantes que não ferissem as instruções do referido regulamento. Os bêbados eram excluídos pela cidade não só da Casa do Mercado, mas também do espaço urbano, pois deveriam ser “[...] postos em custódia pela autoridade policial [...].” (CIDADE DO PRÍNCIPE, 1884a, f. 3).

Assim, se aprenderia da cidade o comportamento aceito e o não aceito, aquele que era incluído como padrão e aquele excluído. É nesse contexto que não só os ébrios, mas os jogadores também figuravam como excluídos. As posturas municipais proibiam os chamados jogos de parada e os jogos que fossem apostados a dinheiro.

Para coibir e demarcar essa prática ratificou em 1884 que “[...] é proibido jogar a dinheiro com cartas ou com qualquer meio, jogos de parada [...]”, sendo ainda não aceito e passível de multa “[...] os donos de casa ou os jogadores de jogos lícitos que admitirem filhos, família, famulo ou escravos, ficando além das penas o dono da casa obrigado a pagar aos pais, tutores ou curadores, amos e senhores perdido nos jogos [...].” (CIDADE DO PRÍNCIPE, 1884a, f. 4).

A custódia para os ébrios e as multas para os donos de casa de jogos ou os jogadores eram dispositivos para que a cidade fizesse com que seus moradores aprendessem que a bebida e os jogos ilícitos não eram aceitos. Assim como também não eram aceitos comportamentos daqueles que proferissem ou escrevessem palavras obscenas. (CIDADE DO PRÍNCIPE, 1884a, f. 4).

Dessa forma, as educabilidades socioculturais direcionavam a conduta e os costumes dos moradores do Príncipe a uma civilidade moral que condenava aqueles que proferissem palavras obscenas ou cometessem atos indecentes em lugar público e circunscreviam-se pela socialização em casa e em família com a apropriação e circulação de *habitus* e na rua com as orientações e instruções para aprender da cidade um estilo de vida urbano de conformidade com uma formação pela civilidade e seus padrões de comportamento.

E, com essa assertiva, a transição do Império para a República no Brasil imprimiu no Príncipe uma pedagogia da nação com seus desejos de educabilidade. Para bem exprimir novas aprendizagens daí decorrentes, podemos indicar a mudança do nome do Príncipe. Os cidadãos haviam de aprender com a República que o nome tem valor e representa, por isso deve ser mudado.

Assim, proclamada a República os republicanos no Seridó não se furtaram ao esforço de legitimação simbólica que a nova ordem exigia. Logo arregimentaram a mudança do nome do lugar para Seridó, já em fevereiro de 1890,¹²⁷ e em seguida para Caicó, julho de 1890. (MACÊDO, 2005).

As educabilidades socioculturais nos fez mirar sensibilidades de outrora, mas não com o intuito de sentir ou recompor da mesma forma, e sim com o desafio de tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível de um outro tempo pelos indícios que nos deixou.

Nessa perspectiva, a temática cidade e educabilidade, cortada por uma leitura no que se refere à pedagogia da cidade enreda-se em uma produção do conhecimento histórico educacional considerando *projetos* para a formação de espaços e cidadãos.

A veiculação dos enunciados pedagógicos do Príncipe no século XIX pela Câmara Municipal, pela Matriz da Gloriosa Senhora Santa Ana e pelos espaços públicos e privados nos proporciona identificar uma estreita relação entre o processo de organização e regulação de normas com a formação da civilização, de uma pedagogia à cidade e seus habitantes, uma vez que o controle das condutas estava associado ao controle social.

Pensar a sociedade e as relações dos habitantes com a cidade nas formas de sua inserção política, econômica e cultural implica na compreensão de que a relação dos homens com o meio físico-social altera a sociabilidade urbana. E mais, as sociabilidades têm uma função formativa, sendo ela instituidora de educabilidades.

As educabilidades decorrentes das sociabilidades expressas sejam pela instância político-administrativa, seja pela religiosa ou sociocultural produzem comportamentos, considerados socialmente aceitáveis, pois as educabilidades são parte da íntima e constante relação dos sujeitos com os espaços e as sociabilidades neles ocorridas. Considerando esse entendimento enfatizamos a cidade como espaço formativo, uma vez que está envolto por uma educação dos ou para os sentidos.

Os cidadãos na cidade têm uma pedagogia, a qual está para as educabilidades como princípio. Essa pedagogia se pauta no entendimento de que os comportamentos na urbanidade são distintos, sendo prezados aqueles socialmente aceitáveis. E, se a cidade é entendida com uma orientação pedagógica, a história cultural aqui empreendida, de conformidade com Roger Chartier (1990) e Peter Burke (2002) se constitui enquanto dimensão histórica, sendo considerada como o estudo dos processos com os quais se constrói sentidos, pois é preciso aproximá-la das configurações sociais e conceituais de um tempo e de um espaço próprios.

LEITURAS EM CAICÓ OITOCENTISTA¹⁰

Franselma Fernandes de Figueirêdo

O desejo de realizar essa investigação, que resultou na minha tese de doutorado, surgiu a partir da percepção – em pesquisa anterior, realizada no mestrado – do apego à instrução pelo povo seridoense, o que levou-me a pensar o contexto de onde se expandiu o aprendizado da leitura e da escrita pelos seridoenses dos séculos passados, qual seja, o lugar onde hoje é Caicó, no século XIX. Para entender tal contexto, passei, então, a investigar os ensinamentos muitas vezes repetidos nos livros de leituras escolares, religiosos e laicos lidos e relidos, ditados e recitados por uma parcela da população que lá viveu, observando como aconteciam as possíveis apropriações e como os ensinamentos dessas obras permaneceram na formação educativa, ao longo do período estudado.

Investigar um período certamente longo, na história das leituras e da cultura dos caicoenses antigos, seria, então, o primeiro desafio a ser vencido, o que intensificou meu interesse. E foi pensando acerca da história da educação escolar e da cultura no lugar onde hoje é Caicó, especialmente no que diz respeito às leituras realizadas e conhecidas por seus moradores no século XIX e a suas maneiras de letrar-se, que constateei como eram

¹⁰ O capítulo tem origem na tese de doutorado *Aquelas leituras formadoras de culturas (Caicó-RN, século XIX)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2010, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Marta Maria de Araújo, com apoio financeiro da CAPES.

poucos os livros e os textos voltados para a história da leitura articuladamente com a oralidade e, ainda, com a escolarização.

No levantamento empreendido, tão somente encontrei o livro de Medeiros Filho e Faria (2001) e um artigo de Araújo (2003). Os historiadores Medeiros Filho e Faria (2001) ordenam os livros lidos e relidos que circulavam nas fazendas do sertão seridoense, especialmente ao longo do século XIX, classificando-os como livros de gaveta, livros de prateleira e livros de oratório. Esses três tipos de livros levantados por esses historiadores, na obra *Seridó - século XIX (fazendas & livros)*, foram categorizados como parte do *corpus* documental pesquisado. Foram também esses livros que orientaram e acalentaram muitos leitores e perpetuaram-se na cultura, dita sertaneja, dos seridoenses, especialmente dos fazendeiros criadores de gado, de seus familiares e seus agregados, e dos plantadores de algodão, principais gestores econômicos da época. Foram esses livros, diga-se, que levaram à escrita da tese de doutorado.

Partindo da obra dos historiadores Medeiros Filho e Faria (2001), Araújo (2003) avança, em sua investigação historiográfica, pelas experiências de oralidade, de leitura, de escrita e, ainda, as educativas em Caicó, nos séculos XVIII e XIX. Essa historiadora da educação defende que foram os livros de natureza escolar, os de literatura infanto-juvenil, a literatura católica, os livros de cavalaria e os almanaques instrutivos que transmitiram aos antepassados os saberes da cultura erudita e da popular, as crenças e os credos religiosos, as crendices populares e a sensibilidade

estética e moral. Essas investigações permitem entender que o desejo de conhecer ou memorizar os enredos de ensinamentos das obras que circulavam na Caicó de então levou uma parte de seus moradores a afeiçoar-se à leitura oralizada ou silenciosa, reunindo repertórios de natureza religiosa, escolar, romanesca, cortesã, médica, instrutiva e popular.

O registro historiográfico das obras literárias nos domínios caicoenses do século XIX realizado por Medeiros Filho e Faria (2001), atrelado à investigação da leitura dessas obras em suas possíveis relações com as experiências educativas e educacionais do caicoense feita por Araújo (2003), indicaram a direção que conduziu à problemática da minha tese de doutorado, que consistiu na pressuposição de que a leitura em Caicó, no século XIX, situava-se sobre o livro de circulação em ampla escala.

A busca pelos vestígios das fontes documentais (livros de leitura escolares, religiosos e laicos, testamentos, inventários, documentos eclesiásticos e oficiais, matérias de jornais, crônica, entre outros) levou-me, ao mesmo tempo, a percorrer uma bibliografia que permitisse, por seu escopo historiográfico, interrogar sobre o estado do conhecimento atingido pela história da leitura (especialmente no século XIX), em sua necessária ligação com a cultura da oralidade e a da escolarização das primeiras letras ou primária. Por outras palavras, o propósito foi perscrutar certa historicidade do progressivo avanço da oralidade para a leitura e a escrita, e destas para a escolarização. Para isso, recorri a Duby

(1987), Ginzburg (1995), Cervantes de Saavedra (1981), Rousseau (1994), Flaubert (2003) e Villalta (1997).

No século XIX, a palavra lida ou escutada sobre o livro tinha a propriedade de fazer com que se aprendesse o que dantes se desconhecia. Era, acima de tudo, “[...] fonte de saber, num mundo de instrução escassa, que fazia do autodidatismo um meio importante de acesso aos conhecimentos.” (VILLALTA, 1997, p. 373). Dessa maneira, o acesso a uma leitura - intensiva ou extensiva, escolar ou informal - possibilitava, ao mesmo tempo, a propriedade de reproduzir a ordem social, de disseminar um modo coletivo de conduta pessoal bem como de instruir acerca das convivências diferenciadas e hierarquizadas, nas casas, nas ruas, igrejas, nas repartições públicas e privadas.

Em cada leitura de livros escolares, religiosos ou laicos que circularam em Caicó oitocentista, há uma história da leitura intensamente humana, social, política, enfim cultural, que foi decifrada na escrita da minha tese de doutorado. Parti do pressuposto que essas obras escritas que o tempo preservou possibilitariam a reconstrução de uma história da leitura em Caicó ao longo do século XIX, especialmente, as teorizações permitiriam pensar o ato da leitura - silenciosa, em voz alta, pública, privada, litúrgica, declamada ou comentada - como ordenador de práticas culturais de uma época que simboliza ensinamentos e aprendizagens várias e, portanto, interrogar sobre os entrelaces entre oralidade, leitura, escrita e escolarização. Destarte, compactuei com o entendimento da leitura como

um ato produtor e reproduzidor de ensinamentos e aprendizagens de vários matizes, uma das hipóteses dos teóricos da história cultural da leitura Roger Chartier (1990, 1999 e 2001) e Robert Darnton (1992, 1995, 1998 e 2000). E mediante tal referencial teórico-metodológico, analisei as fontes documentais dessa investigação.

A leitura, silenciosa ou em voz alta, individual ou coletiva, era entendida como o meio mais eficaz de se ter acesso aos vários domínios do conhecimento cultural de então e de se educar no “santo” temor de Deus, atuando como mecanismo de aprendizagens e como auxílio à memória, numa época em que o aprendizado se dava, ainda, em grande parte, pela leitura, pela repetição e pela memorização de um mesmo texto. Tanto em Caicó quanto em lugares diversos, por leituras iguais ou diferentes, e por leitores, diferentemente, pode-se, assim, supor que estas vinham a ser um primeiro momento de aprendizagem das práticas culturais dominantes, portanto de outras práticas sociais.

Assim sendo, a investigação referente à temática leitura e absorções culturais levou-me a definir como objeto de estudo as práticas culturais apropriadas pertinentemente dos ensinamentos das leituras feitas, ouvidas, murmuradas, muitas vezes repetidas e memorizadas, de livros impressos escolares, religiosos e laicos que circulavam em Caicó, nos oitocentos. Portanto, em vista de ter havido uma leitura intensiva e, ainda, extensiva no século XIX, o objetivo foi analisar, por um lado, indícios de absorções ou apropriações culturais dos ensinamentos daquelas práticas de

leitura e, por outro, os entrelaces dos ensinamentos relativos à oralidade, à leitura, à escrita e à escolarização.

A leitura intensiva, e relativamente restrita aos livros escolares, religiosos e laicos, que se situava numa rede de práticas culturais de apropriações multivariadas, me permitiu levantar a hipótese de que, pouco a pouco, ia se formando uma rede de leituras ordenadoras de práticas culturais e sociabilidades instrutivas. Nessa perspectiva, a tese defendida foi que a história da leitura em Caicó, no século XIX, é a história da leitura feita, ouvida, murmurada, repetida e, ainda, memorizada, que, apoiada sobre textos de livros escolares, religiosos e laicos, convertia-se na produção de bens culturais específicos, como cartas, inventários, remédios homeopáticos e caseiros, testamentos, rezas fortes de cura, versos de cordel, dentre muitos outros.

No intuito de cumprir criteriosamente o objetivo proposto na tese recorri, portanto, aos testamentos e inventários *post mortem*, cujas evidências e os indícios sublinhados ou quase imperceptíveis para muitos podem revelar, em última instância, manifestações de práticas culturais apropriadas pelos ensinamentos das leituras feitas ou ouvidas, da transmissão social oral, das variações da mentalidade luso-brasileira e, outrossim, da sertaneja. Foram eles, portanto, documentos relevantes para a análise proposta, uma vez que apresentam indícios fundamentais sobre a cultura leitora, a listagem e a partilha dos bens materiais e, ademais, sobre a sociedade em que se vivia comunitariamente.

Constatar os pormenores tidos e inscritos em cada *corpus* documental permitiu, portanto, desvelar as práticas culturais cotidianas do lugar onde hoje é Caicó. Muitas vezes, pouco notados ou, por vezes, despercebidos, esses pormenores, quando observados, analisados, interpretados e historiados, possibilitam a escrita “de histórias verdadeiras” (GINZBURG, 2007), em grande parte anunciadas na vida comunitária social e familiar daqueles leitores e ouvintes, dos ensinamentos ligados à oralidade, à leitura, à escrita e à escolarização pretendidos nos livros de leitura outrora lidos.

Por ser assim, para a escrita da história cultural da leitura em Caicó foi imprescindível decifrar sinais, esses “[...] indícios mínimos [...]” assumidos como elementos reveladores de fenômenos mais gerais [...]” (GINZBURG, 1989, p. 178) e de manifestações pertinentes de práticas culturais apropriadas pelos enraizamentos culturais. Estes anunciam não somente as práticas de leitura de si mesmo, mas tais práticas associadas com a oralidade recitada, com a escrita normatizada e com a escolarização regulada, para um viver social religioso e comunitário moderno em vilas e cidades distintas, como a Vila e Cidade do Príncipe de então e seus arredores.

Decerto, nos testamentos *post mortem*, quando interrogados os indícios, mesmo que mínimos, e/ou traços quase imperceptíveis para muitos, e quiçá os sintomas indiciários, revelam-se, na acepção de Ginzburg

(1989), como elementos indelévels de fenômenos mais gerais: a visão de mundo de uma classe social, as vivências sociais, religiosas e cotidianas.

Nesse lugar de outrora – Caicó –, a constatação, sobretudo, de livros religiosos e laicos em circulação no século XIX está alicerçada em títulos localizados, por Medeiros Filho e Faria, em algumas fazendas seridoenses, como antes frisado. Dentre outros títulos impressos, esses livros se distribuem em duas ordens literárias: livros religiosos – *Imitação de Cristo* (1419 e 2005), *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento* (16-? e 1984) e *Adoremus* (187? e 1962) – e livros laicos – *Lunário perpétuo* (1703 e 1980) e o *Formulário e guia médico - Guia Chernoviz* (1841 e 1920). Há, ainda, os livros escolares, que foram compilados dos discursos de presidentes da Província do Rio Grande do Norte e dos relatórios dos diretores gerais da Instrução Pública.

Além dessas fontes de natureza cartorial, de ordem literária e dos discursos e relatórios oficiais, utilizamos fontes eclesíásticas (Livro de Tombo da Paróquia de Sant’Ana em Caicó e os Compromissos das Irmandades da Freguesia de Sant’Ana do Seridó), bem como matérias da imprensa escrita (o jornal *O Povo*, que circulou em Caicó, de 1889 a 1892). Outra fonte documental de repercussão literária é a crônica de Manoel Antônio Dantas Corrêa, que traz indícios das leituras, feitas pelo autor, de livros religiosos, como a Bíblia e a *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, e laico, como o *Lunário e prognóstico perpétuo*.

Na busca de tentar inscrever nessa história da leitura caicoense, no século XIX, uma parte dedicada à história da leitura escolar – entendida como história de uma prática cultural apoiada sobre o livro, conforme as proposições teóricas de Chartier (1999), que indiciam a examinar as determinações que governam a leitura em geral, e a leitura escolar, em particular – dediquei um capítulo da minha tese a investigação dos livros escolares adotados no Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, nas escolas da Caicó oitocentista.

Para empreender esse intento, recorri aos documentos oficiais – Relatórios de Província, Relatórios Gerais da Instrução Pública, Discursos e Falas dos presidentes da província e Orçamentos de despesas provinciais – , ao jornal impreso *O Povo*, que circulou em Caicó entre os anos de 1889 e 1892, aos textos de memórias e ao testamento e inventário do Padre Francisco de Brito Guerra, fundador da Escola de Gramática Latina de Caicó.

No decorrer da escrita desse capítulo, a investigação permitiu a percepção de que, os livros listados nos documentos analisados representam uma amostra significativa da totalidade dos oficialmente adotados no Rio Grande do Norte ao longo do século XIX. Nesse século, foi notório o sucessivo aumento principalmente dos títulos mencionados nas listas publicadas pelos Diretores da Instrução Pública. Particularmente em Caicó, alguns livros tiveram longa existência, adotando-se por mais duas décadas do século XX.

A história da leitura, especialmente relativa à cidade de Caicó, no decorrer do século XIX, entretecida por uma rede de sociabilidades formada a partir da leitura do livro escolar e do não escolar, do jornal impresso e de outros manuscritos lidos e também escutados, inscreve-se numa sucessão de práticas culturais historicamente circunscritas, como a ampliação da escolarização primária para segmentos antes excluídos. De alguma forma, somos hoje herdeiros legítimos da extensão dessas sociabilidades formadoras, dentre muitas práticas culturais cristãs católicas, objeto de investigação em mais um capítulo da tese.

A investigação das fontes documentais e bibliográficas permite entender, na longa duração, a religiosidade do caicoense em geral, uma vez que, nos primeiros decênios do século XVIII, os poucos habitantes do Arraial do Queiquó (criado em 1700) começaram a experimentar relativas atividades culturais no universo de suas vivências sociorreligiosas. Assim sendo, não causa estranheza supor que alguns dos livros religiosos fossem de propriedade de homens e mulheres sertanejos leitores de outrora, e já tivessem chegado com eles, em sua viagem até Caicó. Também é provável que eles tivessem herdado de parentes próximos ou que os tivessem adquirido de vendedores ambulantes ou comprado no comércio varejista de Recife (Pernambuco), que, na época, abastecia os sertões das coisas fabricadas e também de livros.

Tendo em vista que meu trabalho de tese se destinou a refletir acerca da história da leitura em Caicó, pertencente à circunscrição da

Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana, enveredarei pela palavra leitora dos livros litúrgicos comumente lidos e relidos em Caicó, apresentei a materialidade das obras religiosas *Imitação de Cristo*, *Adoremus* e a *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento* e, em seguida, busquei apreender, no conjunto, a cosmovisão instrutiva ensejada por uma história da leitura na apropriação de práticas sociais que, ao fim e ao cabo, precisavam ser desveladas nas linhas dos protocolos testamentais, dos inventários *post mortem*, dos documentos eclesiásticos, dentre outros escritos.

Quaisquer que sejam as absorções culturais da palavra leitora dos textos religiosos *Imitação de Cristo*, *Adoremus* e *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, elas conduziram a reconstituir aquele procedimento, orientado por Chartier (2001), da escrita ditada à escrituração cronológica da leitura ditada nos quatro testamentos que apresentei – de duas mulheres, Joaquina Maria do Nascimento (testamento escriturado em 1850) e Ana Batista do Sacramento (em 1873), e dois homens, Gonçalo Correia da Silva (testamento escriturado em 1873) e Caetano de Souza Silva (em 1890). De certo modo, reescrevi suas histórias de si mesmos para outrem, nas quais se encadeiam e se enfeixam indícios de apropriações culturais, considerando o fato de que esses quatro testadores viviam num universo existencial e mental posteriormente ultrapassado por outros ensinamentos pedagógicos e outras, inúmeras e variadas, apropriações culturais.

Naquele *corpus* de títulos religiosos difundido para leituras diuturnas intensivas subsistiam, fundamentalmente, ensinamentos prescritivos de ordem religiosa, moral e social, com o desígnio de análogas apropriações. Contatei que muito provavelmente, aqueles títulos religiosos (dentre outros) eram possuídos por uma parte dos familiares de D. Joaquina Maria do Nascimento (1791-1851), de D. Ana Batista do Sacramento (1803-1880), do Sr. Gonçalo Correia da Silva (?-1873) e do Sr. Caetano de Sousa Silva (1818-1896). Aliás, muitos dos historiadores do livro e da leitura estão ciosamente convictos de que livros impressos e certos manuscritos eram conservados pelas famílias e também herdados por parentes próximos. (JULIA, 1999). Nas proximidades do século XIX, em muitos lugares, assegura Chartier que “[...] os textos e os livros circulam na totalidade do corpo social e são compartilhados por leitores cuja condição e cultura varia muito.” (CHARTIER, 1999, p. 122). Os indícios recolhidos nos testamentos de D. Joaquina Nascimento, de D. Ana Sacramento, do Sr. Gonçalo Silva e do Sr. Caetano Silva permitem deduzir-se que a leitura de títulos de larga circulação, como a *Imitação de Cristo*, *Adoremus* e a *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, tornou-se, por força do intento de coesão social da religião católica entre os caicoenses, compartilhada, usufruída ou absorvida por nossos testadores e seus familiares. No cumprimento de seu dever de propagar as redes de sociabilidade em torno do catolicismo e de um repertório semelhante ao bíblico, a Igreja católica esforçou-se no incentivo à leitura, mas não incentivou a escrita, especialmente porque

“Era útil que os paroquianos lessem a Bíblia e seu catecismo [...]” (LYONS, 1999, p. 167).

Foi possível perceber que as modalidades de leitura feita e ouvida, relida e memorizada, recitada e murmurada dos livretos de devoção, da literatura litúrgica e de textos catequéticos – no cotidiano familiar de D. Joaquina Nascimento, de D. Ana Sacramento, do Sr. Gonçalo Silva e do Sr. Caetano Silva, nos rituais da Igreja católica, nas reuniões das irmandades e nas aulas de religião da escola primária – inspiraram, reproduziram e guiaram, despercebidamente, a apropriação de práticas culturais de ordem religiosa, moral e social escritas nessas obras litúrgicas, suscetíveis de uma pluralidade de apreensões, por vezes criativas, percepções e atitudes coletivas, nos diversos níveis e estratos sociais. Por isso, foi fundamentalmente indispensável a apropriação do objeto cultural livro, preferencialmente o livro religioso, e da oralidade, práticas sociais apoderadas, apropriadas.

Em outro capítulo da tese almejei destacar os ensinamentos do tipo “faça você mesmo” prescritos nos almanaques ou manuais laicos *Lunário e prognóstico perpétuo e Formulário e guia médico – Guia Chernoviz* –, que remetam para a associação entre texto escrito, vida em sociedade e leitura lida, escutada e recitada, perceptível nos indícios, pormenores inscritos em testamentos, inventários *post-mortem*, crônica, entre outros escritos. É importante lembrar, ainda com o apoio de Darnton (1992, p. 212), que homens e mulheres leram ou escutaram muitas leituras “[...] para salvar

suas almas, para melhorar seu comportamento, para consertar suas máquinas, [...] para tomar conhecimento dos acontecimentos de seu tempo, e ainda simplesmente para se divertir.” Dessa maneira, textos escritos, vida em sociedade e leitura estavam intimamente associados.

No intuito de analisar e apresentar as apropriações de leitura dessas obras, ou mesmo suas absorções culturais, recorri, nesse capítulo, a escritos como livros de memórias, crônicas e relato oral, além do testamento e inventário do Padre Gil Braz de Figueirêdo, meu tetravô, que residiu no Sítio Maracujá, pertencente a Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana. Na listagem de livros que consta nos autos do inventário do Padre Gil Braz, como visto incompleta, percebe-se a preferência pela leitura de textos de teologia, de filosofia e de medicina prática, no caso, o dicionário de medicina - [Guia] Chernoviz - em dois volumes e um formulário. O certo é que, como um intelectual praticante da leitura de textos filosóficos, literários, teológicos, políticos, medicinais - ligadas às circunstâncias que as haviam produzido -, o Padre Gil Braz incentivou a aquisição do domínio da leitura, perpetuando ensinamentos.

Em contraposição ao senso comum, e nos limites dos vestígios pesquisados, uma parcela razoável dos moradores de Caicó e, por extensão, da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana tinha afeição pela leitura. Como não poderia deixar de ser e acontecer, muitos eram aqueles que liam pela escuta, pela audição do texto escrito, pela murmuração do texto

apreendido, especialmente os destinados às leituras de ocasião, grandes estimuladores da permanência da cultura da oralidade.

Essa compreensão é importante para confirmar os indícios de que os ensinamentos *Formulário e guia médico*, popularmente conhecido como *Guia Chernoviz*, ao lado do *Lunário e prognóstico perpétuo*, foram apropriados por muitos homens e mulheres do sertão seridoense. Portanto, como era de se esperar, existe uma variação considerável de relatos que, de fato, indicam o leque das apropriações de nossos antepassados moldadas pelas leituras feitas e ouvidas desses textos. É uma literatura de memória de infância e de vida familiar, aqui qualificada, por empréstimo a Peter Burke (2006, p. 73), como sendo uma “história social do lembrar.”

A escrita da história da leitura dos moradores da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana trouxe ângulos de visão jamais imaginados. No século XIX, mulheres e homens profundamente católicos apossaram-se, de muitas maneiras, pontual e seletivamente, de leituras de textos de livros. Poucos eram os caicoenses que sabiam das datas cívicas, mas quase todos sabiam, em face das leituras feitas ou ouvidas dos sacerdotes e dos fiéis, os dias santos recomendados pela Igreja Católica Apostólica Romana, com especial atenção para os dos santos e santas de devoção. Na atmosfera cultural desse século, a força das práticas de leitura intensiva e, depois, extensiva planeou sociabilidades universais, como a gradativa ampliação da educação escolar primária pública e coletiva.

Com base em indícios da documentação e da literatura lida e analisada, é possível dizer que, pela confluência das práticas de leituras feitas, ouvidas, repetidas, memorizadas, reconhecidas, mulheres e homens apropriaram-se distintamente de partes dessas leituras para transmudá-las em aquisições e habilidades básicas para o trato cotidiano.

Havia, nesse contracanto, por um lado, a formação de uma rede de práticas culturais explicitamente manifestadas nos/pelos ensinamentos escolares, religiosos e laicos, destinados a apropriações gerais ou específicas; por outro, o desenvolvimento mental e motor para escrever exercícios escolares, cartas, versos de cordel, crônicas, inventários, testamentos, orações, nomes de santos e santas e diversos bens culturais.

As práticas das leituras escolares, envoltas por critérios didáticos e pedagógicos, repartiam-se por todas as matérias de estudos da escola primária - aritmética, educação moral e cívica, história, geografia, catecismo -, impulsionando várias outras práticas culturais de sociabilidades leitoras: de folhetins, de romances, de jornais, de livros de orações, de versos de cordel.

Pelas práticas de leituras dos textos *Lunário e prognóstico perpétuo*, de gênero instrutivo, por exemplo, o fazendeiro, o agricultor e o trabalhador rural absorveram e acreditaram, que, pela força da fé cristã e das orações nos novenários e procissões, o Todo-poderoso Deus os atenderia, mandando chuvas de março a junho. Já os textos de leituras prescritivas do *Guia Chernoviz* contribuíram para o desenvolvimento de

habilidades para a prontidão do cuidado de si mesmo, de familiares e de *outrem*, através de diversas fórmulas convenientes de remédios, líquidos ou sólidos.

As práticas de leituras religiosas, de gênero devocional, piedoso e catequético, partilharam entre os fiéis de credo católico ensinamentos de atitudes de profunda retidão para o cumprimento dos mandamentos da Lei de Deus, dos sacramentos e dos costumes citadinos.

Começando com o propósito de escrever uma história da leitura em Caicó, no século XIX, alcancei o entendimento de que as práticas culturais, especialmente as práticas dos costumes seridoenses são, sobremaneira, resultado de apropriações de leituras de textos escolares, religiosos e laicos, incentivadoras de outras práticas de leituras, intensivas e extensivas. Se a leitura feita, ouvida, repetida, memorizada e reconhecida é encadeadora de práticas de costumes universais e locais, não obstante teria sido a força da oralidade a pedra de toque da reprodução e da longevidade dessa leitura, bem como de sua travessia do século XIX para o século XX, e, ainda, dos resquícios de certas permanências neste século XXI. Em parte, essa rede de práticas culturais, reproduzida pela força da transmissão oral, persiste desde os tempos de nossos tetravôs.

A história da leitura em Caicó, no século XIX, é, de muitas maneiras, a história de práticas - da cultura rural e urbana, da educação escolar e religiosa, da mentalidade de mulheres e homens escreventes de testamentos e inventários, da preparação das crianças para a primeira

comunhão - transmitidas a nossos avós, em grande parte a nossos pais e, somente em parte, a nós mesmos. Na fronteira entre cultura rural e cultura urbana, educação escolar e educação religiosa, cultura universal e cultura local, muitos homens, mulheres e crianças foram herdeiros e perpetuadores dessas práticas de leitura, graças à escrita de textos de gêneros variados, mas, principalmente, à força da oralidade sobrevivente em cada sertanejo do Seridó.

Todavia, o pesquisador que se propõe investigar uma história de práticas de leituras enfrenta o esquecimento, as lacunas da história social. Entretanto sobrevivem indícios, ou mesmo evidências, tidos e inscritos no conjunto do *corpus* documental. Tais indícios e evidências permitiram-nos apreender que, naquele século XIX, as práticas de leitura em Caicó eram apropriadas ou absorvidas de maneiras variadas e com usos até contrastantes, porquanto teriam sido mais ou menos exercitadas na escola, na biblioteca, na moradia, na Igreja católica, no ato da escrita do testamento, no trabalho e na roda de amigos e familiares.

PAISAGENS DO MEDO NA CIDADE DO PRÍNCIPE (SÉCULO XIX)¹¹

Rosenilson da Silva Santos

A Cidade do Príncipe ascendeu ao status de *cidade* no ano de 1868, localizada no sertão da província do Rio Grande do Norte, a partir do território da antiga Vila Nova do Príncipe¹²⁸, na porção Norte do Brasil, plasmada no que, posteriormente, mais precisamente no ano de 1890, passaria a se chamar cidade de Caicó. Neste texto investigamos como no espaço dessa cidade e em seu entorno se elaboram Territórios Marginais, territórios estes pensados aqui como espaços nos quais, se desenvolvem práticas que subvertem as leis oficiais, promulgadas pelo Império e a moral social vigente no período em questão.

Os documentos alvo de nosso olhar foram os Relatórios dos Presidentes e de Vice-Presidentes da Província, Relatórios dos Chefes de Polícia, estes últimos também chamados de Relatórios da Repartição da Polícia ou ainda Relatórios da Chefatura de Polícia do Estado (no período republicano), Processos-Crime e Códices avulsos provenientes do 1º

¹¹ O capítulo origina-se da dissertação de mestrado *O desejo, o relato e a prática da cidade: de como são produzidos territórios marginais na Cidade do Príncipe (1880 - 1900)*, defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, com apoio financeiro da CAPES.

Cartório Judiciário da Comarca de Caicó, atualmente custodiados pelo Laboratório de Documentação Histórica da UFRN (LABORDOC/CERES)

Partimos do pressuposto de que os relatos presentes nessa documentação, quando analisados na forma de conjunto, dão a ver Paisagens do Medo¹²⁹ sobre a cidade e, ocasionalmente, também sobre a Província/Estado. A Paisagem aqui é problematizada como uma definição que transborda sua concepção mais clássica, como se tratando apenas de algo posto para vista, exclusivamente apreendido pelo olhar e sem nenhuma implicação na sociedade e na história. Mais do que um cenário a paisagem aqui é problematizada como uma construção mental, que reflete o social, carrega suas marcas e, ao mesmo tempo, imprime mudanças no cotidiano, de forma particular, e na sociedade, de modo geral.

As paisagens na história são fruto do ato de demarcar, nomear e mesmo imaginar, logo escapam à síntese de que elas são somente aquilo oferecido à visão. Elas são provenientes de associações sentimentais e, no caso específico deste trabalho, o de medo é o elemento constitutivos da paisagem que por ora tentamos aventar na documentação já anunciada.

A paisagem é constituída por linhas de poder, ela comunica da vida dos homens, é história e cultura no espaço¹³⁰, se forma a partir de camadas de significado, da experiência social no espaço. “Nesta perspectiva, a paisagem aparece como um universo de signos, de dispositivos, de invenções; um manifesto através do qual se pode efetuar inúmeras

compreensões sobre a organização do espaço”, por que transborda o limite do visual e se cola a vida do homem em sociedade¹³¹.

Segundo Simon Schama, “para um romano, uma paisagem aprazível era, necessariamente, aquela que havia sido formada, que trazia em si a marca civilizadora e frutífera do homem¹³²”, ou seja, a civilização clássica se definiu em oposição à barbárie ou ao ambiente e a natureza. Ao citar Schama e suas considerações sobre o modo como os romanos preferiam os espaços sobre os quais já se tivesse intervindo através de sua técnica, chamamos a atenção para o fato de que as sociedades elaboram formas ideais acerca do espaço, o que podemos identificar na província do Rio Grande, no contexto em questão, quando as autoridades denunciavam que “a reprodução continua de crimes assuta[va] por modo contristador a classe sã da sociedade”¹³³ e por este meio comunicavam o tipo de paisagem que lhes agradava, a saber, aquela em que o crime não fosse uma ameaça e na qual a sociedade, de modo especial uma certa classe, pudesse não ser e nem se sentir ameaçada.

Sobre o espaço criamos significações de bem e de mal e, através dessas, segundo Pechman¹³⁴, atribuímos as paisagens de cada um: a nossa e a dos outros. Nesse sentido, no relatório do ano de 1893, podemos ter uma impressão sobre “a reprodução contínua dos crimes” e das paisagens nas quais eles eram inscritos:

Octaviano Bernardo, morto a facadas em luta travada entre este infeliz e tres individuos desconhecidos, no

districto de Carnaubal ... João Caetano assassinado barbaramente por dois indivíduos no município de Flores [Florânia] ... José Pilonho, assassinado por José Lopes, no lugar paraíso na cidade do Assú ... Manoel Claudino, vítima de duas facadas em districto desta capital ... João Carlota, morto a facadas, no lugar sertãozinho do município de Papary ... Braziliano no município de Ceará Mirim ... Joaquim Mancio Marinho, em rua da cidade de Macahyba ... José Bezerra de Medeiros, assassinado a tiros de espingarda por um grupo de cangaceiros, na Vila de São Miguel de Pau dos Ferros, em frente a casa da Intendencia Municipal ... Manoel Luiz, vítima de uma tremenda cacetada, na cidade de São José de Mipibu Geracina Francisca Gomes, barbaramente assassinada, por meio de estrangulação no lugar Timbaúba ... José Monteiro Braga, morto a punhaladas no lugar Canudos, município de Mossoró. No lugar Macacos do município de *Currais Novos*, Manoel Izidoro Reis foi vítima de uma facada ... Ezequiel de Tal assassinado na cidade de Macau.¹³⁵

Essa sumária descrição sobre os homicídios que ocorriam em várias cidades do Rio Grande do Norte nos dá a ver elementos para a composição do que aqui pensamos como paisagens do medo. Os fragmentos agrupados são provenientes de apenas um relatório, mas esse panorama se repete nos relatórios que a este sucedem, contraditoriamente, os mesmos relatórios considerem que a situação da província/estado era de sossego e paz.

Interessante notar que os historiadores e historiadoras que vêm investigando a situação de violência e (in)segurança de outras província do Brasil, em trabalhos citados ao longo deste texto, identificam semelhantes

descrições nos documentos em que pesquisam. O final do século XIX se constitui como um momento delicado, de crises sociais e violências no Norte do Brasil, que configuram verdadeiras paisagens do medo nas províncias dessa porção do Império. Para Fabiana Bandeira¹³⁶, no entanto, não eram apenas na franjas do Império que se verificava essa realidade, “a corte também era a cidade do medo” a ponto de em determinadas situações ser preciso usar soldados das forças do Estado Imperial para manter a ordem, o que se verificou especialmente após 1888, ano de assinatura da Lei Áurea, quando ex-escravos, antigos forros e vadios eram encarados como sujeitos desviantes e que ameaçavam a sociedade.

Para Bandeira esses embates entre às forças representativas da Lei e da justiça e os sujeitos tidos como vadios são particularmente percebidos nesse momento pois é esse o contexto em que novas formas de dominação estão sendo testadas, em consonância com a política do Estado Nacional. Essas novas formas de dominação não harmonizava-se com as sedições provinciais, essas últimas ligadas às camadas populares, insatisfeitas com altos impostos, falta de alimentos básicos e más condições de vida.

Um exemplo que remete a este tipo de situação está na nova política adotada no Brasil em relação ao alistamento nas Forças do Estado. Entre as décadas de 1860 e 1870, com a criação da Armada¹³⁷, espécie de Força precursora da Marinha do Brasil, como era demais difícil formar oficiais marinheiros que pudessem garantir a proteção do território do Império, o Estado optou pelo alistamento compulsório, o que provocou

insatisfações e violência urbana em praticamente todo o Brasil. Essa forma de alistamento militar, que tinha como característica o recrutamento forçado e regime rigoroso de castigos aos insubordinados, foi sendo configurado ao longo da formação do império brasileiro, tendo, no entanto, sua paternidade nas práticas do extenso Império Ultramarino Português¹³⁸. Já no que tange ao século XIX e ao Brasil, a relação com a disciplina, inclusive o recurso aos suplícios físicos, estava em sintonia com a atmosfera escravista de então e

Mesmo em 1883 quando o Artigo 80 dos de *Guerra* é reformado, os castigos físicos baseados nas chibatas, nas pranchadas de espada, nos açoites, nos ferros aos pés ou calceta, entre outros, ainda permanecem, visando assim, o corpo do infrator como principal alvo a ser atingido.¹³⁹

Essa maneira de incluir os homens nas forças de defesa do Estado provocará reações violentas, tanto daqueles que eram alvos das *caçadas*, ou seja, os próprios homens, mas também de suas companheiras. O recrutamento abrupto e forçado afastava os homens de suas casas e famílias e, sem nenhum planejamento prévio, eram postos a viverem em lugares diferentes daqueles onde viviam desde crianças e isso acabava favorecendo as deserções, que por sua vez, eram tratadas como o mesmo rigor empregado no processo de recrutamento. Para solucionar o abandono deliberado dos postos em que deveriam ficar, tanto havia

promessas de perdão, como de morte, “todas elas em vão¹⁴⁰”, pois o Estado não conseguia contê-las.

No que se refere ao Rio Grande do Norte em particular, temos notícias de que após a decretação pela Assembleia Geral da Lei nº 2 556, de 26 de setembro de 1874¹⁴¹, que estabelecia normas para a condição de recrutamento para o Exército e para a Armada, se verificou movimentos de resistência em vários de seus municípios.

Hamilton de Mattos aponta que o recrutamento acabou se tornando um arma política, através da Lei o alistamento era feito por sujeitos designados pelo Presidente da Província, que acabavam indicando aqueles que queria ver distante, de forma especial, inimigos políticos e os seus aliados. Por outro lado os boatos foram se espalhando entre os populares e não demorou para que a Lei do Recrutamento passasse a ser vista como uma nova lei de escravidão para os sujeitos pobres.

Nesse contexto, nos territórios de Mossoró, São José do Mipibu e Canguaretama grupos de mulheres se insurgiram contra ao alistamento de seus companheiros e filhos e dentre suas ações invadiram as igrejas e ali destruíram os editais e os exemplares da referida lei. Na cidade de Mossoró o número de mulheres teria chegado a trezentas, chegando mesmo a entrarem em conflito com os soldados que haviam sido escalados para dissipar as insurgentes.

A resistência ao alistamento e recrutamento, não pode, no entanto, ser explicado apenas à luz da recusa de afastar-se de suas casas e

famílias, mas também deve ser investigada em um quadro mais amplo que é o do desprezo pelo trabalho manual, em grande medida tributário das tradições ibéricas que navegaram o Atlântico até as plagas ameríndias. A resistência também não pode ser dissociada da má reputação de que dispunham as tropas no seio da sociedade em questão, má fama que se justificava pelo elementos que as compunham.

Em agosto de 1831 a Guarda Nacional foi criada, extinguindo e ao mesmo tempo fundindo elementos das três “esferas” que antes formavam as “forças” do Brasil, a saber: as Tropas de Linha, as Milícias e as Tropas de Ordenanças. Em 1850 a Guarda Nacional foi reorganizada e manteve suas competências subordinadas ao ministro da Justiça e aos presidentes de cada província. A Organização da Guarda Nacional se tornou privilégio das elites políticas locais já que sua organização priorizava cidadão eleitores. Neste sentido, as forças de manutenção da ordem e tranquilidade pública no Brasil, especialmente seus extratos inferiores, eram constituídos por sujeitos filhos das camadas marginalizadas da sociedade, enquanto os postos de comandos eram ocupados pelos homens abastados.

Para as funções de base das antigas Tropas eram alistados sujeitos indesejáveis, pobres, vadios e vagabundos e aqueles sujeitos envolvidos em picuinhas políticas também não escapavam. Nesse quadro, aqueles que detinham o poder de indicar eram capazes de livrar e condenar sujeitos do temido alistamento. Para Kalina Silva Vanderlei¹⁴² o projeto político em questão ia além da formação de defesas para o Estado, recrutar estes

sujeitos expurgados pela sociedade, fosse pela falta de meios de sobrevivência, fosse pelos crimes cometidos por eles, resolvia duas questões, uma social e outra administrativa. Em outras palavras, tratava-se de acertar “dois coelhos com uma cajadada só”: o excesso de vagabundos nas ruas das vilas no “mundo colonial açucareiro” e, posteriormente, nas vilas e cidades do Império, casava-se com a falta de soldados nas tropas, restava então uma política de recrutamento que apenas forçasse estes homens a agirem em nome da defesa pública e do Estado.

Um problema provocado por essa iniciativa do Estado era a fome, visto que em muitas das vezes subtraía dos lares aqueles que eram responsáveis pela alimentação familiar a ponto de em tempos de recrutamento os gêneros de primeiras necessidades se escassearem, falta essa provocada, tanto por aqueles que eram recrutados como por aqueles que fugiam para as serras e espaços onde podiam se esconder.

Em regiões onde o valor dos gêneros alimentícios de primeira necessidade já era um problema isso se agravava sobremaneira, o que podia se ampliar quando os fatores externos colaboravam com o aumento do preço dos produtos, exemplo dessa situação se deu no final do século XIX, período em que a queda do preço do açúcar gerou uma grande massa de homens miseráveis, compondo, muito provavelmente, aquela massa revolta contra o recrutamento militar, o aumento dos impostos, o registro civil dos nascimentos e dos óbitos, o censo geral da população e mesmo contra o novos pesos e medidas adotados pelo Império do Brasil.

Desse estado de indisposição dos súditos de Dom Pedro II temos especiais informações sobre a chamada Revolta de Quebra-Quilos, que se verificou na Cidade do Príncipe, como em outras espacialidades do território imperial. Além daquilo que podemos “colher” nos processos-crime, os Relatórios dos Presidentes de Províncias e Relatório da Repartição de Polícia nos fornecem informações preciosas sobre a carência de homens habilitados a estabelecerem a ordem. No Relatório de 1882 o Chefe de Polícia da Província aponta a deficiência das forças armadas:

A considerável falta de força armada, a negligencia da parte de algumas autoridades policiaes no fiel cumprimento de tão palpitante dever, tem sido a causa de não serem coroadas com mais felizes resultados os meus constantes esforços, e reiteradas ordens para a prisão desses réprobos.¹⁴³

Muito embora o Chefe de Polícia do Rio Grande do Norte não se refira especificamente à localização dos citados réprobos, nos deixa pistas de onde eles eram mais temidos e, a partir dessas, nos torna possível identificar sua possível localização:

infelizmente ainda infestam, sobre tudo, as comarcas do alto sertão, limitrophes desta com a Parahyba ... mesmo assim, tenho a satisfação de declarar a V. Exc — que tem sido capturados 53 criminosos, entre elles, os celebres Miguel Mil homens e seu comparsa José Raymundo Chaves.¹⁴⁴

Na descrição do espaço acima, visitamos, mesmo que indiretamente, o nosso recorte espacial. É aí onde se indica a localização dos homens criminosos que identificamos as *paisagens do medo* a que nos referimos no início desse texto, no que seria hoje o limite sul do Estado do Rio Grande do Norte, em fronteira com o atual Estado da Paraíba.

Este não é o único exemplo em que os relatórios sublinham os sertões da província como sendo o espaço onde se escondem criminosos, Um ano antes desta descrição, em 1881¹⁴⁵, no quadro “Tranquilidade Pública, segurança individual e de propriedade”, no título “Estatística Criminal”, o presidente da província também esbravejava contra a insuficiência “do corpo policial”, que nas suas atuais proporções não serviria “às necessidades do serviço público”. Esta é uma fala que se repete nove anos depois, quando o Rio Grande do Norte já era um Estado da federação. Conforme o relatório de 1890, “devido á falta de soldados que auxiliem nas respectivas diligências, tem a policia deixado de capturar maior numero de criminosos.”¹⁴⁶

Ainda quando a localização dos “fascínoras” se dá pela descrição dos ambientes que possivelmente frequentam ou vivem, também apontam o nosso recorte espacial como propício para práticas desviantes. O *interior* da província, neste sentido, é, quase sempre, indicado como ponto ideal para os criminosos e suas práticas, seja pela distância da capital, a cidade de Natal, seja pelo ambiente extenso da província e seu relevo pouco plano. A geografia da província é vista como castigada, “cheia de intermináveis

serras, mata brenhas e esconderijos, que servem de refugio aos cidadãos degenerados ... criminosos ... [que] alarmam os bons cidadão cuja honra, vida e propriedade estão constantemente ameaçadas.”¹⁴⁷

Pelo conhecimento que hoje temos da geografia do Rio Grande do Norte, em seu território, um relevo que se faz em diferentes níveis, desenhados em serras que se prolongam ao horizonte, por uma vegetação emaranhada e que, por isso, facilitava bons esconderijos, é uma descrição da área coberta pelo bioma caatinga, bem presente no atual sertão do Seridó, o que nos aproxima ainda mais de nosso recorte através destes relatos de espaço.

Tais relatos são, neste caso, pistas para deduzirmos que a cartografia em que estava plasmada a Cidade do Príncipe era privilegiada para se tornar esconderijo daqueles que punham em perigo a honra e propriedade de seus habitantes. Se a distância do centro político da província era um obstáculo a preservação da ordem, a geografia delineada em várias serras, mata encrespada e esconderijos fáceis, formavam o pano de fundo dos acontecimentos.

Mas estes não eram os únicos fatores utilizados pelas autoridades para justificarem junto à Assembleia a necessidade de um número maior de milícias para controlar quantidade de “criminosos” no Rio Grande do Norte. Para o Chefe interino de Polícia, o juiz de direito Francisco Clementino de Vasconcellos Chaves, “a ignorância, á embriaguez e o jogo, são as principaes causas a que se attribuem os ataques movidos a vida e a

propriedade do cidadão.”¹⁴⁸ Para comparar com a situação descrita em outras províncias, no que se refere a antipatia pelo alistamento, vemos ainda o que diz o mesmo Chefe de Polícia, segundo o qual o trabalho regular não era desenvolvido graças a “negligência e pouco zelo [da pessoas a quem] estava confiada a execução da lei militar, e repugnância que voltamhes os cidadão alistados.”¹⁴⁹

Além do número insuficiente de alistados, o quadro físico das cadeias da província não era dos melhores, se era “insuficiente a força publica para satisfazer as necessidades de uma provincia de tao vasta extensão” o que impedia que fosse “garanti[da] á tranquilidade publica, previni[da] a pratica de crimes e avultada a captura de criminosos”¹⁵⁰, as cadeias, inclusive a da Cidade do Príncipe, eram “verdadeiramente extensos calabouços, sem convenientes accomodações e boa hygiene”¹⁵¹.

Para o chefe de polícia acima citado, “a reprodução contínua de crimes assusta[va] por modo contristador a classe sã da sociedade”. Os crimes ou a presença de homens tidos por criminosos produziam uma atmosfera do medo, ou melhor, paisagens do medo na província e certamente nas áreas descritas, que se localizavam nos sertões, no limite com a Paraíba, bem onde infundáveis serras e uma mata arrepiada facilitava aos homens de má-fé se camuflarem. Podemos dizer então que o medo era uma emoção bem presente entre aqueles que viveram na Cidade do Príncipe no final do século XIX.

HISTÓRIA E MEDO, HISTÓRIA DO MEDO E O RIO GRANDE DO NORTE

Para viverem todos os animais, inclusive o homem, devem ser sensíveis aos sinais de perigo, nesse sentido, o medo precisa ser compreendido como o prenúncio de uma situação que pode colocar a vida em jogo. O medo é um sentimento que se interliga com o perigo, a violência e, como tal, com suposta, ou não, ameaça à sobrevivência. Por assim dizer, o medo é uma sensação que se relaciona com a própria manifestação da vida e a recusa à morte. A vida, podemos dizer, é inconcebível sem o medo e é nesta perspectiva que Yi-Fu Tuan desenvolve algumas de suas reflexões. Para este autor, “o medo pode ser produzido em uma situação e um ambiente ameaçador, ou não¹⁵²”, é uma emoção para a sobrevivência.¹⁵³

A Geografia da percepção tem dado vazão ao tipo de análise em que o sentimento de insegurança e o modo como os indivíduos apreendem o ambiente, concebendo o homem como um ser complexo. As paisagens do medo, nesta perspectiva, são infinitas manifestações das forças do caos, naturais ou humanas, se revelam no tempo e logicamente, no espaço, transformando-se ao longo da vida do homem e da história. “De certa forma, toda construção humana – mental ou material – é um componente na paisagem do medo, por que existe para controlar o caos.”¹⁵⁴

Mas o estudo do medo, segundo Diniz e Tuan, não é o estudo do retraimento e entrincheiramento, ele procura compreender também o crescimento, a coragem e a aventura. O medo não é um torpor paralisante

e um obstáculo a tomada de decisões, às vezes pode mesmo ser estímulo potencializador.

Por outro lado também temos de pensar o uso dessa sensação como arma de poder e manipulação, como forma de subjugar o coletivo, ou simplesmente alertar para o perigo. O Pelourinho e o cadafalso são exemplos claros da configuração de paisagens do medo e mesmo paisagens de punição. No caso em específico dos relatórios dos presidentes de província, a paisagem do medo que por eles é constituída visa chamar a atenção da Assembleia Provincial/Legislativa para a ascensão da violência, para a necessidade de mais homens para a *polícia*, para a preservação do patrimônio das famílias tradicionais, enfim, para que a ordem seja mantida onde o caos é iminente, para que “um estado anormal e de verdadeira barbaria¹⁵⁵” seja convertido em espaço de honra e de proteção à propriedade material.

A paisagem do medo institui fronteiras, cria um espaço de proteção e outro de insegurança, ou simplesmente o perigo e a possibilidade de segurança. Segundo Alexandre Diniz essas “fronteiras estão em todos os lugares, por que as ameaças estão em todas as partes¹⁵⁶”, por que as pessoas estão em toda parte, e elas, as pessoas “são nossa maior fonte de segurança, mas também a causa mais comum de nosso medo¹⁵⁷”.

Nos discursos dos relatórios observamos então a formulação de paisagens de insegurança, espaços do perigo e do medo no período recortado entre 1880 a 1900. Dentro deste panorama, que alguns concebem

como uma fase de crise do Segundo Reinado - que por questões de ordem administrativa não dotava a sociedade de meios de sobrevivência, incursionando muitos a viverem em estado de miséria e mendicância - a recusa ao recrutamento compulsório, a que já nos referimos, foi apenas uma das formas de reação às decisões administrativas.

O Quebra-Quilos foi outra maneira que a população encontrou de reagir àquilo que lhe prejudicava em alguma medida. Nesse contexto podemos nos perguntar quem tem medo da polícia, como também podemos inverter os termos e investigar de quem a polícia tem medo, as duas situações são bem possíveis.

Na região que se constituirá como o Seridó do Rio Grande do Norte, homens que não se curvam às leis e nem aos seus representantes farão de sua geografia sua principal aliada, usando-a para fugir ou para desaparecer, misturando-se em suas formas.

Se o território se configura como o espaço tramado a partir e pelas relações de poder, numa batalha incessante pela apropriação simbólica ou material do mesmo, o que vemos é a formação de diversos territórios na Cidade do Príncipe: o da ordem e dos desejos, o do escândalo e da denúncia e o da prática do desvio. Podemos, portanto, enxergar o delineamento dos *territórios marginais*, espaços insólitos, apropriados de modo acelerado ou não, por sujeitos em práticas contestatórias ou contrárias àquilo que é aconselhado como sendo de bom tom à moral, honra e costumes dignos e saudáveis. O território marginal é o espaço do jogo, da embriaguez, dos

amores proibidos, das vinganças levadas a cabo, dos crimes cometidos, das insatisfações dos sujeitos sociais diante do Estado, das paixões compradas, das violências, das proibições e interdições, que mesmo o sendo, são praticadas, as escondidas ou não.

No entanto, não são somente os homens alvejados pela polícia que constroem os territórios marginais. No ano de 1881, um dos negociantes da cidade, o Sr. Manoel Henrique Meira, tendo observado que:

os redimentos da Casa de Mercado Municipal, à começar deste mes até o fim do exercicio corrente (...) tem encontrado certos embaraços na respectiva arrecadação, embaraços criados por individuos que mal interpretando o leg^{am}. que rege a materia, negão-se ao fiel cumprimento de úma obrigação, nunca desconhecida e jamais posta em dúvida.¹⁵⁸

Diante da verificação de que havia tais embaraços na arrecadação que se fazia na Casa de Mercado o “Illustíssimo Senhor Presidente da Camara Municipal do Príncipe” sugeriu que fosse estabelecido um “systema claro, certo e invariável para servir de base a cobrança de certos direitos ou impostos não regulados por lei, (...) e organizada assim úma tabela e ser esta publicada para conhecimento de todos”.

Percebe-se nessa documentação as fissuras na administração e coleta de tributos da Casa de Mercado, uma das principais e centrais contruções da Cidade do Príncipe, localizada entre as igrejas do Rosário e

de Sant`Ana, no espaço onde hoje, na cidade de Caicó, é a Praça Dinarte Mariz ou Praça da Liberdade, como é comumente chamada pela população.

O prédio era grande, apresentava no centro um ladrilho de tijolos, e tinha suas laterais rodeadas por pilares, que sustentavam alpendres por todos os lados. Tinha um grande portão principal, embasado por degraus e uma calçada larga e alta. No seu interior, onde acontecia semanalmente a “feira de generos alimenticios”, havia os encanamentos responsáveis pelo escoamento das águas usadas e das chuvas e, além do espaço para a feira, havia compartimentos, espécies de quartos, que tinham a utilidade de depósito, bem como repartições que se aproximariam de nossas atuais lojas. Sua construção era em tijolo, mas em alguns pontos eles se apresentavam em pequena quantidade e pouco associados a cal e pedra, o que por vezes dava um ar de fragilidade a obra.

Sobre o uso dos *quartos*, como já se disse, normalmente eram usados como depósito, mas em processo crime de 1876¹⁵⁹ uma situação inusitada apresenta outros usos que eram feitos desses espaços. O promotor público da cidade denunciava João Serafim, morador na cidade, por ter “dado duas cacetadas na liberta Ignacia. Segundo a Ignacia, estava no dia 12 do corrente mês em um quarto do Mercado da cidade, acompanhada por Elias, proprietários do estabelecimento e escravo do Reverendo Vigário da Freguesia, Florentina de Tal, Antônio Francelino e do acusado, que no momento cantava e bebia.

Fazia pouco tempo que os dois haviam se desentendido na porta do Mercado. Após isso, indo para casa, ela a ofendida, na companhia de mais duas amigas, passando em frente à casa do Italiano Nicolau, “por ser alta noite, abaixaram-se para verter agoas e nessa occazião apparecendo João Serafim, que as seguia, dera duas grandes cacetadas na offendida”.

Uma das testemunhas afirmou que o réu já havia dito que naquela noite pretendia “dar uma surra em uma negra muito mal criada”. Outras testemunhas também darão informação de que a liberta também estava bebendo na ocasião da confusão entre os dois.

Como se vê, os quartos da Casa de Mercado poderiam ter usos diferentes, como o encontro de pessoas para beber aguardente, podendo inclusive terminar na produção de territórios marginais na cidade.

Mas sobre a rerepresentação dos aspectos físicos da Casa de Mercado, inaugurada no primeiro dia de janeiro de 1870¹⁶⁰, que há pouco tentamos, somente é possível graças ao estado, não muito vistoso, em que a mesma se encontrava por volta dos anos oitenta do século XIX. O “viriador, Pacifico Florencio de Azevedo” escreveu em 20 de abril de 1880¹⁶¹ que era indecente e perigosa a situação do Mercado, os pilares que sustentavam os alpendres, por falta de tijolos e em virtude da má construção dos mesmos, já que cal e pedra não se via ali, ameaçavam desabar. O encanamento que servia para a fuga das águas úteis em seu interior e as pluviais estava entupido em não pequena extensão, formando manchas molhadas nas paredes dos quartos que lhe serviam de depósito.

É de se imaginar, que embora no centro da cidade, o mercado por vezes é apresentado como um prédio não tão afeiçoado, embora as Posturas trouxessem as instruções para seu asseio e pintura. Em tempos de chuva ou quando muitos se concentravam no seu interior e sob seus alpendres, poderiam ter que se desviar das poças d'água formadas pela encanação quebrada. Pelo menos entre os meses de março e dezembro de 1880, considerando o que diz o vereador Pacífico Florêncio, não era muito confiável procurar sombra em seus alpendres, por causa de seus frágeis pilares de sustentação, que além de servirem para pendurar objetos comerciáveis, sustentavam a pesada cobertura.

Posteriormente se vê que a Câmara Municipal¹⁶² se posiciona a respeito dos problemas que a estrutura apresentava, ordenando serviços de conserto das paredes e do frontão. Além de refazer mais sólidos os pilares e remediar a encanação de esgotos, autorizava pôr duas dúzias de armadores de madeira nas paredes e pilares da Casa, tendo esses serviços sido pagos em dezembro do mesmo ano.

Como podemos ver, a paisagem em que está incrustada a Casa de Mercado, na mesma dimensão em que é um espaço institucionalizado, onde o comércio e a feira acontecem, espaço para onde a Câmara Municipal direciona atenção especial nos Códigos de Postura, é também um território marginal, elaborado pelos eventos que ali se desdobram, verdadeiras e transitórias paisagens do medo. Se a Praça do Mercado foi *palco* da revolta quebra-quilos em 1875 e, por volta de 1888, *cenário* onde os simpatizantes

às causas abolicionistas se reuniam para defender suas ideias, um pouco depois, no ano de 1890 seria novamente espaço de agitação.

Nesse ano chegará até o Palácio do Governo do, já Estado, Rio Grande do Norte um abaixo assinado contendo inclusive assinaturas de vereadores da Cidade, que agora se chamava Caicó. O texto que antecede as assinaturas diz o seguinte:

os abaixo assinados tem a ... honra de procurar no seio de vossa administração o remedio da paz: para tranquilizar ao espirito publico da população desta localidade, e neste intuito vão com respeito devido deante de V.E^a., expor a seguinte ocorrencia que presentemente tem aqui agitado o socego publico. Há muitos anos existe nesta cidade uma casa de mercado a qual não comportando o povo que afflui ali no dia da feira, este tem por uso e costume collocar em frente do mercado, os seus generos que trazem para vender, e a isto [são] habituado ha muitos annos.¹⁶³

Acontece que nos dias 5 e 12 do mês de janeiro, dias de feira, o Presidente da Câmara Municipal ordenou a todos que nas calçadas, e não no interior do prédio, faziam comércio, se retirassem para a outra extremidade da rua, para um espaço onde os clientes teriam dificuldade de chegar, pois o mercado não oferecia uma porta para aquele lado. Como não encontrou sentido e nem resposta convincente do Presidente a respeito da mudança, “o povo” continuou ali, o que fez com que no próximo dia de feira Ele viesse acompanhado do “Delegado de Policia Basilio Gomes de Brito Dantas, que, commandando praças de policia preparados de sabre obrigou

ao povo a mudar os generos [para] o predito lugar, estranho a todos da feira, do que resultou um grande tumulto”.

Aqueles que assinaram o documento, pediam ao governador do Estado, contrariando o presidente da Câmara, que não “se perturbasse o sucego publico em beneficio particular”, pois queriam a “tranquilidade e paz do um povo”. De acordo com os mesmos, teria sido a instalação de uma loja de um comerciante parente dos presidente e delegado, “por quem muito se esforçavam”, que teria motivado a tal mudança.

Esses eventos marcam o espaço pela disputa, configurando-se territórios de interesses diferentes, mas ali não se davam apenas encontros violentos. No Mercado, espaço do fluxo por excelência, onde os grupos sociais se encontravam, era onde acontecia “o maior volume de negócios¹⁶⁴”. Ali podia-se encontrar “rapadura do cariri”¹⁶⁵, “perfumes, queijos e couros”, a “aguardente” vendida na Praça do Mercado, do lado do poente, “serviços tipográficos”, “biscoitos, passas, figos, conservas, vinhos”, “cerveja”. Para as senhoras da cidade que desejassem e pudessem andar arrumadas, além dos “chapéus”, havia vários tipos de tecidos, tais como “chitas, algodões, madapolões e brins”, “mitins, bastistas, casimira, casinetas, bicos e enfeites para vestido”.

No entanto, como território marginal, o espaço miscigena práticas, recoloca os sujeitos em disposições que não são as suas, como se percebe no discurso de um policial, ouvido como testemunha no processo quebra-quilos. Manoel Joaquim Fructuôso, que tinha vinte e um anos à época dos

acontecimentos, não sabia nem ao menos explicar ao juiz o número de pessoas envolvidas no movimento, “porque estava com medo e se recolhera para dentro do balcão de Manoel Theodosio com os seus companheiros¹⁶⁶”, ele supõe serem 10 ou 12, no outro sábado diz imaginar serem 30 ou 40, ouvira apenas barulho de cacetes sendo atirados em alguma coisa que ele também não sabia do que se tratava, por que a profusão de pessoas o fizera esconder-se por instantes, até que tivesse condições de sair em retirada na direção do quartel. Dos gritos e pancadas que ouvira após isso, *supunha* serem na casa de um certo Rubim, visto já saber que era ameaça daquele grupo ir queimar papéis na casa desse último.

O policial, diante do que via e do que ouvira dizer, ao invés de fazer correr e esconderem-se os arruaceiros, junto aos seus companheiros, possivelmente outros soldados, se esconde e foge do espaço em que estava, por que outro território era cartografado naquele momento. Já não era mais a lei que ordenava a Casa de Mercado, era uma segunda ordem, formada pelas ações daqueles que tomaram o espaço, literalmente, a pau e pedra.

Esta não é a única vez em que aqueles que eram responsáveis pela segurança foram afetados por uma força que lhes destituía de seu dever, no relatório de 1881¹⁶⁷ na Barra do Samandaú (sic), termo da Cidade do Príncipe e comarca do Seridó, há notícias da noite do dia 13 de outubro daquele ano, quando “foram assaltados por uma malta de indivíduos armados”, dois *soldados de linha* que pernoitavam na casa de um fazendeiro,

transportando um preso. Como resultado desse encontro de interesses divergentes, o detido foi libertado, os dois soldados e o filho do fazendeiro foram gravemente feridos.

Temos notícias no Relatório de 1881 de mais um grupo armado, “assaltando” à Força Policial e colocando a solto um outro preso, contrapondo com esta ação a todos os códigos de conduta do Império. O grupo ameaça não somente a cidade e seu entorno, mas aqueles que são incumbidos de sua proteção e ordem: a força policial, invertendo assim os papéis e a função dos oficiais. Naquele momento a *malta de indivíduos* detinha o poder de pender e libertar, de fazer cumprir a sua vontade, relegando aos policiais a situação de coadjuvantes, como no caso do quebra-quilos.

Estas informações sobre o cotidiano da cidade e seus termos contrapõem o que alguns afirmavam sobre um certo “reinado de sossego maior¹⁶⁸”, fazendo honras “aos sentimentos pacíficos do povo rio-grandense do norte”, o que de certa forma entra em conformidade com o parecer do relatório de 1885, segundo o qual nenhum acontecimento teria vindo a alterar a tranquilidade pública da província. Não obstante, o mesmo relatório deixa ver um quadro de instabilidade, ao denunciar que a tranquilidade pública, por menos incomodada que tivesse, graças à boa índole daqueles que viviam na província, em algumas comarcas (...) *do sertão*, a proteção dispensada aos criminosos, a “a falta de instrução nas últimas camadas da sociedade, a nenhuma educação moral e religiosa

concorrem gravemente para a ausencia de segurança e individual e de propriedade¹⁶⁹”.

Dois anos antes desta explicação ser usada para justificar as ameaças a propriedade e o crimes que aconteciam, o chefe de polícia da província já fazia uso de justificativa semelhante, segundo o mesmo,

a falta de instrucção diffundida nas ultimas camadas sociaes; a nenhuma educação moral e religiosa para refrêar e conter as paixões e impetos da matéria; a embriaguez, o jogo e uso de armas defezas; que são vícios e mau habito, produzindo primeiro a ausencia da razão e segundo um certo delirio e o ultimo encorajando o individuo para a exagerada desaffronta de offensas minimas, são as causas remotas, porem verdadeiras e (?) da produção ascende dos crimes contra a segurança individual e de propriedade.¹⁷⁰

Outros culpados pela situação, segundo o mesmo chefe de polícia, seriam a “criminosa fraqueza de certas autoridades... que se deixam supplantar pelos frouxos sentimentos do coração e muitas vezes pela detrimetosa imposição de uma falsa política, que não pode atingir a verdadeira moralidade”.

Na situação de Estado encontramos as mesmas explicações para os delitos: a ignorância das leis e a incompleta educação moral dos *habitantes do interior*, o jogo, a embriaguez e o uso de armas defesas são indubitavelmente as principaes causas da maior parte do crime, ás quaes se pode addicionar a immoral e criminosa protecção dispensada aos

delinquentes, cuja impunidade se pleiteia com admirável desembaraço para não dar outro nome, perante o tribunal do jury¹⁷¹.

Como se pode perceber no discurso dos chefes de polícia, *o sertão* ou *o interior* da província parece ser o lugar privilegiado da atuação dos *delinquentes*, como também de práticas como o jogo, a embriaguez e o uso de armas, que eram condenados pelos Códigos de Postura e também era alvo de impostos diferenciados, já que ficava instituído em janeiro de 1881¹⁷² que havia uma taxa adicional de oitenta reis por “carrada d’aguardente, que for vendida em seu município, procurando” à Câmara arrecadar esta taxa da maneira que melhor lhe fosse conveniente.

No entanto, nem sempre práticas como a embriaguez eram tão mal vistas, por vezes foram elogiadas e até alvos de composições poéticas, como se vê no exemplar de 1889 do Jornal O Povo, que apresentamos na página seguinte.

É interessante que no espaço de tempo de quatro anos a embriaguez apareça como associada à ignorância, a jogatina e imoralidades, por um lado, e ao prazer, a sensação de tornar-se rei, a dança e ao canto, por outro. Em um momento a *garrafa* é o que leva a uma situação de incompleta educação moral no Estado, no outro, ela conduz a *sonhos d’ouro*, a *thesouros*, representando um elemento que possibilita a ascensão e à *glória*.

BORRACHEIRA

Pifão
rafão
meu garrafão

scu cu,
que assim,
sem fim,
lá no scu
gargalo achei,
prazer de um rei.
Ai! Como eu o adoro!
Que esplendoroso encanto.
Encontro em seu bojo que exploro
E alegre de prazer eu rio e choro
E danço e folgo, e salto, e pulo, e canto!
Caro, bem de minh'alma és o thesouro,
que me fazes sonhar uns sonhos d'ouro!
Encontrei em ti as minas de Golconda
E bailas na minh'alma alegre ronda!
Comtigo eu subo e vou á glória!
Sem ti a vida é negra história!
Meu garrafão, anjo amado,
Eis me aos teus pés prostado!
Sim, dá me o teu gargalo,
Ai, se não estalo!
(Extr.)¹⁷³

Estamos portanto diante de situações que merecem nossa atenção, mais que isso, diante de fontes que merecem ser alvo da dúvida e problematizações. Que seja nos dado a ver o lugar de produção destes escritos, de um relatório de chefe de polícia de um lado, e de um periódico, que tem em boa parte dos seus textos os *dedos* de jovens universitários, ou recém formados em Direito, do outro. A quem estes textos interessavam, a quem eram destinados e por quem eram escritos?

Se por um lado O Povo era escrito para homens alfabetizados, simpáticos às ideias progressistas e republicanas, o relatório, como bem já afirmamos, ao construir paisagens do medo sobre a realidade dos espaços que descrevia, buscava a atenção das autoridades políticas para solucionar problemas. Estamos portanto diante de dois públicos distintos, o homem alfabetizado que lia o jornal, que era, supostamente, sabedor de onde ficava, por exemplo Golconda, uma cidade-fortaleza em ruínas da região central da Índia, conhecida por seus ricos tesouros e comércio de diamantes, e um outro homem em quem a embriaguez não assentava-se bem, talvez um sujeito social semelhante ao que aparece em outra poesia no mesmo exemplar do Jornal supracitado:

Vejo grande multidão de esmoles,
Vagando pelas ruas da cidade;
Homens, meninos e mulheres,
Implorando uma esmola à humanidade.
Esses pobres, macilentos e seminús (...)

Os possíveis homens que vagavam seminus, macilentos, e pobres, pela cidade, eram o elemento de preocupação das autoridades. Neles a embriaguez era como uma doença, era um problema, nunca conheceriam por meio dela os tesouros de Golconda, neles boca e gargalho não eram ascensão, nem glória. Era, portanto, o lugar social ocupado pelos sujeitos que definiriam se a embriaguez levaria a uma poesia ou conduziria ao texto de um processo crime. A mesma prática poderiam conduzir sujeitos para

relatos bem diferentes, dependendo de qual fosse o lugar ocupado na sociedade.

Ao que parece “a viúva Teodora Vieira de Medeiros¹⁷⁴” foi conduzida a uma situação de pouca glória, por “seguir uma vida irregular” que não condizia com seu “lugar de mãe”, pois teve no ano de 1895 a pouca sorte de ver seu próprio pai, através de uma petição, requerer a tutoria de suas netas ao juiz. Situação semelhante a essa foi vivida por Francisco Alves dos Santos¹⁷⁵ que, em 1894, foi intimado para depor ao juiz de Direito da Comarca “por ter abandonado o lar e entregado-se, na Cidade do Príncipe, à embriaguez, jogos proibidos e prostitutas”, o que punha em descrédito o seu lugar de pai.

CONCLUSÕES

Podemos afirmar então que encontramos uma outra cidade nos relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Norte e em alguns Códices. Se nos códigos de postura é a cidade do desejo, uma cidade idealizada e imaginada que nos é apresentada, nos relatórios encontramos esse desejo às avessas, se denuncia uma cidade que não se deseja, por outro lado, a cidade que se pretende, na medida em que se dê a resolução dos problemas apresentados. Os *desastres, ferimentos, suicídio e envenenamentos, homicídios, ofensas físicas, furtos e roubos, fugas de presos, captura de criminosos* são os elementos de sua narrativa, portanto são os homens envolvidos nestas histórias marginais nossos personagens.

Há, pode-se dizer, perfis que provocam receio nos oficiais e nas pessoas da cidade. Há sujeitos que, pela atmosfera do medo que geram, são capazes de influir na forma como se vive no espaço, no cuidado com a noite, com os horários a se puder circular, e as posturas não são a única fonte a nos dar pistas do medo com o qual as pessoas conviviam naquela territorialidade, especialmente ao anoitecer. O tempo da noite é tempo do proibido, do perigoso, a noite tanto representava o ameaça à honra da família, das moças, como também o perigo do assalto, da violência e da morte e esses são os elementos que compõem os Territórios Marginais aqui apresentados.

MEDIDAS HIGIÊNICAS NO SERIDÓ, SÉCULO XIX¹²

Alcineia Rodrigues dos Santos

As ideais preconizadas pelo discurso higienista no século XIX já circulavam em toda a província do Rio Grande do Norte, nessa época. Contudo, a região seridoense ainda não contava sequer com os mais simples recursos de higiene, tais como uma boa rede de esgotos e favorável abastecimento de água, iluminação pública, matadouros e cemitérios, e, desse modo, não se enquadrava nos ideais de salubridade então cultivados pelo discurso higienista. As tentativas de higienização efetuadas nas cidades brasileiras tinham como referência o exemplo europeu e constantemente tropeçavam em alguns hábitos locais. Essa preocupação se refletia nos *Códigos e Posturas Municipais*, que geralmente traziam indicações de como a saúde pública deveria ser conduzida. Em 1838, a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, a pedido da Câmara Municipal da *Villa Nova da Princeza*, atual cidade de Açu, determinava que se observassem nesse município as seguintes posturas:

Art. 8º. Nas tabernas desta Villa, e seu termo, se conservarão com aceio, e limpêza os copos, e

¹² O capítulo constitui parte da tese de doutorado *O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX*, defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Elízia Borges, com apoio financeiro do CNPq.

medidas em que se venderem líquidos; pena de mil reis ao contraventor, e o duplo na reincidência. Art. 9º. Os fiscaes desta Villa e o das Povoações, e Municípios e seus suplentes avizarão por Editais aos moradores de seus destritos, para no prazo de três meses contadas da publicação dos editaes, tirarem os intulhos, que tiverem nos fundos de seus quintaes com que passam a ofender a saúde publica, ou concorrer de qualquer forma pa. desafomorseamento das ruas da Villa, ou povoações. Os transgressores serão multados a juízo dos respectivos fiscaes de dois a seis mil reis para a renda da Comarca, e o duplo na reincidência até o máximo estabelecido no artigo 71 da Lei de 1º de Outubro de 1828. Art. 10º. Fica proibido á toda e qualquer pessoa lançar lixo no fundo dos quintes; os transgressores pagarão mil reis para as rendas da Comarca, por cada vez, que o fizer, e na falta da moeda prizão por um dia.¹⁷⁶

Os cuidados a serem tomados em relação ao bem-estar público e a serem observados pela população eram, assim, normatizados pela Câmara Municipal, através de suas *Posturas*, que, com o intuito de melhor atender as regras de conservação da saúde, propunham um reordenamento nas práticas cotidianas. A mesma lei de 1838 também deliberava sobre construções na vila e nas povoações do município. Os cuidados a serem tomados pela população teriam que se adequar às condições impostas pela Câmara Municipal, que, visando à limpeza e à salubridade pública, proclama:

Art. 12º. Nenhuma pessoa poderá construir edifícios nesta Villa, e Povoações do Município, sem licença da

Comarca, para esta prevenir sobre o alinhamento, e extensão das ruas, pena de serem os donos multados em seis mil reis para as rendas da Comarca, e obrigados a demolir a suas custas os mesmos edifícios, quando se desviarem do alinhamento que devem seguir, ou com a edificação do prédio tomarem os lugares em que devem ficar bêcos que nunca terão vinte palmos de largura. *Art. 13º.* Fica proibido d'ora em diante levantar cazas nas ruas desta Villa que não tenha ao menos a frente de tijolos, e calçada regular de cinco palmos de largura para mais, pena de serem demolidos d'ordem do fiscal respectivo e multados os donos com oito mil reis para as rendas da Comarca e na falta da moeda, prizão correspondente á mil reis por dia. [...] *Art. 15º.* Os entulhos que se lançarem nas ruas ou bêcos para a construção de qualquer obra, serão retirados logo que a obra finda seja, pena de seis mil reis de multa aos construtores, e na falta de moeda, prizão correspondente á mil reis por dia.¹⁷⁷

Esses *Códigos* e *Posturas* se preocupavam em elencar medidas consideradas importantes para a manutenção da saúde e da ordem pública. Os padrões de salubridade passavam, ainda, por uma boa organização social e cultural. Assim, a higienização pautava-se por um enfoque que objetivava disciplinar a população, dando-lhe valores e estilos de vida capazes de fazê-la repensar seu tradicional modo de ser, agregando novos valores. Essa proposta de normatização social acabou por influenciar o modo de pensar administrativo, que passou a estabelecer determinações não só acerca da ordem física na cidade, mas também de questões que envolviam a vida sociocultural.

De 1830 a 1900, as *Posturas* municipais basicamente tratam das mesmas questões. Indicam o tratamento a ser dado às ruas e calçadas, informam os procedimentos legais para se criarem animais, inclusive os domésticos, aconselham a população quanto ao despejo do lixo, fazem recomendações acerca dos cuidados a serem observados no que diz respeito aos matadouros públicos, além de outras pertinentes a uma boa higienização. Os poucos fragmentos que encontramos, de textos manuscritos ou tipografados oriundos do Estado, representado pela Câmara Municipal da Vila do Príncipe e Povoações do Acari e Currais Novos, constituem-se de papéis avulsos, leis incompletas. Em muitos casos é difícil até mesmo a identificação do ano a que se referem, o que, certamente, atrapalha nossa investigação. Em todo caso, as leis contendo medidas de higiene pública autorizavam as Câmaras Municipais a fixarem as regras, além de estipularem valores a serem pagos por aqueles que não atendessem a normalização. Sem dúvida, a leitura que conseguimos fazer das *Posturas Municipais* contribuiu fundamentalmente para a constituição do pensamento aqui expresso.

A importância das ideias sanitaristas era também divulgada por meio de jornais. Nesse sentido, a imprensa assume um papel basilar, uma vez que atinge as mais variadas camadas sociais. Em março de 1889, a Cidade do Príncipe inicia a divulgação das opiniões e dos interesses municipais através de um tímido jornal, ao qual já nos referimos aqui. Da leitura de *O Povo*, como era denominado, pode ser extraídos importantes

informações para a reconstituição de episódios cotidianos do Príncipe. O referido jornal, em sua edição de 09 de novembro de 1889, alerta a população no sentido de adotar bons hábitos de higienização pública, apelando ao poder municipal para promover a limpeza das ruas. Sobre a decência urbana, a discussão girava em torno de ruas, praças e becos da cidade, que estavam convertidos em *monturo*. Nessas condições, na sessão *Asseio da Cidade*, recomendava-se:

[...] A Câmara Municipal deve fazer um pequeno sacrifício e mandar proceder a uma limpeza geral, fazendo com que, depois de efetuada esta limpeza, sejam impostas multas, que devem tornar efetivas contra os infratores de suas posturas. A comissão de socorros pode dispensar alguns trabalhadores durante uma ou duas semanas e pô-los à disposição da Câmara para esta, por sua inspeção, mandar fazer a limpeza. Assim têm procedido todas as comissões. *O asseio é condição necessária para a salubridade pública, e não pode ser adiada*, principalmente agora que as febres começam a se apresentar com um cortejo ameaçador. Se a Câmara e a comissão assim procederem, não lhes regatearemos elogios.¹⁷⁸

Como pudemos observar, a tendência à assepsia era uma característica importante, e a população estava realmente preocupada com a situação da limpeza na cidade. A necessidade de normatização, segundo os padrões higiênicos, exigia o reordenamento social, que deveria sujeitar-se às diretrizes impostas pelas necessidades do coletivo, afastando todo e qualquer hábito nocivo à população e, assim, diminuindo os males causados

pela disseminação das doenças. Ainda em relação ao *asseio público*, o mesmo jornal divulga, em 28 de dezembro de 1889, uma nota informando o seguinte:

Há 15 dias que grassa nesta cidade uma febre, cujos sintomas a princípio sem gravidade, tem ultimamente apresentado um caráter que faz recear o aparecimento de uma epidemia. As condições de salubridade são as piores possíveis, e é de toda a conveniência que a Câmara providencie para que sejam removidos ou incinerados os montes de lixo que se vêem em alguns pontos da cidade. Urge também que mande abrir cacimbas e conservá-las limpas.¹⁷⁹

De certo modo, a falta de higiene era uma preocupação das autoridades. Essa inquietação tornou-se tão notória que foi solicitada à Intendência Municipal que nomeasse pessoas para fiscalizar o asseio urbano, uma das principais necessidades para a saúde da população. Claramente, pode-se perceber que uma das suspeitas das autoridades em relação à incidência das epidemias e, conseqüentemente, ao aumento da mortalidade, era a questão da insalubridade, provocada pela má conservação de alguns espaços públicos.

Outras medidas também deveriam ser tomadas. Era o caso da construção de um matadouro público, pois o que existia na cidade, além de particular, era impróprio, já que havia sido colocado “quase dentro da cidade e ao nascente, de sorte que o vento nos trás dali todas as más emanações de sangue e fezes quando putrefatas.”¹⁸⁰ Dessa forma, não só a

salubridade pública seria comprometida, mas também a *educação popular*, dado que as pessoas presenciavam a matança dos animais, correndo o risco de habituarem-se à convivência com a sujeira e a barbaridade.

Já em fins do século XVIII, o saber médico investia nos espaços urbanos, utilizando técnicas disciplinares, como a normatização mediante as posturas e leis municipais. Diante das constantes epidemias, a medicina social brasileira torna-se mais vigilante e, com base nos ideais sanitaristas, prescreve políticas de saúde pública com vistas a construir espaços salubres. O discurso higienista, conforme pudemos perceber nessas reportagens do fim do século XIX, considerava a higienização uma estratégia fundamental para a realização de um *processo civilizatório* para a sociedade.

A função dos higienistas era conduzir a cidade no sentido da nova ordem. Logo, “[...] foi exigido de seus habitantes todo o cortejo de mudanças descritas como efeitos da urbanização: secularização dos costumes, racionalização das condutas, funcionalidade nas relações pessoais, maior esfriamento das relações afetivas interpessoais, etc.”¹⁸¹ Desse modo, os municípios que não tinham as mínimas regras de organização pública necessitavam passar por um acelerado processo de mudança, implantando melhorias a fim de promover um ambiente mais saudável. E os municípios seridoenses não podiam fugir a essa regra, já que, entre suas principais deficiências, estavam a falta de saneamento básico e a preocupação com as condições em que se encontravam as ruas. Era

preciso uma nova e urgente política de organização, pois a falta de higienização era um bom condicionante para a proliferação de inúmeras doenças. Nesse sentido, várias eram as sugestões para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do Seridó.

Ainda em relação à campanha abraçada pelo jornal *O Povo*, sobre as questões de limpeza e higienização pública, em março de 1891, em reportagem intitulada *Se Descobrir...*, a população é, mais uma vez, advertida dos perigos por que passava por não seguir bons hábitos sanitários. Dessa vez a reportagem adverte que a *limpeza das ruas desta cidade* (Caicó), seria uma condição indispensável para a boa salubridade pública,

Mas não completamente, pois o estado interno de alguns muros neutraliza-a. Reprovamos muito a lavagem de roupa nos muros, e com especialidade nos pequenos, que não têm terreno suficiente para a infiltração das águas, ficando elas depositadas no solo com materiais gordurosos de cozinha sujeitas a uma imediata putrefação, donde emanam infecções miasmáticas, como há um muro muito acanhado de uma casa da Praça do Mercado, cujo visinho tem seu quarto de dormida e de visita contíguo a ele, onde vimos há poucos dias uma visita dar formidáveis engulhos e ficar com a cara de quem anda embarcado pela primeira vez, tudo resultado das exalações que vinham do referido muro.¹⁸²

A partir desses princípios higiênicos, as cidades vinham se adaptando e, para aqueles que não se adequassem ao sistema, as punições

chegavam em forma de multa ou prisão, conforme lemos nos fragmentos textuais antes comentados. Assim, a normalização médico-sanitarista para os espaços urbanos vai continuamente se concretizando, e os hábitos cotidianos vão ganhando novas formas, outros sentidos.

Uma das inquietações vivenciadas pelas autoridades locais era a cultura fúnebre, especialmente os enterramentos *ad sanctos*. Fazia-se, portanto, necessária uma mudança para que também essa manifestação sociocultural entrasse no rumo da modernização. Logo os presidentes e os vereadores da Câmara Municipal da Villa do Príncipe, já em 1850, começam a se preocupar com a situação perniciosa causada pelos enterramentos no interior das igrejas. Em 4 de outubro desse ano, em sessão presidida pelo Dr. José Joaquim da Cunha, foi produzida uma circular com o teor seguinte:

Competindo ás Comarcas Municipais, na conformidade da Ley do 1º d' Outubro de 1828 art. 66 §2, o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos Templos; e sendo pratica geralmente adptada pêlas Nações cultas da Europa, e já pêla maior parte das províncias deste Império enterrarem-se os cadáveres longe das igrejas, e dos povoados em cemitérios para isso destinados, por serem os templos casas somente próprias para o culto religioso, onde os fieis, que a elles se acolhem com a devoção que lhes ensina a Religião Catholica Apostólica Romana, devem respirar um *atmosfera pura e saudável, que não perturbe seus fervorosos votos a Divindade*; e ocorrendo sôbre tudo que na quadra actual o fragello da epidemia reinante vai infelicamente preparando tantas vitimas, que servirão d' atulhar as sepulturas das Igrejas, e mesmo quando couberem, *daria maior incremento ao mal*,

*corrompendo o ar, e arrastrando a população a uma inevitável calamidade geral: Por todos estes motivos recommendo mui positivamente a Vmcer. que, pondo, quanto antes, em execução a citada lei do 1º d' Outubro de 1828 confirmam com a Auctoridade Eclesiástica, e quaisquer outras pessoas peritas do logar sobre a maneira de fazer inhumar os cadáveres fora do recinto dos Templos, marcando um terreno a sotavento da povoação, espaçado, e com sufficiente distancia, para servir de cemitério, sinão com toda aquella decência que demanda uma obra de similhante natureza, ao menos ligeiramente cessado, e comum cruzeiro, reservando para o futuro a sua conclusão, e aperfeiçoamento, e plantação d' arvores. Devendo Vmcer., na epocha actual contar com a possível cooperação desta Freguesia, para que cesse de todo o pernicioso abuso dos enterramentos nos Templos, abuso tão contrario á nossa Santa Religião, e reprovado por alguns Concílios, como afetuoso á salubridade publica, objeto que muito deve occupar a sollicitude dos Governos.*¹⁸³

A lei de 1º de outubro de 1828, art. 66, §2, de que tratam os redatores no início da circular, está prevista no Decreto Imperial de 14 de outubro de 1828, e disciplina o estabelecimento de cemitérios fora dos templos. Essa norma apenas reforçava a Carta Régia de D. João, de 1801, que observava o cumprimento de uma orientação acerca dos cemitérios, apenas com uma diferença: os campos-santos deveriam agora ser edificados longe dos centros urbanos.

De acordo com o presidente e os vereadores da Câmara Municipal do Príncipe, essa era uma tendência dos países católicos e das *nações cultas* da Europa, o que reforça nosso enfoque de que o Império do Brasil seguiu

impetuosamente as influências trazidas pelo discurso médico europeu. Como essa prática já vinha ocorrendo em partes da província, por que não o Seridó entrar no rumo da *civilização*? Afinal os fiéis deveriam respirar um ar puro e benéfico e que não perturbasse suas fervorosas preces.

Dentro dessa política de higienização, o ambiente urbano seridoense também foi motivo de preocupação. Nesse sentido, o jornal *A voz potiguar*, que circulou em Currais Novos, nas primeiras décadas do século XX, traz uma reportagem tratando das condições das fontes da cidade. Essa mesma ansiedade, que já havia sido, inúmeras vezes, motivo de perturbação dos presidentes da província do Rio Grande do Norte, esteve presente no noticiário desse jornal, solicitando-se às autoridades competentes os recursos possíveis que a higiene oferece no intuito de prevenir a população das terríveis pestes. Observamos, nesse caso, a ação do discurso sanitarista. Nas ruas, o estado de salubridade tornava-se, cada vez mais, preocupante, e os chafarizes, mal cuidados, continuavam a ser causa de grande incômodo para quem por perto transitava, provavelmente porque intolerável era o odor que deles se desprendia, além da proliferação de insetos e fungos nocivos à saúde.

Em virtude do descaso com as questões públicas e ao cabo dessas experiências, a população do município de Currais Novos percebeu que a limpeza das ruas, incluindo a continuação dos esforços para eliminar os males provocados pelas emporcalhadas águas das fontes, requeria solução mais eficiente. Necessário se fazia entrar numa nova fase de gestão das

políticas públicas de limpeza, cujo espírito poderia ser partilhado, inclusive com a comunidade. Tratando desse assunto, entre tantas queixas que a população dirigia aos membros das comissões das Câmaras Municipais, esta, do ano de 1905, pode ser eleita como modelo. As condições para a limpeza eram tratadas com minúcia:

Compenetrados dos invioláveis ditames de nosso voto programático, viemos erguer um *fado* repulsivo contra o desleixo deplorável, genericamente voltado ás fontes do rio desta Villa e para tão justa quão providencia chamarmos a attenção valiosíssima dos membros autoritários que presidem o destino do nosso Município. Na quadra actual climatelica, escombrosa, como indiscutivelmente é deve-se proporcionar todos os meios possíveis, todos os recursos fornecidos pela hygiene, no intuito de precaver a invasão de qualquer peste [...], e para isto é de necessidade imprescindível o asseio das cacimbas que serve á nossa população. De todos os micróbios que corroem os fios da vida, os mais perigosos e os que mais transportam mais facilmente as vísceras do corpo humano são os micróbios aquaticos; assim pensamos pela infusibilidade essencial da água em nosso organismo. Portanto, é indispensável uma precaução severa, a esse respeito da parte dos poderes competentes. Consta-nos que todas as fontes de nosso rio conservam-se num abandono lamentável, repugnante, e isso muito e muito prejudica a saúde humana, por que os vermes procriam-se também nas fezes da immundice, dellas nutrem-se, e, nesse caso, esse liquido elemental que faz parte da nossa subsistência vai paulatinamente se transformando em uma verdadeira cicuta mortilera. Comprenetrem-se, pois, de seus deveres, essas pessoas, sob cuja responsabilidade está a obrigação

restrita de combater os abusos anti-higienicos, impondo com justiça e austeridade o que de necessidade for para corrigir tão deprimentes quão lamentáveis costumes, e assim teremos um reconhecido preservativos contra os males phisicos que actualmente aphyxiam a maior parte do nosso paiz. ¹⁸⁴

Esse mesmo tema é desenvolvido no ano seguinte. Em reportagem com o título *Pelo asseio*, o dito jornal manifesta, mais uma vez, o desejo da população no sentido de observar a limpeza das ruas como necessidade inadiável, especialmente porque se aproximava a *quadra festiva* da cidade e esse era o momento de ela se *revestir do novo*. Estava faltando a Currais Novos um dos importantes sinais de progresso que uma cidade deveria apresentar – a conservação de suas ruas –, pois a falta de limpeza era contrária ao conjunto de ações imprescindível à evolução e à civilidade. Contudo, mesmo com os esforços despendidos pelos habitantes, essa ação parecia difícil de ser concretizada. Em geral, essas iniciativas voltadas para o asseio urbano estavam a cargo da municipalidade e, por vezes, esbarravam em atitudes de hostilidade, senão de apatia, que a própria população, carente de informações, tinha no sentido da preservação dos espaços públicos. Dentro desse contexto, as ruas não apresentavam um conjunto sanitário aceitável.

Sob o ponto de vista dos sanitaristas, o quadro lamentável em que se encontravam as avenidas, introduzia na cidade problemas que pareciam insolúveis. As denúncias, via jornal, acentuavam isso, pois, “o lixo,

duplamente acumulado, deve causar má impressão ao expectador rigoroso, ao estylista apurado que a curiosidade, por exemplo, tra-lo a observar a evolução de nosso desenvolvimento e civilização”.¹⁸⁵ Não resta dúvida de que o discurso higienista investia fortemente no sentido de implantar formas de valorização da limpeza. Essas características de insalubridade, propagadas continuamente nos jornais, certamente motivavam a administração municipal a tomar medidas disciplinadoras.

Todos pareciam concordar na identificação da origem dos males citadinos. O modo de sanar essa dificuldade era promovendo uma varredura na sujeira, de modo a revelar nítidas distinções entre os espaços sadios e os insalubres. Em nosso entendimento, a sociedade estava criando meios próprios de se organizar e, pelo menos nesse ponto, os indivíduos queriam estar protegidos. Nessa descrição sobre o estado das ruas da cidade de Currais Novos, ocupa lugar de destaque o bem-estar coletivo. Desde meados do século XIX, a higienização dos espaços públicos era posta em discussão. Desvendando essa sensibilidade de tornar benfazejos os ares urbanos, a mesma notícia frisa que “as ruas conservam-se sempre sujas e isso não se coaduna com o progresso [...]. o acceio synthetiza um dístico, onde se lê: *Amor á causa do bem e do progresso, enquanto que a imundice revela a inércia* de uma edilidade pouco compenetrada de seus deveres”.¹⁸⁶

Outras medidas são tomadas no sentido de melhorias nas cidades do Seridó. O jornal *O Seridoense* também traz algumas reportagens que tratam das condições em que se encontra o ambiente citadino. É o caso de

uma, de 01 de novembro de 1918, tratando das medidas de higiene em Caicó, que informa aos leitores o sucesso da campanha em relação à conscientização da população sobre bons hábitos. Segundo o redator, não restava dúvida de que as medidas de higiene recomendadas pelo jornal e aceitas pela Intendência Municipal tivesse dado algum resultado, pois, a partir dessas manifestações, foi percebido um aumento nas vendas de desinfetantes domésticos, além da preocupação dos habitantes em prevenir-se contra a proliferação das doenças. De todo modo, “a limpeza, sobretudo a limpeza absoluta de tudo que nos cerca, deve constituir a nossa maior preocupação”.¹⁸⁷

Durante muito tempo a cultura mortuária seridoense mantivera um caráter tradicional: o indivíduo promovia uma revisão de sua vida terrena, publicando seus desejos e preparando as cenas de sua despedida. Essas manifestações, porém, vinham, desde 1856, desaparecendo, dada a gradativa medicalização da morte. O fato essencial, nesse processo, era o progresso das ideias sanitaristas, que pôs em ação intervenções no modo de morrer. Por uma sensível inclinação ao pensamento médico-higienista, os moribundos foram tomados como objeto de interdição e, por isso, a morte deixava de acontecer em casa, junto aos familiares e amigos. A igreja, tida como espaço de repouso eterno, era olhada com um lugar de consagração de uma vivência santa da vida e da morte. Pouco a pouco, as ideias propagadas pela medicina social foram provocando mudanças nesses hábitos, as quais foram percebidas em toda a sociedade.

Todas essas medidas adotadas pela elite local se pautavam pelo desejo de adquirir bons hábitos cotidianos. Daí a necessidade de normalizar de vez os costumes fúnebres. Conforme temos analisado, desde os anos de 1850 a Câmara lutava pela implementação de cemitérios convencionais em toda a província. É bem possível que ela tenha enfrentado problemas com a Igreja, que, do ponto de vista econômico, perderia terreno, uma vez que o enterramento *ad sanctos* representava aquisição de patrimônio. Além disso, estava em jogo o poderio e a dominação que a Igreja tinha na comunidade, no sentido da possível aquisição – simbólica – de um espaço no céu, reinando as negociações, como, por exemplo, a troca de terrenos para a construção de novos templos por espaços de repouso eterno no interior deles.

Na verdade, a Igreja recusava as inumações no exterior de seu subsolo com base na relação morte-inferno-trevas; ou seja, a dor e o sofrimento seriam afastados se os indivíduos estivessem protegidos pela corte celeste, ali idealizada com o teto dos templos repleto de símbolos e imagens que representavam a vida eterna e a salvação. A luta pelo espaço do morto, que atingia duas esferas, uma real – o sepultamento – e outra simbólica – a salvação proposta pela Igreja – precisava de um atenuante que desse a esta última o privilégio de continuar com seu poder. Talvez tenha sido por essa razão que Olyntho José Meira, que presidia a província em 1864, assinou uma lei, em 28 de dezembro desse ano, cujo artigo primeiro autorizava a cessão do

[...] domínio dos cemitérios construídos por conta das rendas da província a qualquer *confraria* ou municipalidade que o requerer, mediante as despesas que tiverem sido feitas, por prestações anuais, segundo as forças da mesma confraria e municipalidades, dando o mesmo o presidente os necessários regulamentos.¹⁸⁸

Aparece, nesse fragmento textual, a estratégia utilizada pela administração pública no sentido de, mesmo regulando os cemitérios, eximir-se da organização estrutural. Com isso, percebemos que, mesmo o cemitério tornando-se um espaço público e de pretensões laicas, não se tornara totalmente secularizado, tendo em vista que foi possível manter uma administração religiosa. Provavelmente, os campos-santos tiveram forte orientação eclesiástica, o que não seria de se estranhar, uma vez que, em todo Brasil, notadamente durante o Império, as primeiras necrópoles foram entregues a gerência seculares e/ou religiosas.

Discutindo a relação entre as irmandades leigas e a constituição do espaço urbano em Porto Alegre-RS, a pesquisadora Mara Regina do Nascimento, em sua tese de doutorado, defendida em 2006, no programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, observa que “a transferência dos cemitérios não significou, num primeiro momento, a secularização destes. Ao contrario. Continuaram sob a jurisdição eclesiástica e teriam como condição mínima para pleno funcionamento a benção dos terrenos”.¹⁸⁹ Em Porto Alegre e, certamente,

em muitas cidades brasileiras, portanto também no Seridó, um dos rituais adotados no momento em que os cemitérios começavam a fazer parte da geografia urbana era a bênção, pela *Santa Madre Igreja*, dos terrenos escolhidos para a construção.

Ao assumir o discurso higienista, as autoridades médicas, apoiadas pela Intendência Municipal, defendiam a teoria do extermínio de algumas práticas cotidianas, especialmente aquelas relativas às credices populares, como é o caso da cultura fúnebre. O aniquilamento desses hábitos extinguiria a desordem urbana, diminuiria os riscos de epidemia e, conseqüentemente, o elevado número de óbitos. Seus argumentos apontavam para a fragilidade das cidades, advertindo ser a conduta anti-higiênica da população um entrave à saúde. Com base nessas noções e ações, os médicos foram, aos poucos, alargando seu poder e convencendo os indivíduos a adotarem hábitos mais saudáveis.

Muitas dessas preocupações advinham dos variados surtos epidêmicos pelos quais, desde 1856, o Seridó vinha sendo terrivelmente atacado. Ainda não tinha sido iniciada, efetivamente, a construção de cemitérios na região, e algumas cidades sofriam com os reflexos da primeira epidemia de cólera-morbo. Entre os anos de 1851 e 1856, a peste asiática atingiu vasta área do Império e também a província do Rio Grande do Norte. Sem estrutura e com um número restrito de médicos, o Seridó não superou tão facilmente o desafio da doença. Os mortos, contados aos montes em todas as categorias sociais, tiveram seus corpos sepultados em

cemitérios improvisados, longe do espaço urbano. O surto epidêmico serviu, portanto, como catalisador das transformações na velha mentalidade colonial, inclusive em se tratando do modo de morrer.

Vale ressaltar, ainda, que, no período de 1860 a 1890, o Rio Grande do Norte registrou o menor índice demográfico do Brasil, e vários foram os fatores que contribuíram para esse desastroso índice. A alta taxa de mortalidade foi provocada pelo grande número de doenças contagiosas ao mesmo tempo, além da fome provocada pela seca dos anos 1870. Especialmente em decorrência das mortes provocadas pelo surto colérico e pelas demais epidemias, as autoridades municipais começam a repensar as práticas fúnebres a favor da higiene, como temos visto. Numa perspectiva urbanística, os mortos passavam a ser considerados como um componente perturbador da ordem social.

O impacto que os surtos epidêmicos tiveram sobre a população sertaneja foi grande, seja no tocante ao alto índice de mortalidade, seja pela necessidade de transformar hábitos e antigas atitudes. Esse choque, que desencadeou medo entre os vivos, foi percebido pelo temor destes em relação aos mortos, uma vez que se percebeu a possibilidade de contágio através dos corpos em defunção, especialmente aqueles que tinham sido acometidos por doenças infectocontagiosas. Esse temor pôs em questão a familiaridade entre vivos e mortos e deu espaço para que as concepções médicas se fortalecessem. No Seridó, a partir de 1856, nenhum corpo deveria ser enterrado dentro das igrejas, já que a sociedade local, na

observação de suas práticas religiosas, necessitava de um ambiente agradável, não só à alma, como também a sua sensibilidade olfativa e corporal. O mesmo momento que foi identificado pelo presidente Bernardo de Passos em Natal, capital da província, quando as práticas sanitárias e laicizantes se aproximavam, foi igualmente bem-visto pelos moradores do Seridó, como forma de minimizar os efeitos maléficos das endemias.

Rompendo com os costumes coloniais, em 1856 as cidades mais antigas do Seridó iniciaram a implementação de cemitérios, o que não necessariamente significou um processo completo de dessacralização da cultura fúnebre, haja vista ter sido mantida nas necrópoles uma forte tendência cristã. Mesmo elas estando separadas da igreja, fórmulas estereotipadas da fé católica foram e são conservadas impressas nos túmulos, nos epitáfios e lápides, além dos abundantes símbolos religiosos cristãos nas imagens funerárias e na própria ornamentação das covas e dos jazigos.

Em se tratando de documentação oficial e que aborda os cemitérios seridoenses, a mais antiga que encontramos foi o regulamento do cemitério da Cidade do Príncipe, elaborado por sua municipalidade e datado de 27 de outubro de 1873. Nesse documento, podem-se conhecer algumas das principais medidas higiênicas adotadas pelo município no tocante aos enterramentos.

CONHECENDO AS REZADEIRAS DE CRUZETA (RN): BREVE ETNOGRAFIA SOBRE OS SABERES DE CURA, PROCESSO DE APRENDIZAGEM E TRAJETÓRIAS DE VIDA¹³

Francimário Vito dos Santos

APRESENTAÇÃO DO TEMA E CONTEXTO DE PESQUISA

Este texto se ocupa das práticas de cura realizadas pelas rezadeiras ou benzedadeiras, representadas por mulheres que detêm os saberes das rezas de cura herdadas de parentes ou através de dons celestiais, que prestam serviços de assistência à saúde no contexto urbano do município de Cruzeta, situado no Seridó potiguar. Este é composto por um vasto trecho do interior do Rio Grande do Norte na fronteira com a Paraíba, “que é cortado pelo rio homônimo” (MEDEIROS, 1954, p. 09). Seu povoamento começou no fim do século XVII, e seus primeiros colonizadores eram provenientes dos estados de Pernambuco, da Paraíba e da Bahia, além de pessoas advindas da Metrópole Portuguesa.

Já o povoamento do município de Cruzeta só acontece na passagem do século XIX para o século seguinte, e está intrinsecamente ligado à

¹³ O capítulo é originário da dissertação de mestrado *O ofício das rezadeiras: um estudo antropológico sobre as práticas terapêuticas e a comunhão de crenças em Cruzeta/RN*, defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Guilherme Octaviano do Valle, com apoio financeiro da CAPES.

construção do açude. Ao serem iniciadas as suas obras, Cruzeta passou a ser um ponto de atração para várias pessoas das cidades vizinhas ou da Paraíba, que vieram na perspectiva de encontrar trabalho. Morais (2004, p. 172) indica que a importância desse tipo de obra de engenharia transcende a expectativa econômica, resvalando na dinâmica sócio-política da região, ao fomentar o surgimento de comunidades nas imediações dos reservatórios¹⁹⁰.

Portanto é no contexto acima descrito que se insere a presente discussão sobre a prática de cura conduzida por algumas mulheres detentoras dos saberes de rezas. Trata-se de mulheres que realizam curas nos clientes com auxílio de rezas, gestos com as mãos que reproduzem o sinal da cruz e ramos de algumas plantas; há também aquelas que usam elementos como fio de costura e pequenos pedaços de retalhos na cura de certos males.

Os escritos a seguir são resultados de pesquisas etnográficas realizadas durante o período de 2005 a 2007 e apresentadas ao curso de mestrado do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande¹⁹¹. Durante os trabalhos de campo mantive contato com vinte e três rezadeiras que atuam na cidade, a maioria encontrava-se em atividade. As rezas de cura podem ser feitas tanto na presença do cliente como à distância¹⁹². Foi possível perceber também que as rezadeiras pesquisadas mantêm ou mantiveram relações estreitas com o meio rural, onde aprenderam com outras mulheres ou homens de seus

círculos de relações os conhecimentos das rezas, e, que após a efetivação da aposentadoria por tempo de trabalho optaram por residir na cidade. O que permite, por exemplo, Oliveira (1989a) pensar que a prática da benzeção ter sua origem na vivência rural, como uma das formas de promoção à saúde das pessoas e dos animais.

A lógica principal da terapêutica dos agentes de cura populares e, entre eles encontram-se as rezadeiras é que não estabelecem diferenças entre males que afetam o corpo físico e males do espírito ou da alma, como faz, por exemplo, os profissionais da biomedicina cujo processo terapêutico centra-se exclusivamente na lógica racionalizante e objetiva da saúde e da doença como sendo corporal. As rezadeiras compreendem a pessoa na sua totalidade, sem estabelecer hierarquias, priorizando esta ou aquela esfera. O fragmento da reza abaixo, proferido pela rezadeira Barica contribui para tal entendimento.

Em nome do pai, do filho e do espírito santo. Amém. Fulano, Deus te fez, Deus te criou. Jesus por fulano passou. Benze o corpo de fulano de tanto olhado, quebrante, inveja. Fulano, se você está doente, é de dor no corpo, é de sofrimento, é estresse, é doença, é olho, quebrante, é inveja e nervoso [...] (Informação verbal, fevereiro/2006).

É comum ouvir de suas rezas que a relação complementar entre o corpo e a alma é algo recorrente. Tanto é que, segundo elas com base nos seus repertórios de cura, há males considerados *doenças da alma*, que os

médicos não conseguem curar. Como por exemplo, o mau olhado ou quebrante, que segundo a rezadeira dona Maria de Júlio Bilino, oitenta e dois anos “Doutor nenhum dar jeito a olhado. Quem dá jeito é a reza de Deus” (Informação verbal, abril/2006). Esse discurso enfatiza, por um lado a importância da prática perante a comunidade e, por outro lado, estabelece marcos diferenciadores entre os saberes tradicionais e institucionalizados.

As informações preliminares acima têm o intuito de aproximar o leitor do contexto geral da pesquisa e os resultados obtidos a partir das investigações. O interesse de estudar o tema surgiu em virtude da minha vivência com algumas mulheres que rezavam como, por exemplo, a minha avó paterna, Maricuta e sua irmã Romana. E também pelo fato da prática ser um fenômeno cultural recorrentes no cotidiano da população local. É importante destacar ainda que o fato desse fenômeno apresentar-se latente na região do Seridó potiguar, não significa dizer que ela existe somente no Nordeste brasileiro. Longe disso, a vasta literatura disponível sobre o tema mostra que as rezadeiras ou benzedadeiras existem em todas as regiões do país¹⁹³.

Destaco aqui, especificamente, o modo como elas desenvolvem suas práticas de cura e como estas se ajustam às concepções de saúde e de doença. A saber, a auto percepção, o processo de iniciação, as doenças que curam e os processos terapêuticos e simbólicos que estão envolvidos. A pesquisa utilizou o método etnográfico, observação participante e, para

melhor apreensão dos dados coletados foram realizadas entrevistas abertas com as vinte e três colaboradoras¹⁹⁴. O objetivo do artigo é contribuir com as discussões acadêmicas, trazendo algumas notas etnográficas sobre as práticas de cura realizadas pelas rezadeiras, existentes na região do Seridó potiguar.

CONCEITOS QUE DEFINEM A CATEGORIA REZADEIRAS: O OLHAR DE DENTRO E O OLHAR DE FORA

Como saber se uma determinada mulher é rezadeira ou não? Obviamente, estive atento às formas de categorização elaboradas pelos autores que trabalham com o tema. Mais ainda estive atento às informações dadas pelos moradores da cidade sobre estas mulheres, como eles as definiam. “Pra mim rezadeira é aquela que só usa as rezas da igreja, não mexe com coisa de feitiço” (Moradora, informação verbal, abril/2006). Com base nas indicações dadas pelos moradores consegui chegar a cada uma das colaboradoras da pesquisa.

As crenças religiosas são fatores cruciais que contribuem para tal definição. A religiosidade católica popular está presente em todo o cotidiano destas mulheres, a começar pelas salas de suas casas, espaços de práticas religiosas onde realizam os rituais de curas, ou seja, locais onde costumam receber os clientes para realizar as curas. Suas residências são duplamente espaços familiares, de vida cotidiana e privada. Portanto, são espaços profanos e também locais onde as atividades religiosas são

articuladas no domínio sagrado. Nas paredes internas de suas residências há vultos e imagens de santos protetores e de devoções, cuidadosamente enfeitados com fitas coloridas, velas e rosas. Algumas costumam manter na sala um altar com velas, água benta e as folhas (ramos) utilizadas nas rezas.

Não é rezadeira quem quer¹⁹⁵. Além da existência de uma conduta moral voltada para os valores maternos¹⁹⁶ e religiosos, estas mulheres precisam receber o consentimento da coletividade, um dos princípios discutidos por Lévi-Strauss (1996) no texto “O feiticeiro e sua magia”. De modo que devem passar pela experiência da maternidade e o cuidado com os filhos. As que não eram mães, como foi o caso de Joaninha, solteira, dedicara-se aos cuidados dos sobrinhos e afilhados. Portanto, para os clientes que buscam por tais serviços, uma rezadeira é aquela pessoa que no domínio de seus rituais de cura só usa as rezas da igreja e não faz feitiço¹⁹⁷. Para outros, é aquela pessoa que recebe bem, conversa e ao terminar de rezar fala o que se passa de ruim com o cliente. Ainda para outros, a questão da gratuidade e a comunhão com os dogmas da religião católica são fundamentais na definição da prática.

Para as próprias rezadeiras, ser *rezadeira* não fugia muito da percepção elaborada pela clientela. De acordo com dona Chiquinha, viúva, ela deve ser solidária e seguir os preceitos da religião católica eram critérios básicos para exercer a função. Como ela mesma colocou “é preciso ter compaixão pelas pessoas que chegam doente à minha casa em busca de reza”. Tarefa essa que a deixava muito feliz. Já na concepção da rezadeira

Barica, casada, a pratica da reza deve estar associada à bondade e à conduta ética.

A rezadeira quando senta pra rezar já vai preparada pensando em Deus. Porque é assim, na hora que eu me sento pra curar, ali eu não vou olhar o que você tem no bolso. Eu vou me concentrar e pedir força para que as palavras de Deus voguem em cima do seu corpo. Que é para quando você chegar em casa dizer aos vizinhos que foi à rezadeira e está se sentindo bem. Se você tem fé, e junta com a minha a gente chega lá (Informação verbal, abril/2006).

A rezadeira Barica, dentre as entrevistadas foi a que alcançava maior visibilidade, inclusive algumas outras rezadeiras fizeram elogios e opinaram sobre sua reza. Dona Maria Pedro, divorciada, contou que já buscou pelos serviços de outras rezadeiras com intuito de obter pistas sobre objetos furtados de sua residência. “Aqui tem uma rezadeira que descobre tudo que uma pessoa roubou. Faltou aqui um dinheiro e um relógio, fui bater na casa de Barica. Aí, ela disse tinha sido um homem”¹⁹⁸ (Informação verbal, fevereiro/2006). Dona Giselda, solteira, embora nunca tenha ido se rezar com Barica, demonstrou interesse pelas curas dela, a partir do que ouviu dos vizinhos. “Barica cura muito bem. Ela disse a meu vizinho que ele tem um *olhado* grande. Tem uma pessoa que tem muita inveja dos negócios dele. Eu tenho vontade que ela me cure do ‘mau sol na cabeça’”¹⁹⁹ (Informação verbal, novembro/2006).

O PROCESSO DE INICIAÇÃO E APRENDIZADO DAS REZAS DE CURA

As rezadeiras aprenderam a fazer suas rezas de cura de diversas formas. Entre as mulheres que rezam em Cruzeta era comum a aprendizagem através de familiares e vizinhos. Há também aquelas que justificam os seus conhecimentos por meios de dons sobrenaturais, como guias, sonhos e visões. Para Quintana (1999), essas rezadeiras podem conquistar maior reconhecimento por parte da comunidade, ao contrário das outras, que aprenderam com seus parentes. É recorrente no discurso daquelas, a existência de um estado doentio, que desapareceu, a partir do momento, que começam a desempenhar o ofício da reza. Porém, entre as rezadeiras mapeadas na cidade, a maioria afirmou ter aprendido com a mãe, a tia, a avó, uma vizinha, o marido etc.

O interesse pelos saberes das rezas parece estar relacionado com algumas necessidades básicas como o cuidado da saúde da família, dos animais e das plantações. Portanto, as rezas de cura eram os meios mais acessíveis. “As rezadeiras atendiam desde casos que envolviam benzimento ao cavalo com bicheira²⁰⁰, à cabra e à vaca para darem mais leite, à plantação para que prosperasse, até às pessoas” (OLIVEIRA, 1985b, p. 28). O depoimento da rezadeira tia Romana, viúva, aposentada, vai ao encontro do que a autora mencionou acima, a preocupação com a saúde de suas crianças. “Minha mãe me ensinava, mas eu aprendi as *rezas de cura* quando eu já era casada e já tinha meu primeiro filho. Eu tinha muita fé em olhado... essas coisas”. (Informação verbal, junho/2006).

Pelo que consegui apreender, as rezas podem trazer a cura desde que haja uma predisposição à fé, tanto por parte das rezadeiras como do cliente que procura estes serviços. Daí, a recorrência em suas falas que se as pessoas não tiverem fé, elas não ficam curadas. Há um forte apelo com ênfase na religiosidade católica, pois o sentido que a fé assume não é simplesmente o de acreditar, mas ser temente às coisas da igreja, seguir os preceitos morais de bondade, idoneidade, honestidade etc. Na verdade, acreditar nas palavras como coisas sagradas.

No caso de dona Maria de Neco, casada, aposentada, o aprendizado também se deu após o casamento, sobretudo quando já tinha filhos. De tanto buscar a ajuda das rezadeiras no sítio em que morava, acabou aprendendo com elas a rezar: “As pessoas iam rezar minhas em crianças, daí eu me concentrava naquelas rezas e, por fim aprendi” (Informação verbal, maio/2006). Dona Chiquinha, rezadeira que conheci por indicação de dona Maria de Neco, disse também ter aprendido com uma vizinha que sabia rezar. Isso se deu quando era ainda mocinha, devia ter uns onze anos de idade: “O povo chamava ela [a rezadeira] nas casas pra rezar. Então, eu via ela rezando. Ela rezava alto e, eu aprendi” (Informação verbal, junho/2006. Grifo do pesquisador).

Dona Uda, viúva, aposentada confidenciou algo semelhante. Disse ter aprendido as rezas na *marra*:

uma velha estava rezando meu menino, aí parou na metade da reza e foi curar outra pessoa que tinha dinheiro. Eu fiquei sem ação, mas como o que vale é

a fé, eu acabei de rezar. E desse dia pra cá, nunca mais precisei de rezadeira para rezar meus meninos. Aprendi as rezas com um velho que morava aqui perto. Ele já morreu. (Informação verbal, maio/2006. Grifo do pesquisador).

Já se percebe no discurso desta rezadeira a influência da figura masculina do rezador na transmissão do saber. Mas, o curioso é que durante as minhas investigações não soube da existência de nenhum rezador na cidade de Cruzeta. Contudo, mais de uma rezadeira havia atribuído a origem de suas rezas aos ensinamentos advindos destes homens que realizavam práticas curativas. A questão da transmissão das rezas ser efetuada a partir das relações de gênero está intimamente relacionada com o poder de cura das *rezas fortes*. De acordo com algumas rezadeiras, as rezas de cura só podem ser transmitidas entre pessoas de sexos opostos. Um rezador só pode ensinar suas rezas para uma mulher e uma rezadeira só poderia ensiná-las a um homem. Caso contrário, o transmissor das rezas perde os poderes de curar para o receptor. O segredo das rezas consiste justamente nessa questão da não transmissão das rezas entre pessoas do mesmo sexo.

A ênfase neste tipo de transmissão é ressaltada até mesmo pelas rezadeiras que obtiveram os ensinamentos através de outras rezadeiras. Percebi isso quando em pesquisa de campo eu solicitava que elas rezassem em voz alta para que eu pudesse ouvir. Dona Maria de Julho Bilino não se

recusou, porém, fez a seguinte observação: “como você é homem não tem problema de eu rezar em voz alta, dá mais forças a minha reza”.

Dona Silvina de Domingo Preto, viúva, aposentada interessou-se pelo ofício da reza porque os filhos adoeciam e ela não queria incomodar o *curador*²⁰¹, conforme relatou:

A vontade de aprender a rezar era porque eu tinha menino pequeno e não queria viver abusando do curador. O pobre do velhinho [seu sogro] era quem vinha curar escorado num bastão. Aí, ele me ensinou as rezas e disse que eu só podia ensinar para outro homem, não podia ensinar para outra mulher, senão quebrava as forças das rezas. Ele falava as rezas e eu aprendi (Informação verbal, abril/2006. Grifo do pesquisador).

Evidencia-se, mais uma vez, a figura do rezador e a relação de parentesco presentes na transmissão dos conhecimentos das rezas de cura. O sogro exerce um papel primordial, por duas razões: além deter os saberes para ajudar nas curas dos males, também exerce uma função de patriarca da família, aquele que dá conselhos e, muitas vezes ajuda na educação dos netos. Algumas pessoas que conheceram esse curador disseram que ele era bastante requisitado para realizar suas rezas, sobretudo, para apagar fogo em roçados. Contou-me a rezadeira tia Romana que as rezas dele era tão fortes que ele não precisava ir até o local do incêndio, mesmo rezando à distância, o fogo era apagado.

Falando de sua iniciação a rezadeira Barica, foi enfática ao afirmar que em sua família não havia qualquer pessoa que realizasse rezas de cura, com quem pudesse ter aprendido. Seu aprendizado, destacou ela, foi através de ‘uma mulher bem idosa’ que apareceu a ela em sonho e ensinou as rezas.

Eu vivia muito doente... Ali, passava sete dias internada... quando foi um dia eu tive um sonho, uma velhinha chegava. Ela chegou e disse que eu tivesse muita paciência, que aquilo que estava acontecendo comigo não ia mais se repetir. Aí, ela perguntou se eu aceitava que ela me ensinasse a rezar. Então, ela me ensinou. Acompanhei a reza novamente... Rezei, rezei... Quando foi na terceira vez, eu já sabia de tudo, de cor (Informação verbal, maio/2000. Grifo do pesquisador).

Mesmo em um tipo de aprendizagem como este a técnica está presente. Ou seja, percebe-se no discurso da rezadeira uma sistematização no ensinamento da reza. Pelo que pude averiguar, independente da forma de obtenção dos ensinamentos de cura, fossem através de outra rezadeira ou até mesmo de seres sobrenaturais, as rezadeiras viam suas práticas como um *dom* que Deus havia lhes ofertado. Talvez pelo fato de poder rezar em alguém e este ficar curado. Qualquer pessoa que se interessar pode aprender as rezas de curas, no entanto, o diferencial é como essa reza será realizada: “tem que ter fé, sem fé é mesmo que nada” afirmou dona Santa. *Ter fé* e empenho na realização da prática é o mais importante no discurso da rezadeira tia Romana. Ela ressaltou ser apenas um instrumento de Deus

e, para que o cliente fique curado, é também necessário que ele acredite nas rezas.

De acordo com Oliveira (1985b, p. 34), “a descoberta do dom pela rezadeira ocorre paralelamente ao reconhecimento de algum acontecimento forte na sua vida”. No caso da rezadeira Barica, esta descoberta se deu quando atravessava sérios problemas de saúde, o que culminou com o aparecimento dessa *velhinha*, pois em matéria de reza, só sabia mesmo fazer o sinal da cruz.

ALGUMAS DOENÇAS, AS REZAS E OS PROCESSOS TERAPÊUTICOS

As *doenças de rezadeiras* são males que acabam por ser definidos e elaborados pelas próprias agentes de cura. De acordo com as observações realizadas, algumas dessas doenças eram as seguintes: *olhado, quebrante, vento caído ou vento virado, espinhela caída, carne triada, isipa, fogo selvagem e mal-de-monte e cobreiro*.

Para curar cada uma delas há, geralmente, um tipo de reza. A seguir apresento de forma sucinta e breve apenas algumas doenças, seguida dos rituais utilizados pelas rezadeiras na anulação dos seus sintomas. O que já sinaliza para o leitor a possibilidade de compreender a lógica de cura inerente ao universo terapêutico das rezadeiras. É interessante destacar que todos esses males têm em comum o uso de rezas e a crença de que os infortúnios embora se manifestem no corpo físico, suas

causas estão localizadas no plano espiritual ou na alma do cliente. De modo que somente as rezadeiras têm conhecimentos para eliminá-los.

Olhado e/ou quebrante

Ambos os males vão debilitando o indivíduo, aos poucos, até levá-lo à morte, se a pessoa não procurar alguém que reze. De acordo com a concepção de saúde e doença das rezadeiras, o *olhado* só é curado através de rezas, portanto, enfatizam que o médico não ajuda ou soluciona esse mal. É proveniente de um fascínio (admiração) que uma determinada pessoa tem sobre qualquer aspecto do ser humano: beleza, forma física e corporal, inteligência etc., ou em qualquer outro aspecto, seja físico ou espiritual, tanto em seres humanos como animais.

O tratamento do *olhado* consiste basicamente no uso de reza específica, ramos verdes e os gestos em forma de cruzes sobre o cliente. Para a rezadeira retirar todo o *olhado* será necessário repetir o ritual três vezes, cada uma, seguida de um Pai-nosso, uma Avemaria e um Glória ao pai. Para tanto, é fundamental que o cliente realize o tratamento durante três dias²⁰².

A rezadeira dona Santa afirmou que o *olhado* é *botado* pelo indivíduo que apenas olha, sem falar nada; enquanto para botar o *quebrante*, a pessoa olha e se *admira* de qualquer aspecto ligado à vítima. Por exemplo, esclarece a rezadeira: “Virgem, como fulano é bonito! É muito

sabido! Quando a gente se admira de qualquer coisa no outro, a gente diz benza-te Deus, para não botar olhado” (Informação verbal, junho/2006).

A simbologia e as representações em torno do quebrante, pesquisadas por Maués (1997, p. 34), vão ao encontro dos relatos estabelecidos por dona Santa. O quebrante é causado pela ‘admiração’ e atinge apenas crianças de pouca idade; resulta da formulação de elogios à beleza ou à saúde do pequeno ser, sem que os mesmos sejam acompanhados da fórmula ‘benza Deus’. Para a rezadeira Barica o quebrante é algo que ataca os ossos do cliente. “A pessoa fica com todos os ossos *móidos*, parece que levou uma surra de cacete” (Informação verbal, fevereiro/2006).

Vento caído ou vento virado

Trata-se de uma doença que só acomete crianças recém-nascidas, e que estava associada a desarranjo intestinal e a desidratação. Os sintomas são fáceis de detectar. De acordo com dona Maria Pedro, a criança adquire esta doença através de um susto (acordar com alguém fazendo barulho). Neste momento, o *bucho* da criança *virava* e só ficava curado, depois de rezar três vezes. Algumas formas de detectar este mal foram transmitidas pelas rezadeiras: a) vômito seguido de diarreia de cor esverdeada; b) o desaparecimento do *calanguinho* ou *risquinho*, localizado no pé da barriga da criança; c) e um pé maior que outro. Para curar a criança fazia o seguinte procedimento: gestos em cruz sobre a barriga da criança, em seguida, virava a criança de cabeça para baixo e dava umas *palmadinhas* nas *solas dos*

pés. Por fim, proferia a reza: “Jesus quando andava no mundo tudo que achou levantou. Levante o vento caído de fulano²⁰³ com o vosso divino amor” (Informação verbal, maio/2006). Repetia as palavras três vezes, coloca a criança de ponta cabeça e dava palmadas na sola dos pés. Por último, recomendava que a mãe, quando chegasse em casa tirasse a camisinha da criança e estendesse, de cabeça para baixo, no meio de uma porta, durante três dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que este trabalho traz algumas chaves para se pensar a prática das rezadeiras a partir de um olhar antropológico e auto-reflexivo, porque se por um lado, possibilitou-me aprimorar os conhecimentos acadêmicos, por outro, permitiu-me elaborar uma autoanálise (BOURDIEU, 2005) a partir da minha trajetória com as rezadeiras e a universidade. Para tanto foi crucial um mergulho cognitivo nas “teias de relações” (GEERTZ, 1989) que envolvia o tema. As diferenças e semelhanças inerentes às rezadeiras e suas práticas terapêuticas, sobretudo, como elas adquiriram os conhecimentos das rezas, se foi através de um homem, de mulher, portanto, o aspecto da diferença do gênero, quais os tipos de cura que costumam realizar e as circunstâncias em que aprenderam este saber específico, foram alguns dos questionamentos perseguidos aos longo da pesquisa.

Como evidenciei no texto as terapêuticas realizadas pelas rezadeiras assumem lógicas contrárias quando dizem respeito ao tratamento das doenças conduzidos pelos profissionais da biomedicina. No caso do saber médico, ele está pautado numa racionalização científica, pois a doença é vista apenas como sendo inerente ao corpo. Já no modelo de cura estabelecido pelas rezadeiras, a lógica da cura tem como pressuposto um equilíbrio entre a esfera corporal e espiritual do cliente.

Os adornos existentes nos *espaços terapêutico-religiosos* das rezadeiras, um outro fator que contribui significativamente para a realização e eficácia do ritual de cura. As imagens de santos, rosários, velas, flores, altares, bonecas pretas funcionam como elementos intercessores e são vistos pelas rezadeiras como mediadores entre elas e os seres sobrenaturais. É através dos santos, por exemplos, que estas mulheres realizam as suplicas em favor de seus clientes, e são através destes seres e objetos que as rezadeiras reelaboram suas crenças religiosas.

Outro aspecto que considero relevante e merece uma certa ênfase, é a questão da transmissão cruzada dos saberes através dos gêneros, ou seja, algumas rezadeiras atribuíram *as forças de suas rezas* ao rezador que as ensinou. Neste caso, era comum ouvir alguma rezadeira falar que não podia ensinar suas rezas para outra mulher porque corria o risco dos poderes de suas rezas migrarem para a iniciante. Por último, observei que os agentes encarregados de disseminar as rezas eram pessoas ligadas à família, ou seja, estes saberes partiam das mães, dos pais, dos maridos, dos sogros etc.

Portanto, observa-se uma ênfase nas relações de parentesco quando se trata da transmissão dos conhecimentos das rezas.

CAUSAS DE MORTES E “MORTALIDADE INFANTIL” NA FREGUESIA DA GLORIOSA SANT’ANNA NUMA PERSPECTIVA DA DEMOGRAFIA HISTÓRICA¹⁴

Gracineide Pereira dos Santos

O recorte espacial desse estudo é a Freguesia da Gloriosa Sant’Anna, escolhemos como recorte temporal 1788 a 1838. O aporte documental utilizado nesse estudo foram os registros paroquiais de enterros da referida freguesia. Metodologicamente a pesquisa fez a análise descritiva dos dados, organizados no programa estatísticos SPSS e Excel.

É sabido que a Demografia estuda a população, além do mais, é uma ciência que tem várias áreas, sendo uma das mais importantes para os historiadores, a Demografia Histórica. A ciência que estuda a população tem vários métodos e técnicas diretos e indiretos para estudar os seus três pilares de sustentação, ou seja, a fecundidade, mortalidade e migração. Além disso, conta com métodos específicos que possibilitam realizar uma crítica da fonte, revelando se é confiável ou não tirar conclusões daqueles

¹⁴ O capítulo foi elaborado a partir da dissertação de mestrado *Afinal, quantos éramos? Um estudo da mortalidade pretérita na Freguesia da Gloriosa Sant’Anna*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2013, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Ojima e co-orientação do Prof. Dr. Ricardo Ojima, com apoio financeiro da CAPES. Aponta, também, novas discussões e conhecimentos teóricos apreendidos no Doutorado em História, com especialidade em Demografia Histórica, que a autora cursa, no momento, na Universidade do Minho, em Portugal.

dados. Na presente pesquisa um estudo da variável demográfica “mortalidade” e morbidade infantil, ou seja, o número de mortes e suas causas no grupo de idade de 0 a 1 ano. A pergunta a qual este artigo busca responder é: como se comporta a “mortalidade” e morbidade infantil da Freguesia da Gloriosa Sant’Anna.

O texto está dividido em quatro partes, a primeira composta por esta introdução, a segunda, com um viés conceitual tratando do conceito de Demografia e História, e do diálogo que possibilitou esse estudo, no terceiro trataremos da variável mortalidade e morbidade e como ela foi estudada nesse estudo e por último será feito as considerações finais.

A DEMOGRAFIA E A HISTÓRIA: OLHAR O PASSADO DA POPULAÇÃO ATRAVÉS DAS LENTES DA DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Quando se fala em Demografia e seu conceito, nos manuais, geralmente aparece várias definições, assim como a constatação da sua complexidade conceitual. Segundo Jacques Véron²⁰⁴, o termo Demografia começou a ser pensado nos séculos XVII e XVIII quando o negociante inglês John Graunt escreveu as “*Observações Naturais e políticas [...] sobre Boletins de mortalidade*”. Nessa obra, Graunt fez estatísticas que possibilitaram avaliar a população de Londres, percebendo haver uma relação direta entre a mortalidade e a idade, sendo essa a grande descoberta do século XVII, e seu grande contributo, ou seja, a percepção de uma ordem nos estudos de população que está diretamente dependente da idade.

Na literatura encontramos atribuída a paternidade do termo Demografia que conhecemos hoje ao francês Achille Guillard que no ano de 1855 publicou a obra intitulada “*Elementos de Estatística Humana ou Demografia Comparada*”. Segundo Nazareth²⁰⁵; o conceito pensado pelo seu fundador no século XIX, ainda se aplica até hoje. Nesse sentido, Demografia, numa abordagem ampla seria o estudo da história natural e social da espécie humana, e no sentido restrito estudaria o conhecimento matemático das populações, os seus movimentos gerais, o seu estado físico, intelectual e moral. Nessa mesma linha de pensamento, temos a definição de Demografia presente no dicionário do IBGE²⁰⁶: “a Demografia é o estudo científico das populações humanas, principalmente no que diz respeito ao seu tamanho, estrutura e desenvolvimento”. Alvaro Vieira Pinto²⁰⁷ menciona que a Demografia é o estudo do homem em toda a sua complexidade. Com esse mesmo pensamento temos o demógrafo Máximo Livi Bacci²⁰⁸, que menciona que a Demografia tem por objeto de estudo a população e esta se entende por um conjunto de indivíduos, constituído de forma estável, ligado por vínculos de reprodução e identificados por características territoriais, políticas, jurídicas, étnicas e religiosas. Pensando sob essa perspectiva, o conceito complexo de Demografia, se assemelha muito a dificuldade de definição em outra ciência do conhecimento, ou seja, a História.

Para pensar a relação entre Demografia e História, uma definição bastante propícia de História é feita pelo historiador Marc Bloch²⁰⁹ “a

História é o estudo do homem ou dos homens no tempo”. Como podemos notar ambas as ciências tem o homem como objeto de estudo, compartilham um objeto que não é imóvel, nem pode ser compreendido se isolado do seu contexto coletivo, ou seja, da sua conjuntura histórica, social, política, cultural e econômica.

Outro eixo de intersecção entre as duas ciências, é o tratamento das fontes de dados, para que haja descobertas, é necessário que o historiador e/ou demógrafo pergunte à sua fonte; analise seus dados, e quando faz isso, quando menciona Paul Veyne²¹⁰ não é possível dar conta do todo, de explicar todas as minúcias dos fatos, por isso, é necessário recortar, escolher e perguntar. A partir do que foi mencionado, nasce entre essas duas ciências uma filha a qual chamamos de Demografia Histórica, considerada um campo novo dentro da Demografia, e por isso mesmo, ainda em desenvolvimento e efervescente. Há pesquisadores espalhados em vários países. O que eles estudam? As populações do passado com metodologias próprias ou apropriações de técnicas e métodos da Demografia. Mário Leston Bandeira²¹¹ menciona que antes de 1950, já se fazia história das populações, porém foram nos últimos decênios que os demógrafos historiadores criaram um aparato científico específico para o estudo das populações do passado, nasce assim, a Demografia Histórica. Esse área surgiu com o intuito de responder as causas e motivos que levaram a queda da mortalidade nas sociedades europeias e o crescimento da esperança de vida. Foi historiador Pierre Goubert, que realizou o

primeiro estudo sistemático de Demografia histórica do século XVIII para o espaço francês, utilizando os registros eclesiásticos de batizados, casamentos, e óbitos como fonte, criando assim as primeiras hipóteses de explicações sobre o cenário europeu.

Além de Goubert, temos o engenheiro Louis Henry e o historiador e arquivista, Michel Fleury, que impregnados de fortes bases técnicas e metodológicas elaboram métodos para interrogar o pretérito. Um dos métodos mais conhecidos nesse sentido, é o de Reconstituição de famílias, criado para responder por que a fecundidade francesa era baixa, como menciona Nazareth²¹², primeiramente o método foi verificado com famílias já reconstituídas por genealogias bem estabelecidas e depois aplicou-se aos dados eclesiásticos.

Como é sabido um dos diferenciais da Demografia histórica segundo Wrigley²¹³ e Henry²¹⁴ é tirar informações populacionais (nascimento, mortalidade e migração) de fontes que não foram elaborados com essa finalidade. No contexto português, temos o método de Reconstituição de Paróquias, criado por Norberta Amorim²¹⁵ inspirada no método de Reconstituição de Famílias. O objetivo do método é acompanhar uma paróquia e seus indivíduos com a finalidade de formar famílias, estudando a dinâmica demográfica ao longo do tempo a partir das informações de nascimento, casamento e óbitos dos registros eclesiásticos.

No Brasil, a Demográfica Histórica conta com aproximadamente cinco décadas de discussões e estudos. Sendo um dos precursores das

pesquisas em Demografia Histórica no país, Luis Lisanti, que abordou em seu trabalho de pesquisa as inúmeras possibilidades do estudo das listas nominativas do Brasil colônia. A Demografia francesa foi representada em solo brasileiro pela historiadora Maria Luiza Marcílio, na obra intitulada de *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750 - 1850*, sendo um marco para a Demografia Histórica no campo científico. Na década de 70, o Louis Henry visitou o Brasil, colaborando para a utilização do seu método pelos pesquisadores. Porém, a realidade brasileira, como nos diz Marcílio²¹⁶ é completamente diferente da francesa, a população nas Américas tem especificidades que ainda hoje, dificulta o estudo das fontes.

Atualmente, os estudos de Demografia Histórica no Brasil, tem influência da Escola Americana de Demografia, nessa perspectiva, podemos citar os estudos de Mario Rodarte²¹⁷ e Clotilde Paiva²¹⁸. Nesse contexto, a fonte pesquisada são principalmente as listas nominativas. Realizando um panorama no país dos estudos em Demografia Histórica, foi constatado por Bacellar *et al*²¹⁹, que os estudos nesse campo estão concentrados em determinadas regiões, há uma preferência pelas listas em detrimento dos registros paroquiais, além da não preocupação com o rigor metodológico e crítica da fonte, seguido de outros mencionados por Santos²²⁰, o não conhecimento das teorias e metodologias da Demografia por parte dos historiadores e até a resistência na aprendizagem de modelos e fórmulas matemáticas. Além disso, temos historiadores como Ana Silvia Volpi Scott,²²¹ Sergio Odilon Nadalin²²² e outros que tratam questões relacionadas

a Demografia Histórica, mas numa perspectiva da História da família ou trajetórias de indivíduos.

CAUSAS DE MORTES E “MORTALIDADE” INFANTIL: UM ESTUDO DOS REGISTROS PAROQUIAIS DA FREGUESIA DA GLORIOSA SANT’ANNA, NO PERÍODO DE 1788 A 1838

A Freguesia da Gloriosa Sant’Anna teve seu processo de colonização iniciado no final do século XVII, sendo o cenário específico de um contexto histórico amplo vivenciado pela Europa, ou seja, a expansão marítima- comercial e a conquista de terra em outros territórios. No Rio grande do Norte, a colonização se deu primeiro no litoral que era onde as grandes embarcações aportavam, se alastrando depois no interior, além disso, segundo Monteiro²²³ a população indígena do interior era mais resistente ao domínio, por isso, a colonização nessa área foi mais tardia, sendo dada início, a partir do término do conflito conhecido na história como “Guerra dos Bárbaros”. Quando o conflito terminou, os colonizadores portugueses começaram o processo de ocupação das terras, inclusive doando sesmarias, aos povos que participaram ao lado deles. Expandir a colonização para o interior era necessário, pois as terras desse espaço era propícia a criação de gado, produto importante para a importação para o litoral e garantir territórios para o domínio português.

No pretérito, a Freguesia da Gloriosa Sant’ Anna aparecia na documentação como sinônimo de Seridó. Segundo Medeiros²²⁴, as primeiras datações sobre as terras concedidas na região do Seridó nos

livros da Capitania do Rio Grande do Norte são do ano de 1676 e referem-se ao espaço do Acauã, sendo beneficiados, nessa concessão, Teodósio Leite de Oliveira, Teodósia dos Prazeres e Manuel Gonçalves Diniz. Já em 1679 menciona-se, o Acauã, acrescida das terras na Serra do Trapuá, dadas a Luís de Sousa Furna, Antônio de Albuquerque da Câmara, Lopo de Albuquerque da Câmara e Pedro Albuquerque da Câmara. Desse modo, a Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Anna do Seridó, foi criada no ano de 1748 e compreendia na sua extensão, áreas pertencentes às capitanias da Paraíba e Rio Grande do Norte. Quarenta anos mais tarde, no dia 31 de julho de 1788, se deu sua emancipação administrava, sendo denominada de Vila Nova do Príncipe.

No palco econômico, a Freguesia da Gloriosa Sant'Anna, no processo de colonização foi marcado por uma economia baseada na criação de gado, de pequena propriedade, e com o intuito de atender a demanda local e do litoral da Capitania com produtos como carne, leite e couro. Macedo²²⁵ afirma que o povoamento surgiu da necessidade dos povos conquistadores de dispor de extensão territorial favorável para o rebanho bovino.

Marc Bloch²²⁶ menciona que os historiadores devem saber interrogar as fontes, e quando se pesquisa no terreno arenoso da Demografia Histórica, é imprescindível, além de perguntar, a tarefa de organizar os dados.

Como bem sabemos, quando analisamos os registros de catolicidade percebemos em muitos casos uma incompletude de informações e a preferência por certos dígitos em detrimento de outros, entre os prediletos podemos citar o 0 (zero) e o 5 (cinco). A pesquisa realizada não pode ser chamada de estudo da mortalidade infantil, como esse termo é entendido pela Demografia contemporânea, pois com os óbitos desagregados, não temos as informações necessárias para obter as taxas específicas para assim fazer cálculos de mortalidade. É feito uma estatística descritiva dos óbitos infantis (crianças de 0 a 1 ano de idade) e as causas de óbitos presentes nos registros. Diferentemente dos fenômenos demográficos; fecundidade e migração, por exemplo, a mortalidade é mais complexa, além de ocorrer com o indivíduo uma única vez, a probabilidade de morte é maior e menor em determinadas faixas etárias ou dependendo do sexo (Carvalho *et al*²²⁷ e Véron²²⁸)

No Dicionário Multilíngue de Demografia²²⁹, a mortalidade infantil é entendida, como o óbito em crianças menores de um ano de idade. Ainda relacionada a mortalidade temos a causa ou morbidade, entendida como estudo sobre as doenças, enfermidades e moléstias que atingem uma população. Sendo assim estatísticas de morbidade se referem às estatísticas de doenças. Nesse estudo encontramos o seguinte sobre a “mortalidade” e morbidade: no que diz respeito, aos meses de maior número de casos de mortalidade infantil, podemos destacar os primeiros meses do ano, de janeiro a abril, que no sertão potiguar também é o período de maior

incidência de chuvas. Segundo Teóphilo Guerra e Phelippe Guerra²³⁰ e Pinto,²³¹ a Freguesia do Seridó nos anos de chuva, nos primeiros meses eram frequentes as doenças infecciosas relacionadas às cheias nos reservatórios de águas da região.

Quando é feito um estudo por sexo, perceber-se que havia uma mortalidade infantil masculina de 62%, contra 38% feminina. Corroborando com os estudos de mortalidade feitos com registros paroquiais para a realidade portuguesa, principalmente para as paróquias de Braga e Barcelos onde é constatada a mortalidade infantil com esse mesmo quadro, de uma ocorrência de mortes do sexo masculino maior. Segundo Ortiz²³² as crianças do sexo masculino têm por questões biológicas à probabilidade maior de morrer no primeiro ano de vida, pois as crianças do sexo masculino têm cromossomos homozigotos, o que torna mais vulneráveis. Outra hipótese é, com índices elevados de sub-registros sobre a quantidade dos óbitos infantis, pode haver maior preocupação em registrar as crianças do sexo masculino em detrimento do sexo feminino.

No tocante à morbidade, por outro, também temos os problemas na definição das causas, considerando que, segundo Nadalin²³³ e Marcílio²³⁴ os registros de óbitos no Brasil apresenta definições problemáticas, com melhoraras a partir do final do século XVIII e início do XIX. No caso da freguesia, mesmo com problemas, as informações pretéritas sobre as causas ou sintomas de mortes nos ajudam a traçar algumas hipóteses. As causas de morte conseguem revelar características e problemas de uma

sociedade, mostrando, se são desenvolvidas, em desenvolvimento ou subdesenvolvidas.

Seja na Europa, com historiadores do porte de Louis Henry²³⁵, Livi Bacci²³⁶ e Norberta Amorim²³⁷, seja, no Brasil, nos trabalhos desenvolvidos pela Burmester²³⁸, Campos²³⁹ e Cunha²⁴⁰, eles têm algo em comum: nos seus exercícios de pesquisa, na realidade espacial e temporal de cada um encontraram problemas quando enveredam na temática da mortalidade no passado.

Num universo total de 2.252 óbitos distribuídos no período de 1788 a 1838, temos 595 óbitos infantis de crianças na faixa etária de 0 a 1 ano. A organização das primeiras idades foi de suma importância para inferirmos algumas hipóteses sobre o óbito infantil na freguesia. Ortiz²⁴¹ estudando a mortalidade infantil em São Paulo, verificou que a morte de crianças nos primeiros dias e semanas de vida, geralmente, tem como cenário implícito problemas durante a gestação. Quando separamos a informação em dias, semanas, meses e anos, percebemos que temos um número maior de casos de falecimento no intervalo entre o primeiro mês e o sexto, ou perto de fazer um ano de idade. Dessa forma, podemos supor embasados na ideia desse autor que, na freguesia haveria um número menor de mortes por causas de complicação na gestação; em contrapartida, temos casos de doenças que dependem do meio e estão relacionadas as precárias condições de saúde e as condições climáticas.

Isso explicaria as mortes estarem concentradas nos primeiros meses do ano, pois são os períodos nos quais começam as chuvas e as doenças passam a se propagar por causa das águas poluídas e das falta de higiene com os alimentos, ocasionando mortes de crianças por diarreia, febres e vômitos. Dividimos a ocorrência de óbitos por períodos quinquenais. E encontramos a maior percentagem de mortes nos quinquênios de 1800 a 1804 e 1820 e 1824, o maior número pode estar relacionado com a preocupação em registrar o óbito. Por outro lado, temos, segundo Guerra²⁴² nos quinquênios de 1820 a 1824, a escassez de chuvas na região, causando, ora migração, ora maior mortalidade.

As causas classificadas pelos párocos ora foram categorizadas a partir de dicionários atuais,²⁴³ ora em dicionários antigos²⁴⁴, as demais causas não podem ser categorizadas, haja vista serem ambíguas, como exemplo; “morreu de vida presente”. As crianças da freguesia morriam, principalmente, vítimas de doenças infecciosas e parasitárias, 32% dos casos. Dentro das doenças infecciosas temos as bexigas, catarro, sarnas, defluxo, diarreias, erisipela e espasmo. No cenário do passado, as febres eram as principais causadoras de óbitos apontadas pelos párocos, principalmente na faixa etária infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os registros de óbitos são reveladores de indícios sobre a variável demográfica mortalidade e morbidade infantil, dando novas contribuições

à discussão acerca da Demografia histórica do Rio Grande do Norte. Nesse artigo, realizamos um estudo preliminar que nos permitiu perceber sinais ambíguos sobre a dinâmica demográfica da população. Foi possível constatar que a mortalidade tem perfil parecido a realidade encontrada em outras regiões do país, assim como se assemelha a realidade do norte de Portugal. A mortalidade contemporânea carrega traços do passado, ou seja, na classe de idade estudada, também hoje, os estudos provam que há uma questão de ordem biológica para a maior mortalidade masculina.

Nesse cenário, as doenças que mais matavam refletiam o grau de subdesenvolvimento dessa sociedade. Quando se investiga o passado da população o caminho não é fácil, mas está sendo trilhado com as novas questões e conhecimentos metodológicos apreendidos na Universidade do Minho no âmbito da pesquisa de doutorado que pretende traçar o perfil demográfico da Freguesia num recorte maior e utilizando o método agregativo.

A APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO SERIDOENSE PELA INDÚSTRIA DE CERÂMICA VERMELHA¹⁵

Judicleide de Azevedo Nascimento

A INDÚSTRIA DE CERÂMICA VERMELHA NO SERIDÓ POTIGUAR

A indústria de cerâmica vermelha ou estrutural tem se caracterizado como um segmento expressivo para o crescimento econômico de algumas áreas territoriais. O processo produtivo dessa indústria, voltado para a área da construção civil, vem concentrando empresas privadas de pequeno, médio e grande porte, até empreendimentos artesanais e associativos de caráter familiar.

No âmbito do Seridó Norte-rio-grandense²⁴⁵, a produção de telhas e tijolos inicialmente destinava-se a atender à demanda local. Com o emergir da década de 1990, o território seridoense passou por um processo de reestruturação produtiva em que a atividade oleira, praticada até então com características manuais, começou a ser realizada com ajuda de maquinários que proporcionaram uma produtividade bem superior em relação ao período das olarias. A introdução de técnicas para produção em

¹⁵ O capítulo constitui parte da dissertação de mestrado *O circuito espacial da indústria de cerâmica vermelha no Seridó potiguar*, defendida em 2011 no Programa de Pósgraduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof. Dr. José Lacerda Alves Felipe, com apoio financeiro da CAPES.

escala industrial acentuou o uso desse território para garantir a expansão dessa atividade em diversos municípios, que dispunham de reservas limitadas de argila e pouca lenha para suprir a demanda advinda com essa nova economia.

De acordo com dados publicados sobre o setor ceramista no estado do Rio Grande do Norte, nas últimas quatro décadas houve uma expansão significativa desse ramo industrial no Seridó (Tabela 1), com destaque para os municípios de Parelhas e Carnaúba dos Dantas.

Tabela 1 - Distribuição das indústrias de cerâmica vermelha no Seridó Potiguar

Estado/ Território/ Municípios	NÚMERO DE CERÂMICAS EM ATIVIDADE			
Rio Grande do Norte	70	82	159	-
Seridó	05	10	79	87
Acari	0	01	04	05
Caicó	0	02	03	04
Carnaúba dos Dantas	0	0	14	19
Cerro Corá	0	0	01	01
Cruzeta	0	0	06	06
Currais Novos	0	02	04	05
Equador	0	0	02	0
Ipueira	0	0	01	0
Jardim de Piranhas	0	02	02	01
Jardim do Seridó	03	0	08	06
Jucurutu	0	0	03	02
Ouro Branco	0	0	01	02
Parelhas	01	03	26	30
Santana do Seridó	0	0	03	5
São João do Sabugi	01	0	0	0
São Vicente	0	0	1	1

Fonte: Limaverde (1983); SEBRAE (1989); FIERN; SENAI (2001). NOTAS: - O dado existe, mas não foi contemplado pela pesquisa de campo. * Os dados referentes ao ano de 2010 resultam de pesquisa de campo

Como pode ser elucidado na Tabela 1, houve um crescimento de 690% no número de indústrias de cerâmica vermelha no intervalo entre os anos de 1989 e 2001, período que coincide com o processo de reestruturação produtiva que ocorreu nesse território. Entre os anos de 2001 e 2010, o setor de cerâmica permaneceu praticamente estável, fato relacionado aos baixos índices de investimentos realizados nesse setor produtivo que não contemplaram o aperfeiçoamento tecnológico. Os empresários com maior poder aquisitivo investiram basicamente na compra de caminhões para transporte da mercadoria e em outros setores produtivos como o comércio, deixando os investimentos na indústria ceramista em segundo plano.

Com o aumento no número de indústrias desta natureza, ocorre uma maior apropriação do território, tendo em vista que as mesmas dependem exclusivamente do fornecimento de argila e de lenha para manter sua linha de produção. Como o território não dispõe de grandes reservas desses materiais, então a alternativa tem sido adquirir matéria-prima e insumo energético em outros municípios do Rio Grande do Norte, e até mesmo na Paraíba. A demanda por argila e lenha tem possibilitado o aumento nos fluxos materiais que acontecem agora entre espaços cada vez mais distantes.

No ano de 2010, a instância da produção referente ao circuito da telha seridoense compreende um total de 87 empresas que estão distribuídas em treze municípios do Seridó, a saber: Parelhas, Carnaúba dos Dantas, Acari, Caicó, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Jardim de

Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Ouro Branco, Santana do Seridó e São Vicente. A maior parte dos estabelecimentos de produção cerâmica está situada em Parelhas e Carnaúba dos Dantas, que concentram sozinhas 56% das referidas indústrias; Acari, Cruzeta, Jardim do Seridó e Santana do Seridó; também se configuram como importantes redutos da produção de cerâmicos vermelhos, enquanto que nos demais municípios há uma pequena quantidade de unidades ceramistas.

Ao longo das últimas décadas a expansão da produção de cerâmicos vermelhos se deu através de dois processos diferentes: o primeiro financiado pelo capital privado e o segundo, através da constituição de associações comunitárias financiadas com recursos advindos de instituições governamentais. As empresas que foram fundadas com capital privado foram formadas por um grupo de micro e pequenos empresários locais que empenharam-se, após a década de 1980, para aperfeiçoar a atividade oleira.

As cerâmicas fundadas pelas associações, por sua vez, resultaram de mobilizações da classe trabalhadora advinda, principalmente, da agropecuária e das extintas olarias, que por se encontrarem em condições desfavoráveis, uniram-se em prol de um único objetivo: fundar cerâmicas de âmbito comunitário para garantir postos de trabalho para a massa trabalhadora e evitar, conseqüentemente, o êxodo rural e o aumento da pobreza. Esse grupo usou estratégias para angariar recursos, através de projetos financiados pelo Banco Mundial em parceria com os Governos

Federal e Estadual.

Muitas cerâmicas em pleno funcionamento nos dias de hoje, foram constituídas pela intervenção estatal, através da concessão de recursos financeiros. Esse é o caso da Associação dos Oleiros da Comunidade São Bento em Santana do Seridó e da Associação dos Oleiros da Comunidade Cachoeira em Parelhas.

Muito embora a maioria das empresas tenha sido fundada a partir do início da década de 1990, percebe-se que muitos empresários já estavam envolvidos com essa atividade há muitos anos. Boa parte das empresas foi anteriormente um pequeno empreendimento oleiro, com domínio de técnica manual e comandado por um núcleo familiar. A classe trabalhadora envolvida no processo produtivo também é formada por antigos trabalhadores envolvidos nas atividades agropecuárias ou nas olarias manuais e ainda por jovens. Conforme depoimentos dos trabalhadores das cerâmicas, a agricultura e a pecuária já não garantiam renda suficiente para manter sua família, por isso não compensa empreender investimentos nessas atividades, tendo em vista que as mesmas estão sujeitas às vicissitudes climáticas, provocando uma instabilidade na provisão de rendimentos. Já as cerâmicas garantem a renda para manutenção da família, embora alguns trabalhadores dediquem-se à agropecuária e à produção de telhas concomitantemente.

Considerando todo o universo pesquisado, constatou-se uma tímida mecanização na grande maioria das empresas visitadas, destacando, nesse ínterim, a Cerâmica Tavares na comunidade Juazeiro/Parelhas, que

apresenta a maior parte de seu processo produtivo comandado por instrumentos técnicos que aumentam a produtividade e garantem índices de qualidade mais significativos.

Os principais fornecedores de máquinas para as cerâmicas do Seridó são as empresas *Natreb*, a *Tubarão* e a Souza em Santa Catarina; a Bonfanti em São Paulo e a Mecânica Hidráulica em Campina Grande, no estado da Paraíba.

Tratando-se da aquisição dos insumos necessários à realização do referido circuito espacial produtivo, pode-se afirmar que a argila, matéria-prima utilizada na fabricação dos artefatos de cerâmica vermelha, está se tornando um mineral escasso, em virtude do uso intensivo desse recurso, que tem contribuído para exaurir os depósitos aluviais existentes nesse território. Dessa forma, a crescente demanda de matéria-prima para atender às necessidades do mercado consumidor tem colaborado para aumentar os custos de produção, uma vez que os empresários têm que adquirir a argila em territórios distantes da sua unidade de produção.

Um dos principais reservatórios que fornece argila para as cerâmicas do Seridó é o Açude Itans, localizado no município de Caicó. Destaca-se também o Açude Engenheiro Marechal Dutra, conhecido como Gargalheiras, situado no município de Acari, que tem nas delimitações da Comunidade Bulhões uma grande área de extração de argila para atender o mercado consumidor regional. Além dessas reservas, constatou-se também o fornecimento de argila por outros municípios, inclusive, alguns

situados no estado da Paraíba, como Taperoá que tem, principalmente, as cerâmicas localizadas no município de Parelhas como principal mercado consumidor. O açude público de Santa Luzia na Paraíba também é um importante fornecedor de argila para as cerâmicas do Seridó.

Há uma contiguidade territorial no que se refere aos fornecedores de matéria-prima. A proximidade dos lugares ainda tem sido um ponto relevante na aquisição dos insumos para subsidiar a produção de telhas, tendo em vista que é uma atividade local, não dispondo de grandes reservas de argila para sustentar a produção.

No que se refere aos combustíveis de biomassa utilizados pelas indústrias de cerâmica vermelha do Seridó destacam-se a lenha de algaroba, galhos de poda de cajueiro, lenha de espécies nativas (por exemplo, jurema e aveloz), catemba de coco, além de resíduos das indústrias de movelaria e de serrarias. De acordo com os ceramistas, o principal insumo utilizado é a algaroba, usado em consonância com a poda do cajueiro. Mas há registros da utilização de lenha nativa nos fornos das cerâmicas que são transportados normalmente à noite e queimados, logo que chegam às cerâmicas para impedir que as fiscalizações dos órgãos de defesa do meio ambiente notifiquem a presença das referidas espécies.

Por ser o Seridó Potiguar um território em que não há grandes reservas de recursos florestais os ceramistas estão mantendo articulação com outros territórios para aquisição do insumo energético. A integração entre compradores e vendedores de lenha tem se mantido nos últimos

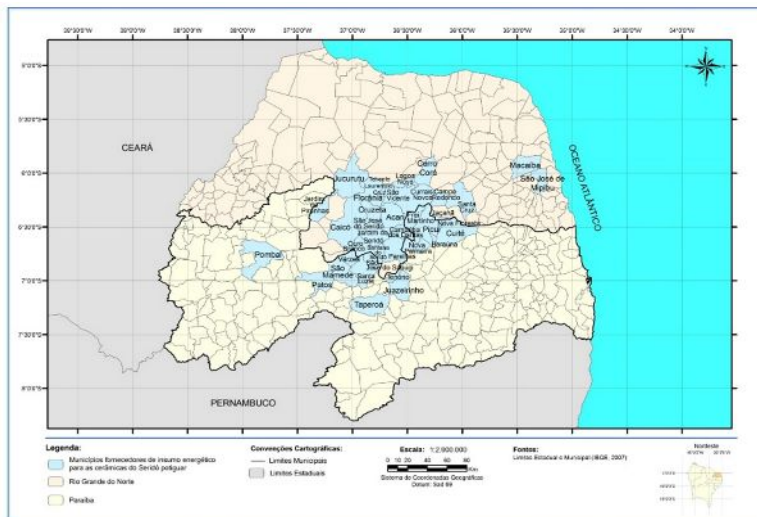
anos, inclusive com municípios localizados no Agreste Potiguar e no estado da Paraíba, conforme pode ser observado no Mapa 01.

Percebe-se que ocorre uma participação bem significativa de municípios paraibanos no fornecimento de lenha, para manter a atividade ceramista em pleno funcionamento. A aquisição da lenha ocorre graças aos caminhoneiros que seguem com telha para o estado da Paraíba e voltam para a região do Seridó carregados do referido insumo energético. Já os municípios de Macaíba e São José de Mipibu fornecem, respectivamente, poda de cajueiro e casca de coco.

Em 99% das cerâmicas ainda predominam os fornos caipiras de baixa eficiência que queimam sem nenhum equipamento de controle térmico e de uniformidade da temperatura. Uma das exceções a essa prática é a Cerâmica Tavares Ltda em Parelhas, que tem sete fornos do tipo abóbada, os quais são reconhecidos por diminuírem a exposição do queimador a elevadas temperaturas e garantem produtos com um índice de qualidade bastante significativo.

Atualmente, as indústrias de cerâmica vermelha produzem diversos tipos de produtos como telhas, tijolos e lajotas que são direcionados ao mercado local e, principalmente, ao mercado regional tendo como principal destino os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e o Pará.

Mapa 01: Espaço fornecedor de insumo energético para as indústrias de cerâmica vermelha do Seridó



Fonte: Pesquisa de campo (2010). Elaboração cartográfica: Vivian Meireles/organização dos dados: Judicleide de A. Nascimento

Os principais meios de comunicação utilizados pelos ceramistas para divulgação e venda dos seus produtos finais é o telefone celular, a internet e o telefone de linha fixa. Essas características mostram a difusão das tecnologias inerentes ao novo período geográfico em que estamos vivendo, que mesmo de forma incompleta, acaba chegando aos lugares mais distantes dos importantes centros econômicos do país.

Com a difusão das novas tecnologias, a utilização de computadores tem sido uma estratégia utilizada para modernização das empresas. Contudo, as indústrias de cerâmicas localizadas no Seridó têm usado a informática eminentemente em atividades administrativas e no

gerenciamento da produção. No setor produtivo direto não há utilização de computadores e nem de equipamentos que facilitem a produção, com exceção da cerâmica Tavares, a qual tem um sistema de observação de temperatura em que é possível observar os níveis de temperatura em cada um dos fornos da cerâmica.

Mesmo dispondo de vantagens locacionais, as indústrias de cerâmica vermelha têm enfrentado uma série de dificuldades para vender seus produtos. Esses problemas estão relacionados à concorrência, às exigências do mercado consumidor e à falta de certificado de qualificação.

A dinâmica produtiva da indústria de cerâmica vermelha existente no Seridó ainda é dominada por técnicas rudimentares e por um grande domínio da informalidade nas relações de trabalho, mas está articulada às necessidades oriundas de outros territórios. De forma geral, é preciso deixar claro que a produção, instância do circuito alocada no Seridó, está nesse território por ele dispor de uma série de vantagens que permitem lucratividade aos empresários envolvidos. As vantagens organizacionais referem-se especialmente ao não cumprimento das leis trabalhistas e às normas de respeito à extração de argila e de lenha, que, nos últimos anos, se deu de forma indiscriminada causando sérios rebatimentos no espaço.

AS PROBLEMÁTICAS SOCIAIS E ESPACIAIS OCORRIDAS COM A EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DE CERÂMICA VERMELHA NO SERIDÓ POTIGUAR

A apropriação desse território pela atividade ceramista tem provocado sérias repercussões de ordem social e ambiental. Nesse sentido, “a questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza. Diz respeito não apenas a problemas relacionados à natureza, mas às problemáticas decorrentes da ação social”²⁴⁶.

No caso do Seridó Potiguar, essas modificações vêm se consolidando ao longo dos últimos anos, apesar de que as ações empreendidas antes da chegada das indústrias de cerâmica também tinham um elevado poder de modificação espacial. As atividades agropecuárias que foram a base econômica desse território, destacavam-se “em termos de degradação do meio ambiente, pela queimada e derrubada da vegetação e pela pecuária extensiva, que não poupava as espécies vegetais existentes”²⁴⁷. No entanto, é com o espraiamento no número de cerâmicas pelo território seridoense que essas alterações se intensificam.

Em primeiro lugar, as indústrias de cerâmica vermelha redefiniram o uso do solo no Seridó, em que grandes quantidades de solos aluvionares e de várzeas foram sendo apropriados por essas empresas para fabricar telhas e tijolos, gerando nesse espaço sérios problemas de erosão, de desmatamento e de perda do solo agrícola. “O fato de o barro ser

matéria-prima escassa na região, os proprietários são frequentemente interpelados pelos ceramistas com propostas para compra do aluvião da propriedade, sobretudo nos anos de seca total, quando as dificuldades são potencializadas”²⁴⁸ e acabam cedendo.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, disponibilizados pelo IBGE, na área de abrangência do polo ceramista do Seridó Potiguar, 74,22% das propriedades são familiares, enquanto que apenas 25,78% são consideradas não familiares. Nessa perspectiva, a argila comercializada pelos pequenos produtores afeta diretamente a permanência dessas famílias no campo, visto que as áreas antes utilizadas na produção de alimentos para o rebanho e para o consumo humano foram comercializadas, deixando no solo imensas crateras que inviabilizam a prática agrícola. Com isso, a terra perde valor e o proprietário começa a enfrentar sérias dificuldades por não dispor de áreas propícias ao cultivo de alimentos.

No entanto, as problemáticas referentes ao uso desordenado do solo não se limita apenas ao território do Seridó, pois, a argila utilizada nas indústrias de cerâmicas da região advém também de outros municípios situados no estado da Paraíba. Essa problemática decorrente do uso da argila no Seridó tem posto em evidência a negligência das autoridades e dos demais atores envolvidos com a legislação vigente, tendo em vista o descumprimento das leis que regem a extração de materiais minerais do solo e subsolo.

Além das problemáticas resultantes da extração de argila, as indústrias de cerâmica vermelha têm um potencial poder de transformação sobre a cobertura vegetal, que tem sido comercializada para fins energéticos. A retirada da cobertura vegetal seguida das práticas de queimadas acelera a perda da capacidade produtiva dos solos, bem como intensifica os processos erosivos que contribuem para o assoreamento dos corpos de água a jusante das áreas degradadas. Com a destruição da vegetação por períodos prolongados, seguido da queima essas áreas são submetidas a perdas irrecuperáveis da biodiversidade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As cerâmicas produziram uma série de transformações espaciais que intensificam alguns problemas, considerados históricos em algumas áreas territoriais, como a erosão e o desmatamento. Esse quadro torna-se mais grave nos últimos anos pela expansão significativa no número de empresas na produção de artefatos de argila, refletindo diretamente no aumento da intervenção produzida pela ação antrópica, tendo em vista que a cerâmica é altamente dependente de recursos florestais e minerais que demoram décadas para se recuperar.

No que se refere à argila o seu processo de formação pode levar centenas de anos, tornando a atividade ceramista insustentável, pois, à medida como a argila é retirada, não é acompanhada pelo processo de deposição de novos sedimentos, o que vem ocasionando sérios

desequilíbrios ambientais com repercussões negativas sobre parte da população regional, principalmente, sobre os agricultores familiares.

Com a escassez desses insumos necessários à realização da produção ceramista, estas empresas têm realizado intercâmbio com fornecedores de argila e de lenha em outros municípios do estado do Rio Grande do Norte e até no estado da Paraíba. Isso se dá, principalmente, em relação à lenha, pois esse produto que já era escasso, torna-se raro no território seridoense, mas mesmo assim o que resta da Caatinga continua a ser derrubado, mesmo com a fiscalização realizada por órgãos de defesa do meio ambiente. Já a argila ainda é encontrada nas áreas de várzeas dos açudes públicos, requerendo uma menor participação de outros municípios no abastecimento de argila. No entanto, uma parte dessa argila é adquirida em propriedades de agricultores familiares o que inviabiliza o desenvolvimento das atividades agropecuárias e num futuro próximo poderá comprometer as possibilidades de sobrevivência nessa região.

Essa dinâmica nos faz questionar sobre a viabilidade dessa atividade que tem ultrapassado as fronteiras do território seridoense e está gerando transformações em outros lugares e tem interferido, certamente, na qualidade de vida de muitas pessoas que têm vendido suas terras para serem transformadas em insumos energéticos, beneficiando um pequeno grupo de empresários locais que não demonstram preocupação com as alterações espaciais provocadas por essa atividade. Outro problema diz respeito à apropriação da mão de obra local que trabalha em condições de

insalubridade e não dispõe de equipamentos de segurança que garantam sua integridade física.

O uso indiscriminado dos recursos naturais compromete o equilíbrio dos ecossistemas trazendo sérios prejuízos do ponto de vista ambiental, social e econômico, uma vez que os impactos provocados nas áreas exploradas contribuem significativamente para alterar a dinâmica espacial, afetando diretamente a população residente no território. Isto nos leva a questionar a continuidade e a permanência da indústria de cerâmica vermelha nesse território, por ser uma atividade altamente dependente de recursos cada vez mais escassos.

Enfim, procuramos externar que o uso do território pelas cerâmicas tem provocado problemáticas ambientais e sociais que precisam ser revertidas com ações voltadas à recuperação das áreas degradadas e na sua substituição por outras atividades que gerem melhores condições de vida para a população, sem comprometer o futuro da sociedade regional e o seu meio ambiente e o mais importante gerar economias sustentáveis que garantam a permanência com dignidade das populações nos seus lugares de pertencimento.

DINÂMICA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CAICÓ - RN, REGIÃO DO SERIDÓ POTIGUAR, NO PERÍODO DE 1974 A 2004¹⁶

Agassiel de Medeiros Alves

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa de dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, realizado entre 2004 e 2006.

O município de Caicó encontra-se na mesorregião Central do estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente na microrregião do Seridó Ocidental, a qual junto à do Seridó Oriental, formam a região historicamente conhecida como Seridó potiguar, distando 170 km do litoral norte e 240 km do litoral oeste (IDEMA, 2002).

Situada entre os paralelos 5º e 7º S, extremo nordeste do continente sul-americano, conforme podemos ver na Figura 01, esta região possui clima tropical semiárido, com períodos chuvosos curtos e irregulares. De formação geológica muito antiga e variada, o Seridó é constituído por

¹⁶ O capítulo provém da dissertação de mestrado *Análise da Dinâmica Ambiental do Município de Caicó, região do Seridó Potiguar, no período de 1974 a 2004*, defendida em 2006 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof. Dr. Ramiro Gustavo Valera Camacho.

grande diversidade mineral e possui uma complexa estratigrafia. A constituição geológica da região forneceu elementos para a constituição de uma geomorfologia também bastante diversificada, com fácies de planícies depressionais de vertentes suaves, e complexos de serras e inselbergues de abrupta elevação, compostos por rochas mais resistentes. Os solos são bastante variados, predominando os luvisolos e neosolos, com presença de cascalho e seixos rolados, mas também havendo argisolos e neosolos flúvicos (aluviais). (EMBRAPA, 1999)

Outra característica marcante da região diz respeito a seus aspectos biogeográficos. Sua fauna e flora possuem um elevado nível de adaptação às severas condições edafoclimáticas, principalmente no que se diz respeito aos solos pedregosos, às altas temperaturas e a escassez e irregularidade pluviométrica.

A região apresenta indícios de ocupação humana pré-histórica²⁴⁹, e sua colonização foi baseada em atividades econômicas bastante depredatórias, como a pecuária extensiva e a exploração mineral.

Tal cenário motivou o presente trabalho, na tentativa de melhor entender essa região de características tão singulares no que se refere aos aspectos naturais e socioeconômicos, e no que se tange ao seu desenvolvimento e às transformações ocasionados neste processo, onde fatores como o crescimento populacional, utilização indiscriminada de recursos naturais não-renováveis e alterações nas principais atividades

econômicas impelem a estudos mais específicos do quadro ambiental da área em questão.

Nas últimas décadas, os estudos de caráter ambiental têm ganhado importância para a tomada de decisões e gestão de recursos naturais. Através do conhecimento dos processos que desencadeiam mudanças na organização espacial ao longo do tempo, é possível compreender melhor as alterações ocorridas numa determinada área em estudo.

Para tanto, uma abordagem multitemporal se faz necessária para o levantamento de tais processos, que, analisados numa perspectiva sinóptica, possam apontar os caminhos percorridos em sua dinâmica ambiental.

O principal objetivo do presente trabalho é compreender a dinâmica ambiental do município de Caicó, região do Seridó potiguar, no período entre 1974 e 2004. Tendo ainda como objetivos específicos: analisar a evolução da cobertura vegetal do município através do período temporal estudado; conhecer os processos de ocupação e uso da terra instalados através da ação humana em atividades econômicas e de crescimento urbano; elencar os elementos constituintes da paisagem natural e modificada que formam o município de Caicó e os principais problemas ambientais enfrentados pela região; sugerir estratégias ou ações que possam vir a amenizar os impactos aos ecossistemas da região.

Através de levantamentos de dados estatísticos, climatológicos e de sensoriamento remoto do município de Caicó, que integrados e

observados dinamicamente, pudemos destacar os principais elementos relativos ao processo de ocupação e uso dos solos, dinâmica da cobertura vegetal, mudanças socioeconômicas e consequentes alterações ambientais no município de Caicó, no período em estudo.

BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE CAICÓ

No histórico do desenvolvimento do estado do Rio Grande do Norte, observamos que as regiões litorâneas estiveram mais diretamente relacionadas à produção agrícola (canavieira), principalmente na porção oriental do estado, enquanto o litoral norte, mais voltado às atividades de pesca e produção salineira, e no interior, desenvolveram-se as atividades de pecuária e agricultura extensiva e de subsistência.

Para entendermos o desenvolvimento do município de Caicó, temos que entender a história da região onde ele está inserido. O Seridó potiguar iniciou sua “colonização” em meados do Séc. XVIII, através das bandeiras de conquista do interior, as quais encontraram terras áridas, inexploradas e habitadas pelos bravos índios tarairiús (AZEVEDO, 2005).

O município de Caicó, foi oficialmente criado como freguesia, através de Alvará Real, no ano de 1748 (CASCUDO, 1972). Apesar das dificuldades referentes ao solo e ao clima, muitas terras foram consideradas propícias para a criação de gado. Tocando rebanhos bovinos, os desbravadores deste sertão enfrentaram as adversidades impostas pelo

clima semiárido para instalar ali uma grande região de criação de gado vacum.

O desenvolvimento da pecuária extensiva consolidou o processo de povoamento da região, através de grandes latifúndios destinados à produção extensiva de gado para corte, que supriam as necessidades do litoral e de outras regiões do estado.

A história territorial do Rio Grande do Norte, que pode ser seguida e acompanhada, em grande parte, no exame das datas de terra e sesmarias concedidas aos que vieram povoar o seu solo, e nele se fixaram, revela, em cada uma dessas concessões, ou melhor, em sua quase totalidade, um pensamento único: a obtenção de terras para acomodar os gados, onde situar os gados, onde criar os gados. Na zona do Seridó certo e seguro é afirma-se que todo movimento povoador decorreu da necessidade econômica de encontrar lugar adequado à localização de fazendas de criação de gado (MEDEIROS, *Apud* BORGES,1996).

Como em outras regiões do país, a pecuária ali desenvolvida adquiriu *status* de atividade econômica principal, e elemento básico no processo de formação da identidade de região.

É importante destacar que o processo de organização agropecuário baseado no latifúndio, predominante na agropecuária nordestina como tendência geral, apresentou-se no Seridó como meio de monopolização da terra e apropriação da renda fundiária através do trabalho dos agregados (AZEVEDO, 2005).

Esse modelo pecuarista perdurou exclusivo por muito tempo, até que outra atividade surge com vigor neste cenário, a cotonicultura. Impulsionado pela Crise da Guerra da Secessão norte-americana, a produção cotonicultora potiguar encontrou no mercado europeu um grande consumidor de sua valiosa fibra longa do algodão mocó.

A simbiose gado-algodão foi muito importante, pois foram atividades que não concorreram entre si, pelo contrário, complementavam-se, servindo os restolhos do algodão de alimento para o gado. Nesse dueto, a pecuária e a cotonicultura inserem-se como agentes formadores da organização espacial vigente no Seridó potiguar, ao lado de outros de caráter político como o Estado e a Igreja. Sua atuação se dá diretamente na reorganização da estrutura social, onde os pequenos produtores passam a participar mais ativamente da vida econômica através das cooperativas do algodão.

Junto à produção algodoeira, o Seridó torna-se, neste período, praticamente autossustentável em grande parte de sua produção agrícola, sendo poucos gêneros trazidos de outras regiões. Gêneros básicos como o feijão, o milho, o arroz e a batata-doce eram produzidos em grande escala, e até outros de menor representatividade como a cana-de-açúcar, o tomate, a cebola e diversos tipos de frutas eram então produzidos. Tal tendência agrícola perdurou até mais que a própria produção do algodão, sendo que esta teve o fim de seu período áureo na década de 1970, enquanto a

produção agrícola de modo geral decaiu, em fins da década de 1980. (IBGE - Produção Agrícola Municipal, 1974/2003)

Atribuímos como sendo os principais motivos da queda dessa produção: as dificuldades encontradas na obtenção de mão-de-obra, pois neste período o êxodo rural atingiu seus maiores índices, aos problemas encontrados com as secas, ao manejo incorreto dos solos, que utilizava técnicas como o desmatamento indiscriminado e as queimadas de “coivara” para preparar a terra.

Com a crise do algodão do fim da década de 1960 e início da de 1970, ocasionada principalmente pela perda de competitividade do produto local, que foi superado pela produção de outras regiões, pela crise no mercado externo (europeu), e pela incidência da praga do bicudo²⁵⁰, outra nova conjectura de instaura no cenário agropecuário seridoense, a ascensão da pecuária com especialização leiteira.

Adotada inicialmente pelos pequenos pecuaristas como forma de obtenção frequente de renda, a produção de leite, que antes se destinava quase que exclusivamente para a subsistência e produção de subprodutos como o queijo, passa a avultar-se e tomar espaço considerável na economia da região que neste período já conta com um uma população essencialmente urbana, ou seja um grande mercado consumidor.

Seguindo a tendência dos pequenos produtores, e devido às dificuldades encontradas para a produção de carne nas condições da região

semiárida, também os grandes criadores passam a dedicar-se à produção leiteira, fato este que também viria a modificar a estrutura fundiária local.

Devido à necessidade de um tratamento mais intensivo para com os rebanhos leiteiros, as grandes áreas das propriedades de criação extensiva deixam de ser tão essenciais. Atrelado ao fato das partilhas de terras de herança que o passar das gerações implica, estas novas propriedades são essencialmente menores em tamanho, devido à divisão entre os seus herdeiros.

As políticas implementadas nos anos 1990 deram mais força a pecuária leiteira. Nessas políticas onde o estado, através de programas sociais, o chamado “*Programa do Leite*”, subsidiou a compra do leite produzido na região, através das associações e cooperativas leiteiras, como a COACAL (Cooperativa Agropecuária de Caicó), para a distribuição à famílias de baixa renda. Com isto, a consolidação da pecuária leiteira tornou-se uma realidade, não implicando nisto o fim da pecuária de corte e das outras atividades como a produção agrícola, que adquiriu uma expressão bem menor, principalmente no Seridó ocidental.

As ações das indústrias mineradora e ceramista também estiveram presentes nesse cenário, com a produção de tijolos e telhas feitos dos solos mais nobres da região, o que causou, e ainda causa, grandes impactos ambientais pelo uso destes solos e da utilização da lenha como combustível para sua produção. As minerações ocorreram de diferentes formas, tanto na forma de extração a céu aberto de minerais pouco valorizados, como na

forma de extração de minerais valiosos, a exemplo da schelita e algumas gemas preciosas e semipreciosas.

Além das atividades produtivas implementadas na região, já citadas, podemos buscar outras de menor expressão, como as de cunho extrativista, que também tiveram sua participação na formação regional. As atividades de cunho silvicultural, como a extração da cera de carnaúba para a indústria, dos frutos da oiticica para o fabrico de sabão, do umbuzeiro para a alimentação, das cascas do angico para a indústria dos curtumes e as da caça e da pesca, dentre outras, serviram como apoio para os remanescentes rurais da fuga para a cidade. Atividades complementares e recentes como a avicultura e a piscicultura têm se mostrado crescentes, mas ainda pouco expressivas em relação ao poder de proporcionar reajustes espaciais, sendo concebidas ainda com o único propósito de reproduzir capital. Por esta ótica, a organização do espaço no Seridó Potiguar também seguiu o reflexo da produção material do homem que o ocupa, sendo principalmente a estrutura fundiária, relacionada às atividades produtivas em evidência em cada período da evolução econômica da região.

A pecuária extensiva, a qual exigia grandes áreas para pastoreio, foi beneficiada pela forma de colonização implantada, que confiava grandes parcelas de terra aos criadores. Com o passar do tempo, novos contextos político-econômicos trouxeram a possibilidade/necessidade de

novas formas de reprodução do capital, sendo então a fase cotonicultora principal elemento (re)estruturador do espaço físico e social.

Nesse contexto, a agricultura de uma forma geral desenvolveu-se consideravelmente, levando à manufatura algodoeira, e à venda dos demais gêneros na cidade, o que impulsionou o desenvolvimento regional concentrando o comércio em núcleos urbanos.

A crise do algodão, e posteriormente da agricultura em geral, novamente ocasionaram uma reorganização dos sistemas sociais, a partir da valorização da atividade de pecuária leiteira, em detrimento à de corte. A especialização dessa atividade, o fato de não haver mais a necessidade de grandes propriedades para criação extensiva, aliada à evolução das famílias e suas partições de terras, e o êxodo rural massivo, causaram uma reestruturação fundiária, quebrando a hegemonia das grandes propriedades rurais, e a solidificação de centros urbanos radiais e suas respectivas áreas de influência na região.

DINÂMICA AMBIENTAL E DE USO DA TERRA – 1974 A 2004

Por uma questão de praticidade na apresentação das considerações feitas neste capítulo, decidimos dividi-lo em três partes, relativas às três décadas em análise no presente estudo.

Período de 1974 e 1984

A primeira década do período em estudo foi marcada por um grande crescimento na produção agrícola do município de Caicó. A área em produção cresceu constantemente do ano de 1974 até 1980, mais que dobrou de tamanho neste período, com um crescimento de 117,41%, demonstrando a força com que a agricultura cresceu nesse espaço de tempo (IBGE).

No período seguinte, compreendido entre 1980 e 1984, houve uma queda e posterior recuperação na área cultivada e na produção, devido a irregularidades pluviométricas nos anos de 1981 a 1984.

A pecuária bovina enfrentou uma fase estável, com crescimento até 1978 e pequena queda até 1984, comportamento semelhante ao do rebanho ovino, os quais juntos representavam a parcela mais expressiva da pecuária municipal. A avicultura também surgiu neste cenário, com picos de produção em 1976 e 1979, chegando ao máximo de 58.706 aves produzidas no município, no ano de 1979²⁵¹.

As atividades de produção, extração vegetal e silvicultura nessa década foram marcadas pelo decréscimo da extração de lenha até 1985 e o crescimento na produção de carvão vegetal em 1982. As atividades de extração de oiticica (semente) e angico (casca) decresceram até 1979, estabilizando-se nesse ano.²⁵²

No que se refere aos aspectos sociais, nesse período o município apresentou taxas de crescimento muito altas, principalmente no que se

refere ao IDH-M Renda, que apresentou um crescimento de espantosos 170,98 pontos percentuais entre 1970 e 1980 (IDEMA, 2001).

Este fato se deve principalmente ao crescimento das atividades agropecuárias no município, nas áreas de produção de alimentos como arroz, batata doce, milho, cebola, tomate, feijão, cana-de-açúcar e mandioca. Outros produtos, como a cana de forragem, tiveram participação neste, porém o algodão ainda foi um dos grandes alavancadores deste processo, principalmente o algodão arbóreo, que chegou a alcançar uma produção anual de 1.330 toneladas (ano de 1977)²⁵³.

Os índices de crescimento do IDH-M Longevidade e IDH-M Educação, mais modestos, revelam a ainda precária rede de infraestrutura de serviços básicos no município. Com o crescimento da população urbana, ocasionado pelo êxodo rural, e principalmente pelas pessoas de outros municípios circunvizinhos que vieram em busca dos postos de trabalho ocasionados pelo desenvolvimento agrário e comercial nesse período, a zona urbana cresceu muito, gerando uma ocupação desordenada do espaço citadino. A população urbana do município, entre 1970 e 1980, cresceu 25,26%, enquanto a rural sofreu um decréscimo de 22,64%.

Tabela 01 – Dados comparativos do índice de desenvolvimento humano do município de Caicó, Municipal, Longevidade, Renda e Educação, nos anos de 1970 e 1980.

Índice	1970	1980	Variação (%)
IDH-M	0,351	0,515	46,72
IDH-M Longevidade	0,442	0,534	20,81
IDH-M Renda	0,193	0,523	170,98
IDH-M Educação	0,417	0,487	16,79

Fonte: Dados obtidos através do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD/IPEA/FJP.

A ocupação do solo nesse período foi marcada pela ainda presente expansão agropecuária, sendo grandes as áreas de vegetação derrubada para dar lugar aos plantios de lavouras de gêneros alimentícios e de algodão, que encerra nessa época seus anos áureos. No total, apenas as áreas destinadas à agricultura chegaram a assumir sozinhas, em 1980, 8,6% de toda a superfície do município (10.432 ha)²⁵⁴, uma área bastante significativa, considerando-se que se trata de um município localizado em uma região semiárida, com grandes limitações hídricas e na época com grandes dificuldades para a utilização de tecnologias de irrigação.

Nesse período ainda haviam áreas de mata ciliar bastante preservadas, havendo em 1974 aproximadamente 28,51 km² de mata ciliar observável através da imagem de satélite. É importante frisar aqui que estas imagens do ano de 1974, do satélite Landsat 1, possuem resolução espacial de 80 metros por pixel, isto quer dizer que fragmentos de mata de tamanho inferior a 6400 m² podem haver sido suprimidos na classificação, o que torna possível que essa área de mata ciliar preservada fosse ainda maior.

A vegetação predominantemente arbórea, encontrada principalmente nas regiões de serra, possuía uma expressiva cobertura da área, com aproximadamente 119,2 km², o que representava uma área de preservação mui importante à sobrevivência de diversas espécies animais que tiveram de se afastar das áreas tomadas para extração de lenha e utilização agropecuária.

As barragens de rios e riachos para o represamento d'água em pequenos açudes e a construção de açudes de maior porte, como o Itans, que abastecia sozinho toda a população urbana do município, e a rural existente em suas margens, e ainda a irrigação de seu perímetro irrigado ocupavam sozinhas 25,77 km² de espelho de água, no ano de 1974.

O quadro aqui então retratado pode ser melhor visualizado através do Mapa 02, que mostra o uso da terra no município de Caicó, no ano de 1974, onde é possível ver as áreas ocupadas pelas seguintes categorias: açudes e barragens; agropecuária; áreas urbanas, mata ciliar, caatinga arbórea; e caatinga arbóreo-arbustiva.

Período de 1985 e 1994

A segunda década do período em estudo se expressa como um período de transição em diversos aspectos, mas principalmente pela consumação da decadência da agricultura no município, que nessa fase decresce vertiginosamente, arrastada pela decadência da cotonicultura²⁵⁵, que encontra nos primeiros anos da década de 90 seus últimos anos de existência em Caicó.

Dentre os principais problemas enfrentados pelos agricultores, três se destacam de uma forma geral: 1. A saída do homem do campo para a cidade, frustrado com as duras condições impostas pela queda na produção agrícola; 2. As dificuldades geradas pela irregularidade e escassez de chuvas em vários anos secos desse período; 3. A falta de apoio do estado

em todos os níveis (municipal, estadual e federal), tanto no que se refere a apoio técnico-logístico quanto a apoio financeiro, que cada vez se tornou mais raro e seletivo, prejudicando muitos pequenos produtores. Nesse cenário, outras atividades econômicas ganharam vulto na zona urbana, como as tecelagens de produção de redes e outros utensílios de tecido, fábricas de bonés e chapéus, e o crescimento do comércio em geral, na tentativa de suprir as necessidades de geração de renda. Segundo BORGES, 1996:188, os grandes acionistas das empresas de beneficiamento de algodão em Caicó reverteram seus lucros na ampliação de suas criações de gado, “exploração de postos de combustível, casas comerciais, inclusive concessionárias de automóveis (...)”.

Essa crise ocasionou um outro problema bastante grave para o quadro ambiental do município, um grande crescimento da exploração de lenha, que entre os anos de 1975 e 1984 apresentava uma média de 60.205,8 m³/ano, passou para 191.734 m³/ano, entre 1986 e 1994, representando um surpreendente aumento de 318,46%, no ritmo de exploração da caatinga²⁵⁶.

Isso representou principalmente um dos últimos recursos usados pela população da zona rural que, sofrendo tanto pela crise na agricultura, quanto pelos anos de pluviosidade baixa e irregular nos anos de 1987, 1988, 1990, 1991, 1992 e 1993, teve de lançar mão da extração de lenha da caatinga, para que a venda de seus estéreis lhes assegurasse a sobrevivência.

Os impactos desses oito anos de sobre-exploração dos recursos da caatinga são visíveis ainda hoje em áreas onde a caatinga arbóreo-arbustiva praticamente não mais conseguiu se recompor, deixando grandes áreas com uma vegetação aberta, com grandes espaços entre as árvores e arbustos e a redução da vegetação de grande porte dos sopés de serras.

Os dados de índice de desenvolvimento humano também mostram bem a queda no crescimento da renda (IDH-M Renda) do município, que apresentou um índice de 170,98% de crescimento entre 1970 e 1980 para reduzidos 10,33% de crescimento entre os anos de 1980 e 1991, como podemos ver abaixo na tabela 02.

Tabela 02 – Dados comparativos do índice de desenvolvimento humano do município de Caicó, Municipal, Longevidade, Renda e Educação, nos anos de 1980 e 1991.

Índice	1980	1991	Varição (%)
IDH-M	0,515	0,604	17,28
IDH-M Longevidade	0,534	0,655	22,66
IDH-M Renda	0,523	0,577	10,33
IDH-M Educação	0,487	0,580	19,10

Fonte: Dados obtidos através do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD/IPEA/FJP.

Outro importante ponto a ser levantado refere-se ao crescimento dos índices de IDH-M Longevidade e Educação, que desta vez superaram os do IDH-M Renda, possivelmente demonstrando um reflexo positivo do crescimento da década anterior, um melhor aparelhamento do município em relação a serviços essenciais, como educação, saúde e saneamento básico. Com o sequencial crescimento da população urbana do município,

outro grande problema começa a tornar-se evidente, a geração de grande quantidade de resíduos sólidos, que acabaram sendo depositados em um “lixão” a céu aberto, localizado na zona oeste da cidade. Além de outros resíduos líquidos, como esgotos e os produzidos por tecelagens, contendo grandes cargas de corantes e alvejantes, lançados sem nenhum tratamento no rio Barra Nova²⁵⁷, o que com o seu crescimento acabou levando à morte do mesmo, transformando-o num imenso canal de esgotos a céu aberto.

Período de 1995 e 2004

Esta fase representa o prosseguimento natural de um processo de estabilização dos aspectos socioeconômicos, após o declínio gradativo das atividades de ocupação do solo rural, as quais tiveram seus impactos ambientais bastante significativos durante o período de estudo.

A cidade de Caicó chega em 2004 a uma área de mancha urbana superior a quatorze quilômetros quadrados, com uma população urbana estimada de aproximadamente 53.576 pessoas²⁵⁸, o que a coloca na classificação de uma cidade de médio porte, com todos os problemas urbanos comuns a estas.

O quadro comparativo das classes selecionadas, tabela 06, dos anos de 1974 a 2004, mostra um leve crescimento da área de vegetação predominantemente arbustiva, que pode ser explicada pela queda nas áreas de produção agrícola, embora as observações de campo indiquem que aquilo que foi classificado em 2004 como área agropecuária esteja mais

ligado hoje a zonas de lavouras abandonadas, áreas desmatadas para pastagem de gados bovino e ovino, e áreas de extração de lenha.

A vegetação predominantemente arbórea, encontrada principalmente nas serras do município, como podemos ver na figura 15, sofreu um decréscimo de aproximadamente 33,47%, resultado dos anos de exploração de lenha indiscriminada, que teve sua redução efetiva no ano de 1995, embora se suspeite de que os números oficiais não deem conta da totalidade de lenha extraída no município realmente.

A diminuição desta área representa a retirada da cobertura vegetal de uma das últimas áreas consideradas em biostasia no município, propiciando assim a quebra de um sistema de proteção de encostas e vertentes de alto grau de declividade e conseqüente erosão e carreamento de material pelas águas da chuva, lixiviando os solos encontrados nessas serras, passando-os da classificação de meios intergrades para meios instáveis.

É possível observar através do Mapa de Índice de Vegetação da Diferença Normalizada - NDVI, que a caatinga arbustiva, predominante nas áreas mais degradadas, ocupa grandes parcelas da Depressão Sertaneja, como também a caatinga arbóreo-arbustiva.

Tabela 03 – Quadro demonstrativo de consumo de lenha e gás GLP por setor industrial no município de Caicó no ano de 2003

Combustível	Cerâmica	Panificadora	Queijeiras	Fábricas de doce	Caieiras	Total/mês	Total/ano (média)	Unid.
Lenha	796	297	50	20	313	1.476	17.712	m ³
GLP		4.494	2.340	212		7046	84.552	kg

Fonte: Adaptado de MEDEIROS, 2004

Muitos estabelecimentos industriais/comerciais ainda utilizam-se de lenha para alimentar seus fornos, embora já haja uma considerável utilização de gás GLP como principal combustível, conforme tabela 05. É necessário levar ainda em consideração a utilização doméstica da lenha, uma antiga tradição dos lares seridoenses, que utilizam para suas cozinhas no dia-a-dia.

Uma redução muito preocupante, nesse período de avaliação, foi a das áreas de mata ciliar, reduzidas a aproximadamente 36,22% de sua área registrada no ano de 1974. Estas são consideradas zonas de preservação permanente, e sua retirada acarreta o assoreamento dos preciosos cursos d'água do município. Ressalta-se ainda que muitas dessas áreas registradas como mata ciliar, são de reflorestamento de algaroba (*Prosopis juliflora*), o

que significa uma diminuição da diversidade de espécies nativas, e um consequente empobrecimento desse ecossistema.

Tabela 04 – Dados comparativos de área das classes selecionadas na classificação das imagens de satélite, do município de Caicó, nos anos de 1974 e 2004.

Classes	1974*	2004*	Varição (%)
Veg. arbóreoarbustiva	973,43	1002,40	+ 2,98
Veg. arbórea	119,22	79,32	- 33,47
Mata ciliar	28,51	10,33	- 63,78
Agropecuária	67,40	58,63	- 13,01
Núcleos urbanos	1,80	14,53	+ 706,42
Açudes e barragens	24,77	49,92	+ 101,52
Total	1.215,14	1.215,14	

* Áreas em km².

Fonte: Dados adquiridos através do cálculo de área das classes obtidas através de classificação das imagens dos satélites Landsat 1 – Jan/1974 e CBERS 2 – ago./2004.

Dentre os demais problemas ambientais de caráter urbano mais alarmantes, neste período encontram-se: a existência de um grande lixão a céu aberto, agora mais distante da zona urbana em substituição ao antigo, que encontra-se liberando diariamente chorume de alto grau de toxicidade, sem qualquer tratamento, a poucas dezenas de metros de um afluente do Rio Seridó, o Rio Sabugi; a falta de um plano diretor que coordene e organize o crescimento da cidade, respeitando suas áreas de proteção ambiental permanente e suas necessidades urbanas de ocupação e bem estar social; ausência de saneamento básico em parte dos bairros periféricos, o que causa além de sérios problemas de saúde pública, a convivência da população com um meio ambiente desagradável e

insalubre; uma arborização deficiente das ruas e praças, o que aumenta a refletividade dos raios solares no solo encoberto, aumentando conseqüentemente a temperatura no espaço urbano; a impermeabilização total dos solos, que durante chuvas torrenciais acaba por provocar violentos escoamentos superficiais da água em algumas ruas.

O Mapa 4 mostra a redução das áreas de cultivo e criação, apesar da grande quantidade de açudes no ano de 2004, embora seja necessário destacar que essa imagem de agosto/2004, foi posterior a um período de grande pluviosidade, enchendo das pequenas barragens temporárias aos grandes reservatórios.

Outro fator preocupante retrata-se na presença e expansão de áreas em processo de desertificação, que atualmente tem sido ainda utilizadas em atividades como a pecuária extensiva e a extração mineral.

Estas áreas representam o ápice dos ambientes em resistência, ou fortemente instáveis, no município, e precisam de medidas mitigadoras urgentes para sua recuperação e reparação dos danos causados àquele ambiente.

Por fim, podemos observar as alterações ocorridas no município, através da carta de equilíbrio ambiental do município, onde é possível destacar as áreas mais fragilizadas pelas atividades antrópicas no período em estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho obteve, a partir das análises feitas através das técnicas de geoprocessamento utilizadas, consultas bibliográficas, análises estatísticas e observações de campo, toda uma série de parâmetros que permitiram um conhecimento bastante aprofundado sobre o quadro ambiental do município de Caicó, no período em análise. A metodologia utilizada apresentou resultados muito satisfatórios, principalmente no que se refere aos trabalhos de classificação das áreas de interesse, e de análise e reflexão sobre os dados estatísticos. Seu ponto fraco deveu-se aos problemas não previstos, encontrados em algumas fontes de sensoriamento remoto (imagens de satélite), que impossibilitaram a análise ainda mais minuciosa de todo o período em estudo.

Neste cenário, a pecuária extensiva e a agricultura de sequeiro e suas ações correlatas, como a queimada, e o abandono sem restauração da vegetação natural das áreas plantadas, representam, dentre os demais fatores existentes, as principais responsáveis pela alteração do equilíbrio ambiental das paisagens naturais do município de Caicó.

Muitas áreas do município encontram-se em processo natural avançado de desertificação. As ações antrópicas nele desenvolvidas nada têm feito senão acelerá-lo, encontrando-se algumas de suas parcelas muito próximas ao ponto de irreversibilidade do processo, principalmente na área da depressão sertaneja.

Dentre as demais atividades que contribuíram para a degradação ambiental do município, podemos citar: a extração vegetal indiscriminada e sem controle dos órgãos ambientais; a substituição de áreas de vegetação natural para o plantio de algaroba (*Prosopis juliflora*); o desrespeito para com as áreas de mata ciliar, que em sua maioria das vezes são substituídas por imensos plantios de capim para produção de ração para o gado, como também a utilização da madeira das espécies ribeirinhas, que são em sua maioria de grande porte; a exploração mineral indiscriminada, principalmente dos solos (argila e areia), e das rochas (migmatíticas e graníticas) para a utilização na construção civil, os quais descaracterizam a paisagem, provocando a retirada da vegetação, exposição e erosão dos solos; crescimento descontrolado das áreas urbanas, provocando uma marginalização espacial que acaba ocupando áreas de preservação permanente e causando sérios problemas de caráter urbano, como aumento dos problemas de saúde, produção de resíduos sólidos e líquidos não tratados pelo poder público, aumento da marginalização social, num sentido mais amplo da expressão.

A rede hidrográfica rápida e rasa do município, característica de regiões assentadas sobre o cristalino, tem sido bastante prejudicada no que se refere ao seu curso normal, devido às suas sucessivas barragens; o que por um lado pode ser considerado bom, devido ao acúmulo temporário de água para uso humano e animal, pode ocasionar impactos significativos à determinadas áreas do ecossistema de caatinga que acabam sofrendo com

o corte do seu suprimento natural de água, prejudicando a alimentação dos pequenos aquíferos, afetando o suprimento de sua fauna e sua flora. Além disso, o sobre represamento dos pequenos/médios cursos de água acaba por causar um déficit no abastecimento dos grandes reservatórios, que são vitais à sobrevivência humana no período do estio.

O declínio das atividades agrícolas levou o homem do campo a buscar de imediato na caatinga o seu sustento, sobrexplorando a flora e a fauna para garantir sua sobrevivência, demonstrando-se assim o impacto que uma crise desse porte pode causar ao meio natural.

As áreas de exploração agropecuária e exploração de lenha da caatinga representam as principais zonas em resistência do município, concentrando as características de desequilíbrio ambiental e instabilidade ecossistêmica. A utilização/exploração das áreas de mata ciliar dos rios da região enquadram-se também nessa classificação, devido à sua importância para o equilíbrio ecológico e seu papel na contenção morfogenética, evitando o assoreamento dos cursos d'água.

Uma região semiárida precisa de cidades arborizadas para diminuir os problemas gerados pelas altas temperaturas, baixo nível de umidade e alta incidência de raios solares. Neste sentido, a cidade de Caicó apresenta setores que estão na contramão dessa lógica, pois apresentam uma arborização deficiente ou inexistente. Muitas vezes a deficiência da arborização encontra-se na escolha incorreta das espécies plantadas, que

não suportam as severas condições a que são submetidas, prejudicando seu desenvolvimento.

A problemática do lixo no município precisa ser tratada com urgência, pois o impacto da poluição de cursos d'água e lençol subterrâneo, ocasionado pelo resíduo líquido gerado pelo mesmo, apresenta um quadro irreversível de contaminação dos mesmos, além da poluição gerada pelos resíduos sólidos, em sua maioria plásticos, dispersada pelos ventos. Uma outra face do problema do lixo refere-se ao número de pessoas que ali trabalham, catando materiais para revenda como subsistência, sem qualquer equipamento de proteção pessoal.

Há falta de um Plano Diretor do município, que coordene seu crescimento urbano e sua ocupação de áreas de preservação permanente, propiciando assim um crescimento ordenado e ambientalmente equilibrado da cidade.

Diante das questões aqui expostas, sugere-se a adoção de algumas medidas e providências que trariam uma considerável melhoria às condições ambientais do município:

1. Levantamento, diagnóstico e avaliação das áreas em avançado processo de degradação dos solos, propícias à desertificação, para implantação de programas contínuos de recuperação ambiental. Sugere-se ainda a aplicação da técnica do inoculo na recuperação das áreas degradadas. Essa técnica é indicada, pois apesar de apresentar uma resposta mais lenta que as técnicas de reflorestamento convencionais,

acredita-se possuir uma operacionalização mais barata e uma resposta mais eficiente, uma vez que utiliza os próprios recursos da caatinga (serapilheira) para promover a recuperação da área;

2. Substituição do lixão a céu aberto por um aterro sanitário que esteja localizando em uma área dentro do próprio município que respeite as normas técnicas e legais vigentes, e instalação de usina de reciclagem e/ou coleta seletiva para triagem dos resíduos sólidos gerados pelo município, aproveitando-se o potencial humano que já trabalha nesse local;

3. Preservação e restauração das áreas de mata ciliar ainda existentes, respeitando-se as margens dos cursos d'água, segundo a legislação vigente;

4. Substituição das barragens altas de pequeno porte por barragens submersas e poços artesianos, que aproveitam melhor os poucos recursos hídricos existentes na região, escapando dos problemas do barramento dos rios e riachos e da violenta evaporação a que os espelhos d'água são submetidos. A arborização das áreas circunvizinhas aos açudes e barragens também é um instrumento valioso nessa batalha contra a perda d'água;

5. Aproveitamento das potencialidades naturais do município, serras, vegetação exótica, paisagens e modo de vida rústicos, para atividades de ecoturismo e esportes de aventura, como são realizados em diversas outras regiões semiáridas do mundo;

6. Substituição do uso de lenha e do carvão vegetal por outras matrizes energéticas alternativas para as indústrias locais, como o GLP ou o gás natural, em fábricas, panificadoras, olarias e cerâmicas, queijeiras, etc.;

7. Seleção e utilização de espécies nativas para arborização da cidade, mais resistentes ao clima e adaptadas aos longos períodos de estiagem e aos solos pedregosos, e utilização de técnicas de poda menos agressivas, que permitam maiores áreas sombreadas por cada copa;

8. Aplicação das técnicas de corte seletivo para as áreas de extração vegetal, e respeito às zonas de proteção permanente, como as matas ciliares e vegetação das serras do município.

9. Realização de campanhas de conscientização dos problemas ambientais, através dos princípios da Educação Ambiental, nas escolas, organizações da sociedade civil organizada, clubes de serviço, entre outros, pois só através de um trabalho conjunto e organizado entre o poder público e a população do município, o quadro de problemas aqui retratado pode ser revertido.

Notas

OS PEREIRA DA CRUZ, DA FAZENDA SACO: UMA FAMÍLIA “MESTIÇA” NO SERTÃO DO SERIDÓ (SÉCULOS XVIII-XIX) - Helder Alexandre Medeiros de Macedo

¹ O trabalho mais antigo que conhecemos sobre a história do município de Acari, datado da década de 1920, assinala a relação de parentesco entre Nicolau Mendes da Cruz e Manuel Esteves de Andrade, embora não esclareçam em que grau (DANTAS, 1924, p. 40). Tal parentesco foi retomado na década de 1970, no estudo de Jayme da Nóbrega Santa Rosa (1974).

² CAPITANIA DO RIO GRANDE (CRG). Sesmaria nº 233 – 1723, doada a Manuel Esteves de Andrade. Doc. citado por Olavo de Medeiros Filho (2002, p. 29). Essa sesmaria foi copiada, pelo autor, do Livro 7º do Registro de Datas e Sesmarias da Capitania do Rio Grande (1723-1731) – uma outra seriação. Infelizmente, não consta na publicação das *Sesmarias do Rio Grande do Norte*, no volume 2, que cobre o recorte de 1716 a 1742.

³ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE (IHGRN). Avulsos [Cota antiga: Cx. 89]. Processo de terra do Quinquê Pequeninno, Ribeira do Cauã, Seridó, ajuizado por Nicolau Mendes da Cruz, de que pediu vista Manuel Esteves de Andrade. Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande, 1724. (Manuscrito).

⁴ CRG. Sesmaria nº 330 – 1743, doada a Alexandre Rodrigues da Cruz. Doc. fac-similar do original arquivado no IHGRN e publicado (FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO (FVR); IHGRN, 2000, p. 20-3). ⁵ CRG. Sesmaria nº 367 – 1748, doada ao sargento-mor Manuel Esteves de Andrade e ao capitão Faustino de Abreu. Doc. fac-similar do original arquivado no IHGRN e publicado (FVR; IHGRN, 2000, p. 97). Como, nessa publicação, a carta de sesmaria está incompleta, nos valemos de cópia integral dela que foi anexada a IHGRN. Cx. Sesmaria – Demarcação de Terra (1600-1678). Livro de Freitas. Registro do auto de demarcação de meya Legoa de Comprido e huma de Largo no posso e Casimba do Saco da Ribr.^a do Serido, de Nossa Senhora da Guia da Capela do Acari. Sítio do Saco, ribeira do Seridó, termo da Cidade do Natal e Capitania do Rio Grande do Norte, 1769. (Manuscrito).

⁶ IHGRN. Cx. Sesmaria – Demarcação de Terra (1600-1678). Livro de Freitas. Registro de hum auto do Acari pertencente ao Cap.^m Ant.^o Gracia de Sa Barrôzo e a Felipe de Moura a requerim.^{lo} dos mesmos feyta no anno de 1769. Sítio do Acari, ribeira do Seridó, termo da Cidade do Natal e Capitania do Rio Grande do Norte, 1769. (Manuscrito); IHGRN. Cx. Sesmaria – Demarcação de Terra (1600-1678). Livro de Freitas. Registro do auto de demarcação de meya Legoa de Comprido e huma de Largo no posso e Casimba do Saco da Ribr.^a do Serido, de Nossa Senhora da Guia da Capela do Acari. 1769.

⁷ O documento anônimo *Município do Acary – Obras publicas*, todavia, ao descrever a construção do primeiro templo religioso da comuna, aponta a figura de Manuel Esteves de Andrade como sendo o “(...) tronco commum da família do sacco (...)” (LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto – Madureira (FJMN). Caixa 481. MUNICIPIO do Acary – Obras publicas. [Acari], 19--. Não paginado. Manuscrito).

⁸ Vasculhando os registros paroquiais da Freguesia do Seridó, nos deparamos com o óbito de um indivíduo chamado João Esteves de Andrade, que morreu e foi sepultado em 09 de julho

de 1789, na Capela do Acari, com 50 anos de idade. Era casado com Joana de Souza e, a julgar pela idade com que morreu, deve ter nascido pelos idos de 1739. Como se trata de apenas um registro, não pudemos estabelecer qual sua relação genealógica com Manuel Esteves de Andrade (se sobrinho, parente, ou, quem sabe, filho natural) ou, se, ainda, era forro do mesmo e adotou seu sobrenome, como era tão comum à época (PARÓQUIA DE SANT'ANA DE CAICÓ (PSC). Casa Paroquial São Joaquim (CPSJ). Livro de Óbitos nº 1. Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (FGSSAS), 1788-1811, fl. 3. Manuscrito).

⁹ PSC. CPSJ. Livro de Casamentos nº 1. FGSSAS, 1788-1809, fl. 99v. (Manuscrito).

¹⁰ RIO GRANDE DO NORTE. Fórum Desembargador Félix Bezerra (FDFB). Comarca de Acari (CA). Inventários e arrolamentos. Mç 01. Inventário de Francisco Pereira da Cruz e Cosma Rodrigues da Conceição. Inventariante: Marcelino Pereira da Cruz. Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba do Norte, 1814. (Manuscrito).

¹¹ RIO GRANDE DO NORTE. Cidade Judiciária de Caicó (CJC). Comarca de Caicó (CC). Livro de Notas nº 03. Vila Nova do Príncipe, 1799-1802. Escritura de Duação p.^a Patrimônio q^o fazem Fran.^{co} Per.^a da Cruz, e seo Irmão An.^{to} J.^e Per.^a de húma porção de terras a Nossa Senhora da Guia. Vila Nova do Príncipe, Capitania do Rio Grande e Comarca da Paraíba do Norte, 16 de março de 1802, fl. 178-180v. (Manuscrito).

¹² LABORDOC. Fundo da Comarca de Caicó (FCC). 1^o Cartório Judiciário (1^oCJ). Inventários *post-mortem*. Cx. 322. Inventário de Cosma Rodrigues da Conceição. Inventariante: Francisco Pereira da Cruz. Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte, 1778. (Manuscrito).

¹³ Trata-se de alusão, certamente, à sesmaria obtida por Manuel Esteves de Andrade junto ao governo da Capitania do Rio Grande em 1748, no riacho do Saco, que já foi comentada anteriormente.

¹⁴ Segundo a crônica de Manuel Antonio Dantas Corrêa, na seca de 1778 "(...) foi a morrinha nos gados tão excessiva neste Seridó que havendo proprietários que já recolhiam quinhentos a mais bezerros, vindo o anno seguinte só recolheram quatro bezerros; e os mais fazendeiros á proporção; a fome no povo não foi considerável por ainda não ser então grande numero; e mesmo há haver alguma industria" (GUERRA; GUERRA, 2001. p. 10).

¹⁵ Avaliação feita a partir do valor de uma besta mansa e nova, orçada em 4\$000, no mesmo inventário de Cosma Rodrigues da Conceição (1778).

¹⁶ COPIA do Auto da demarcação da Data do Sacco Que Thomé Pereira da Cruz tirou para defesa de suas terras, competentes a mesma data [1788]. Saco, 09 set 1898. (Manuscrito). Acervo particular do escritor Paulo Frassinete Bezerra. Natal-RN.

¹⁷ RIO GRANDE DO NORTE. FDFB. CA. Inventários e arrolamentos. Mç 01. Inventário de Francisco Pereira da Cruz e Cosma Rodrigues da Conceição. 1814.

¹⁸ Avaliação procedida a partir do valor atribuído a um cavalo em grão, novo, de 10\$000, constante no inventário de Francisco Pereira da Cruz e Cosma Rodrigues da Conceição (1814).

¹⁹ Na crônica de Manuel Antonio Dantas Corrêa, consta o ano de 1814 como sendo de seca, com alguma morrinha no gado, bem como, nos anos de 1808 e 1809, quando "faltaram as chuvas" (GUERRA; GUERRA, 2001. p. 12).

²⁰ Os ferreiros trabalhavam em tendas, pequenas oficinas artesanais abrigadas em pequenas construções de taipa e/ou de alvenaria, onde ficavam os artefatos necessários para a fabricação das peças e a matéria-prima, constituída de vergalhões (também chamados de barras) de ferro. Sobre as tendas de ferreiro ver o estudo de Oswaldo Lamartine de Faria (1988,

p. 21-9). Embora não haja a referência expressa a uma tenda de ferreiro no inventário de Francisco Pereira da Cruz e Cosma Rodrigues da Conceição (1814), encontramos essas pequenas oficinas em outros documentos do Fundo da Comarca de Caicó: no inventário de Tereza Maria da Conceição (1813), da fazenda Serra Negra (onde foi avaliada por 10\$000 e constava de torno, bigorna, três martelos grandes e um pequeno, um malho, uma bomba e uma talhadeira) e no de José Bezerra Lins (1817), da fazenda Bestas Bravas (LABORDOC. Fundo da Comarca de Caicó (FCC). 1º Cartório Judiciário (1ºCJ). Inventários *post-mortem*. Cx. 320. Inventário de Tereza Maria da Conceição. Inventariante: Manuel Pereira Monteiro. 1813. Manuscrito; LABORDOC. Fundo da Comarca de Caicó (FCC). 1º Cartório Judiciário (1ºCJ). Inventários *post-mortem*. Cx. 326. Inventário de José Bezerra Lins. Inventariante: Maria José de Jesus. 1817. Manuscrito).

²¹ Um levantamento que fizemos a respeito da população de pardos que habitava a Freguesia do Seridó, por meio das qualificações das justificações de dívida anexadas aos inventários *post-mortem* do período de 1788 a 1822, constatou as principais ocupações profissionais para esses indivíduos: 13 viviam “de seu trabalho”, “de seus negócios” ou “de suas agências”, 01 era oficial de justiça, 06 eram criadores de gado, 01 era vaqueiro e 04 eram agricultores. Além destes, as ocupações profissionais eram: alfaiates (03), carapinas (01), músico (01), pintor (01), sapateiros (02) e seleiros (02), além de um não identificado. O levantamento foi feito a partir das qualificações de homens declarados pardos nas justificações de dívida que se encontram em anexo aos inventários *post-mortem* do período que vai de 1788 a 1822. Os resultados que apresentamos são apenas uma amostra da realidade – trabalhamos com qualificações de 36 pessoas –, vez que as justificações de dívida não são passíveis de serialização.

²² Oswaldo Câmara de Souza, ao historicizar a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, por ocasião de um levantamento dos bens patrimoniais do Rio Grande do Norte realizado entre as décadas de 1960 e 1970, afirmou que a imagem de São Gonçalo Garcia estava entre os vultos, dentro do templo citado, datados do século XVIII (SOUZA, 1981. p.196). Hélio de Oliveira, recentemente, ao trabalhar sobre a imaginária sacra do Rio Grande do Norte, descreveu a mesma imagem do ponto de vista técnico: “(...) Madeira entalhada e policromada. Altura: 1090 mm. (Século XVIII/XIX). A única representação desta iconografia no Estado.” (OLIVEIRA, 2001. p. 98-9).

²³ IHGRN. Caixa Irmandades. Compromisso da Irmandade de São Gonçalo Garcia da Freguesia do Acari. Paço da Assembleia Legislativa Provincial, Cidade do Natal, 23 out 1837. (Manuscrito)

²⁴ Essas cifras, todavia, não são números definitivos. Cremos que, no futuro, quando forem analisados os livros de registro paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Guia do Acari, serão elucidadas várias dúvidas em relação, principalmente, aos entrelaçamentos genealógicos dos netos e bisnetos de Chico Pereira e Cosma Rodrigues.

²⁵ Nos registros paroquiais da Freguesia do Seridó encontramos remissão a quatro irmãos de Matias Dantas: Josefa Maria Dantas, que casou com Antonio Saturnino de Miranda; Luiz Dantas de Alexandria, que casou com Teodora Pereira da Rocha; Miguel de Oliveira, que casou com Gertrudes Maria; e Francisco Dantas de Oliveira, que casou com Joana Francisca de Vasconcelos PSC. CPSJ. Livro de Casamentos nº 1. FGSSAS, 1788-1809, fl. 5v; 44v-45; 65v-66; 90 (Manuscrito).

²⁶ A exceção são a filha Matildes Rodrigues (casada com João Ribeiro Pessoa), que morou na fazenda da Barra; a filha Joana Maria da Conceição (casada com Feliciano da Rocha Júnior), que morou na fazenda das Barrentas; e o filho Gonçalo do Amarante (casado com Josefa

Martins), que morou na Serra do Periquito. Não conseguimos encontrar o lugar de moradia da filha Rosa, casada com Vito Antonio.

²⁷ Ao tratarmos do inventário de Francisco Pereira da Cruz (1814) estaremos nos referindo ao inventário deste e de Cosma Rodrigues da Conceição, que foi realizado em conjunto.

²⁸ O autor afirma, partindo da análise de inventários *post-mortem* recortados entre 1737 a 1813, que "(...) a tríade terra-escravo-gado respondia por 79% de todo o patrimônio inventariado." (MACÊDO, 2007, p. 87).

EM BUSCA DE LIBERDADE: AÇÃO ESCRAVA NA COMARCA DO PRÍNCIPE – Ariane de Medeiros Pereira

²⁹ A ação da Comarca do Príncipe ou como era conhecida nos primórdios, Comarca do Seridó, estendia sua ação da Vila do Príncipe à Vila do Acary, criada em 1835. Sendo que sua sede ficava na Vila do Príncipe, dado seu desenvolvimento econômico em face da pecuária (PEREIRA, 2014, p. 34).

³⁰ A pesquisa a que nos referimos são os dados levantados em nossa pesquisa de mestrado e que podem ser verificados em Pereira (2014, p. 66-69).

³¹ Os despossuídos de terras viviam à margem das grandes propriedades, dependendo do poder dos grandes proprietários para manterem a sua família e a si mesmo. Os grandes proprietários, por seu lado, esperavam um momento oportuno para grilar a terra deste que viviam a margem (MOTTA, 2008, 2009).

³² Entendemos o conceito de experiência através da acepção elaborada por E. P. Thompson: "O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: 'experiência humana'. (...) Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo - não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, "relativamente autônomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada" (THOMPSON, 1981, p. 182).

³³ O termo "brecha camponesa" foi discutido, a princípio, por Lepkowski (1968), para designar as atividades de plantagem que eram realizadas nos quilombos ou em pequenos lotes concedidos pelos senhores aos escravos. Sidney Mintz (1974) utilizou a brecha camponesa na mesma acepção de Lepkowski para a região das Antilhas. No Brasil o conceito foi introduzido por Ciro Flamarion Cardoso (1973) para discutir a economia autônoma dos escravos, afirmando que esta foi possível porque os senhores permitiram aos escravos terem um dia para que estes plantassem para seu próprio proveito. Gorender (1990, 1978) foi ferrenho a criticar Flamarion Cardoso afirmando que não existia "brecha camponesa". Considerava que a economia do cativo estava inserida no modo de produção escravista colonial. Na historiografia brasileira a "brecha camponesa" passou a ser entendida pelos estudiosos como Barros de Castro (1980), Maria Yedda Linhares (1981) e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1981) como uma atividade que estava para além de uma estratégia senhorial, mas essa implicava também nas conquistas escravas obtidas no embate cotidiano entre senhores e

escravos. Em nosso trabalho entendemos a “brecha camponesa nos moldes enfatizados por Castro (1980), Linhares (1981) e Silva (1981).

³⁴ Para uma discussão sobre os meios costumeiros utilizados entre os senhores e os cativos, ver: CUNHA (1983).

³⁵ Os próximos fatos serão reconstruídos conforme a ação de liberdade encontrada no LABORDOC. Ver: LABORDOC/PD/CX: 453/1885.

³⁶ LABORDOC/PD/CX: 453/1885.

³⁷ Os próximos fatos serão reconstruídos conforme a petição de herança encontrada no LABORDOC. Ver: LABORDOC/PD/CX: 437/1879.

³⁸ LABORDOC/PD/CX: 437/1879.

³⁹ Cf. Lei Nº 2.040 de 28.09.1871, ou seja, a Lei do Ventre Livre. Parágrafo quarto, inciso primeiro. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm>. Acesso em: 10 Set. 2104.

⁴⁰ Claro que antes dessa Lei já existiram outras leis, como por exemplo, a Lei de 1831 e a Lei de 1850 que visaram o fim definitivo do tráfico transatlântico. Contudo, não existia a preocupação com a liberdade dos cativos que se encontravam inseridos na lógica escravista.

⁴¹ Utilizamos esse conceito segundo as concepções empregadas por Keila Grinberg (2008).

⁴² LABORDOC/PD/CJ/Cx: 437/1880.

⁴³ “Uma ação de liberdade é iniciada quando, depois de receber um requerimento – assinado por qualquer pessoa livre, geralmente ‘a rogo’ do escravo –, o juiz nomeia um curador ao escravo e ordena o seu depósito. Assim feito, o curador envia um requerimento (libelo cível) no qual expõe as razões pelas quais o pretendente requer a liberdade” (GRINBERG, 2008, p. 10).

⁴⁴ LABORDOC/PD/CJ/Cx: 437/1880.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ As informações a seguir constaram da extração de dados da ação de liberdade da escrava Margarida, que se encontra: LABORDOC/PC/CJ/Cx: 453/1883.

⁴⁷ LABORDOC/PC/CJ/Cx: 453/1883.

⁴⁸ Na ação de liberdade não consta em quanto Margarida foi avaliada novamente.

⁴⁹ LABORDOC/PC/CJ/Cx: 453/1883.

⁵⁰ Sidney Chalhoub coloca que “a figura do fazendeiro-deus-tutelar, senhor de terras e de gente, esteve no centro da luta ideológica durante o processo de desmantelamento da escravidão no Brasil”. Para uma maior compreensão da complexidade do desmantelamento do sistema escravista após o ano de 1871 (CHALHOUB, 2012. p. 71 – 75).

OS MECANISMOS DE PRECONCEITO RACIAL NUMA CIDADE DE SANGUE NO SERTÃO – Pedro Fernandes de Queiroz

⁵¹ O nome das pessoas com suas falas não é mencionado por escolha do pesquisador.

⁵² CASCUDO, Luís da Câmara. Viagando pelo sertão. 2. Ed. Natal: Gráfica Manimbu, 1975.

⁵³ O emprego da noção *Família estabelecida*, fundamenta-se em Norbert ELIAS (2000). Na ideia que as primeiras famílias ao chegarem ao espaço que se configuraria no município de Currais Novos, foram capazes, ao longo do tempo, de conservar para si, tradições e valores, ao passo que se transformaram em modelo moral para os outros (outsiders), tido como de segunda

classe por não possuir tais valores e tradições, tampouco, um passado em comum, que reporta uma origem em comum.

⁵⁴ NOGUEIRA, Oracy. Preconceito de Marca. As relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 1998.

⁵⁵ THOMPSON, Paul. A transmissão cultural entre as gerações dentro das famílias. In. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: ANPOCS/HUCITEC, 1993. Pp. 09-19.

⁵⁶ AZEVEDO, Thales de. Elites de cor numa cidade brasileira. Salvador: EDUFBA, 1996.

⁵⁷ REESINK, Edwin. Uma questão de sangue. In. Jeferson Bacelar(Org.). Brasil, um país de negros? 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas/CEAO, 1999. pp.187-205.

⁵⁸ Exemplo de família de ex-escravos. - “A família Luciano é uma família de pretos, mas descendentes de escravos, por suas qualidades foram livres há cerca de 150 anos. Os Lucianos que existem aqui, em Currais Novos, todos descendem do casal: Luciano da Silva e Ana Francisca. São os seguintes os filhos do casal: João Luciano, que se casou com Maria Macário. Pedro Luciano, que se casou com Luísa da Conceição; Antônio Luciano, que se casou com Josefa; Joaquina, que se casou com João Rodrigues, que também descende de escravo. O nome Rodrigues em João Rodrigues é porque foi criado por Manoel Rodrigues, antigo proprietário da Cacimba do Meio; Sebastiana Luciano, que se casou com Manoel Garcia dos Anjos; Manoel Garcia também não pertence à família Garcia desta região: era filho de Miguel Garcia e Isabel Garcia, que vieram das Marrecas; Luzia Luciano, que se casou com Manoel Paulino do Nascimento, filho de Rosalina Sebastiana da Serra de Sant”Ana. Dona Sebastiana era também a mãe de Manoel Rodrigues, que morava no Alto do Caboclo. Manoel era o primeiro filho de Sebastiana. Quando ela se casou com Manoel Garcia, já tinha Manoel Rodrigues. De Sebastiana e Manoel nasceram os seguintes filhos:1^a) Pedro José Rodrigues, que se casou com Delfina Maria da Conceição; 2^a) Silvestre Garcia dos Anjos, que se casou com Joaquina; 3^a) Manoel Garcia dos Anjos, que se casou com Cícera Paulina; 4^a) Maria Sebastiana da Conceição que morreu solteira; 5^a) Ana Teresa de Jesus, que também morreu solteira” In. ALVES, Celestino. Retoques da história de Currais Novos. Natal: Fundação José Augusto,1985 p. 210-211.

⁵⁹ Exemplo de união matrimonial entre branco e preto. “Mané Pinheiro chegou. Ele e uma irmã. Não tinha nem pai, nem mãe. Ainda tinha um restinho de caboclos brabos e de escravos que tinham ficado. Agora, os escravos ferrados na tábua do queixo para saber que eram escravos. Mas um povo acaboclado de cabelo ruim, que falava quase nada não. Aí, Mané Pinheiro roubou uma escrava e bota na casa de um vizinho. Com quinze dias o vizinho o chamou para casar. Ele disse que não casava. Você vai casar. A escrava era chamada Antônia. Aí casou-se. Aí tem essa família de Andrade, todo Andrade é escravo. Alfredo Lopes, era Andrade, Pinheirinho era Andrade, João Pinheiro era Andrade, Cícero Pinheiro era Andrade, tudo era Andrade. Tudo sendo de Pinheiro, mas tudo de escravos, vem tudo de escravos. Bem, Antônia morreu, ficou a família de Andrade, que Andrade pode chamar de escravo também. Aí, o velho Mané Pinheiro casou-se com uma moça das Imburanas, chamada Ana, filha do velho Canuto, moça de família. E veio para o Triângulo com ela. Ai nasceu o velho Zé Pinheiro, Louro Pinheiro e a mãe de Severino Mendes, e nasceu a mulher de Luiz Bezerra. Esse povo melhorou mais a situação nem. Porque a menina era de família [ser de família significa ser branco] chamada Ana”(Chico Tomaz).]

⁶⁰ “Apurar o sangue”, “limpar o sangue”, é uma prática comum no sertão do Seridó. Ela é realizada por alguém com a finalidade de “limpar-se”, ou seja, “limpar em cor”. Limpar o

sangue nesse espaço, aonde se encontra Currais Novos é um projeto, sobretudo, daqueles que tiveram os pés na senzala. Segundo Henry Koster (1942) essa prática era um desejo sempre presente nas famílias dos ricos mulatos, ansiosos em casar suas filhas com aventureiros europeus, no intuito de que os filhos das suas filhas tivessem a cor melhorada.

⁶¹ Exemplo de família de descendentes de escravo. “Ali do cativo os Filintos, o velho Filinto foi cativo, foi forro na pia. Criou uma família grande. Tem uma família toda misturada, tem umas caboclas morenas, um povo alvo, tudo misturado. Casado com um pessoal aqui de Santana do Matos, povo branco de lá, aí foi misturaram a família. Assim, tem uma mistura de outra família de qualidade fina no meio. A mulher de Bezerra é filha de Mané Filinto, o pai deste era dos cativos, mas tudo da família Filinto. Um negro velho que não tinha cabelo não, era pelado, Filinto velho. Aí casou uma cabocla de qualidade boa aí foi misturou a família. Aí ficou misturando, misturando” (Joaquim Baixo, do grupo dos caboclos da comunidade do Riacho).

⁶² PENNA, Maura. O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erudina. São Paulo: Cortez, 1992.

⁶³ SOUZA, Joabel R. O desenvolvimento cultural de Currais Novos em seus principais aspectos folclóricos e sua preservação no tempo e no espaço. Currais Novos: UFRN, 1983.

⁶⁴ ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

⁶⁵ Para além do eixo de relação preconceituosa entre os cidadãos e as comunidades rurais negras, as comunidades lutam para se afirmarem como distintas aos olhos da sociedade envolvente para reduzir sobre si os efeitos dos mecanismos de preconceitos. Uma das diferenças mais marcantes entre as comunidades que serve de fonte para recrudescentes ações de preconceitos contra elas, situa-se na esfera do trabalho. As duas podem ser representadas de forma aproximada pela fábula da formiga e da cigarra, semelhante como fez Carlos VOGT & Peter FRY—. Cafundó. A África no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras — (1996), no Cafundó, para as subparentelas dos Almeida Caetano e a dos Pires Cardoso, que representam respectivamente a cigarra e a formiga. A comunidade dos negros do Riacho representa a cigarra, para a qual a relação com o trabalho é algo não sistematizado, limitando-se à reposição das necessidades alimentares básicas, quando estas já estão ameaçadas de esgotar-se. Já os queimadenses representam a formiga, por manter uma relação sistemática com o trabalho. Nesse sentido são os queimadenses em relação aos negros do Riacho, que buscam elevar-se acima dos moradores do Riacho por meio do valor dado ao trabalho. Deste modo, apesar das duas comunidades terem suas histórias atreladas ao passado de escravidão. Não há entre elas reciprocidades em termos de apreciações. Talvez seja certo afirmar que a comunidade das Queimadas tem para com a comunidade do Riacho um ponto de vista preconceituoso. Pois ao falar dos negros do Riacho, os queimadenses os classificam como uma “*imundice*” e chegam a comentar que a única relação com os moradores do Riacho é “*só por parte de Adão e Eva*”. Por outro lado, os moradores do Riacho ressaltam apenas em relação aos queimadenses que eles são morenos. Já estes chamam os moradores do Riacho de “negros”, por não assimilarem as etiquetas sociais dos brancos. No geral, os moradores do Riacho dificilmente usam o termo negro para designar uma pessoa de cor, seja no interior da comunidade ou fora. Quando usam tendem a empregar no plural, “negros” ou “negras”, para pessoas de cor, que em uma dada situação se portarem de forma imprópria em relação aos padrões sociais esperados. A se referir

a alguém de cor ou a si mesmo, o pessoal do Riacho nunca dizem que tem uma pele escura ou negra, mas preta. Em suma, eles se autodenominam pretos.

⁶⁶ CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa. Talhado: um estudo de organização social e política. Rio de Janeiro. 1975. Dissertação de Mestrado no Museu Nacional.

⁶⁷ COSTA, PINTO, L. A. O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança. 2. ed. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.

“NEGO VEIO É UM SOFRER”: REPRESENTAÇÃO, AGÊNCIA E SUBALTERNIDADE NUMA IRMANDADE NEGRA DO SERIDÓ – Bruno Goulart Machado Silva

⁶⁸ O título do capítulo, assim como da minha dissertação de mestrado, é uma frase pronunciado por “Zé di Biu” que considero emblemática da experiência do negro no Seridó.

⁶⁹ Ambos os intelectuais caracterizam a região como uma região de presença predominantemente branca por haver sido de colonização lusitana. Veríssimo de Melo afirma, “quem viaja para o Seridó e observa a sua população atual sente que foi pequeno o contingente negro na região. O típico homem da lavoura ou dos currais é muito mais caboclo (índio) e luso em suas características antropológicas do que preto, mulato”. Mais à frente, Veríssimo de Melo (1997, p. 9-10) afirma que os troncos das principais famílias do Seridó eram de origem lusitana, do norte do Portugal.

⁷⁰ Digo *em certa medida*, porque irei problematizar justamente isso no segundo momento do artigo.

⁷¹ Ilustrativo dessa perspectiva são as afirmações de Maria de Céu Costa sobre a irmandade da cidade de Caicó: “É importante diferenciar a Irmandade dos Negros do Rosário de Caicó das outras distribuídas pelo país. Os negros de Caicó se diferenciam dos outros grupos de Irmandades negras, porque os negros dessa região não tinham uma vida propriamente de escravidão, tendo em vista que no estado predominava a criação de gado e plantação de algodão, isso permitia que as pessoas tivessem mais liberdade. Portanto, os grupos de Irmandades Negras formados nos lugares onde essa característica era comum, não foram grupos que se reuniam com intuito de alcançar a liberdade, e nem utilizavam a formação da Irmandade como um meio de promover rebeliões e contestações ao regime de escravidão” (2008, p. 26). / “A irmandade dos Negros do Rosário foi criada pelos donos de escravos e pela própria igreja católica com a finalidade de torná-los mais dóceis e devotos de uma mesma religião”. (2008, p. 21).

⁷² Utilizo a expressão *elites locais* como sinônimo daquilo que Spivak chama de “grupos dominantes nativos regionais e locais”. A autora chama de GDNRL um conjunto heterogêneo de sujeitos e grupos de sujeitos que ocupam uma posição circunstancial e relacional com outras três categorias: “1) os grupos dominantes estrangeiros”, “2) grupos dominantes nativos” e, por último nessa estratificação, os “4) subalternos” (2010, p.58). Assim, este grupo é interessante porque se situa num *entre lugar* entre o “povo” e os outros grupos dominantes nativos e estrangeiros. Estou ciente que a autora se refere ao contexto indiano e aos grupos dominantes da Índia colonial. Meu interesse aqui não é transpor essas posições termo a termo. O que é interessante na ideia é que nela o subalterno, e mesmo as elites, só podem ser entendidos como possuindo *identidade apenas na diferença*, isto é, apenas na relação entre esses vários grupos estratificados é que os termos podem ser compreendidos. O procedimento

adotado aqui é “um projeto [que pode ser] compreendido em termos essencialistas [, mas que] deve trafegar em uma prática textual radical de diferenças” (SPIVAK, 2010, p. 59).

⁷³ Temos que estar cientes de que meu interesse neste artigo é para com as modalidades de produção discursivas sobre a irmandade. Talvez ele fosse mais completo se tivéssemos espaço para falar sobre outras formas de *fala* que não apenas a linguagem escrita e falada. Para uma reflexão nesse sentido, ver a própria dissertação de mestrado da qual este artigo é fruto.

⁷⁴ Cabe esclarecer que esse campo de produção discursiva não é o que os *negros do Rosário* se interessam mais, a festa vai muito além da importância *histórica* que aparece nos discursos dos intelectuais acima. Contudo, dou uma atenção a esses discursos, porque eles são um modo de apropriação por parte dos *negros do Rosário* dos discursos da celebração racial harmônica presente nas falas e nos textos das elites locais.

⁷⁵ A caixa é como é conhecido um instrumento musical de percussão. A caixa específica que Antônio se refere é uma antiga caixa de madeira e couro, que hoje foi substituída por outras de metal e nylon.

⁷⁶ Médico da cidade, já falecido. Era um grande fã da festa e da irmandade, como contam, e costumava dar o almoço nos dias de festa para os *negros do Rosário*. Pela sua grande contribuição à festa, os *negros do Rosário* o presentearam com as caixas antigas.

⁷⁷ Sítio localizado na saída de Ouro Branco, cidade próxima a Jardim do Seridó, onde a família Caçote residia no passado.

⁷⁸ O tamanho da fala aqui é proposital e a falta de edição é porque, a meu ver, ela deve ser lida na sua completude.

⁷⁹ Judith Butler, em *Undoing Gender* (2004), reconhece a performance e a agência como um momento paradoxal, argumentando que algumas vezes as condições para se conformar com a norma são as mesmas para resistir à ela, e que conformar e resistir se relacionam de forma paradoxal com a norma (2004, p. 217).

O SERIDÓ POTIGUAR E O (SER)IDOENSE: DEBATENDO O ESPAÇO VIVIDO E ALGUNS ASPECTOS DA CULTURA E DA IDENTIDADE – Francisco Fransualdo de Azevêdo

⁸⁰ No Rio Grande do Norte, a mandioca é uma espécie euforbiácea (*Manihot* utilíssima), venenosa quando colhida ou consumida *in natura*, mas, depois de beneficiada pode gerar diversos alimentos, a exemplo da farinha, goma fresca da qual se faz tapioca, carimã, beiju, bolo entre outros alimentos da culinária regional. Nesse espaço a mandioca difere da macaxeira. Vale lembrar que a macaxeira é uma das espécies dessa euforbiácea, porém, não é venenosa, sendo usada na região mais na forma cozida ou frita.

⁸¹ Da semente da favela é possível gerar a fuba (ou fubá/farinha). Em seu preparo pode-se adicionar açúcar ou rapadura, batendo-se no pilão, depois se peneira gerando um alimento bastante saboroso, proteico e rico em sais minerais.

⁸² Fruto que gera um típico e delicioso alimento sertanejo (a imbuzzada ou umbuzada) feito à base da polpa do imbu cozido, leite *in natura* e açúcar, rico em proteínas, vitaminas e sais minerais. Nesse processo, a polpa do imbu também pode ser substituída pela poupa da cajarana cozida, de preferência, antes da sua total maturação. O processo de cozimento diminui a acidez e o azedume do fruto, deixando-o cremoso e suavemente ácido.

⁸³ Um dos símbolos do sertão, o juazeiro, em sua simbologia e representatividade, é encontrado em várias músicas regionais nordestinas, como também em romances e obras literárias que retratam a vida e a cultura sertaneja no Nordeste. Sua sombra se constituiu num agradável abrigo para pessoas e animais, especialmente no período das secas.

⁸⁴ Da mesma família dos Pinhões também aparece no sertão a espécie de Pinhão manso ou Pinhão-roxo que na tradição camponesa, além de ter poder cicatrizante sobre feridas e cortes, serve também para proteger o entorno da casa de mau-olhado, raios (corisco ou fâisca) e, cujas folhas são utilizadas pelas rezadeiras para benzerem pessoas, animais e plantas.

⁸⁵ Nos idos dos anos 1980, quando a espécie foi introduzida na região, a EMATER tentou estimular a produção de alimentos gerados a partir da vagem de algaroba, o que não passou de tentativa. Tais alimentos correspondiam à farinha, fubá, mel e biscoitos. O mel e o biscoito tiveram relativa aceitação, ao menos no início, depois a vagem dessa planta passou a ser utilizada apenas como alimento animal.

⁸⁶ Na cultura sertaneja, o jiqui corresponde a uma espécie de cancela, feita com armação de madeira (corredor), servido por porteiras nas duas extremidades, que serve para contenção de animais durante a vacinação ou momentos antes do animal ser solto na pista de corrida dos parques de vaquejada. Em algumas regiões o jiqui é denominado brete ou tronco, porém, no Seridó tais termos não são usuais.

⁸⁷ Na região o lambedor corresponde a uma espécie de xarope medicamentoso feito à base de plantas e ervas medicinais de vários tipos e para vários fins curativos. Geralmente se acrescenta somente açúcar ou rapadura ou mel de abelha aos vegetais (sejam as cascas, folhas, raízes, frutos ou galhos das plantas) deixando-os cozinhar em fogo brando por algumas horas. O extrato que sai dos vegetais somados ao açúcar forma o lambedor que serve como remédio no combate a uma diversidade de doenças ou moléstias.

⁸⁸ Quanto ao uso como remédio no tratamento de doenças, boa parte dessas espécies vegetais não tem reconhecimento científico ou comprovação de eficácia medicamentosa, embora sejam utilizadas na região há vários séculos, antes mesmo do processo colonizador, ou seja, muitas dessas eram utilizadas pela população indígena.

PARA ALÉM DOS NOMES, INTERESSES: UMA HISTÓRIA CULTURAL DO POLÍTICO ATRAVÉS DO EXAME DA TOPONÍMIA DO SERIDÓ POTIGUAR (PRIMEIRA REPÚBLICA) – Anderson Dantas da Silva Brito

⁸⁹ Nesse mesmo ano, o governador José Augusto Bezerra de Medeiros inaugurou o atual prédio onde funciona o Grupo Escolar Senador Brito Guerra na cidade de Caicó.

⁹⁰ Além dos periódicos sobre os quais discutiremos (*O Povo* e *O Seridoense*), também encontramos referência sobre ter existido em Caicó, no início do século XX, outros intitulados *O Seridó*; *Correio do Seridó* e *O Echo Sertanejo*, ver: LIMA, 1990, p. 35.

⁹¹ Para mais detalhes sobre a série de quatro artigos sobre o *modus vivendi* sertanejo, de autoria de Manuel Dantas no jornal *O Povo*, ver: MACÊDO, 2005, p. 143-158; e, MEDEIROS NETA, 2007.

⁹² Para mais detalhes sobre os investimentos na educação estadual dispensados pelos governadores seridoenses, ver: SOUZA, 1989, p. 340-344.

⁹³ Faz-se pertinente o nome da escola em São João do Sabugy, que era distrito subordinado politicamente à Vila de Serra Negra, por Juvenal Lamartine ter nascido nesse município.

⁹⁴ Segundo informes do site da Instituição, <http://riograndedonor.te/sitesuol.com.br>, que há anos se encontra desatualizado, o Centro Norte-Rio-Grandense, enquanto sociedade civil reconhecida de utilidade pública, teria nascido em 1902, tendo sido fundado oficialmente, porém, apenas em 1934, com sede própria até os dias de hoje na cidade do Rio de Janeiro.

⁹⁵ Para maiores detalhes sobre o teor do documento citado, consultar: MONTEIRO, 1945, p. 24-26.

JARDIM DO SERIDÓ: “UMA CIDADE PARA INGLÊS VER”? – Diego Marinho de Gois

⁹⁶ ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: fotógrafo e turista aprendiz*, 1993 [grifos nossos].

⁹⁷ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*, 2006.

⁹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo Caminho*, 2002, p. 46.

⁹⁹ APELLO ao povo Jardimense. *O Município*. Jardim do Seridó, 21 de set. 1918, p. 01.

¹⁰⁰ O jornal *O Município – órgão independente e noticioso* circulou na cidade de Jardim do Seridó, no período de 1917 a 1919. O jornal tinha como proprietário e diretor Heráclio Pires Fernandes e era gerenciado por Antídio de Azevedo. Esses intelectuais, um farmacêutico e, o outro, historiador e membro de diversas academias de letras, integravam a equipe técnica do jornal, juntamente com a colaboração de outros letrados que assumiam a função de correspondentes, como: Aprígio Câmara, Francisco Auto, Artur Ribeiro, Bezerra Poty, P. Aristoteles, dentre outros.

¹⁰¹ Sobre o papel da Intendência Municipal, consultar: SANTOS, Renato Marinho Brandão. *NATAL, OUTRA CIDADE! o papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana (1904-1929)*. Dissertação de Mestrado, 2012.

¹⁰² ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*, p. 11.

¹⁰³ Ver ARRAIS, Raimundo. *Op. Cit.*, p. 12.

¹⁰⁴ ARRAES, Marcos Alexandre. Primeiros enunciados de modernidade: o discurso do moderno no Recife nas décadas iniciais do século XX, In: *Emblemas: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais*, p. 105.

¹⁰⁵ ARRAIS, Raimundo. *Op. Cit.* p. 250.

¹⁰⁶ BERMAN, Marshall. *Todo que é sólido desmancha no ar*, 2007.

¹⁰⁷ CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes do fazer*, p. 174.

¹⁰⁸ OBRAS públicas. *O Município*. Jardim do Seridó, 06 de jun. 1919, p. 1. [grifos nossos].

¹⁰⁹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, p. 35.

¹¹⁰ AZEVEDO, José Nilton de. *Um passo a mais na história de Jardim do Seridó*, p. 156.

¹¹¹ OBRAS públicas. *O Município*. Jardim do Seridó, 06 de jun. 1919, p. 1 [grifos nossos].

¹¹² Segundo Evaneide Maria de Mélo, “o privilégio fisiográfico incrustou Jardim do Seridó numa disposição entre os rios (Seridó, Cobra e Acauã) e isso contribuiu para que a cidade fosse denominada simbolicamente de “Veneza Seridoense”. Ver: MÉLO, Evaneide Maria de. *A Paisagem em Foco: leituras fotográficas de Jardim do Seridó-RN*, p. 14.

¹¹³ SENNET, Richard. *Carne e Pedra*, p. 220.

¹¹⁴ O serviço permanente de limpeza pública foi criado pela lei número 35, de 7 de Maio de 1917, da Intendência Municipal.

115 Acta da 1ª Sessão da 1ª Ordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas - 1922*. Jardim do Seridó, 22 de jan. de 1924.

116 DANTAS, Renato. (Sem título). *Jornal das Moças*. Caicó, 11 de abr. de 1926, p. 1.

117 Sobre a modernização dos sertões, ver: ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre história e a memória*, p. 193.

118 LIMPEZA PÚBLICA. *O Município*. Jardim do Seridó, 8 de mar. De 1918, p. 2.

119 CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.*, p. 102.

120 REPAROS. *O Município*. Jardim do Seridó, 20 de mar. De 1918, p. 2.

ESPAÇOS LIVRES, PRÁTICAS REGULADAS: UM BREVE ENSAIO SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO, TERRITÓRIO E A POLÍTICA NORMATIVA DAS PRAÇAS CAICOENSES – Jeyson Ferreira Silva de Lima

121 A prática do “exercício político” se assemelha aqui ao “agir político” assinalado por Arendt (2005), quando diz que: o Espaço Público possibilita aos homens livres a liberdade de “aparecer”, ou seja, de “agir” em público.

122 A região do Seridó Potiguar possui diversas delimitações, sendo mais aceitas e divulgadas no meio acadêmico, a delimitação histórica e a delimitação feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Adotaremos a definição histórica, que segundo Morais (2005) compreende os territórios de 23 municípios, sendo estes: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São Fernando, São Joao do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.

POR UMA PEDAGOGIA DA CIDADE OU SOCIABILIDADES E EDUCABILIDADES NO PRÍNCIPE, RIO GRANDE DO NORTE (SÉCULO XIX) – Olívia Morais de Medeiros Neta

123 O que denominamos Príncipe hoje corresponde ao atual município de Caicó (RN). Optamos por essa terminologia em função do termo Príncipe com frequência ser encontrado na documentação analisada. Foi no ano de 1788 que a Povoação do Caicó passou a receber a designação Vila Nova do Príncipe e no ano de 1868 quando foi elevada à cidade, ainda permaneceu com o designo Príncipe, continuando com tal denominação até o ano de 1890 quando recebeu o nome de Seridó, em 1º de fevereiro de 1890, e posteriormente, Caicó, em 7 de julho de 1890.

124 O Príncipe, instituído como vila em 1788 já dispunha de um *status* político particular que se caracterizava por dispor de um poder político local, o Senado da Câmara, constituindo desse modo, a sede de uma jurisdição territorial.

125 Por vezes, as expressões Freguesia de Santa Ana ou Freguesia do Seridó apareceram como formas diminutas de Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, criada em 1747 e instalada em 1748. Conforme Vainfas (2000) freguesia é a célula básica da Igreja, assentada na atividade dos párocos em contato com suas ovelhas, mas que exigia o dispêndio da construção e manutenção das igrejas matrizes e do pagamento de uma espécie de salário aos sacerdotes, a côngrua, de modo a torná-los independentes dos fiéis.

126 O Guia Chenoviz continha descrição de medicamentos, as doses e as moléstias em que deveriam ser empregados, fórmulas e um memorial terapêutico. Foi escrito por Pedro Luiz Napolião Chernoviz, formado em Medicina pela Faculdade de Montpellier na França. Chernoviz passou de 1840 a 1855 no Brasil, época na qual escreveu o seu dicionário médico popular que foi impresso entre os anos de 1842 e 1843 no Rio de Janeiro. (MEDEIROS FILHO; FARIA, 2001).

127 O Decreto estadual n. 12, de 1^a de fevereiro de 1890, mudou os nomes das cidades de Imperatriz para Martins, de Príncipe para Seridó e de Villa Imperial de Papary para Vila Nova de Papary. (RIO GRANDE DO NORTE, 1896). Posteriormente, Seridó recebeu a denominação de Caicó e Vila Nova de Papary de Nízia Floresta.

PAISAGENS DO MEDO NA CIDADE DO PRÍNCIPE (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX) – Rosenilson da Silva Santos

128 Há vários trabalhos sobre o (re)povoamento do interior do Rio Grande do Norte, de forma especial sobre a região Seridó, região da qual Caicó foi e é o principal núcleo urbano. Para aprofundar-se sobre o tema sugiro: MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense, p. 29 - 65; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência, p. 55 - 90; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande, p. 145 - 189.

129 Ver TUAN, Yi-Fu. Paisagens do Medo. 2005.

130 SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. 1996. p. 17, 22, 70, 336.

131 MÉLO, Evaneide Maria de. Paisagens em foco: leitura fotográficas de Jardim do Seridó. 2009. p. 6, 37, 39.

132 SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. 1996. p. 91.

133 RELATÓRIO do Presidente da Província, 09 de fevereiro de 1883. Rio Grande do Norte (Província). Presidente Francisco de Gouveia Cunha Barreto. Grifos nossos.

134 PECHMAN, Robert Moses. Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista. 2002. p. 109.

135 RELATÓRIO do Presidente da Província, 14 de junho de 1893. Rio Grande do Norte (Estado). Presidente Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. p. 3, 4 e 5.

136 BANDEIRA, Fabiana Martins. Fardados e disciplinados: recrutamento e enquadramento social na Armada Imperial e na Polícia da Corte (1870-1889). Ano ?. p. 2 - 3.

137 Ver: ARIAS NETO, João Miguel. Violência sistêmica na organização militar do Império e as lutas dos imperiais marinheiros pela conquista de direitos. 2001. p. 05. SILVA, Rosângela Maria da. De um Império a Outro: Portugal e Brasil, disciplina, recrutamento e legislação nas Armadas Imperiais (1790-1883). 2008. p. 9.

138 SILVA, Rosângela Maria da. De um Império a Outro: Portugal e Brasil, disciplina, recrutamento e legislação nas Armadas Imperiais (1790-1883). 2008. p. 9.

139 Idem, p. 15.

140 SILVA, Kalina Vanderlei P. da. Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão sobre o recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais. 2002. p. 9.

- 141 Lei nº 2 556, de 26 de setembro de 1874, Coleção de Leis do Império do Brasil - 1874, Página 64 Vol. 1 pt. II (Publicação Original). Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-2556-26-setembro-1874-589567-publicacaooriginal-114514-pl.html>>
- 142 SILVA, Kalina Vanderlei P. da. Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão sobre o recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais. 2002. p. 8 - 9.
- 143 RELATÓRIO da Repartição da Polícia. Secretaria de Polícia do Rio Grande do Norte, 6 de março de 1882. Chefe da polícia: Antônio de Oliveira Cardoso Guimarães. p. 2.
- 144 Idem.
- 145 RELATÓRIO, 1881. Rio Grande do Norte. Presidente José Furtado (no relatório seguinte há a afirmação de que o presidente anterior era Satyro de Oliveira Dias). p. 14.
- 146 RELATÓRIO, 08 de fevereiro de 1890. Rio Grande do Norte (Estado). Presidente Adolpho Affonso da Silva Gordo. p. 4.
- 147 RELATÓRIO, 09 de fevereiro de 1883. Rio Grande do Norte (Província) Presidente Francisco de Gouveia Cunha Barreto. Segurança Individual e de Propriedade - *Annexo N. 1*. p. 2.
- 148 RELATÓRIO, 09 de fevereiro de 1883. Rio Grande do Norte (Província) Presidente Francisco de Gouveia Cunha Barreto. p. 3.
- 149 Idem, p. 16.
- 150 RELATÓRIO, 09 de fevereiro de 1883. Chefe da polícia da Província Dr. Francisco Clementino de Vasconcellos Chaves. p. 4.
- 151 Idem, p. 4.
- 152 TUAN, Yi-Fu. Paisagens do Medo. 2005. p. 7.
- 153 DINIZ, Alexandre Magno Alves. A Geografia do medo, reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte. 2003. p. 8.
- 154 Idem, p. 12.
- 155 RELATÓRIO, 09 de fevereiro de 1883. Chefe da polícia da Província Dr. Francisco Clementino de Vasconcellos Chaves. *Annexo N. 1*, p. 2.
- 156 DINIZ, Alexandre Magno Alves "A Geografia do medo, reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte". 2003. p. 13.
- 157 Idem, p. 14.
- 158 LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto (Fundo Madureira). Capilha "Avulsos". (Casa do Mercado). Príncipe, 11 de janeiro de 1881. p. 6 - 9. As fotografias das Capilhas foram feitas pelo historiador Helder Alexandre Medeiros de Macedo, que gentilmente me cedeu.
- 159 LABORDOC (projeto: Crime e Castigo: escravos nos processos judiciais do Seridó - século XIX). Processo crime. 1876. Transcrição Helder Alexandre Medeiros de Macedo. LABORDOC/FCC/3°CJ/PC/SÉC.XIX/Nº 023 - MAÇO 01 - 1876.
- 160 ARAÚJO, Radilson Costa. "Uma viagem pela memória seridoense: Praça da Liberdade ou Praça Senador Dinarte Mariz". In: Cartilha de Caicó.
- 161 LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto (Fundo Madureira). Capilha "Avulsos". (Casa do Mercado). Vereador: Pacifico Florencio de Azevedo - Paço da Camara 20 de abril de 1880. p. 13.
- 162 LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto (Fundo Madureira). Capilha "Avulsos". (Cópia das disposições da Camara M^{al}. Ordenando os serviços de reparos a Casa de Mercado P^a. desta cidade). 15 de dezembro 1880. p. 11.

- 163 LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto (Fundo Madureira). Capilha "Avulsos". Palácio do Governo do Rio Grande do Norte. 1890.
- 164 MEDEIROS FILHO, Olavo de Medeiros. Caicó cem anos atrás. 1988, p. 87.
- 165 Jornal O Povo. 9 de março de 1889; 04 de janeiro de 1890; junho de 1890; julho de 1890. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. Caicó cem anos atrás. 1988. p. 87 – 99.
- 166 Depoimento da testemunha Manoel Joaquim Fructuôso. Cidade do Príncipe 24 de Maio de 1875. PROCESSO CRIME quebra-kilo. (quebrakilo). 1875. p. 26.
- 167 RELATÓRIO, 1881. Província do Rio Grande do Norte. Presidente José Furtado. p. 04.
- 168 RELATÓRIO, 1887. Província do Rio Grande do Norte. Presidente José Moreira Alves da Silva (obs.: "Relatório 30 de outubro de 1886. Publicado como anexo da falla 15 de janeiro de 1887). p. 05.
- 169 RELATÓRIO, 1885. Província do Rio Grande do Norte. Vice-presidente Alvaro Antonio da Costa. p. 06.
- 170 RELATÓRIO, 09 de fevereiro de 1883. Chefe da polícia da Província Dr. Francisco Clementino de Vasconcellos Chaves. p. 2.
- 171 RELATÓRIO, 14 de junho de 1893. Relatório do chefe de polícia. Rio grande do Norte (Estado). Presidente Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. p. 3
- 172 LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto (Fundo Madureira). Capilha "Avulsos". Casa do Mercado, 11 de janeiro de 1881. p. 2.
- 173 Jornal O Povo - Seridó – Cidade do Príncipe. 06 de abril de 1889.
- 174 Códice, 1895. (Registro: FCC/1ªCJ/DIV/CX.04, D.002). Subfundo do 1º Cartório Judiciário da Comarca de Caicó. Série Temática dos Diversos. p. 9.
- 175 Códice, 1894. (FCC/1ªCJ/DIV/CX.04, D.003). Subfundo do 1º Cartório Judiciário da Comarca de Caicó. Série Temática dos Diversos. p. 6.

MEDIDAS HIGIÊNICAS NO SERIDÓ, SÉCULO XIX – Alcineia Rodrigues dos Santos

- 176 Posturas Municipais da Vila da Princesa – 1838. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Cx. 209. Transcrição paleográfica e digitação: Alcineia Rodrigues dos Santos, fevereiro de 2009.
- 177 Posturas Municipais da Vila da Princesa – 1838. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Cx. 209. Transcrição paleográfica e digitação: Alcineia Rodrigues dos Santos, fevereiro de 2009.
- 178 Jornal O Povo (apud MEDEIROS FILHO, 1988, p. 49, grifos do autor e acrescidos).
- 179 Jornal O Povo (apud MEDEIROS FILHO, 1988, p. 49).
- 180 Jornal O Povo (apud MEDEIROS FILHO, 1988, p. 50).
- 181 Costa (1989, p. 35).
- 182 Jornal: O Povo (apud MEDEIROS FILHO, 1988, p. 51).
- 183 Leis Provinciais. Fundo arquivístico do pesquisador Joaquim Martiniano Neto – Madureira. *Folhas Esparsas*. Transcrição paleográfica e digitação: Alcineia Rodrigues dos Santos – LABORDOC, julho de 2008.
- 184 Jornal: A VOZ Potiguar. Sessão: Pela salubridade popular, Currais Novos-RN, n. 48, 26 nov 1905. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Transcrição paleográfica e digitação: Alcineia Rodrigues dos Santos.

185 Jornal: A VOZ Potiguar. Sessão: Pelo asseio, Currais Novos, v. 2, n. 57, p. 01, 28 jan 1906. Acervo documental da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal-RN.

186 Jornal: A VOZ... (1906, p. 01, grifos nossos).

187 Jornal: O SERIDOENSE – Sessão: Medidas de higiene, v. 4, n. 239, sexta-feira, 01 nov 1918.

188 LABORDOC. Leis Provinciais. Fundo arquivístico do pesquisador Joaquim Martiniano Neto – Madureira. *Folhas Esparsas*.

189 NASCIMENTO, Mara Regina do. Irmandades Leigas em Porto Alegre. Práticas funerárias e experiência urbana – séculos XVIII - XIX. 2006. 362f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, Porto Alegre-RS. p. 308.

CONHECENDO AS REZADEIRAS DE CRUZETA (RN): BREVE ETNOGRAFIA SOBRE OS SABERES DE CURA, PROCESSO DE APRENDIZAGEM E TRAJETÓRIAS DE VIDA – Francimário Vito dos Santos

190 Dessas aglomerações, destaca-se aquela formada às margens do Açude de Cruzeta e elevada ao patamar de cidade em sua evolução política. Em 24 de outubro de 1920, foram realizadas a primeira feira e a primeira missa. E, para ser padroeira dos cruzetenses, Joaquim José de Medeiros doou uma imagem de Nossa Senhora dos Remédios, em homenagem ao Sítio Remédios, que deu origem ao município.

191 A pesquisa foi orientada pelo Prof. Dr. Carlos Guilherme Octaviano do Valle.

192 As rezas também podem ser proferidas nos clientes a partir de peças de roupas, fotos ou até mesmo na intenção do doente. Durante as pesquisas que observei que as sessões de curas eles deixavam em poder das rezadeiras peças de vestuário, para que elas continuem os “trabalhos de curas” à distância. Na sala da casa da rezadeira dona Osana há inúmeras sacolas penduradas contendo roupas de clientes deixadas para serem rezadas.

193 Pesquisas realizadas sobre o tema em Nova Iguaçu/RJ, por Maria Andreia Loyola (1984); em Campinas/SP, por Elda Rizzo (1985a; 1985b); em Manaus, por Júlio César Schweickardt (2002), em Santa Maria/RS, realizadas por Alberto M. Quintana (1999); Vitória da Conquista/BA, por Grayce Mayre Bonfim Souza (1999); na região Seridó, realizadas por Maria do Rosário da Silva (2002) e Francimário Vito dos Santos (2004), dão conta de expor a diversidade territorial de abrangência do tema aqui investigado.

194 Dona Maria de Chico Brito, 87 anos; Sebastiana Dantas, 87 anos; Dona Severina, 86 anos; Tia Romana, 83 anos; Maria de Júlio Bilino, 82 anos; Maria Pedro, 81 anos; Dona Neuma, 75 anos; Dona Gilberta, 74 anos; Dona Hosana, 74 anos; Dona Giselda, 73 anos; Dona Lica, 72 anos; Dona Santa, 72 anos; Dona Chiquinha, 70 anos; Silvina de Domingo Preto, 70 anos; Dona Maria de seu Neco, 66 anos; Dona Dolores, 64 anos; Dona Dona Leide, 62 anos; Dona Sebastiana, 62 anos; Dona Rita de Ramim, 59 anos; Dona Uda, 59 anos; Marina, 56 anos; Joaquina, 49 anos; Chica de Sebastiana, 49 anos e Barica, 49 anos.

195 Ver Balandier (1997).

196 Deve ter tido a experiência da maternidade, o cuidado com os filhos. As que não eram mães, como foi o caso de Joaquina, cuidaram dos sobrinhos e afilhados.

197 O feitiço, de acordo com o entendimento local está associado ao proibido, à bruxaria.

- 198 O repertório de saberes de algumas rezadeiras vai além de curas materiais e espirituais, elas também rezam para que objetos perdidos e/ou furtados retornem a seus donos.
- 199 De acordo com dona Giselda, “sol na cabeça” é uma dor de cabeça que se inicia a partir do nascer do sol e só cessa quando ele se põe.
- 200 Infestação de um organismo por larvas de moscas (feridas).
- 201 Percebi que para algumas informantes se referiam aos termos curador e curadeira como sendo sinônimos de rezador e rezadeiras.
- 202 A reza para cura do olhado e quebrante inicia com as palavras: “Quando Jesus andou no mundo três coisas curou: olhado, quebrante e olhos maus...” A recorrência do número três no ritual de cura, de acordo com algumas rezadeiras, estava ligado às três pessoas que compõem a Santíssima Trindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Outras remeteram à Sagrada Família: José, Maria e o Menino Jesus.
- 203 Quando a criança não era batizada, a rezadeira tratava pelo nome de Maria, caso fosse do sexo feminino; de José quando era do sexo masculino. José e Maria, neste caso, remetem aos personagens bíblicos, a mãe e o pai de Jesus.

CAUSAS DE MORTES E “MORTALIDADE INFANTIL” NA FREGUESIA DA GLORIOSA SANT’ANNA NUMA PERSPECTIVA DA DEMOGRAFIA HISTÓRICA – Gracineide Pereira dos Santos

- 204 Aritmética do Homem: a Demografia entre Ciência e Política, 1997.
- 205 Introdução à Demografia, 1996.
- 206 IBGE, 1969, p. 15.
- 207 El pensamiento critico en demografia, 1973.
- 208 Introducción a la demografia, 2003.
- 209 Apologia da História, ou, o ofício de historiador, 2001, p.55.
- 210 O objeto da história, Apenas uma narrativa verídica, Tudo é histórico, logo a história não existe, 1998.
- 211 Demografia e Modernidade: Família e transição demográfica em Portugal, 1996.
- 212 Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa, 1998.
- 213 Mortality in pre-industrial England: the example of Colyton, Devon, over three centuries, 1968, p. 546-580.
- 214 Técnicas de Análise em Demografia Histórica, 1988.
- 215 Linha clássica da Demografia histórica uma perspectiva otimista sobre a sua evolução. Boletín de la Asociación de Demografía Histórica, v. XVIII, n. II , p. 89-104, 2000.
- 216 Demografia histórica, 1977.
- 217 O trabalho do Fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista, 2008.
- 218 População e economia nas Minas Gerais do Século XIX. São Paulo/USP, 1996.
- 219 Quarenta anos de Demografia Histórica. Revista Brasileira de Estudos de População - REBEP, 2005.
- 220 Afinal, quantos éramos? Um estudo da mortalidade pretérita na Freguesia da Gloriosa Sant’Anna, 2013.

- 221 Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX), 1999.
- 222 História e Demografia: Elementos para um diálogo, 2004.
- 223 Introdução à história do Rio Grande do Norte, 2007.
- 224 Seridó, 1980.
- 225 Outras famílias do Seridó: Genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (Século XVIII-XIX), 2013.
- 226 Apologia da História, ou, o ofício de historiador, 2001, p.55.
- 227 Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia, 1994.
- 228 Aritmética do Homem: a Demografia entre Ciência e Política, 1997.
- 229 Dicionário Demográfico Multilíngue, 1969.
- 230 Seccas Contra a Secca – Rio Grande do Norte. Seccas e invernos, açudagem, irrigação, vida, costumes sertanejos, 1904. Disponível em: <www.colecaomossoroense.org.br>. Acessado em 19 de fevereiro de 2012.
- 231 Datas e notas para a história da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977. V. 1(Documentos Paraibanos, 3).
- 232 A Mortalidade Neonatal no Estado de São Paulo: Níveis e Tendências segundo a duração da gestação, 2006.
- 233 História e Demografia: Elementos para um diálogo, 2004.
- 234 Demografia histórica, 1977.
- 235 Técnicas de Análise em Demografia Histórica, 1988.
- 236 Introducción a la demografía, 2003.
- 237 Linha clássica da Demografia histórica uma perspectiva otimista sobre a sua evolução. Boletín de la Asociación de Demografía Histórica, v. XVIII, n. II, p. 89-104, 2000.
- 238 A População de Curitiba no século XVIII_1751-1800, segundo os registros paroquiais, 1974.
- 239 “SEM DADOS NÃO HÁ DEMOGRAFIA”: uma proposta para a criação de um banco de dados demográficos e sua aplicação em uma paróquia mineira: 1760 – 1804, 2012.
- 240 Demografia e família escrava. Franca-SP, Século XIX, 2009.
- 241 A evolução da Mortalidade Infantil no Estado de São Paulo 1980-2000, 2002.
- 242 Seccas Contra a Secca – Rio Grande do Norte. Seccas e invernos, açudagem, irrigação, vida, costumes sertanejos, 1904. Disponível em: <www.colecaomossoroense.org.br>. Acessado em 19 de fevereiro de 2012.
- 243 BOTELHO, Â. V. Dicionário histórico Brasil: Colônia e Império. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- 244 Dicionário Bluteau disponível para consulta no acervo digital da USP: http://www.ieb.usp.br/catalogo_eletronico/.

A APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO SERIDOENSE PELA INDÚSTRIA DE CERÂMICA VERMELHA – Judicleide de Azevedo Nascimento

245 MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Seridó Norte-rio-grandense: uma geografia da resistência. Caicó: ed. do autor, 2005. O Seridó Norte-rio-grandense é formado pelos municípios de Caicó, Acari, Jardim do Seridó, Serra Negra do Norte, Currais Novos, Florânia, Parelhas, Jucurutu, Jardim de Piranhas, São João do Sabugi, Ouro Branco, Cruzeta, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, São Vicente, São Fernando, Equador, Santana do Seridó, São José do Seridó, Timbaúba

dos Batistas, Lagoa Nova, Ipueira e Tenente Laurentino Cruz. Esta cartografia corresponde ao Seridó historicamente construído, que remete a sua formação, estruturação e reestruturação ao longo de sua história.

²⁴⁶ RODRIGUES, Arlete Moysés. Produção e consumo do e no espaço: problemática urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

²⁴⁷ FELIPE, José Lacerda Alves. Aspectos naturais da região do Seridó. Coleção Mossoroense, 1978.

²⁴⁸ MEDEIROS, Josimar Araújo de. Convivendo com a seca & combatendo a desertificação: novos olhares. Caicó, RN: Netograf, 2008, p. 101.

DINÂMICA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CAICÓ - RN, REGIÃO DO SERIDÓ POTIGUAR, NO PERÍODO DE 1974 A 2004 – Agassiel de Medeiros Alves

²⁴⁹ Estudos de caráter paleontológico apontam para a ocupação humana desta região há 9.000 anos (MARTIN, 1996).

²⁵⁰ O besouro *Anthonomus grandis bohemian*, conseguiu provocar sérias alterações no espaço agrícola ocupado pela cotonicultura (Borges, 1996:177)

²⁵¹ C.f. dados de Produção Pecuária Municipal dos anos de 1974 a 2003 - IBGE

²⁵² C.f. Dados de Produção e Extração Vegetal e Silvicultura no município de Caicó entre 1974 e 2003 - IBGE.

²⁵³ C.f. dados de Produção Agrícola Municipal do município de Caicó entre 1974 e 2003 - IBGE.

²⁵⁴ C.f. dados obtidos em classificação de composição de imagens do satélite Landsat 1, de 04/01/1974.

²⁵⁵ Segundo dados do IBGE, o algodão herbáceo teve áreas reservadas ao seu plantio até o ano de 1993, mas sua última produção significativa, 133 ton., deu-se em 1991. O algodão arbóreo teve sua última grande safra em 1994, com 232 ton. produzidas.

²⁵⁶ C.f. dados do IBGE - Formulários de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS do Município de Caicó/RN.

²⁵⁷ O rio Barra Nova, importante afluente do Rio Seridó, corta toda a porção sudoeste da cidade de Caicó, sendo no passado importante fonte de abastecimento de água para as propriedades rurais que este banhava, e sendo também o rio que permitiu a construção do açude Itans, através do seu represamento.

²⁵⁸ Estimativa feita levando-se em consideração a taxa de população urbana de 88,9% do Censo de 2000.

REFERÊNCIAS

4 ANNOS. **O Seridóense**, Caicó, 29 mar. 1918.

A IGREJA e o Estado. **O Povo**, Caicó-RN, 06 jul. 1890. Arquivo NHEAD. Ilegíveis o número e o ano.

A MISSÃO ALGODOEIRA – Sua excursão no interior do Estado. **A Notícia**, Natal, 22 out. 1921.

A VOZ Potiguar. Sessão: Pela salubridade popular, Currais Novos-RN, n. 48, 26 nov 1905. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Transcrição paleográfica e digitação: Alcineia Rodrigues dos Santos.

A VOZ Potiguar. Sessão: Pelo asseio, Currais Novos, v. 2, n. 57, p. 01, 28 jan 1906. Acervo documental da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal-RN.

AB' SÁBER, Aziz. **O domínio morfoclimático semi-árido das caatingas brasileiras**. Geomorfologia. São Paulo: IGEOG – USP, 1974.

AB' SÁBER, Aziz. **Os Domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editora, 2003.

AGULHON, Maurice. **Le cercle dans la France bourgeoise 1810-1848**: étude d'une mutation de sociabilité. Paris: Armand Colin, 1977.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Espaços da Saudade. In:_____. **A Invenção do nordeste e outras artes**. Recife: FJN; São Paulo: Cortez, 2006.

ALMEIDA, Fernando Flávio Marques de, & HASSUI, Yoticeru (Coord). **O PréCambriano do Brasil**. São Paulo: Edgar Bluncher, 1984.

ALVES, Celestino. **Retóques da história de Currais Novos**. Natal: Fundação José Augusto, 1985.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão**: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860 – 1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

AMORIM, M. N. Linha clássica da Demografia histórica uma perspectiva otimista sobre a sua evolução. **Boletín de la Asociación de Demografía Histórica**, v. XVIII, n. II , p. 89-104, 2000.

ANDRADE, Mário de. **Mário de Andrade**: fotógrafo e turista aprendiz. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1993.

ARAÚJO, Marta Maria de. Os educadores, as educadoras e os livros de estudo e de leitura do caicoense no século XVIII. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 26., 2003, Poços de Caldas. **Anais...**, Poços de Caldas: ANPEd, 2003. 1 CD-ROM.

ARAÚJO, Marta Maria de. Padre Francisco de Brito Guerra: um educador ilustrado em Caicó no começo do século XIX. In: ARAÚJO, Ausônio Tércio de; DANTAS, Eugênia Maria; MEDEIROS, Maria das Dôres; MACÊDO, Muirakytan K. de. **Mestres do Seridó**: memórias. Natal: Una, 2006, p. 13-22.

ARAÚJO, Marta Maria de; MEDEIROS, Maria das Dôres. A Cidade, a Igreja e a Festa de Sant'Ana de Caicó-RN: séculos XVIII e XIX. **Sociedade e Território**, Natal, v. 15, n. 2, p. 53-61, jul./dez. 2001.

ARAÚJO, Marta Maria de; MEDEIROS, Maria das Dôres. As minudências da Biblioteca Olegário Vale (Caicó - RN, 1918-1920). **Educação em Questão**, Natal, v. 31, n. 17, p. 186-208, jan./abr. 2008.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARIAS NETO, João Miguel. Violência sistêmica na organização militar do Império e as lutas dos imperiais marinheiros pela conquista de direitos. **História: Questões & Debates**. Editora da UFPR: Curitiba, n. 35, p. 81-115, 2001.

ARRAES, Marcos Alexandre. Primeiros enunciados de modernidade: o discurso do moderno no Recife nas décadas iniciais do século XX. **Emblemas**: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais, UFC-CAC, v. 7, n. 1, jun-jul, 2010, p 101-122. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/emblemas/article/view/12602/8246>. Acesso em: 06/07/2012.

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: USP, 2004.

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. **O corpo e alma da cidade**: Natal entre 1900 e 1930. Natal: EDUFRN, 2008.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**: entre história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.

AUGUSTO, José. **Seridó**. Rio de Janeiro: Borsoi Editor, 1954.

AUTOAMENTO de uma petição e um inventário amigavelmente feito pelos herdeiros do defunto comandante superior Antônio Alvares Mariz [1860]. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. **Seridó Potiguar: dinâmica socioespacial e organização do espaço agrário regional**. Uberlândia: Composer, 2005. 170 p.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo. de. **Entre a cultura e a política: uma geografia dos “currais” no sertão do Seridó Potiguar**. 2007. 445 f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

AZEVEDO, José Nilton de. **Um Passo a Mais na História de Jardim do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

AZEVEDO, Thales de. **Elites de cor numa cidade brasileira**. Salvador: EDUFBA, 1996.

BACELLAR, Carlos Almeida Prado; BASSANEZI, Maria Silvia; SCOTT, Ana Silvia Volpi. et al. Quarenta anos de Demografia Histórica. v. 22, n. 2, p. 339-350, **Revista Brasileira de Estudos de População - REBEP**, 2005.

BALANDIER, Georges. A desordem trabalha escondida. In: _____. et al. **A desordem – elogio do movimento**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997. p. 93-120.

BANDEIRA, Fabiana Martins. Fardados e disciplinados: recrutamento e enquadramento social na Armada Imperial e na Polícia da Corte (1870-1889). **Anais do XIII Encontro de História da ANPUH-Rio**.

BANDEIRA, Mário Leston. **Demografia – Objecto, teorias e métodos**. Lisboa: Escolar Editora, 2004.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BETTONI, Rogério Andrade; ANDRADE, Maria José Netto. A formação dos grupos sociais em Sartre. **Metavoia**, São João Del-Rei, n. 4, p. 67-75, jul. 2002.

BEZERRA, Janaína Santos. **Pardos na cor e impuros no sangue: etnia, sociabilidades e lutas por inclusão social no espaço urbano pernambucano do XVIII**. 2010. 214f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BIBLIOTECA 'Club 20 de Janeiro'. O Povo, Cidade do Príncipe, 30 mar. 1889. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó, cem anos atrás**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988, p. 127.

BIGARELLA, João José et al. **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais: Fundamentos geológico-geográficos, alteração química e física das rochas e relevo cárstico e dômico**. Florianópolis: Ed. EFSC. 1994. (Volume I)

BIGARELLA, João José et al. **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais: intemperismo biológico, pedogênese, laterização, bauxitização e concentração de bens minerais**. Florianópolis: Ed. EFSC. 1994. (Volume II)

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Maria das Graças do Lago. **Transformações agrícolas no Rio Grande do Norte e o significado espacial da fruticultura**. Rio Claro, 1996. (Tese de Doutorado).

BOTELHO, Â. V. **Dicionário histórico Brasil: Colônia e Império**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BURKE, Peter. **Variiedades de história cultural**. Tradução Alda Porto. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. A População de Curitiba no século XVIII_17511800, segundo os registros paroquiais. Curitiba. 1974. **Dissertação**, Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 1974.

BUTLER, Judith. **El Género em Disputa: El feminismo e la subversión de la identidad**. Barcelona: Ed. Paidós, 2007.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. Nova York e Londres: Routledge, 2004.

CAICÓ. **Código de Posturas** de 1969. Prefeitura Municipal de Caicó.

CAICÓ. **Decreto nº 013** de 1984. Arquivo da Prefeitura Municipal de Caicó.

CAICÓ. **Decreto nº 027** de 1994. Arquivo da Prefeitura Municipal de Caicó.

CAICÓ. **Lei de Feiras Livres** de 1968. Arquivo da Prefeitura Municipal de Caicó.

CAICÓ. **Lei de Loteamentos** de 1968. Arquivo da Prefeitura Municipal de Caicó.

- CAICÓ. **Lei nº 3.090** de 1987. Arquivo da Prefeitura Municipal de Caicó.
- CAICÓ. **Lei nº 4.271** de 2007. Arquivo da Prefeitura Municipal de Caicó.
- CAICÓ. **Lei nº 4.273** de 2007. Arquivo da Prefeitura Municipal de Caicó.
- CAICÓ. **Lei nº 4.274** de 2007. Arquivo da Prefeitura Municipal de Caicó.
- CAICÓ. **Lei Orgânica Municipal** de 1990. Arquivo da Prefeitura Municipal de Caicó.
- CAICÓ. **Plano Diretor** de 2006. Arquivo da Prefeitura Municipal de Caicó.
- CAMACHO, R. G. V. **Estudo Fitofisiográfico da Caatinga do Seridó - Estação Ecológica do Seridó**. São Paulo, 2001- Tese de Doutorado IB/USP . 142p.
- CAMPOS, Kátia Maria Nunes. “SEM DADOS NÃO HÁ DEMOGRAFIA”: uma proposta para a criação de um banco de dados demográficos e sua aplicação em uma paróquia mineira: 1760 – 1804. Belo Horizonte, 2012. **Tese (Doutorado em Demografia)**. CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. El modo de producción esclavista colonial na América. In: ASSADOURIAN, Carlos Sampat; etal. **Modos de producción em America Latina**. Buenos Aires: Siglo XX Argentina, 1973.
- CARVALHO, José Alberto Magno; SAWYER, Diana Oya.; RODRIGUES, Roberto do Nascimento. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2ª edição. ABEP, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras: a política imperial**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais; Rio de Janeiro, 1988.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Mec, 1955.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1968.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Notícia sobre dez municípios potiguares**. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 1998. p.3.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Viajando pelo sertão**. 2. Ed. Natal: Gráfica Manimbu, 1975.

CASCUDO, **Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1972.

CASSETI, Valter. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Antônio Barros. A economia política, o capitalismo e a escravidão. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

CAVALCANTE SILVA, Ralyne Evelyn. **Imagem orbital da Área Central cidade de Caicó com destaque para as suas seis praças públicas no ano de 2012** [Imagem orbital aproximada - Mapa elaborado para ilustração na dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRN]. Natal: UFRN, 2012.

CAVALCANTI, Josefa Saete Barbosa. **Talhado: um estudo de organização social e política**. Rio de Janeiro. 1975. Dissertação de Mestrado no Museu Nacional.

CAVIGNAC, Julie. **Relatório Antropológico da comunidade quilombola de Boa Vista (RN):** Complementação. UFRN/INCRA-RN: Natal, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CERVANTES DE SAAVEDRA, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha**. Tradução Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução Mary Del Priori. Brasília: Editora Universitária, 1999.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. Tradução Cristiane Nascimento. 2. ed. rev. e 1. reimp. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CIDADE DO PRÍNCIPE. Câmara Municipal. **Posturas da Câmara Municipal da Cidade do Príncipe**. Cidade do Príncipe, 19 jan. 1884a. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal. (Documento avulso, Caixa 208, Maço 17).

CIDADE DO PRÍNCIPE. Câmara Municipal. **Posturas Municipaes da Villa do Príncipe**. Cidade do Príncipe, 23 set. 1871. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal. (Documento avulso, Caixa 208, Maço 23).

CIDADE DO PRÍNCIPE. Câmara Municipal. **Regulamento da Casa do Mercado Público da Cidade do Príncipe**. Cidade do Príncipe, 12 mar. 1884b. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal. (Documento avulso, Caixa 214).

COSTA PINTO, L. A. **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raças numa sociedade em mudança. 2. ed. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

COSTA, Maria do Céu. **Tradição, cultura e religiosidade dos Negros do Rosário de Caicó**. TCC de Atualização em Antropologia Social – Centro de Ciências Humana, Letras e Artes, UFRN, Natal, 2008.

CUNHA, Maísa Faleiros Da. Demografia e família escrava. Franca-SP, Século XIX. Campinas, SP, 2009. **Tese (Doutorado em Demografia)**. NEPO, Universidade Estadual de Campinas/ Unicamp.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Sobre os silêncios da lei**. Lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Cadernos IFCH UNICAMP, 1983.

DANTAS, Dom José Adelino. **Homens e fatos do Seridó antigo**. Natal: Sebo Vermelho, 2008.

DANTAS, Ivan C. **Plantas medicinais comercializadas no município de Campina Grande, PB**. Campina Grande: 2003. Disponível em: <<http://www.uepb.edu.br/biofar/>>. Acesso em: 03 jul. 2006.

DANTAS, José de Azevêdo Dantas. O município de Acary: apontamentos históricos. **O momento** – dedicado aos interesses da vida sertaneja, Acari, ano I, n. 4, dez. 1924, p. 40.

DANTAS, Manoel. **Homens de Outrora**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1941.

DANTAS, Maria Isabel. O chouriço no Seridó: transformação do sangue em doce. **Revista Holos**, Natal, CEFET/RN. 2004. Disponível em:

<<http://www.cefetrn.br/dpeq/holos/>>. Acesso em: 28 jul. 2006.

DARNTON, Robert. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história**. Nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. Novas Perspectivas. Tradução Magda Lopes. 4. reimp. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Tradução Denise Bottmann. 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DELEUZE, Gilles; FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed Graal, 2006.

DIAS, Andrea Simone Barreto. **Os incômodos da cor parda no Pernambuco colonial**: olhares sobre a festa de homenagem a São Gonçalo Garcia. 2010. 97f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

DICK, Maria V. de P. do A. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo (1554-1897)**. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

DICK, Maria V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990a.

DINIZ, Alexandre Magno Alves. A Geografia do medo, reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte. **O Alferes**, Belo Horizonte, v. 18, p. 01 – 14, 2003.

DR. WASHINGTON Luís. **Jornal das Moças**, Caicó, 15 ago. 1926.

DUBY, Georges. **Guilherme marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. Tradução Renato Janine Ribeiro. 3. reimp. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Brasília: Centro Nacional de Pesquisa de Solos, 1999.

FARIA, Juvenal Lamartine de. Mensagem à Assembléia Legislativa. **Imprensa Oficial do Estado**, Natal, 1929.

FARIA, Juvenal Lamartine de. Mensagem à Assembléia Legislativa. **Imprensa Oficial do Estado**, Natal, 1930.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. As tendas sertanejas. In: Id. **Apontamentos sobre a face de ponta**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Ozelita Cascudo Rodrigues, 1988. p. 21-9.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Senhores de poucos escravos**: cativo e criminalidade num ambiente rural, 1830-1888. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FERRERAS, María Verónica Secreto de. Sem medida: revoltas no Nordeste contra as medições imperiais. **Anales del Segundo Congreso Nacional de História Económica**. Ciudad de México. 2004.

FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. Tradução Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

FLORENZANO, Tereza Gallotti. **Imagens de satélite para estudos ambientais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO (FVR). IHGRN. **Sesmarias do Rio Grande do Norte**, v. 3 (1742-1764). Mossoró: Gráfica Tércio Rosado/ESAM, 2000. p. 20-3.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução Frederico Carotti. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução Rosa Freira d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução Maria Betânia Amoroso. 7. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GRINBERG, Keila. **Código Civil e Cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GRINBERG, Keila. **Liberata ou a lei da ambiguidade**: as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2008.

GUERRA, Phelipe; GUERRA, Theophilo. **Seccas contra a secca**. 4.ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/Fundação Guimarães Duque, 2001. p. 10).

GUERRA, Phelippe; GUERRA, Theophilo. **Seccas Contra a Secca – Rio Grande do Norte. Seccas e invernos, açudagem, irrigação, vida, costumes sertanejos**, 1904. Disponível em: <www.colecaomossoroense.org.br>. Acessado em 19 de fevereiro de 2012.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Terra de preto**: usos e ocupações da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850 – 1920). Niterói: editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.

HENRY, Louis. **Técnicas de Análise em Demografia Histórica**. Lisboa: Gradativa, 1988.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1278&%20id_pagina=1>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2012.

IBGE. **Dicionário Demográfico Multilíngue**. Rio de Janeiro, 1969.

IBGE. **Censo Agropecuário – 1985**. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE. **Censo Demográfico – 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

IBGE. **Censo Demográfico – 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

IBGE. **Censo Demográfico – 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

IBGE. **Censo Demográfico – 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. **Estimativa das populações residentes em 01/07/04, segundo os municípios do Rio Grande do Norte**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_Projecoes_Populacao/Estimativas_2004/UF_Municipio.zip>. Acesso em 15/04/05.

IBGE. **Formulários de Pesquisa da Pecuária Municipal (Agência Caicó) – 1980**. Caicó/RN.

IBGE. **Formulários de Pesquisa da Pecuária Municipal (Agência Caicó) – 1988**. Caicó/RN.

IBGE. **Formulários de Pesquisa da Pecuária Municipal (Agência Caicó) – 1999 - 2003.** Caicó/RN.

IBGE. **Formulários de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS – 1977 a 2003 - Caicó/RN (Agência Caicó).** Caicó/RN.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal – Culturas Temporárias e Permanentes – Região Nordeste – 1974.** Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal – Culturas Temporárias e Permanentes – MA, PI, CE, RN e PB – 1975 a 1976.** Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal – Culturas Temporárias e Permanentes – Regiões Norte e Nordeste – 1987.** Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – Regiões Norte e Nordeste – 1975 a 1976-** Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE. **Produção da Pecuária Municipal – Região Nordeste – 1974 a 1979.** Rio de Janeiro: IBGE.

IDEMA. **Anuário Estatístico do RN. Efetivo Pecuário – 1984.** Natal: IDEMA. 1985

IDEMA. **Anuário Estatístico do RN. Efetivo Avícola – 1984.** Natal: IDEMA. 1985

IDEMA **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M 2000).** Natal: IDEMA. 2001

IDEMA. **Perfil Municipal 2003 – Caicó,** Disponível em: <http://www.rn.gov.br/secretarias/idema/perfil_c.asp#caico> Acesso em: 23 mar/05.

INSTITUTO Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. **Posturas Municipais da Vila da Princesa – 1838.** Cx. 209. [S. l.: s. n.], [200-?].

Jornal: A VOZ Potiguar. Sessão: Pelo asseio, Currais Novos, v. 2, n. 57, p. 01, 28 jan 1906. Acervo documental da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal-RN.

Jornal: O SERIDOENSE – Sessão: Medidas de higiene, v. 4, n. 239, sexta-feira, 01 nov 1918.

JULIA, Dominique. Leituras e contra-reforma. In: CAVALLLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental.** Tradução Cláudia Cavalcanti, Fulvia M. L. Moretto, Guacira Marcondes Machado e José Antônio de Macedo Soares. São Paulo: Ática, 1999. (v. 2).

KUHLMANN, Edgar. Vegetação. In: **IBGE – Geografia do Brasil – Região Nordeste**. Rio de Janeiro: IBGE. 1977. P. 85-77

LABORDOC. **Leis Provinciais**. Fundo arquivístico do pesquisador Joaquim Martiniano Neto – Madureira. *Folhas Esparsas*.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

Leis Provinciais. Fundo arquivístico do pesquisador Joaquim Martiniano Neto – Madureira. *Folhas Esparsas*. Transcrição paleográfica e digitação: Alcineia Rodrigues dos Santos – LABORDOC, julho de 2008.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

LEPKOWSKI, Tadeusz. **Haiti**. T. I. Havana: Casa de las Américas, 1968.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 5 ed. O feiticeiro e sua magia. In: **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 193-215.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande (século XIX). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

LIMA, Luciano Mendonça de. Sombras em movimento: os escravos e o quebra-quilos em Campina Grande. **Afro-Ásia**, 31 (2004), p. 163-196.

LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte**: Acari, Angicos e Apodi. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1990. p. 11;

LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte**: Baixa Verde, Caicó, Canguaretama, e Caraúbas. Mossoró: FGD/ESAM, 1990 (Col. Mossoroense, série C, v. 596, ed. fac-similar).

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIVI-BACCI, Massimo. **Introducción a la demografía**. Barcelona: Ariel Historia, 2003.

LOYOLA, Maria Andréa. **Médicos e curandeiros**: conflito social e saúde. São Paulo: Difel, 1984. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Rio de Janeiro: edições 70, 1990.

LYONS, Martyn. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. Tradução Cláudia Cavalcanti, Fulvia M. L. Moretto, Guacira Marcondes Machado e José Antônio de Macedo Soares. São Paulo: Ática, 1999. (v. 2).

MACEDO, Helder A. M. de. Remanescentes indígenas numa freguesia colonial do Brasil: Sant'ana, no sertão do Seridó, Rio Grande do Norte (Sécs. XVIII-XIX). **IV Congresso Virtual de Antropologia y Arqueologia – Mesa Cultura, identidad y patrimonio.** Disponível em: <www.naya.org.ar/congreso2004/mesa_cultura_identidad.html>. Acesso em: 5 ago. 2006.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Outras famílias do Seridó: Genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (Século XVIII-XIX). Recife, PE. 2013. **Tese (História)**, 2013.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Vivências índias, mundos mestiços:** relações interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX. 2002. 168 f. Monografia (Curso de História). Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó:** espaço e história no regionalismo seridoense. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2005.

MACÊDO, Muirakytan K. de. Cultura e Identidade no Seridó. In: **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó do Rio Grande do Norte.** Vol. I: Diagnóstico. Caicó, RN. 2000.

MACÊDO, Muirakytan K. de. Do Seridó. No Rio Grande do Norte. **Perigo Iminente.** Natal: Flor do Sal, v. 2, p. 31-33, mar. 2012.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais:** patrimônio familiar e cotidiano nos sertões do Seridó (século XVIII). 2007. 300f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. p. 84.

MAHMOOD, Saba. **Politics of Piety:** the islamic revival and the feminist subject. Oxford: Princeton University Press, 2005.

MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. **A escravidão no Brasil. Ensaio Histórico, Jurídico, Social.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866.

MARCÍLIO, Maria Luíza. (org). **Demografia histórica.** São Paulo: Livraria Pioneira, 1977.

MARCÍLIO, Maria Luíza. Crescimento Demográfico e evolução Paulista: 1700-1836. São Paulo: **Hucitec**, Edusp, 2000.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil.** Recife: Universitária. 1996.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe – 1850/1890 sertão do Seridó** – um estudo de caso da pobreza. Dissertação de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

MEDEIROS FILHO, João; FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Seridó – séc. XIX (fazendas e livros)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Marques Saraiva, 2001.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó, cem anos atrás**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Cronologia seridoense**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 2002.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília: Centro Gráfico Senado Federal, 1984.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981. p. 221.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

MEDEIROS FILHO, Pe. João; FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Seridó – séc. XIX. (fazendas & livros)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Marques Saraiva, 2001.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. **Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais**. 2007. 120 p. Dissertação (Mestrado em História e Espaços), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MEDEIROS, Bianor. **Paróquia de Acari – 150 anos**. Natal: Fundação José Augusto; Acari: Prefeitura Municipal, 1985. p. 20.

MEDEIROS, Getson Luís Dantas de. **A desertificação do semiárido nordestino: o caso da região do Seridó norte-rio-grandense**. (Dissertação de Mestrado). Mossoró.2004.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Mensagens dos Presidentes do Estado do Rio Grande do Norte na Primeira República**. Natal: Fundação José Augusto; Brasília: Centro Gráfico, 1984. (Coleção Documentos Potiguares, 16).

MEDEIROS, José Augusto de. **Seridó**. Rio de Janeiro: Borsal Editor, 1954.

MEDEIROS, Maria das Dôres. Esquadrinhando a história da educação doméstica e a educação escolar pública em Caicó, RN (1801 a 1889). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUC-Paraná; Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004. 1. CD-ROM.

MÉLO, Evaneide Maria de. **A Paisagem em Foco: leituras fotográficas de Jardim do Seridó-RN**. Natal: EDUFRN, 2009.

MELO, Veríssimo. **Folclore brasileiro** – Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1977.

MENDES, Benedito Vasconcelos, **Recuperação de áreas degradadas pela técnica do inóculo**. Mossoró, RN: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-Un Rosado. Coleção Mossoroense, Série “B” – nº 2199 – Outubro/2002.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente. **Desertificação: caracterização e impactos**. Projeto BRA 93/036. Brasília: MMA, 1998.

MINTZ, Sidney W. The Brigins of reconstituted peasantries. In: MINTZ, Sidney. **Caribbean Transformations**. Chicago: Aldine, 1974.

MONTEIRO, Denise Matos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**.

MONTEIRO, Eymard L'Eraistre. **Caicó: subsídios para a história completa do município**. Recife: Escola Salesiana de Artes Gráficas, 1945.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste Insurgente (1850 - 1890)**. Mimeo.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Desvendando a cidade: Caicó em sua dinâmica espacial**. Caicó: Ed. do autor. 1999.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó Norte - rio -grandense: uma geografia da resistência**. Caicó: Ed. do Autor, 2005.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia de resistência**. 2004. 448f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Ciências Sociais, Natal, 2004.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito**. São Paulo: Alameda, 2009.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. 2.ed.rev.ampl. Niterói: EDEFF, 2008.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e Demografia: Elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP, 2004.

NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades Leigas em Porto Alegre**. Práticas funerárias e experiência urbana – séculos XVIII - XIX. 2006. 362f. Tese (Doutorado em

História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, Porto Alegre-RS.

NAZARETH, Joaquim Manuel. **Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX**. Feira de Santana: UEFS, 2012.

NÓBREGA, Marcelo Araújo da. **Aspectos fitofisiográficos da caatinga e potencialidades de seus recursos naturais renováveis**. (Dissertação de Mestrado). Recife. 1991.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de Marca**. As relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 1998.

OLIVEIRA, Elda Rizzo. **O que é benzeção**. São Paulo: Brasiliense, 1985 a.

OLIVEIRA, Elda Rizzo. **O que é medicina popular**. São Paulo: Brasiliense, 1985b.

OLIVEIRA, Hélio de. Imaginária sacra do Rio Grande do Norte: trajetória e produção. In: NESI, Jeanne Fonseca Leite; OLIVEIRA, Hélio de; ALMEIDA, Ângela Maria de. **Caminhos da arte: Rio Grande do Norte**. Barcelona: Bustamante Editores, 2001. p. 98-9.

ORTIZ, Luiz Patrício. A evolução da Mortalidade Infantil no Estado de São Paulo 19802000. **XVIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais** - ABEP, Ouro Preto/ MG, de 4 a 8 de novembro de 2002.

ORTIZ, Luiz Patrício. A Mortalidade Neonatal no Estado de São Paulo: Níveis e Tendências segundo a duração da gestação. **ABEP, Caxambu/ MG, 2006**.

PAIVA, Clotilde Andrade. População e economia nas Minas Gerais do Século XIX. São Paulo/USP, 1996. **Tese (Doutorado em História)**. Universidade de São Paulo, 1996..

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII** (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro, RJ: Casa da Palavra, 2002.

PEDROZA, Antônia Márcia Nogueira. **Desventuras de Hypolita: luta contra a escravidão ilegítima no sertão** (Crato e Exu, século XIX). Dissertação (Mestrado em História) – UFRN, Natal, 2013.

PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo”** Erudina. São Paulo: Cortez, 1992.

PEREIRA, Ariane de Medeiros. **Escravos em ação na Comarca do Príncipe** – Província do Rio Grande do Norte (1870/1888). Dissertação (Mestrado em História) – UFRN, Natal, 2014.

PEREIRA, Edmundo. Comunidade de Macambira: de negros da Macambira à Associação Quilombola. **Cadernos do Leme**, vol 3, n.1, 2011.

PINTO, Alvaro Vieira. **El pensamiento critico en demografia**. Santiago de Chile: CELADE, 1973.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977. V. 1 (Documentos Paraibanos, 3)

PNUD/IPEA/FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, 2000

QUINTANA, Alberto M. **A Ciência da benzedura: mau olhado, simpatias e uma pitada de Psicanálise**. São Paulo: EDUSC, 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980.

REDE, Marcelo. Escravidão e antropologia. **Tempo**, v. 3, nº 6, Dez. de 1998, s/p.

REESINK, Edwin. Uma questão de sangue. In. Jeferson Bacelar(Org.). **Brasil, um país de negros?** 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas/CEAO, 1999. pp.187-205.

RÈMOND, René (Org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

REVISTA DE CAICÓ, Natal: Clima-Artes Gráficas e Publicidade LTDA, 1978.

RIO GRANDE DO NORTE. Assembleia Legislativa Provincial. Resolução n. 330, de 6 de setembro de 1855: Aprova vários Artigos de Posturas adicionais da Câmara Municipal da Villa do Príncipe. **Coleção de leis, decretos e resoluções da Província do Rio Grande do Norte**. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1855.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n. 12, 01/02/1890: Muda os nomes das cidades de Imperatriz, Príncipe e Vila Imperial de Papary. **Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**, 1896.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n. 12, 1º/02/1890: muda os nomes das cidades de Imperatriz, Príncipe e Villa Imperial de Papary. **Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**, 1896.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n. 231, 26/04/1924: Criação da Comissão de Saneamento de Natal. **Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**, 1924.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n. 270, 18/05/1925: Criação de várias escolas rudimentares. **Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**, 1925.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n. 33, 07/07/1890: Muda o nome da Cidade do Seridó para Caicó. **Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**, 1896.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n. 34, 7/07/1890: Muda o nome do districto de São João do Príncipe. **Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**, 1896.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n. 341, 23/08/1927: Cria um grupo escolar denominado Silvino Bezerra, na Vila de Flores. **Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**, 1927.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n. 348, 14/08/1927: Considera feriado estadual o dia 15 de outubro, reconhecendo o centenário de 15 de outubro de 1927. **Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**, 1927.

RIO GRANDE DO NORTE. **Discurso apresentado pelo Exm. Presidente Doutor Bernardo Machado da Costa Doria...** Natal, 1858. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte> Acesso em 10 abr. 2009.

RIO GRANDE DO NORTE. **Discurso apresentado pelo ilustríssimo e excelentíssimo Senhor Doutor Cazimiro José de Moraes Sarmiento...** Natal, 1847. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte> Acesso em 10 abr. 2009.

RIO GRANDE DO NORTE. **Falla com que o Ex.^{mo} Presidente da Província do Rio Grande do Norte o Bacharel Joao Jose Ferreira de Aguiar abriu a segunda sessão da Assembleia Legislativa...** Natal, 1836d. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte> Acesso em 10 abr. 2009.

RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. Decreto n. 178, 29/04/1908: Restabelece a Diretoria da Instrução Pública, cria a Escola Normal, os Grupos Escolares e Escolas Mistas. **Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**, 1908.

RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial pelo exm. Primeiro vice presidente da Província João Carlos Wanderley.** Natal, 1851b. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte> Acesso em 10 abr. 2009.

RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório apresentado pelo Exm. Presidente da Província do Rio Grande do Norte Assis Mascarenhas...** Natal, 1839. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte> Acesso em 10 abr. 2009.

RIZZINI, Carlos Toledo. **Tratado de fitogeografia do Brasil:** aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos. 2 ed. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições Ltda, 1997, 747p.

RODARTE, Mario. M. S. O trabalho do Fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista. Belo Horizonte/MG. **(Tese de doutorado)**, 2008.

ROSA, Roberto. **Introdução ao sensoriamento remoto.** Uberlândia: EDUFU, 1992.

ROSS, Jurandir Luciano Sanches. **Geomorfologia: ambiente e planejamento.** São Paulo: Contexto, 1990.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Júlia ou a nova Heloísa.** Tradução Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: HUCITEC; Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. **Acari:** fundação, história e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974. p. 31.

SANTOS, Francimário Vito dos. **Rezadeiras:** prática e reconhecimento social. 2004. 92f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Ciências Sociais, Natal, 2004.

SANTOS, Milton. O Retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território:** Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. **NATAL, OUTRA CIDADE!:** o papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana (1904-1929). Dissertação de Mestrado, 2012.

SANTOS, Gracineide Pereira dos. **Afinal, quantos éramos?** Um estudo da mortalidade pretérita na Freguesia da Gloriosa Sant'Anna. Natal/ RN. (Dissertação de Mestrado), 2013.

SARAU. O Povo, Caicó, 19 out. 1890. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó, cem anos atrás.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988, p. 102.

- SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.
- SCHWEICKARDT, Júlio César. **Magia e religião na modernidade**: os rezadores em Manaus. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.
- SCOTT, Ana Silvia. Volpi. **Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)**. Vol. 6, Coleção Monografias, 1999.
- SENNET, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: companhia das letras, 1988.
- SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SILVA, Bruno Goulart Machado. **'Nego veio é um sofrer'**: uma etnografia da subalternidade e do subalterno numa irmandade do Rosário. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – CCHLA/PPGAS, UFRN, Natal, 2012.
- SILVA, Jorge Xavier da. **Geoprocessamento e análise ambiental**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, jul/set. 1992. pp 47-61.
- SILVA, Kalina Vanderlei P. da. Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão sobre o recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais. **Lócus** – Revista de História. Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico. EDUFJF, 2002, v.8, n.1.
- SILVA, Maria do Rosário. Rezar, curar: um caso de persistência cultural no Seridó. **Mneme**, Caicó. V.3, nº 05, abr/mai, 2002. www.serido.net (acessado em 20 de maio de 2005).
- SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. O resgate da Lei de 7 de novembro de 1831 no contexto abolicionista baiano. **Dossiê Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Cândido Mendes. 2007.
- SILVA, Rosângela Maria da. **De um Império a Outro**: Portugal e Brasil, disciplina, recrutamento e legislação nas Armadas Imperiais (1790-1883). Dissertação (PósGraduação em História, Universidade Federal do Paraná – UFPR/ SCHLA. Curitiba,PR. 2008.
- SILVEIRA, Marco Antônio. Ideologia, colonização, sociabilidade: algumas considerações metodológicas. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. **Festa**: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, Imprensa Oficial, 2001, p. 979-990. (v. 2).

SOARES, Antonio. **Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, v. I. Mossoró: s/e, 1988 (Col. Mossoroense, v. 417). p. 4.

SOIRÉE. O Povo, Seridó, 29 jun. 1890. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó, cem anos atrás**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988, p. 102.

SOUZA, Aldinízia de Medeiros. **Liberdades possíveis em espaços periféricos: escravidão e alforria no termo da Vila de Arez (séculos XVIII e XIX)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFRN, Natal, 2013.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. **Ramos, rezas e raízes: a benzedura em Vitória da Conquista**. 1999. 186f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Brasília: Senado Federal, 1989.

SOUZA, Joabel R. **O desenvolvimento cultural de Currais Novos em seus principais aspectos folclóricos e sua preservação no tempo e no espaço**. Currais Novos: UFRN, 1983.

SOUZA, Oswaldo Câmara de. **Acervo do patrimônio histórico e artístico do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1981. p.196.

SPIVAK, Gayatri. **A Critique of Postcolonial Reason: Towards a History of the Vanishing Present**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri; ADAMSON, Walter. The Problem of Cultural Self-representation. In: HARASYM, Sarah (Org.). **The Post-Colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues**. Nova York: Routledge, 1990.

TEIXEIRA, Rubenilson Brasão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana**. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2009.

THOMPSON, Paul. A transmissão cultural entre as gerações dentro das famílias. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS/HUCITEC, 1993. pp. 09-19.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: SUPREN. 1977.

TRILLA, Jaume. Un marc teòric: la idea de ciutat educadora. In: TRILLA, Jaume et al. **Les ciutats que s'eduquen**. Barcelona: Diputació de Barcelona, 1999. p.13-51.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo, SP: UNESP, 2005.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1822)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VALVERDE, Rodrigo. Por uma perspectiva Geográfica dos Espaços Públicos: Repensando a Espacialidade da Dimensão Social. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, Nº. 22, P. 67-78, Jan./Dez. de 2007.

VARELA-FREIRE, Adalberto Antônio. **Caatinga Hiperxerófila Seridó**: caracterização e estratégias para sua conservação. São Paulo: CIESP/ U.S. Fish & Wildlife Service, 2002.

VÉRON, Jacques. **Aritmética do Homem**: a Demografia entre Ciência e Política. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

VEYNE, Paul. O objeto da história, Apenas uma narrativa verídica, Tudo é histórico, logo a história não existe. In: **Como se escreve história** – Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora da UNB, 1998.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil**. Cotidiano da vida privada na América portuguesa. 7. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (v. 1).

VOGT, Carlos & FRY, Peter. **Cafundó**. A África no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

WRIGLEY, E. A. Mortality in pre-industrial England: the example of Colyton, Devon, over three centuries. **Daedalus**, 1968, vol. 97: p. 546-580.

SOBRE OS AUTORES

HELDER ALEXANDRE MEDEIROS DE MACEDO

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Departamento de História (DHC) do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Campus de Caicó.

OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA

Doutora em Educação pela UFRN. Professora do Centro de Educação da UFRN e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

ROSENILSON DA SILVA SANTOS

Mestre em História pela UFRN. Doutorando em História pela Universidade de Brasília (UnB).

AGASSIEL DE MEDEIROS ALVES

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFRN, onde é doutorando em Ciência e Engenharia do Petróleo. Professor do Curso de Geografia da UERN, Campus de Pau dos Ferros

ALCINEIA RODRIGUES DOS SANTOS

Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora do Instituto Superior de Educação de Pesqueira (ISEP) e da Faculdade de Ciências Empresariais de Natal (FACEN).

ANDERSON DANTAS DA SILVA BRITO

Mestre em História pela UFRN, onde é doutorando em Educação. Professor de História da rede municipal de ensino de Monte Alegre-RN.

ARIANE DE MEDEIROS PEREIRA

Mestra em História pela UFRN. Professora de História na rede privada de ensino de Caicó-RN.

BRUNO GOULART MACHADO SILVA

Mestre em Antropologia Social pela UFRN. Doutorando em Antropologia Social na Universidade de Brasília (UnB).

DIEGO MARINHO DE GOIS

Mestre em História pela UFRN. Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Campus Rondon.

FRANCIMÁRIO VITO DOS SANTOS

Mestre em Antropologia Social pela UFRN. É professor da Fundação Educacional Comunitária Formiguense (FUOM) - UNIFOR/MG.

FRANCISCO FRANSUALDO DE AZEVÊDO

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com Estágio Doutoral na Universidade de Barcelona - Espanha. Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP). Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UFRN e dos Programas de PósGraduação em Geografia e Turismo da UFRN.

FRANSELMA FERNANDES DE FIGUEIRÊDO

Doutora em Educação pela UFRN. Professora da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA).

GRACINEIDE PEREIRA DOS SANTOS

Mestra em Demografia pela UFRN e doutoranda em História na Universidade do Minho, Portugal.

JEYSON FERREIRA SILVA DE LIMA

Mestre em Geografia pela UFRN. Professor do Curso de Geografia da UERN, Campus de Mossoró.

JUDICLEIDE DE AZEVEDO NASCIMENTO

Mestra em Geografia pela UFRN. Professora de Geografia da rede municipal de ensino de Parnamirim-RN.

PEDRO FERNANDES DE QUEIROZ

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutorando em Antropologia Social pela UFRN. Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte iniciou em 1985 suas atividades editoriais com a publicação da Revista da ETRN, que a partir de 1999 se transformou na Revista Holos, em formato impresso e, posteriormente, eletrônico. Em 2004, foi criada a Diretoria de Pesquisa que fundou, em 2005, a editora do IFRN. A publicação dos primeiros livros da Instituição foi resultado de pesquisas dos professores para auxiliar os estudantes nas diversas disciplinas e cursos.

Buscando consolidar uma política editorial cuja qualidade é prioridade, a Editora do IFRN, na sua função de difusora do conhecimento já contabiliza várias publicações em diversas áreas temáticas.



SOBRE OS ORGANIZADORES

HELDER ALEXANDRE M. DE MACEDO

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Departamento de História (DHC) do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Campus de Caicó.

OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA

Doutora em Educação pela UFRN. Professora do Centro de Educação da UFRN e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

ROSENILSON DA SILVA SANTOS

Mestre em História pela UFRN.
Doutorando em História pela
Universidade de Brasília (UnB).

Esse livro reúne artigos que (re)pensam o Seridó Potiguar a partir de temáticas como negros e mestiços, espaços e territórios, cidades e sociabilidades, cartografias e práticas. Essas temáticas expressam a pluralidade das questões pesquisadas e o mapeamento do que vem sendo produzido, nos últimos anos, sobre a região do Seridó, em Programas de Pós-graduação, especialmente nos de Ciências Humanas e Sociais, em diferentes instituições do Brasil

